

Revista Brasileira de Estudos de População

Editora

Simone Wajnman (Cedeplar/UFMG, Brasil)

Coeditores

Gilvan Ramalho Guedes (Cedeplar/UFMG, Brasil), Ana Silvia Volpi Scott (Nepo/Unicamp, Brasil), Paulo Teodoro de Matos (FCSH/UNL, Portugal)

Comitê Editorial

Simone Wajnman (Cedeplar/UFMG, Brasil), Gilvan Ramalho Guedes (Cedeplar/UFMG, Brasil), Ana Maria Nogales Vasconcelos (UnB, Brasil), Antonio Miguel Vieira Monteiro (Inpe, Brasil), Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira (Fundação Seade, Brasil), Carlos Javier Echarri Cánovas (El Colegio de México, A.C., México), Flavia Cristina Drummond Andrade (University of Illinois, EUA), Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire (UFRN, Brasil), Jair Lício Ferreira Santos (USP, Brasil), Joice Melo Vieira (Unicamp, Brasil), Jorge Rodríguez (Cepal, Chile), Massimo Livi Bacci (Università di Firenze, Itália), Rosana Baeninger (Nepo/Unicamp, Brasil), Sérgio Odilon Nadalin (UFPR, Brasil), Suzana Cavenaghi (Ence/IBGE, Brasil)

Consultores

Alberto Augusto Eichman Jakob (Nepo/Unicamp, Brasil), Alisson Flávio Barbieri (Cedeplar/UFMG, Brasil), Alvaro de Oliveira D'Antona (FCA/Unicamp, Brasil), Ana Amelia Camarano (Ipea, Brasil), Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Cedeplar/UFMG, Brasil), Ana Maria Nogales Vasconcelos (CODEPLAN e UnB, Brasil), Ana Paula de Andrade Verona (Cedeplar/UFMG, Brasil), Ana Silvia Scott (Nepo/Unicamp, Brasil), André Golgher (Cedeplar/UFMG, Brasil), André Junqueira Caetano (PUC Minas, Brasil), Angelita Alves Carvalho (Ence/IBGE, Brasil), Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira (IBGE, Brasil), Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA, Brasil), Bernadette Waldvogel (Fundação Seade, Brasil), Bernardo Lanza (Cedeplar/UFMG, Brasil), Cacilda Machado (UFRJ, Brasil), Cássio Maldonado Turra (Cedeplar/UFMG, Brasil), Carolina Alondra Guidotti Gonzalez (Universidad de la República, Uruguai), Cesar Marques Silva (Ence/IBGE, Brasil), Claudia Julia Guimaraes Horta (Fundação João Pinheiro, Brasil), Claudio Salvadori Dedecca (Unicamp, Brasil), Claudio Santiago Dias Junior (UFMG, Brasil), Clotilde Paiva (Cedeplar/UFMG, Brasil), Douglas Cole Libby (UFMG, Brasil), Douglas Sathler dos Reis (UFVJM, Brasil), Eduardo León Bologna (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina), Eduardo Marandola Junior (Unicamp, Brasil), Elisenda Rentería Pérez (Centre d'Estudis Demogràfics/UAB, Espanha), Emerson Augusto Baptista (Shanghai University, China), Fabio Kühn (UFRGS, Brasil), Fausto Reynaldo Alves de Brito (Cedeplar/UFMG, Brasil), Fernando Lozano Ascencio (Unam, México), Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire (UFRN, Brasil), Frederico Melo (Dieese, Brasil), Gabriel S. Berute (IFRS, Brasil), George Martine (consultor independente, Brasil), Gilvan Ramalho Guedes (Cedeplar/UFMG, Brasil), Gisela Patrícia Zapata Araújo (Cedeplar/UFMG, Brasil), Gustavo Henrique Naves Givisiez (UFF, Brasil), Harley Silva (Cedeplar/UFMG, Brasil), Helion Póvoa Neto (UFRJ, Brasil), Heloisa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG, Brasil), Herton Ellery Araújo (Ipea, Brasil), Ignacio Pardo (Universidad de la República, Uruguai), Irene Casique (Unam, México), Jair Lício Ferreira Santos (USP, Brasil), Joice Melo Vieira (Nepo/Unicamp, Brasil), Jorge Martínez (Cepal, Chile), José Alberto Magno de Carvalho (Cedeplar/UFMG, Brasil), José Irineu Rangel Rigotti (Cedeplar/UFMG, Brasil), José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Portugal), Juciene Ricarte (UFCG, Brasil), Kenya Valéria Micaela de Souza Noronha (Cedeplar/UFMG, Brasil), Kleber Oliveira (UFS, Brasil), Luciana Soares Luz do Amaral (Cedeplar/UFMG, Brasil), Marcela Cerrutti (Cenep, Argentina), Marcelo Godoy (Cedeplar/UFMG, Brasil), Marden Barbosa de

Campos (UFMG, Brasil), Maria Carolina Tomas (PUC Minas, Brasil), Maria João Moreira (Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal), José Eustáquio Diniz Alves (Ence/IBGE, Brasil), Maria Marta Santillán (UNC, Argentina), Mario Marcos Sampaio Rodarte (Cedeplar/UFMG, Brasil), Massimo Livi Bacci (Università di Firenze, Itália), Mariangela Furlan Antigo (Cedeplar/UFMG, Brasil), Monica Viegas (Cedeplar/UFMG, Brasil), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar, Brasil), Pamela Cristina Lima Siviero (Unifal, Brasil), Paula Miranda Ribeiro (Cedeplar/UFMG, Brasil), Paulo de Martino Iannuzzi (Ence/IBGE, Brasil), Paulo Teodoro de Matos (FCSH/UNL, Portugal), Pedro Vasconcelos Maia do Amaral (Cedeplar/UFMG, Brasil), Ralfo Edmundo da Silva Matos (IGC/UFMG, Brasil), Ricardo Ojima (UFRN, Brasil), Roberto Luiz do Carmo (Nepo/Unicamp, Brasil), Raquel Rangel de Meireles Guimarães (UFPR, Brasil), Raquel Zanatta Coutinho (Cedeplar/UFMG, Brasil), Roquinaldo Ferreira (Brow University, EUA), Rosana Aparecida Baeninger (Nepo/Unicamp, Brasil), Rui Maia (Universidade Portucalense, Portugal), Sandra Maria Fonseca da Costa (Univap, Brasil), Sergio Odilon Nadalin (UFPR, Brasil), Solange Kansa (Senac/DN e ENSP/Fiocruz, Brasil), Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima (UFMG, Brasil), Sulma Marcela Cuervo Ramirez (Cedeplar/UFMG, Brasil), Suzana Cavenaghi (Ence/IBGE, Brasil), Tarcisio Rodrigues Botelho (UFMG, Brasil)

Assistente editorial

Ana Paula Pyló

Preparação de originais e revisão de português

Vania Regina Fontanesi

Revisão e tradução de espanhol

Nairí Aharonián Paraskevaídís

Revisão e tradução de inglês

Patricia Antuña

Projeto gráfico, capa e diagramação

Traço Publicações e Design:

Fabiana Grassano e Flávia Fábio

Tiragem

300 exemplares

Indexadores

Scopus–Elsevier, SciELO, Lilacs, Latindex, Docpal–Celade, IBICT, Docpop-Seade

Apoio

Fundação Carlos Chagas

Correspondência e pedidos de assinatura

Simone Wajnman (editora)

Revista Brasileira de Estudos de População
Cedeplar/Face/UFMG

Av. Presidente Antônio Carlos 6627 – Pampulha

CEP: 31270-901 – Belo Horizonte/MG

Fone: (55-31) 3409-7166

e-mail: secretaria@rebep.org.br

site: www.rebep.org.br

Diretoria da Abep (2017-2018)

Presidente: Ricardo Ojima

Vice-presidente: Ana Maria Nogales Vasconcelos

Secretária geral: Glaucia dos Santos Marcondes

Tesoureira: Ana Carolina Soares Bertho

Suplente: Alisson Flávio Barbieri

Revista Brasileira de Estudos de População

vol. 34, n. 3, set./dez. 2017

Nota da Editora	431
Nota Editorial Temática	433
Artigos	
Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII André Augusto da Fonseca	439
No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821) Antonia da Silva Mota e Maísa Faleiros da Cunha	465
Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados Dayane Julia Carvalho Dias e Carmen Margarida Oliveira Alveal	485
Estimativas de mortalidade para o Rio Grande do Norte em um contexto de pré-transição demográfica Luciana Conceição de Lima, Dayane Julia Carvalho Dias e Luana Junqueira Dias Myrrha	509
Minas contada em números – A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821) Roberta Giannubilo Stumpf	529
As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII Carlos de Almeida Prado Bacellar	549
Campinas, uma vila colonial (1774-1822) Paulo Eduardo Teixeira	567
Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836 Luciano Costa Gomes	593
A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810 Dario Scott	617
Notas de Pesquisa	
Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso Paulo Teodoro Matos	635
Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América (projeto integrado) Sérgio Odilon Nadalin e Dario Scott	649

Resenha

Pelos caminhos passados e futuros da Demografia Histórica

A global history of historical demography. Half a century of interdisciplinarity por
FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; BOLOVAN, Ian; SOGNER, Sølvi (Ed.)

The future of historical demography. Upside down and inside out por
MATTHIJS, Koen; HIN, Saskia; KOK, Jan; MATSUO, Hideko (Org.)

Ana Scott 659

Nota da Editora

Este terceiro e último número da *Rebep* de 2017 é dedicado a trabalhos da área de Demografia Histórica. Em uma chamada publicada em outubro de 2016, a revista convidou pesquisadores e interessados a submeterem trabalhos que contemplassem a exploração de estatísticas demográficas relativas ao período colonial brasileiro compreendido entre 1750 e 1822. A intenção explícita era fomentar a pesquisa e o debate sobre este período ainda bastante pouco conhecido de nossa história, apesar de ser marcado pela disponibilidade dos chamados *mapas estatísticos da população*, encomendados pela coroa portuguesa, que reuniam dados populacionais sobre as capitanias brasileiras. Ana Silvia Volpi Scott (Departamento de Demografia-IFCH/Nepo/Unicamp) e Paulo Teodoro Matos (Universidade Nova de Lisboa) ajudaram a conceber esta chamada e são os coeditores do número, formando esta “parceria Brasil/Portugal” que não poderia ser mais oportuna para o desafio que encararam.

Fechando a tarefa com chave de ouro, os coeditores apresentam a bela nota editorial temática, na qual discutem a importância da produção de estatísticas do período analisado, os propósitos e as metodologias envolvidas, bem como a riqueza das possibilidades de pesquisa que se abrem. Com base nisso, são apresentados os nove artigos, duas notas de pesquisa e a resenha de dois livros que compreendem este número da *Rebep*. Chamam a atenção para a abrangência territorial que se conseguiu produzir, com uma abordagem que extrapola o Sudeste brasileiro mais frequentemente investigado, avançando também para as regiões Norte, Nordeste e extremo sul do país. Além da abrangência territorial, o conjunto dos artigos aqui reunidos conta a história deste período a partir de uma criativa utilização dos dados disponíveis e de métodos mais e menos conhecidos, de modo a trazer à luz a dinâmica demográfica e o comportamento das principais variáveis populacionais.

É propósito da *Rebep* seguir fazendo chamadas temáticas, como a que gerou este número, de modo a estimular a discussão de temas considerados estratégicos, ou o uso de bases de dados específicas, ou, ainda, para difundir a pesquisa em temas emergentes. Vale notar, no entanto, que as chamadas temáticas específicas criam a oportunidade para reunirmos um conjunto de trabalhos que compartilham um tema ou objetivo, mas em nada mudam o processo de avaliação por pares da forma rigorosa como a revista sempre fez. Uma vez submetidos os trabalhos, cada um, individualmente, passa pela avaliação duplo-cego de, no mínimo, dois pareceristas, para definição, recomendação de publicação e sugestões de modificações, sempre que necessário. Neste número, além dos

dois coeditores, atuou conosco um conjunto de 19 pareceristas, que, em um intervalo de aproximadamente oito meses, selecionaram e trabalharam na reformulação do conjunto de artigos aqui apresentados.

Para o ano de 2018, o comitê editorial da *Rebep* está discutindo algumas mudanças muito importantes, visando modernizar a nossa revista e dar a ela a agilidade necessária para um veículo de comunicação científica sintonizado com as práticas atuais dos melhores periódicos. Estamos preparando a transição para a modalidade de publicação contínua, na qual os artigos serão publicados *on-line*, de maneira independente, assim que receberem o aceite para publicação; enquanto os números da revista serão organizados simultaneamente ao longo do ano, de modo a contemplarem uma melhor organização temática em cada um. Ao final do ano, os três números do volume anual serão concluídos, impressos e enviados aos associados da Abep, bibliotecas e instituições que recebem nossa revista. Dessa maneira, ganharemos agilidade na disponibilização imediata dos artigos para acessos e, ao mesmo tempo, mais espaço para uma melhor articulação dos artigos originais e de revisão, pontos de vista, notas de pesquisa e resenhas que comporão os números da revista organizados ao longo do ano, mas concluídos apenas ao final do período. Em breve, daremos os detalhes a respeito desta nova sistemática de publicação.

Em nome do comitê editorial da *Rebep*, agradeço aos autores por suas contribuições valiosas, o trabalho muito dedicado dos avaliadores, dos coeditores e da equipe editorial comandada pela Ana Paula Pyló. Algumas palavras adicionais devem ser dirigidas aos avaliadores, que constituem um dos principais pilares do funcionamento da revista. Como a comunidade de demógrafos e especialistas em temas populacionais é relativamente pequena, muitas vezes alguns avaliadores são exigidos demasiadamente, sobretudo em períodos em que a revista recebe muitas submissões de artigos sobre um mesmo tema, dentro de um curto espaço de tempo, como o que ocorreu na preparação deste número. Às vezes não temos alternativa a não ser solicitar repetidos pareceres a um mesmo profissional. E como trabalhamos com prazos apertados, temos que ser insistentes em pedir celeridade nas avaliações. Trata-se de uma atividade voluntária, realizada com a maior boa vontade e competência pela maior parte dos avaliadores a quem recorremos. A estas pessoas, que levam profundamente a sério o trabalho envolvido em ajudar a selecionar e, ao mesmo tempo, investir na qualidade dos trabalhos publicados na *Rebep*, o nosso mais sincero agradecimento.

Agradecemos também, imensamente, o apoio logístico sem reservas da diretoria da Abep e o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas, com o qual a revista vem podendo fazer o seu trabalho.

Simone Wajnman
Editora *Rebep*, 2017-2018

Nota Editorial Temática

Demografia do Brasil Colonial: fontes, métodos e resultados, 1750-1822

As estatísticas demográficas constituíram um instrumento decisivo para a construção dos Estados modernos e para o processo de colonização do novo mundo. O processo de criação de um quadro normativo e um aparato burocrático capaz de produzir, coletar e interpretar dados numéricos deu origem à classificação quantitativa e qualitativa dos povos do ultramar. As categorias estatísticas e circuitos de produção dos dados revelam a intensidade com a qual o Estado penetrou seus territórios durante a tentativa de construir uma nova ordem. Além disso, foram compiladas as informações disponíveis sobre os caminhos desses territórios e suas populações.

A existência de um *corpus* significativo de estatísticas populacionais para o Brasil, ordenada pela coroa portuguesa desde meados do século XVIII, permite aos pesquisadores coletar, processar e analisar os dados estatísticos sobre a população solicitados pela coroa (os chamados *mapas estatísticos da população*) e, ao mesmo tempo, gerar indicadores e séries demográficas para a maioria das capitanias brasileiras.

Apesar de estudos pioneiros publicados nas décadas de 1960 e 1970, a maioria elaborada por Dauril Alden, Maria Luiza Marcílio e Iraci del Nero da Costa, as estatísticas populacionais, que podem remontar aos anos 1720, permaneceram praticamente ignoradas pela historiografia produzida no período subsequente.

O dossiê que vem a público teve como objetivo reunir pesquisas sobre a demografia histórica brasileira, baseadas na exploração dessas fontes. O período privilegiado (1750-1822) está relacionado com a abundância de dados estatísticos sobre as populações. De fato, sob a influência da aritmética política durante o reinado de D. José I (1750-1777), houve a convergência dos esforços da administração central e das autoridades locais para a produção de estatísticas globais, em acordo com as ordens régias. Portanto, era fundamental realizar comparações nesse intervalo temporal no território sob o domínio luso na América. A partir de 1822, com a independência do Brasil, uma nova etapa se iniciou na produção dessas estatísticas, requerendo, assim, abordagens diferenciadas.

Por outro lado, é importante destacar que a preocupação com o conhecimento e a elaboração de contagens mais apuradas das populações se consolidaram ao longo do século XVIII, nos diversos Estados europeus e, sobretudo, os países ibéricos, que dominavam

vastos territórios no além-mar. Na década de 1770, as coroas de Portugal e Espanha iniciaram um ambicioso projeto de coleta sistemática de numeramentos da população para os seus domínios ultramarinos. Sucessivas tentativas de implementação de “censos” para os domínios da América portuguesa, dos Açores e de Angola já haviam sido realizadas na década de 1760. Porém, seriam os avisos régios de 1773 (Brasil) e 1776 (restante das possessões portuguesas) a inaugurar aquilo a que se tem designado como o período “proto-estatístico”.

De acordo com um modelo predefinido pela coroa – em grande medida transversal a todas as possessões lusas –, cada governador deveria formular, numa base anual, o “mapa estatístico” correspondente à sua jurisdição. Para além da estrutura etária e do número de nascimentos e óbitos, as diversas administrações locais entenderam classificar as populações com base na cor da pele e sua condição jurídica. Este enorme *corpus* de estatísticas abrange praticamente todos os domínios portugueses desde o Brasil a Macau e soma cerca de dois milhares de tabelas estatísticas. Por obedecerem a uma estrutura tendencialmente comum, esses mapas estatísticos viabilizam a dimensão comparativa dos diversos territórios, o que enriquece substancialmente a análise demográfica.

A confecção dos mapas representou um enorme esforço burocrático das autoridades centrais e administrações locais para realizar numeramentos extensivos a grandes unidades territoriais, como o caso das capitânias brasileiras. Apesar do carácter “civil” destas listas – porque ordenadas pela coroa –, Igreja e Exército viriam a desempenhar um papel de relevo na coleta dos dados. Apesar das lacunas inerentes a este tipo de informação – ao nível da cobertura territorial, de alguns segmentos populacionais e da própria classificação dos “habitantes” –, tais fontes não podem, de modo algum, ser ignoradas. Elas fornecem ordens de grandeza insubstituíveis ao nível das tendências de crescimento da população, sua composição social, étnica e jurídica, bem como tendências de fecundidade e mortalidade.

Com base nestas fontes e em outras listas de população produzidas no período, a *Rebep* pretendeu estimular retratos demográficos de espaços amplos, ou seja, uma perspectiva demográfica “macro”. É que, para além dos incontornáveis estudos de Maria Luiza Marcílio, Dauril Alden, Iraci del Nero da Costa e de muitos outros investigadores que se debruçaram sobre estas fontes, ainda tardamos em obter uma “visão de conjunto” extensiva às diversas regiões do Brasil no período colonial tardio.

A *Rebep* presenteia o público com este dossiê temático que inclui nove artigos inéditos, duas notas de pesquisa e uma resenha. Os estudiosos da demografia histórica, da história da população e demais pesquisadores têm em mãos um conjunto rico de textos que revelam o avanço dos estudos neste ano em que a Demografia Histórica brasileira completa 50 anos, campo que foi inaugurado com a tese de Maria Luiza Marcílio sobre a cidade de São Paulo, e apresentada na França em 1967. De lá para cá, as investigações nesse campo têm se consolidado por meio de uma produção ampla e variada, constituída de teses, dissertações, artigos e livros, e, sobretudo nos últimos anos, a partir de esforço coletivo de pesquisadores e estudiosos que integram o *Grupo de Trabalho População e*

História da Abep e o Grupo de Pesquisa CNPq “Demografia & História” coordenado por Sergio Odilon Nadalin (UFPR).

Os contatos internacionais mantidos pelos pesquisadores da Demografia Histórica brasileira têm aberto vias de diálogo ricas e promissoras, em particular com investigadores da Universidade Nova de Lisboa e do CHAM – Centro de Humanidades, da mesma universidade. O projeto *Counting Colonial Populations* (<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/>), desenvolvido nestas instituições, constitui um dos estímulos para a proposição deste dossiê sobre a demografia colonial.

Tomando por base o rico *corpus* documental de estatística demográfica existente para o império colonial português e a sua possibilidade de comparação, os organizadores do dossiê desafiaram os pesquisadores a explorarem de maneira mais sistemática o conjunto de fontes em busca de resultados que permitissem a divulgação de novos dados sobre as capitanias brasileiras, no período de 1750 a 1822. O mote central seria reunir um conjunto de artigos que, a partir de uma estrutura similar, não apenas desse conta da discussão historiográfica, mas também descrevesse as fontes utilizadas, seu contexto de produção, a qualidade dos dados arrolados e, sobretudo, as questões metodológicas colocadas aos investigadores para a sua efetiva exploração, considerando os diferentes critérios utilizados para a elaboração daquelas estatísticas. Com base nestes *mapas*, esperava-se que os artigos produzissem indicadores variados, como taxas de crescimento anual, composição populacional (em termos de condição jurídica e racial), estruturas etárias, razões de sexo, assim como taxas brutas de natalidade e de mortalidade. Como se vê, o desafio não era menor, ainda mais levando em conta a expectativa de se cobrir as distintas regiões da colônia, sobretudo aqueles territórios em que o conhecimento produzido no campo da Demografia História é mais escasso.

Além disso, os autores foram estimulados a apresentar uma discussão metodológica mais aprofundada, a partir dos métodos da Demografia Histórica e de outros procedimentos, de forma a gerar uma discussão mais fecunda das estatísticas elaboradas pela coroa portuguesa para melhor conhecer as populações que viviam nos territórios sob seu domínio na América.

O resultado final reunido neste dossiê excede as expectativas dos organizadores. Em primeiro lugar, no que diz respeito à abrangência territorial. O conjunto dos artigos fornece, de forma geral, uma contribuição fundamental ao lançar luz sobre áreas que têm recebido um interesse pela Demografia Histórica. Se até muito recentemente o Sudeste brasileiro recebia a quase exclusiva atenção dos estudiosos, neste dossiê são reunidos trabalhos que abordam as regiões Norte, Nordeste e extremo Sul, acompanhados de investigações que analisam regiões mais conhecidas, mas com contribuições que trazem novas perspectivas.

De norte a sul o território está presente, e esta divisão territorial ordenou as contribuições que compõem o dossiê. Para a região Norte, o artigo de André Augusto da Fonseca, relativo ao Grão-Pará, apresenta um estudo sobre a evolução demográfica dos índios aldeados e da população livre, no período posterior à introdução do Diretório dos Índios,

apontando que o crescimento consistente daquelas populações não estava vinculado apenas ao aporte de novos contingentes, como a historiografia vinha apontando. Por isso, esta contribuição mostra novas facetas sobre o crescimento da população na região, com base nos mapas de população do Grão-Pará, apesar das frequentes epidemias que afetaram os habitantes daquele território.

Por sua vez, a região Nordeste está representada em três estudos, um sobre o Maranhão e dois sobre o Rio Grande do Norte. Sobre o Maranhão, **Antônia da Silva Mota** e **Maísa Faleiros da Cunha** analisam a questão da africanização, trazendo elementos para avaliar o *boom* demográfico da população escrava de origem africana, por meio do uso combinado dos mapas de população, de inventários *post mortem* e de registros paroquiais de batismo. O cruzamento dessas fontes permitiu analisar o perfil por sexo, faixa etária e condição jurídica das populações do Maranhão, região que começa a ser explorada mais intensamente a partir dos métodos e técnicas de Demografia Histórica. Os artigos que contemplam o Rio Grande do Norte enriquecem a contribuição relativa à região Nordeste e, mais do que isso, revelam o dinamismo do grupo de pesquisadores integrados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que têm colaborado para o avanço da Demografia Histórica nesta área. Assim, o artigo de **Dayane Júlia C. Dias** e **Carmen Margarida Oliveira Alveal**, sobre a demografia da capitania, é um exemplo do profícuo diálogo entre a Demografia e a História, trazendo contribuições importantes para o conhecimento das características sociodemográficas da população norte-riograndense. Sua principal fonte de informação assenta nos mapas de população produzidos para a capitania entre os finais do século XVIII e início do XIX. O estudo seguinte ainda diz respeito ao atual estado Rio Grande do Norte e, neste caso, **Luciana Conceição de Lima**, **Dayane Júlia C. Dias** e **Luana Junqueira Dias Myrrha** abordam o desafiador tema da mortalidade, seara ainda pouco frequentada pelos estudiosos da Demografia Histórica brasileira. Com base no uso dos mapas de população do início do século XIX e dos dados dos recenseamentos gerais da população de 1872 e 1890, as autoras apresentam indicadores de mortalidade construídos a partir do método de *Growth Balance*.

O Sudeste, principal região trabalhada pelos historiadores-demógrafos brasileiros nestes últimos 50 anos, recebe três importantes estudos: um referente a Minas Gerais e dois que contemplam São Paulo. Contando Minas por meio dos números, **Roberta Giannubilo Stumpf** dá uma contribuição relevante para a Demografia Histórica mineira, a partir dos mapas de população, analisando as mudanças vivenciadas por aquelas populações entre o último quartel do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX. A capitania de São Paulo, umas das áreas mais estudadas na perspectiva da Demografia Histórica, foi mais uma vez revisitada. **Carlos de Almeida Prado Bacellar** privilegiou, nesta oportunidade, a questão do processo de povoamento do espaço paulista na segunda metade do século XVIII, analisando o perfil dos indivíduos que se instalaram nas vilas recém-criadas, por meio da ação do governo de Morgado de Mateus. Sua política de povoamento procurava, a partir de um novo modelo de organização, povoar espaços que tinham relevância estratégica para

a coroa portuguesa, revelando inclusive a importância das populações indígenas entre os povoadores das vilas que foram criadas. Já o artigo de Paulo Eduardo Teixeira elege como objeto de análise a vila de Campinas, entre 1774 e 1822. Utilizando os mapas gerais de habitantes e as listas nominativas de habitantes, o autor elabora um estudo sobre o intenso ritmo de crescimento da população daquela vila, que se caracterizou como uma região composta por grandes propriedades escravistas.

Finalmente, a região Sul encontra-se representada por dois artigos. Mais uma vez é importante destacar que apenas recentemente o extremo sul tem recebido uma atenção mais consistente dos estudiosos da demografia histórica brasileira. Os artigos apresentados são um indicador valioso do avanço dos estudos nesse campo. A contribuição de Luciano Costa Gomes, sobre a população de Santa Catarina, apostou na exploração de mais de uma dezena de mapas de população, existentes para o período entre 1787 e 1836, procurando colocar em evidência as características e também as transformações pelas quais aquela população passou ao longo de cinco décadas. Os resultados revelam diferentes tendências da população, sobretudo em relação ao seu ritmo de crescimento, além de apontarem o contínuo predomínio do contingente de mulheres entre livres e libertos, bem como a elevada presença de homens no segmento populacional dos cativos. A contribuição de **Dario Scott** sobre o Rio Grande do Sul, que na época colonial era conhecido como Rio Grande de São Pedro, extremo sul do território sob o domínio luso na América, suporta-se no conjunto de mapas de população produzido para 1780 e 1810. O autor realizou análises a partir da distribuição por sexo, condição jurídica, idade e cor/etnia, que revelaram as características gerais da população daquela capitania. Além disso, e considerando os limites e as potencialidades dos mapas de população, ele estabeleceu alguns indicadores demográficos para o período referente à passagem do século XVIII para o XIX. Entre os resultados, destacam-se o predomínio da população branca, o desequilíbrio na razão de sexos, especialmente para a população escrava, e a variação do peso da distribuição da população pelo território, mostrando a ocupação em direção às áreas de fronteira.

As duas notas de pesquisa incorporadas ao dossiê dão conta de projetos de larga escala em curso. Paulo Teodoro de Matos centra-se nos avanços do projeto “População e império. A demografia e os usos da estatística no império português, 1776-1875”. Este projeto internacional pretende oferecer aos estudiosos e à sociedade civil em geral o primeiro estudo demográfico abrangente do império português no largo período de um século. Por sua vez, Sergio Odilon Nadalin e Dario Scott apresentam o projeto integrado “Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América”, que dá subsídios para a discussão dos regimes demográficos da população brasileira no passado, desenvolvido pelos pesquisadores que integram o Grupo de Pesquisa CNPq “Demografia & História”, coordenado por Sergio Odilon Nadalin (UFPR). Ambos são projetos que investem em redes colaborativas, estratégia que tem viabilizado investigações de maior fôlego no campo da Demografia Histórica.

Encerrando o dossiê, a resenha dupla “Pelos caminhos passados e futuros da Demografia Histórica”, de Ana Silvia Volpi Scott, apresenta aos leitores dois livros publicados em 2016 que, no contexto de comemoração dos 50 anos da Demografia Histórica, produziram um olhar crítico sobre a trajetória desse campo neste período de meio século, bem como procuram refletir sobre os desafios e caminhos possíveis que aguardam os pesquisadores nos anos vindouros.

Por fim, resta agradecer à *Rebep* pela oportunidade de publicar este dossiê, que dá uma contribuição importante à Demografia Histórica brasileira, e desejar uma boa leitura!

Ana Silvia Volpi Scott e Paulo Teodoro de Matos
Editores convidados do dossiê

Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII

André Augusto da Fonseca*

A partir de meados do século XVIII, no contexto das chamadas Reformas Pombalinas, as “Leis de Liberdade dos Índios” incorporaram uma vasta região no norte da América portuguesa à administração civil, transformando mais de 60 aldeamentos missionários em vilas e lugares portugueses de população majoritariamente indígena. Esta pesquisa propõe-se a investigar a evolução demográfica dos índios aldeados e da população livre não aldeada sob esse novo regime. Para uma parte da historiografia, a população das vilas e lugares indígenas, sob o Diretório (1757-1798), era mantida artificialmente pelo constante aporte de novos contingentes de povos nativos, por meio dos descimentos. No entanto, a análise dos mapas de população elaborados a partir de 1773 mostra um crescimento lento, mas consistente de todos os grupos da população das capitanias do Estado do Grão-Pará, mesmo sofrendo os danos das frequentes epidemias e do trabalho compulsório ao qual estava sujeita a maior parte da população indígena.

Palavras-chave: Amazônia – história colonial. Políticas indigenistas. Povos indígenas. Políticas indígenas.

* Universidade Estadual de Roraima (UERR), Boa Vista-RR, Brasil (andreaugfonseca@gmail.com).

Introdução

Este trabalho propõe-se a contextualizar um conjunto de fontes de natureza estatística das capitanias do Pará e Rio Negro, discutindo seu desenvolvimento e inserção nas práticas administrativas do império português, bem como utilizar esses documentos para avaliar o impacto demográfico das chamadas reformas pombalinas. Trata-se dos mapas de população de 1762 a 1797 disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Biblioteca do Porto (Portugal).

Entre 1751 e 1759, uma série de reformas tomou corpo no norte da América portuguesa. Leis extinguindo o poder temporal dos missionários sobre a população indígena, proibindo toda forma de cativeiro dos povos nativos da América, estimulando e prestigiando o casamento entre portugueses e ameríndios e criando uma companhia privilegiada de comércio para o Estado do Grão-Pará e Maranhão¹ procuravam transformar a realidade social, cultural, política e econômica da região. O poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, colocara como governador do Estado seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para reorganizar as finanças, as relações de trabalho e a defesa nessa parte do império que se tornara tão estratégica, depois da celebração do Tratado de Madri em 1750. A preocupação com o definhamento da população daquele domínio e a consciência da necessidade de mudanças já vinham do reinado anterior, de D. João V, e teriam continuidade nas décadas seguintes e mesmo no reinado subsequente de D. Maria I.

Parte da historiografia sobre o período avaliou que tais reformas, ao invés de recuperar a demografia e a economia do Estado, acabaram por provocar o oposto. Em um importante trabalho (que usou, de forma pioneira, alguns dos mapas de população produzidos no século XVIII), Maria Regina Celestino de Almeida (1990) afirmou que essas reformas portavam profundas e insanáveis contradições entre os interesses dos indígenas e dos portugueses.

O resultado disso foi a criação de povoações artificiais e incapazes de se manterem por si mesmas. Eram fundadas e constantemente reabastecidas com migrações internas de populações indígenas deslocadas através dos descimentos, num processo de contínuo esvaziamento das aldeias de origem (ALMEIDA, 1990, p. 12).

Nessa mesma linha de interpretação, John Hemming (2009 [1978], p. 97) afirmava que os descimentos eram usados no período do Diretório para trazer “vários milhares de índios” para substituir as perdas das povoações, que mesmo assim diminuía assustadoramente. Hemming, no entanto, valeu-se de algumas fontes qualitativas, mas não das contagens da população realizadas na época. Ronald Raminelli (1998), analogamente, a partir de fontes qualitativas e um número limitado de mapas de população parciais de distritos atípicos de uma capitania (fronteiras do rio Branco e alto rio Negro, em 1785),

¹ De 1621 a 1751, essa unidade administrativa era o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em São Luís. De 1751 a 1774, a capital transferiu-se para Belém e o Estado passou a chamar-se Grão-Pará e Maranhão, sendo formado pelas capitanias do Pará e as capitanias subordinadas do Rio Negro, Maranhão e Piauí. De 1774 até sua extinção, o Maranhão e o Piauí foram desmembrados do Estado, que passou a ser formado apenas pelas capitanias do Pará e do Rio Negro. Este trabalho concentra-se na população livre (indígena ou não) destas duas últimas capitanias.

concluiu que “os povoados incentivados pelo Diretório Pombalino eram responsáveis por uma verdadeira catástrofe demográfica”, sendo as povoações da Amazônia colonial, de forma geral, “incapazes de reproduzir a vida econômica e social necessárias à colonização” (RAMINELLI, 1998, p. 1374).

Tais afirmações merecem ser reavaliadas à luz de um conjunto mais amplo de documentos estatísticos. Este trabalho discute algumas características das transformações demográficas pós-contato até o século XVIII e o desenvolvimento das técnicas de contagem de população no império português. Em seguida, utilizam-se os dados dos mapas de população para discutir a suposta insustentabilidade das povoações da Amazônia no período do Diretório. Sobretudo, os mapas produzidos entre 1773 e 1779 registraram, em cada uma das freguesias e povoações dessas capitanias, a população de homens e mulheres, a distribuição por idade, pessoas livres e escravos, informações de natalidade, mortalidade e migração. Se não há razões para duvidar de uma catástrofe demográfica no primeiro século e meio de conquista, provavelmente essa expressão não descreve a realidade da segunda metade do século XVIII.

A população da Amazônia pós-contato

As reformas pombalinas tiveram início possivelmente no ponto mais baixo da catástrofe demográfica indígena do período colonial na Amazônia. É bem conhecido o que se passou com os povos nativos da América como um todo, após a conquista. Para 1492, Denevan (2003) estimou o total da população do continente americano em 53,9 milhões de pessoas, ou, com uma margem de erro de 20% para mais ou para menos, entre 43 e 65 milhões (DENEVAN, 2003, p. 178; PORRO, 1995, p. 23). A redução da população pode ter sido, em grande parte do continente, da ordem de 90% a 97% no primeiro século de colonização (SANCHEZ-ALBORNOZ, 1990, p. 17; PORRO, 1995, p. 23).²

Somente para a região amazônica como um todo, Denevan (2003, p. 187) calcula que a população nativa em 1492 era de 5 a 6 milhões de pessoas (3 a 4 milhões para a bacia amazônica). Sobretudo a partir do primeiro quartel do século XVII, quando os luso-brasileiros se estabeleceram em São Luís e Belém, o impacto combinado dos patógenos trazidos pelos europeus, pelos descimentos, resgates, “guerras justas” e variadas formas de cativeiro legal ou ilegal de povos nativos reduziu drasticamente esse número.³

Por outro lado, se a heterogênea população nativa ameríndia passou pela recomposição étnica e pelo desaparecimento de diversos grupos, outras heterogeneidades viriam

² Embora amplamente aceita, essa ordem de redução da população é tratada com cautela por Massimo Livi-Bacci (2016, p. 420).

³ Como adverte Massimo Livi-Bacci (2016, p. 420-421), é impossível estabelecer um único modelo de despovoamento ou “depopulação” para todo o continente, dada a pluralidade tanto de estruturas sociais, políticas e econômicas ameríndias quanto de estratégias dos conquistadores europeus. Determinados fatores podem ter predominado em uma área, mas não em outra, assim como a redução demográfica foi diferente em cada região.

a compor a população da região, voluntária ou involuntariamente, fossem os africanos⁴ de diversas origens trazidos pelos colonizadores, fossem os casais de açorianos,⁵ os soldados da Madeira, os degredados (CHAMBOULEYRON, 2010) ou os mazaganistas (VIDAL, 2008), assinalando os vínculos do nascente Estado do Maranhão com o império. No último quartel do século XVIII, como veremos, a ordem de grandeza da população total de súditos portugueses (índios, brancos, negros e mestiços) no rio Amazonas e cursos inferiores dos seus afluentes ainda seria inferior a 100 mil pessoas.

No século XVI, no Estado do Brasil, epidemias dizimaram as populações que sobreviveram às guerras do primeiro século. Em ambos os Estados da América portuguesa, nos séculos XVII e XVIII, a varíola e o sarampo causaram um impacto duradouro nas populações ameríndias independentes e aldeadas. Como explica Crosby (2011, p. 207):

Os indígenas das Américas e da Austrália permaneceram quase absolutamente isolados dos germes do Velho Mundo até as últimas centenas de anos [...]. Os ameríndios certamente conheciam o purupuru, a boubá, a sífilis venérea, a hepatite, a encefalite, a pólio, algumas variedades de tuberculose [...] e parasitos intestinais; mas parecem jamais ter tido alguma experiência com enfermidades do Velho Mundo como varíola, sarampo, difteria, tracoma, coqueluche, catapora, peste bubônica, malária, febre tifoide, cólera, febre amarela, dengue, escarlatina, disenteria amébrica, gripe e uma série de manifestações helmínticas.

A resistência da população ameríndia era muito menor do que a dos europeus, pois os indígenas não tinham anticorpos para essas enfermidades; dessa forma, enquanto na Europa a varíola atingia principalmente crianças, entre os ameríndios atingia todas as faixas etárias. Mesmo na Europa, “as perdas demográficas têm consequências de longa duração, que se desfazem gradualmente só muito tempo depois de as gerações afetadas pela crise terem saído de cena” (LIVI-BACCI, 1984, p. 101). Epidemias de tifo e de peste, na Europa, causavam crises de mortalidade de tipo “a” (mortalidade jovem-adulta), enquanto as de varíola causavam uma crise de mortalidade de tipo “b” (mortalidade infanto-juvenil) (LIVI-BACCI, 1984, p. 105). Porém, “quando uma população é atacada pela primeira vez, todas as idades são atingidas” (BIRABEN, 1984, p. 128). O que tivemos na Amazônia no século XVII e na primeira metade do século XVIII foi, portanto, o pior dos mundos: uma combinação dos tipos “a” e “b”.

No século XVIII a varíola espalhou-se até os confins ocidentais da Amazônia, como se vê na descrição de vários índios capturados no Japurá, Içá e Alto Rio Negro na década de 1740, registrados em Belém com sinais de bexigas.⁶ Na década de 1780, o militar Teodósio Constantino de Chermont escreveu um resumo das grandes epidemias que assolaram o Estado ao longo daquele século. Em 1724, dizia essa Memória, só na cidade do Pará e suas

⁴ A minuciosa pesquisa de José Maia Bezerra Neto (2014) concluiu que 2.157 africanos escravizados teriam ingressado no Grão-Pará de 1680 a 1755 e 35.597 de 1756 a 1800.

⁵ Somente entre 1647 e 1677, 1.114 povoadores açorianos foram introduzidos no Pará (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 64).

⁶ Por exemplo, o “mocetão” de nação Baniwa “chamado Helias de idade ao parecer de dezoito anos com bastantes sinais de bexigas” (termo de registro de primeiro de dezembro de 1747) (MEIRA, 1994, p. 163).

vizinhanças teriam se contado 15 mil mortos, ceifados pelas bexigas (varíola).⁷ A população mal tinha tempo para recuperar-se antes de novas ondas de contágio. As expedições de resgate, intensificadas a partir de então, depois da guerra contra os Manau, levavam as doenças para os sertões e comunicavam as epidemias de volta à capital e arredores, junto com os cativos. Os mais atingidos eram os índios e, em menor escala, os mamelucos. Isso comprometia profundamente a produção e o transporte de alimentos, dependentes do trabalho indígena, o que amplificava as consequências das epidemias. Em 1740 a varíola voltou a grassar e, em 1749, veio o “sarampo grande”, de altíssima letalidade.⁸ Ainda de acordo com Chermont, de 1751 a 1759, duas epidemias de sarampo e varíola causaram estrago entre uma população indígena ainda não recuperada da devastação recente. Todas as atividades econômicas, assim como o serviço real, eram atingidas, embora a capital nunca mais tivesse sofrido estrago tão grande quanto na primeira metade do século. Em 1762, novamente entre 1763 e 1772, e ainda em 1776, houve diversos surtos de varíola que, embora “mais benignos” que os anteriores, teriam provocado baixas entre índios e escravos e “principalmente” na “mocidade da tropa, sendo vítimas dos seus estragos dous alferes e oitenta soldados”.⁹ Posteriormente ao relato de Chermont, o príncipe regente D. João instaria o governo do Estado insistentemente a praticar a inoculação como forma de prevenção, entre 1798 e 1804, sem ser obedecido. As autoridades régias continuaram reportando epidemias até 1821.¹⁰

Quando as comunidades atingidas são de dimensões reduzidas, como uma aldeia, a epidemia de varíola extingue-se rápida e espontaneamente, a não ser que as trocas com o mundo exterior sejam constantes, fazendo a moléstia circular de um grupo para outro sem se extinguir. Cidades com mais de 20 mil habitantes são um potencial repositório permanente de vírus, com surtos epidêmicos periódicos a cada quatro anos, aproximadamente (BIRABEN, 1984, p. 128). A primeira condição estava presente em alguns rios amazônicos setecentistas, com as frequentes expedições de resgate e de coleta de drogas, mas a segunda provavelmente não. Belém, o maior centro, não chegaria a ter essa dimensão no século XVIII. A periodicidade das epidemias citadas por Chermont pode se dever mais à sua condição de importante porto do Atlântico, receptor de africanos escravizados.

⁷ Tenente-coronel Teodósio Constantino de Chermont, *Memória dos mais terríveis contágios de bexigas e sarampo deste Estado desde o ano de 1720 por diante, posteriores às que manifestam os Anais Históricos do Maranhão, pelo Exmo. Sr. Bernardo Pereira de Berredo, nos anos de 1621 (§ 487) e de 1663 (§ 1109)* (FERREIRA, 2007, p. 103-105).

⁸ Essa epidemia de sarampo teria ceifado a vida de 3.348 pessoas na freguesia da Sé, em Belém, quase todas índias e mamelucas, chegando a um total de 16.494 mortes na capitania (VIEIRA JÚNIOR; MARTINS, 2015, p. 300). Para se ter uma ideia da catástrofe, a população indígena aldeada do Pará na segunda metade do século XVIII não ultrapassaria os 22 mil indivíduos. Quanto ao contágio da varíola, o então governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão afirmou ter tentado impor a quarentena às pessoas que iam de Belém a São Luís em 1747, mas foi baldado o esforço, pois a doença já havia chegado ao Maranhão (AHU_CU_013, Cx. 31, D. 2910).

⁹ O memorialista refere-se à tropa de linha, o que significa que a moléstia atingiu daquela vez os não-índios. Discutiremos adiante as marcas dessa crise demográfica nos mapas populacionais de 1777. O número de mortos nesse surto (superior a mil pessoas) levou as autoridades a discutirem a abertura de um novo cemitério para a capital (AHU_CU_013, Cx. 77, D. 6449). A mesma fonte refere-se explicitamente ao número significativo de brancos vitimados por esse episódio epidêmico.

¹⁰ Pará, AHU_CU_013, Cx. 130, D. 9999; AHU_CU_013, Cx. 130, D. 9986; AHU_CU_013, Cx. 151, D. 11672.

A partir de fontes de natureza estatística, como pretendemos demonstrar, é possível concluir que, depois de epidemias catastróficas anteriores a 1750, o sarampo e a varíola continuaram atingindo o Pará e o Rio Negro com uma certa periodicidade, porém com letalidade muito menor, uma vez que gradualmente se estabeleceu e consolidou uma população que não desconhecia esses patógenos. Parece ter havido uma estabilização e mesmo uma retomada gradual do crescimento da população ao longo da segunda metade do século. Embora o efeito dessas doenças fosse importante, a mortalidade geralmente não parece ter sido superior à natalidade, e a população colonial apresentou uma capacidade de crescimento.

Classificar e contar os vassalos: primeiras tentativas

Tentativas de contagem da população do conjunto das conquistas do Maranhão e Grão-Pará já aparecem no início do século XVIII,¹¹ mas foi somente nas últimas décadas dessa centúria que as fontes de natureza estatística tornaram-se padronizadas e periódicas.

Em 1727 o rei João V pediu ao bispo do Pará que lhe enviasse uma lista de todos os moradores do bispado, incluindo os pequenos, e discriminando brancos, mamelucos e negros.¹² Estes últimos, provavelmente, eram índios escravizados (“negros da terra”). Segundo o bispo, houve oposição dos moradores à pastoral e o próprio governador lhes insinuara que o cura perguntava pelos nomes dos escravos por querer tomá-los. Não é despropositado supor que esses temores eram motivados pela consciência, por parte dos moradores, da ilegitimidade generalizada do cativo indígena. Somente dois anos depois o bispo conseguiu enviar a lista solicitada pelo soberano, admitindo faltarem no cômputo os índios aldeados pelos mercédários e muitos escravos que os amos não quiseram revelar, por acharem que “não lhes convinha”. Havia brancos e mamelucos pelos sertões fugidos da justiça, de quem os párocos não sabiam sequer os nomes, não tendo como incluí-los nas listas. “Enfim, fiz o que pude”, suspirava o bispo.¹³ Infelizmente, a lista remetida não foi conservada junto com a carta e não dispomos dos números que o bispo teria conseguido coligir, mas o episódio é um indício de como, na primeira metade do século, as contagens populacionais eram imprecisas e difíceis de executar (com a resistência dos moradores suplantando as forças das autoridades), além de não parecerem ter sido tão prioritárias aos agentes régios até então.

Em 1756, o bispo Miguel de Bulhões informava ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar que a ordem real para que “cada hum dos párocos desta diocese” declarasse

¹¹ Ângelo Alves Carrara estima uma população de aproximadamente dez mil pessoas para as escassas povoações coloniais do final do século XVII, em todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Entretanto, as fontes utilizadas para esse cálculo são meras estimativas coevas, e não contagens ou numeramentos (CARRARA, 2014).

¹² 1728, Setembro, 14, Belém do Pará. CARTA do Bispo do Pará, [D. fr. Bartolomeu do Pilar], para o rei [D. João V], sobre uma lista que elaborou com o número total de habitantes que compõem o seu bispado. AHU_CU_013, Cx. 11, D. 973.

¹³ 1730, Setembro, 19, Belém do Pará. CARTA do Bispo do Pará, [D. fr. Bartolomeu do Pilar], para o rei [D. João V], enviando lista de todos os habitantes do seu bispado, à exceção das aldeias administradas pelos missionários de Nossa Senhora das Mercês e informando que o número de escravos é diminuto, porque os seus senhores não o quiseram revelar. AHU_CU_013, Cx. 12, D. 1138.

todas as pessoas que havia de comunhão nas suas freguesias necessitaria de tanto tempo que não seria possível enviar as informações solicitadas na frota seguinte, mas prometia fazer tudo com “brevidade e prontidão”.¹⁴ Um ano depois, o bispo desculpava-se com o secretário pelo atraso, mas prometia remeter a relação na frota seguinte.¹⁵ Contudo, ele parece não ter voltado a tocar no assunto.

Até a década de 1760, não há muitos elementos para se calcular a população da região.¹⁶ Não parece ter fundamento a estimativa proposta por Lourenço Amazonas de 100 mil habitantes em 1750 para a metade ocidental do Estado do Grão-Pará (AMAZONAS, 1852, p. 241), mas mesmo Arthur Cezar Ferreira Reis (1989 [1931], p. 84) aceitou esses números sem objeções. O próprio Reis anotou, contudo, que a população total dessa mesma região, 17 anos depois, era de 5.289 pessoas (REIS, 1989 [1931], p. 124), o que mostra não ser plausível o número anterior. Boxer (1995, p. 290-291) considerava razoavelmente acurada a estimativa de João Lucio de Azevedo de uma população de 50 mil índios para as 63 missões de toda a Amazônia portuguesa antes da grande epidemia de varíola de 1749-1750. Ou seja, metade do que Lourenço Amazonas propunha apenas para a parte ocidental dessa região.

Em 1765, uma contagem da população da capitania do Pará foi coligida pelo vigário capitular Giraldo José de Abranches a partir dos róis de confessados.¹⁷ O documento oferece a população de 61 freguesias e não discrimina os habitantes nem por sexo, nem por qualidade, mas apenas entre “menores” e “maiores”, referindo-se à idade de comunhão (podiam comungar mulheres maiores de 12 anos de idade e homens maiores de 14 anos). Já as crianças com menos de sete anos, incapazes de se confessar, não eram incluídas nessas contagens (MADEIRA, 1999).¹⁸ Eventuais indígenas recém-descidos, ainda não batizados, não teriam sido contados, pela mesma razão. Corrigindo-se o único erro de soma do documento (100 pessoas a mais em Soure), temos um total de 33.654 habitantes para

¹⁴ 1756, Novembro, 9, Pará. OFÍCIO do [governador interino do Estado do Maranhão e Pará], Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], para o [ex-secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a ordem recebida para a realização de um censo estatístico dos rios, lugares e povoações daquele Bispado. AHU_CU_013, Cx. 41, D. 3800.

¹⁵ 1757, Novembro, 28, Pará. OFÍCIO do [governador interino do Estado do Maranhão e Pará], Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o atraso na entrega da relação dos lugares, povoações e freguesias pertencentes ao bispado do Pará. AHU_CU_013, Cx. 43, D. 3916.

¹⁶ Ao contrário do que se verifica na América espanhola, dados demográficos da América portuguesa são muito escassos antes de meados do século XVIII (ALDEN, 1963, p. 175).

¹⁷ OFÍCIO do administrador do bispado do Pará, Giraldo José de Abranches, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU_CU_013, Cx. 58, D. 5242. Dois elementos que sugerem alguma confiabilidade nesse tipo de contagem: os números não são arredondados e a possibilidade de o pároco conhecer cada paroquiano em comunidades tão pequenas é bem elevada (HOLLINGSWORTH, 1977, p. 34).

¹⁸ A diocese do Pará era sufragânea do arcebispado de Lisboa. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que seguiam as normas das arquidioceses de Lisboa e do Porto, nesse aspecto, determinavam nos Títulos XXXVI-XXXVII o controle da obrigação de todos os fiéis se confessarem e comungarem ao menos uma vez por ano, na quaresma, por meio de um “Rol pelas ruas, e casas, e fazendas de seus freguezes, o qual acabarão até a Dominga da Quinquagesima, sendo possível, e nelle escreverão todos os seus freguezes por seus nomes, e sobrenomes, e os lugares, e ruas onde vivem.” Esse rol nominal deveria diferenciar os maiores e menores de comunhão. Embora todos os maiores de sete anos estivessem obrigados a participar desse sacramento, os maiores ausentes sem justificativa estavam sujeitos a excomunhão e multa. Já a ausência dos rapazes menores de 14 anos e as moças menores de 12 sujeitava os pais a multa, mas não a excomunhão (CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilmo. e Rmo. Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 1853 [1707]).

a capitania do Pará. De acordo com Dauril Alden (1963, p. 191), nos “censos”¹⁹ ou mapas de população da América portuguesa em que pessoas de todas as idades eram contadas, as crianças de sete anos ou menos correspondiam em média a 11,75% da população total. Se essa informação puder ser usada para extrapolar os dados disponíveis na contagem de 1765, chegaríamos a um número ajustado de 38.134. Acrescentando uma estimativa de 1.200 habitantes para Oeiras, que não tinha sido incluída naquele cômputo, a provável população total da capitania naquele ano seria então de aproximadamente 39.334 habitantes.

Na mesma ocasião, o vigário capitular recebera os dados sobre a população da capitania do Rio Negro, mas recusou-se a incluí-los por considerá-los inverossímeis:

Da cappitania do Rio Negro veyo também a lista, mas com tão pouca certeza, e averiguação, que duvido a verdade della; por cuja razão me não atrevo a enviá-la a V. Exa., fazendo-se-me incrível, que tenha somente quatro mil, e tantas almas aquella Cappitania.²⁰

Não obstante o ceticismo do compilador, “quatro mil e tantas almas” era uma cifra consistente com uma outra contagem realizada três anos antes pelo ouvidor daquela capitania, Lourenço Pereira da Costa, para a população total de índios aldeados das vilas e lugares da capitania do Rio Negro (PINHEIRO, 1983, p. 80-81).²¹ Somando a população de índios aldeados de cada uma das 18 povoações então existentes, o ouvidor chegou a um total de 4.799 pessoas. Sua relação dividia os índios aldeados entre “oficiais” (os principais, abalizados, sargentos-mores, etc.), os “índios de serviço” (certamente os homens entre 13 e 60 anos, excetuados os oficiais e suas famílias, nos termos do §12 do Regimento das Missões²² e do §64 do Diretório²³), “índias” (sem especificação de idade), “rapazes”, “velhos” e “pagãos”.

¹⁹ A palavra “censo” não era utilizada no século XVIII na acepção atual de recenseamento, contagem da população ou conjunto de dados estatísticos sobre um dado território, mas no sentido estrito de “renda de alguns bens de raiz, que se pagam ao direito senhorio” (BLUTEAU, 1716, p. 237, v.II). Ainda assim, alguns estudiosos utilizam o termo em seus trabalhos, com ou sem aspas, para se referir às contagens populacionais e estatísticas demográficas do Antigo Regime (ALDEN, 1963; MARCÍLIO, 1973; MARCÍLIO, 2000; BOTELHO, 2011; SAMPAIO, 2011; MATOS, 2013). Na consagrada periodização de Maria Marcílio, porém, as fontes de natureza demográfica dividem-se em uma fase pré-estatística (até primeira metade do século XVIII), uma fase proto-estatística (segunda metade do século XVIII até o primeiro recenseamento nacional de 1872) e uma era estatística, a partir de 1872 (MARCÍLIO, 2000). Este trabalho refere-se, portanto, à segunda fase.

²⁰ OFÍCIO do administrador do bispado do Pará, Giraldo José de Abranches [...]. AHU_CU_013, Cx. 58, D. 5242.

²¹ Pinheiro (1983), ao transcrever o documento, atribuiu-lhe a data 1763, porém, no documento original (AHU_CU_020, Cx. 2, D. 113), vemos que se trata de informações de 1762, na verdade. Também foram corrigidas as somas que estavam erradas no original.

²² O Regimento das Missões de 1686 (MATTOS, 2012) foi a legislação definida pela Coroa para disciplinar as relações entre os índios cristãos e os “moradores” no então Estado do Maranhão. Para autores como Carlos de Araújo Moreira Neto (1992) e Ylan de Mattos (2012), foi um diploma legal que representou uma solução de compromisso entre a resistência ameríndia, as forças dos lavradores ou moradores e as pressões das ordens missionárias – principalmente os jesuítas. Para Moreira Neto, embora contivesse diversas concessões por parte dos missionários, o Regimento das Missões permitiu uma fase de estabilização e crescimento das missões na Amazônia, que pode ser chamada de “período empresarial”.

²³ O “Diretório dos Índios” (FURTADO, 1758), proposto pelo então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1757, e aprovado e transformado em lei pelo rei D. José em 1758, foi a regulamentação das Leis de Liberdade de 1755, estabelecendo a tutela de um diretor em cada uma das antigas povoações missionárias, agora transformadas em vilas e lugares administrados com participação das lideranças indígenas; também estipulava as condições de alocação dos trabalhadores compulsórios indígenas e as medidas de incentivo ao comércio e assimilação cultural dos ameríndios.

O conjunto da população aldeada de toda a capitania do Rio Negro, portanto, perfazia um número pouco superior ao de uma das freguesias de Belém na década de 1760. A população de pessoas livres exceto índios aldeados, somada à de escravos africanos, dificilmente ultrapassaria 1.300 pessoas em 1762,²⁴ o que sugere um teto provável de 6.100 pessoas para a população total da capitania do Rio Negro naquele ano. Este seria, sem dúvida, um número pequeno para uma capitania tão extensa, mas compatível com as contagens posteriores. A categoria “pagãos”, que não surge em outros levantamentos encontrados, é muito significativa por dar uma dimensão da importância dos descimentos recentes, de contingentes ainda não batizados. O total de 412 pagãos (8,5% da população aldeada total) mostra como esse movimento era expressivo.

Não é possível calcular a razão de sexo ou a proporção de cada grupo etário, pois esses dados não estão desagregados no caso dos pagãos ou são imprecisos (“rapazes”, “velhos”).

Assim, os raros levantamentos estatísticos realizados antes da década de 1770 não seguiam uma diretriz quanto à organização ou a periodicidade. Isso começa a mudar em 1773.

A padronização dos levantamentos estatísticos na década de 1770

Foi somente no terceiro quartel do século XVIII que a Coroa gradualmente passou a exigir uma produção padronizada e regular de estatísticas populacionais (e, em seguida, econômicas) dos domínios de seu império, a exemplo da Espanha e da Inglaterra. O acirramento das rivalidades entre as diferentes potências coloniais demandava mais informação para finalidades fiscais e militares (ALDEN, 1963, p. 176).

Em 1761, a Coroa britânica solicitava que as colônias inglesas na América informassem periodicamente o número de brancos, negros e índios, bem como a razão para o crescimento ou diminuição das respectivas populações. A resposta a essa solicitação foi irregular, de forma análoga ao que aconteceria nos domínios ibéricos. Em 1776, tanto a Coroa portuguesa quanto a espanhola encaminharam uma demanda semelhante aos governadores dos seus domínios americanos. No caso português, de forma possivelmente inspirada em um modelo castelhano de 1768, as instruções de 1776 estendiam a todas as capitanias da América um modelo já aplicado desde 1765 em São Paulo, 1771 em Goiás²⁵ e 1772 no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Determinava-se que a população a ser contada anualmente deveria ser distribuída em: meninos de 0 a 7 anos; rapazes de 7 a 15 anos; homens de 15 a 60 anos; velhos acima de 60 anos; meninas de 0 a 7 anos; raparigas de 7 a 14 anos; mulheres de 14 a 40 anos; e adultas e velhas acima de 40 anos.²⁶ Deveria ser

²⁴ Afinal, o mapa de população de 1773 indicava a existência, em toda a capitania do Rio Negro, de 222 escravos e 1.165 pessoas livres à exceção dos índios aldeados (AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100).

²⁵ Carta do secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao governador de Goiás José de Vasconcelos Soveral e Carvalho, 01/10/1771. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XXVII, parte segunda, 1864, p. 257.

²⁶ Ordens régias em 1797 acrescentaram uma série de novas demandas de dados estatísticos e, principalmente, econômicos (MARCÍLIO, 2000, p. 38-39).

informado ainda o número de nascimentos e mortes a cada ano (ALDEN, 1963, p. 177-179; MARCÍLIO, 2000, p. 35-38).

Nenhuma das instruções de 1771 a 1776, entretanto, solicitava a discriminação entre brancos, índios, negros e mestiços para a contagem da população das capitanias da América portuguesa (ALDEN, 1963, p. 179). Ainda assim, vários governadores decidiram incluir algum tipo de informação sobre a qualidade e a condição jurídica²⁷ de seus governados (ALDEN, 1963, p. 184-185).

A instrução oficial mais antiga sobre a forma e os cuidados para a realização dos cálculos populacionais no Estado do Grão-Pará e Maranhão parece ser de 2 de outubro de 1772 e apresentava algumas pequenas diferenças nas divisões da população por idade e sexo, em relação à normativa de 1776: o grupo das mulheres adultas contemplava os intervalos entre 14 e 50 anos, 50 e 90 e acima de 90; o dos homens adultos, de 15 a 70 anos, 70 a 90 e acima de 90. Em 25 de novembro de 1772, João Pereira Caldas (governador do Estado) comunicava a seu subordinado Tinoco Valente (governador do Rio Negro) essa instrução²⁸ de Martinho de Melo e Castro (secretário de Estado de Marinha e Ultramar). Tal diretriz determinava que a contagem da população do Estado fosse realizada anualmente, tendo como referência as pessoas residindo em cada localidade no último dia do mês de junho de cada ano. Recomendava-se especial cuidado para que os párocos de cada freguesia, que “não costumão ordinariamente incluir nos seus róis de desobriga²⁹ as crianças da idade de hum a sete anos, [...] não as omitão nos seus registos, para que os mapas se formem sempre com a maior exacção”. O primeiro numeramento produzido com base nessas instruções é datado, de fato, de 1º de julho de 1773, mas todos os mapas posteriores (1774 a 1779, 1785) foram datados do dia 1º de janeiro de cada ano. O modelo impresso³⁰ enviado pelo secretário de Estado a Pereira Caldas orientava a divisão da população apenas entre “livres” e “cativos”, mas o modelo³¹ que o governador do Estado envia para as capitanias subordinadas acrescentava a categoria “índios” (ou seja, índios aldeados) e transformava a categoria “livres” em “moradores adjuntos” (quer dizer, todos os livres à exceção dos índios aldeados).

Pereira Caldas, por sua vez, informava ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar que remetera as instruções e os modelos aos governadores das capitanias do Estado e a

²⁷ A *condição* jurídica (livre, liberto ou escravo) não se confundia com a *qualidade* (branco, mulato, negro, preto, mameluco, cabra, cafuzo, etc.), embora ambas hierarquizassem socialmente os indivíduos. Além disso, a qualidade não era, prioritariamente, um marcador de “cor” (PAIVA, 2016, p. 71).

²⁸ 1773, Maio, 15, Pará. OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, AHU_CU_013, Cx. 70, D. 6002. Esse ofício incluía um modelo impresso das tabelas. Em 1776 e 1797, novas instruções para a contagem da população foram enviadas a governadores de todo o império (MATOS; SOUZA, 2015, p. 82).

²⁹ São os róis ou listas de confessados. Somente pessoas de comunhão podiam se confessar. Usa-se o termo “desobriga” referindo-se a desobrigar-se de confessar. “Desobrigar-se da quaresma. He satisfazer ao preceito da confissão, & comunhão, que ordena a Igreja” (BLUTEAU, 1716, p. 159).

³⁰ AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100.

³¹ AHU_CU_013, Cx. 70, D. 6002.

todos os párocos das freguesias, para que as ordens fossem cumpridas com toda exatidão, apesar das enormes distâncias e das escassas luzes de alguns párocos:

[...] não obstante a clareza dos modelos dos Mappas, e da ordem com que lhes participei, eles não os entendem, antecipando-me a remessa, antes do fim de Junho, que lhes determinei; mandando-me outras humas relações informes, e inteiramente confusas; e já houve algum, que me mandou perguntar, se os Regulares êrão soldados Auxiliares, sendo aliás este dos que se tem em conta de mais esperto.³²

Tinoco Valente, de Barcelos do Rio Negro, respondia ao governador do Estado que distribuiria as cópias dos modelos dos mapas “respectivos às Povoações de Índios”, mas que “[...] O Segundo Modêllo para as Povoaçõens de brancos, como nesta Capitania se não encontre huma só, que assim se intitule, ou possa intitular, fica sustado athe V. Ex.^{cia} mandar o que for servido”.³³ Isto é, os “censos” das capitanias do Pará, do Maranhão e do Piauí distinguiam “povoações de brancos” e “povoações de índios”, conforme a origem da formação de cada uma e conforme a qualidade majoritária de seus habitantes. Mas São José do Rio Negro era a única capitania da América portuguesa formada exclusivamente por povoações de índios – inclusive sua capital. É o que atestam todos os mapas de população do último quartel do século XVIII, utilizados neste trabalho.

A resposta de Tinoco Valente mostra que realmente existiam – ao menos para o Estado do Grão-Pará e Maranhão – um modelo de mapa para “as povoações de índios” e outro para as “povoações de brancos”. O modelo para as povoações de índios simplesmente acrescenta uma seção de “índios aldeados, ou estabelecidos em povoações”, com a discriminação por gênero e idade idêntica à das “pessoas livres” e “pessoas cativas”. Também eram adicionadas colunas para nascimentos, mortes, acréscimos e decréscimos das populações indígenas.

Portanto, os “censos” realizados a partir de 1773 separavam os dados sobre a população conforme o estatuto jurídico, e não pela cor:

- livres com exceção dos índios aldeados (moradores), categoria na qual podiam entrar brancos europeus ou americanos, índios “adjuntos” ou não aldeados (que viviam sobre si), pretos forros, mestiços mamelucos, cafuzos e mulatos;
- índios aldeados (oficiais indígenas isentos do trabalho compulsório e índios também livres, mas sujeitos ao trabalho compulsório);
- escravos (que no contexto do Diretório eram de origem africana), compreendendo negros, cafuzos e mulatos cativos.

Somente alguns raros numeramentos, não regulares porém mais detalhados, como o Mapa das Famílias de 1778 (Pará e Rio Negro)³⁴ ou o de 1788 (somente para Macapá),³⁵

³² AHU_CU_013, Cx. 70, D. 6002.

³³ AHU_CU_013, Cx. 70, D. 6002.

³⁴ AHU_CU_013, Cx. 94, D. 7509.

³⁵ AHU_CU_013, Cx. 99, D. 7852.

atribuíam a *qualidade* a cada morador livre não aldeado (branco, negro, mameluco, índio, cafuzo, mulato). Evidentemente, tal *qualidade* não dependia apenas das características fenotípicas, mas era determinada socialmente.

Porém, nos mapas gerais anuais de população do Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí, a desagregação dos dados estatísticos entre “livres não aldeados”, “índios aldeados” e “escravos” não significava uma distinção de “qualidade” ou cor, mas de estatuto jurídico, com implicações óbvias na mensuração das possibilidades fiscais e militares das capitâneas.

Do ponto de vista dos organizadores dos cálculos populacionais, duas motivações, uma pragmática e outra programática, podem ter orientado essa divisão dos levantamentos demográficos, especificando quem era índio aldeado e quem não era. *Pragmaticamente*, se a contagem de todos os vassallos livres era fundamental por razões militares e fiscais (oferecia informações consistentes sobre quem podia ser alistado nos corpos auxiliares e nas ordenanças, sobre o potencial de arrecadação do dízimo, etc.), a carga do trabalho compulsório pesava apenas sobre os índios aldeados que não eram oficiais. Por isso alguns mapas chegam a discriminar até mesmo quantos eram os oficiais índios e suas famílias em cada povoação do Estado, deixando claro quantos índios aldeados estavam empregados no serviço real ou no de particulares. Dentre os *moradores*, todos os homens em idade de pegar em armas podiam ser mobilizados para as forças auxiliares, mas nem todos os *aldeados* poderiam sê-lo, dadas as necessidades de remadores e outros trabalhadores para o transporte, comunicações, agricultura e manufatura do Estado.

Programaticamente, porque o Diretório mudara a política oficial sobre a presença de brancos nas povoações indígenas. Antes, o antigo Regimento das Missões vetava a presença de brancos e mamelucos, tida como uma ameaça de corrupção e violência contra os aldeamentos missionários. Sob o Diretório, moradores “de qualquer qualidade e condição”, apresentando “exemplar procedimento”, foram incentivados a cooperar, com seu exemplo e seus costumes, para a tarefa civilizatória com sua presença nas vilas e lugares indígenas (FURTADO, 1758, p. 34-37).

Os mapas de população e os relatórios de agentes régios (como os do ouvidor Ribeiro de Sampaio, do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, dos bispos e vigários gerais) enviados a Lisboa permitiam à alta administração do império (no nível dos conselhos e das secretarias de Estado) monitorar o desenvolvimento das relações entre índios e brancos nesse laboratório de uma experiência civilizacional: quantos índios se dedicavam ao comércio, quantos trabalhavam para moradores brancos, quantos índios se evadiam a cada ano, quantos eram descidos, como se comportavam a natalidade e a mortalidade, qual proporção de não aldeados existia em cada uma das povoações de índios... Dessa forma, fazia sentido que tais contagens indicassem as populações de índios aldeados, escravos (africanos) e “livres à exceção de índios aldeados”. Por essa razão, a classificação não é de “brancos”, mas de “todos os livres exceto índios aldeados”. Essa categoria incluía brancos, pretos forros, mulatos livres, mamelucos e índios não aldeados.

Os pesquisadores que pioneiramente utilizaram os dados dos mapas populacionais certamente tiveram diante de si uma tarefa bastante desafiadora, antes da reorganização do Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilização dos microfimes na rede mundial de computadores. Os dados de que se dispunha (em um momento em que o acesso às fontes era muito mais difícil do que hoje) levaram Kelly-Normand (1986, p. 95)³⁶ a supor que a cada três anos se tentou fazer um “censo” geral da população do Estado do Grão-Pará.³⁷ Na verdade, as instruções de Martinho de Melo e Castro em 1772 eram no sentido de que se realizassem as contagens anualmente.

A contagem da população, o controle da arrecadação e os relatórios sobre a produção passavam a ser feitos com regularidade e precisão inéditas, refletindo uma forma de administração bem diferente daquela que tínhamos visto nas primeiras tentativas de contagem da população. Trata-se da transformação de que fala Senellart (2006, p. 42-43): preocupadas com quantidades – “população ativa ou inativa, riquezas, mercadorias, equipamentos civis e militares” –, as monarquias agora procuravam desenvolver ao máximo os recursos materiais e humanos, pois as finalidades governamentais estavam sendo redefinidas em função das necessidades do Estado. Assim, “O antigo governo das almas e dos corpos é substituído [...] pelo governo das coisas”.

A exatidão e a eficiência da coleta de informações certamente aumentaram nas últimas décadas do século XVIII, mas não são absolutas. Os agentes dessa contagem, fossem os párocos, os capitães ou cabos de ordenanças (mesmo na capitania de São Paulo, onde as contagens mereceram uma atenção particularmente zelosa sob o Morgado de Mateus), não tinham sempre os mesmos padrões de diligência e meticulosidade. “Como estes censos deveriam ser realizados anualmente, seus responsáveis limitavam-se, por vezes, em copiar as listas dos anos anteriores” (MARCÍLIO, 1973, p. 82). Para as capitanias do Rio Negro e do Pará, não se chegou a detectar esse tipo de fraude, mas as dificuldades e erros (intencionais ou não) eram quase inevitáveis em qualquer lugar. Até onde foi possível perceber, erros de soma eram muito raros e poucas vezes apareciam números redondos, o que é um indicador de cuidado nos levantamentos. Mas o despreparo dos encarregados provavelmente não era raro em uma capitania remota como a do Rio Negro. Ao organizar a contagem da população do lugar de Thomar, no rio Negro, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira lamentava as dificuldades que teve em examinar os livros de ordenanças:

Maior trabalho reputei eu o da consternação, a que nos vimos reduzidos, eu, e o Reverendo Vigário, de aos próprios brancos, Índios, e Índias, andarmos perguntando pela gente ou das suas famílias, ou do seu conhecimento. Por isso eu não abono de exacto o Mappa da População, persuado-me contudo, que atendidas as circunstâncias da brevidade do

³⁶ Ela tinha pesquisado principalmente no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e salientou, corretamente, que o Arquivo do Conselho Ultramarino deveria ter muito mais material relativo aos “recenseamentos”. Foi do Arquivo Histórico Ultramarino, afinal, que obtive a maior parte de minhas fontes, com a ferramenta do Projeto Resgate.

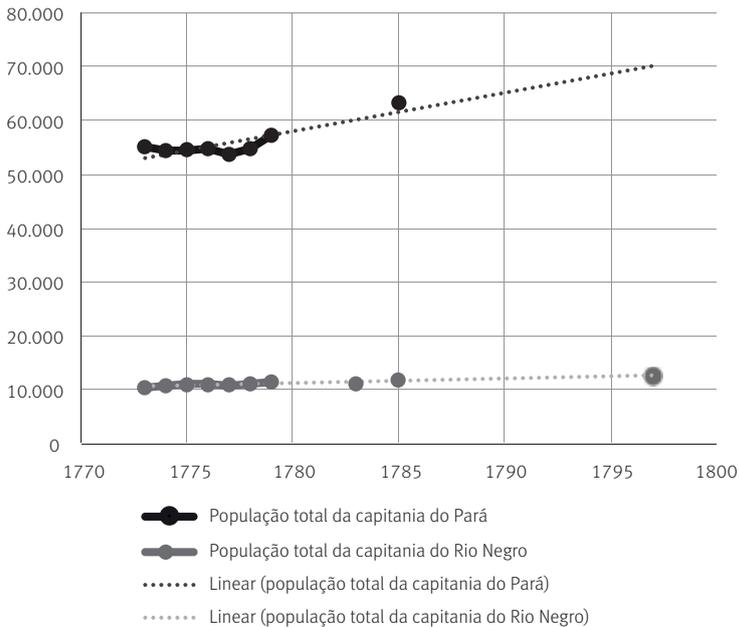
³⁷ A autora realizou um importante trabalho pioneiro sobre os “censos” na Amazônia colonial, embora tenha cometido alguns pequenos equívocos, como utilizar o termo “vila” (ligado a um estatuto bem definido de governo local) como sinônimo de “povoações” (KELLY-NORMAND, 1986, p. 99). Um trabalho anterior da mesma autora foi sua tese de doutorado baseada em fontes paroquiais da povoação de Gurupá (KELLY-NORMAND, 1984).

tempo, confusão dos livros, novatice do Director, e do Vigario, e ausência dos Principaes, sahio tão exacto quanto se pode esperar sobre o exposto.³⁸

Análise dos mapas

Com todas essas ressalvas, o que os mapas permitem inferir, a partir de 1773? Para Patrícia Sampaio (2011), pode ser observada uma relativa estabilidade da população aldeada que, em última análise, revela um Diretório “em pleno funcionamento”, com “o estabelecimento de populações de maneira mais ou menos duradoura”. Mesmo com os já conhecidos casos de deserções e fugas, “tão importante quanto saber por que muitos se foram, é [...] tentar entender por que outros tantos ficaram” (SAMPAIO, 2011, p. 74). Não apenas ficaram, como conseguiram se estabelecer de forma consistente, conforme mostram os Gráficos 1 e 2.

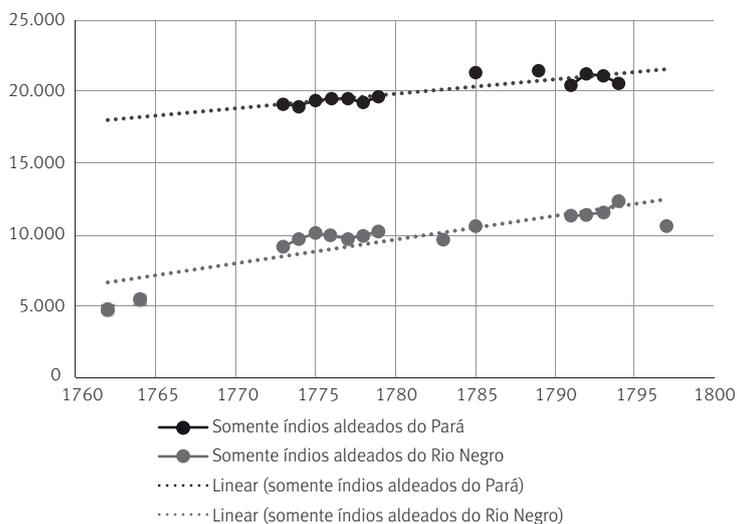
GRÁFICO 1
População total
Capitanias do Pará e Rio Negro – 1773-1797



Fonte: Pinheiro (1983, p. 80-81); AHU_CU_013, Cx. 58, D. 5242; AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6252; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_CU_013, Cx. 76, D. 6368. AHU_CU_013; Cx. 85, D. 6940; AHU_CU_013, Cx. 94, D. 7509. Para os anos de 1783 e 1797: Almeida (1990).

³⁸ AHU_CU_020, Cx. 10, D. 387

GRÁFICO 2
População de índios aldeados
Capitanias do Pará e Rio Negro –1762-1797



Fonte: AHU_CU_013, Cx. 99, D. 7872; AHU_CU_020, Cx. 2, D. 120; Mapas gerais da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitanias do Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro, 1791 a 1794 – Biblioteca Municipal do Porto C-M & A-Pasta 24 [65]. Para a capitania do Rio Negro, nos anos de 1773 e 1783: Almeida (1990).

Os mapas de população do período do Diretório refletem os sistemas hierárquicos em vigor: “dizer apenas índio não esclarecia muito sobre quem se falava, sem que se agregassem os distintivos moradores e aldeados” (SAMPAIO, 2011, p. 76). Uma distinção importante para as finalidades da contagem da população é que índios *moradores*, diferentemente dos *aldeados*, não estavam disponíveis para o trabalho compulsório. Os primeiros já podiam “viver sobre si”, desobrigados da tutela a que o aldeado estava submetido. Sem embargo de manterem uma identidade indígena (de se verem e serem vistos como índios), para efeitos administrativos, econômicos e militares, não precisavam ser distinguidos dos outros *moradores* pobres, brancos, mamelucos, cafuzos ou pretos.

De forma geral, todos os grupos livres apresentaram um crescimento que não destoava do resto da América portuguesa. Calculando-se a taxa média de crescimento anual da população total (livres, índios aldeados e escravos de todas as idades) a partir dos mapas de população da capitania do Pará entre 1773 e 1785, obtém-se a cifra de 1,11%. Dauril Alden (1963, p. 194) admite uma taxa muito semelhante de crescimento anual (1,18%) para o conjunto da América portuguesa, no último quartel do século XVIII. Para a capitania do Rio Negro, no mesmo período, a taxa é bastante similar (1,28%). No que se refere apenas aos índios aldeados, a taxa média de crescimento anual no Pará de 1773 a 1794 é de apenas 0,33% e, no Rio Negro, de 1,24%.

Patrícia Sampaio (2011, p. 63) relaciona o aumento demográfico mais acelerado dos índios aldeados nessa última capitania, entre 1764 e 1774, a uma conjuntura de rápida expansão para oeste, com a fundação de várias novas povoações resultantes de descimentos.

De fato, o Gráfico 2 mostra uma desaceleração do crescimento entre os aldeados da capitania do Rio Negro após 1780.

Mas, se o crescimento da população total é um pouco mais acelerado do que o efetivo de índios aldeados, é preciso levar em conta que tais categorias não eram estanques, pois existiam indivíduos que passavam da categoria “índios aldeados” para a de moradores, ou seja, saíam da condição de tutelados para a de vassallos com direitos realmente iguais aos dos demais vassallos. A absorção de índios como moradores pelo casamento e, principalmente, pelo concubinato certamente já ocorria em alguma medida antes das Leis das Liberdades (BOXER, 1967, p. 132), mas agora isso acontecia em outra escala, de forma institucionalizada, regulada e expandida para todo o interior do Estado. Alguns índios buscavam outras formas de passar para a categoria de moradores ou adjuntos das povoações, rejeitando a condição de tutelados.

TABELA 1
População total
Capitanias do Pará e do Rio Negro – 1765-1797

Anos	Capitania do Pará	Capitania do Rio Negro
1765	(1) 39.334	(2) 6.767
1766 a 1772	n.d.	n.d.
1773	55.318	10.296
1774	54.464	10.826
1775	54.374	11.259
1776	54.899	11.056
1777	53.657	10.952
1778	54.914	11.234
1779	57.251	11.513
1780 a 1782	n.d.	n.d.
1783	n.d.	11.097
1784	n.d.	n.d.
1785	63.162	12.007
1786 a 1796	n.d.	n.d.
1797	n.d.	12.707

Fonte: Pinheiro (1983, p. 80-81); AHU_CU_013, Cx. 58, D. 5242; AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6252; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_CU_013, Cx. 76, D. 6368. AHU_CU_013; Cx. 85, D. 6940; AHU_CU_013, Cx. 94, D. 7509. Para os anos de 1783 e 1797: Almeida (1990).

(1) Total ajustado a partir do acréscimo do número estimado de menores de sete anos e da provável população de Oeiras.

(2) Total ajustado pela soma da população aldeada, contada em 1764, com uma estimativa de 1.300 habitantes brancos, índios não aldeados, negros e mestiços.

A população aldeada da capitania do Rio Negro era aproximadamente a metade daquela do Pará, mas recebia maiores aportes de descimentos por ainda existirem mais povos independentes ali. A população aldeada do Pará permaneceu praticamente estável, enquanto a população total da capitania cresceu mais de 14% entre 1773 e 1785. O número de “pessoas que se retiraram” (emigração, deserção das povoações) podia, em determinados anos, ultrapassar o número de mortes; assim como o número de “pessoas que se cresceram” podia ultrapassar o número de nascimentos. Mas essas pessoas que

“se retiravam”, evadiam ou se ausentavam das povoações podiam retornar algum tempo depois, assentar-se em outra freguesia ou mesmo passar da categoria de aldeado para a de livre não aldeado (morador).

TABELA 2
População de índios aldeados
Capitanias do Pará e do Rio Negro – 1762-1797

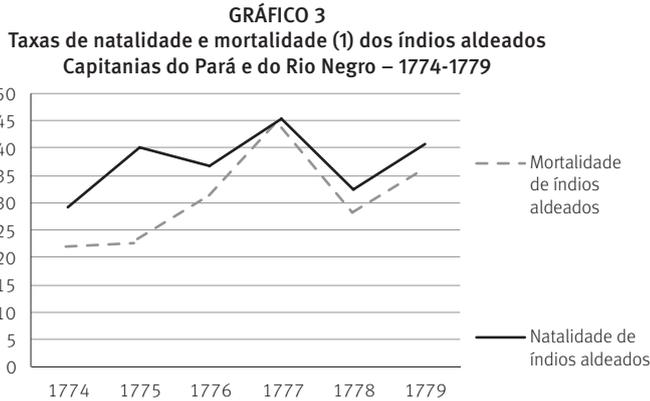
Anos	Capitania do Pará	Capitania do Rio Negro
1762	n.d.	4.799
1763	n.d.	n.d.
1764	n.d.	5.467
1765 a 1772	n.d.	n.d.
1773	19.123	9.099
1774	19.034	9.661
1775	19.328	10.121
1776	19.511	9.900
1777	19.573	9.732
1778	19.179	9.976
1779	19.588	10.247
1780 a 1782	n.d.	n.d.
1783	n.d.	9.655
1784	n.d.	n.d.
1785	21.383	10.581
1786 a 1788	n.d.	n.d.
1789	21.513	n.d.
1790	n.d.	n.d.
1791	20.500	11.313
1792	21.245	11.405
1793	21.103	11.588
1794	20.524	12.368
1795 e 1796	n.d.	n.d.
1797	n.d.	10.686

Fonte: AHU_CU_013, Cx. 99, D. 7872; AHU_CU_020, Cx. 2, D. 120; Mapas gerais da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitanias do Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro, 1791 a 1794 – Biblioteca Municipal do Porto C-M & A-Pasta 24 [65]. Para a capitania do Rio Negro, nos anos de 1773 e 1783: Almeida (1990).

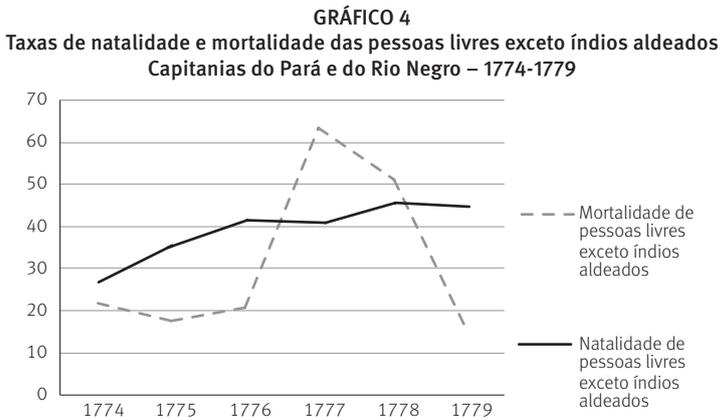
Os índices de mortalidade dos livres não aldeados parecem ser ligeiramente inferiores aos dos índios aldeados, exceto para 1777-1778 (Gráficos 3 e 4). Em 1776, como se sabe, houve uma séria epidemia de varíola em Belém. Se existe uma correlação entre esses fatos, a letalidade parece ter sido surpreendentemente maior no primeiro grupo do que no segundo, possivelmente por ter atingido mais a capital.³⁹ Cada mapa da população era datado de primeiro de janeiro e apresentava os dados do ano anterior, como vimos. Portanto, o número de mortes que aparece no mapa de 1777 refere-se ao ano anterior. Em 1779, cessados os efeitos, as taxas voltam a patamares semelhantes aos de antes da epidemia.

³⁹ 1777, Setembro, 15: OFÍCIO do Bispo do Pará para o [secretário de estado dos Negócios do Reino], visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre a necessidade de se construir um cemitério na vizinhança da cidade de Belém do Pará, em virtude do elevado número de pessoas falecidas devido a uma epidemia de bexigas. AHU_CU_013, Cx. 77, D. 6449.

Esse padrão fortemente oscilante não destoa da “mortalidade do tipo Antigo Regime”. Nesse modelo, enquanto a natalidade mantinha-se relativamente constante, a mortalidade oscilava anualmente (Gráficos 3 e 4). Dependendo dos períodos de crise que surgiam, esse índice de mortalidade podia exceder ao de nascidos (IMHOF, 1984, p. 250). As taxas de natalidade dos índios aldeados assemelham-se às dos livres não aldeados (Gráficos 3 e 4 e Tabela 3), ao menos na conjuntura 1773-1779, para a qual pudemos obter dados contínuos.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos números absolutos nos mapas de população de 1774 a 1779 (AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100; AHU_CU_013, Cx. 73, D. 6174; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_CU_013, Cx. 76, D. 6368; AHU_CU_013, Cx. 85, D. 6940).
(1) Por mil índios aldeados.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos números absolutos nos mapas de população de 1774 a 1779 (AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100; AHU_CU_013, Cx. 73, D. 6174; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_CU_013, Cx. 76, D. 6368; AHU_CU_013, Cx. 85, D. 6940).
(1) Por mil pessoas livres.

Como base de comparação, em Minas Gerais, em 1815, a taxa de natalidade era de 36,6 por mil, para os brancos, e 41,7 por mil, para os mulatos livres, e a taxa de mortalidade correspondia a 27,4 e 34,3 por mil, respectivamente, para esses dois segmentos (MARCÍLIO, 1990, p. 59). Em seu estudo sobre uma região açucareira, Schwartz (1988, p. 63) oferece outros dados para comparação:

A taxa bruta de mortalidade em Pernambuco em 1774 era de quase 33 por mil, e permaneceu em torno desse nível até o final do século XIX. No Maranhão, a taxa bruta de mortalidade dos indígenas em 1798 esteve próxima de 22 por mil, ao passo que para os escravos negros era pouco mais de 27 por mil. Portanto o percentual encontrado para o Engenho Santana parece elevado [43 por mil], embora não se aproxime da taxa de 70 por mil verificada para os escravos africanos na Jamaica e em Barbados no final do século XVII.

TABELA 3
Cálculo das taxas de mortalidade e natalidade
Capitanias do Pará e Rio Negro – 1773-1779

População	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779
População total (Pará e Rio Negro)	65.614	65.290	65.633	65.955	64.609	66.148	68.764
Escravos	11.607	12.088	11.422	12.492	11.943	12.347	13.188
Índios aldeados	28.222	28.695	29.443	29.411	29.305	29.154	29.835
População livre exceto índios aldeados	25.785	28.695	24.768	24.052	23.361	24.647	25.741
Mortes de livres exceto índios aldeados	n.d.	538	436	499	1480	1261	389
Mortes de índios aldeados	n.d.	631	688	926	1.324	825	1.077
Nascimentos de livres exceto índios aldeados	n.d.	653	882	996	945	1.123	1.146
Nascimentos de índios aldeados	n.d.	840	1.178	1.086	1.331	943	1.223
Taxa de mortalidade de livres exceto índios aldeados (por mil)	n.d.	21,9	17,6	20,7	63,3	51,1	15,1
Taxa de mortalidade de índios aldeados (por mil)	n.d.	21,9	23,3	31,4	45,1	28,3	36,1
Taxa de natalidade de livres exceto índios aldeados (por mil)	n.d.	26,6	35,6	41,4	40,4	45,5	44,5
Taxa de natalidade de índios aldeados (por mil)	n.d.	29,2	40,0	36,9	45,4	32,3	40,9

Fonte: AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100; AHU_CU_013, Cx. 73, D. 6174; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_CU_013, Cx. 76, D. 6368; AHU_CU_013, Cx. 85, D. 6940.

Nota: Os números absolutos foram compilados dos mapas de população do Arquivo Ultramarino (AHU – Projeto Resgate) já mencionados; as taxas de natalidade e mortalidade foram calculadas pelo autor, dividindo-se o número absoluto de mortes ou nascimentos de cada grupo pela respectiva população e multiplicando-se o resultado por mil. O mapa de 1773 não podia mostrar as variações populacionais do ano anterior porque foi o primeiro a ser feito de acordo com as instruções de 1772.

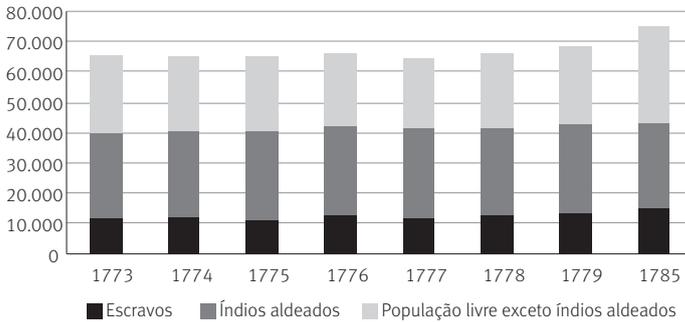
As taxas do Pará e do Rio Negro não parecem ser, portanto, excepcionais.

Incidentalmente, a Tabela 3 e o Gráfico 5 mostram que, até 1779, a população de escravos de origem africana equivalia a menos da metade da população indígena aldeada nas duas capitanias. A importância do trabalho indígena permaneceria central em todo o período colonial na região, mesmo com toda a política oficial de incentivo à importação de escravos africanos.

Os três grupos (índios aldeados, livres não aldeados e escravos) apresentam um crescimento lento, mas constante, no período. O Gráfico 5 demonstra isso, acrescentando os dados de 1785,⁴⁰ quando se observa pela primeira vez a população livre não aldeada ultrapassar os índios aldeados.

⁴⁰ AHU_CU_013, Cx. 94, D. 7509.

GRÁFICO 5
População, por grupos
Capitanias do Pará e Rio Negro – 1773-1785



Fonte: AHU_CU_013, Cx. 72, D. 6100; AHU_CU_013, Cx. 73, D. 6174; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; AHU_CU_013, Cx. 76, D. 6368; AHU_CU_013, Cx. 85, D. 6940; AHU_CU_013; Cx. 94, D. 7509.

De forma geral, as áreas economicamente mais articuladas ao abastecimento interno e à exportação em cada capitania eram as que abrigavam as maiores parcelas dessa população. Dividindo-se as capitanias em regiões e calculando-se as respectivas porcentagens da população total nos mapas de 1765/1762, 1776 e 1785, obteve-se a distribuição geográfica dos habitantes ao longo de três décadas (Tabelas 4 e 5).

TABELA 4
Distribuição geográfica da população
Capitania do Pará – 1765-1785

Localidades	Em porcentagem		
	1765	1776	1785
Belém e região oriental do Pará	47,5	46,6	52,1
Baixo Amazonas	15,4	18,1	17,8
Cabo Norte	14,9	9,0	4,5
Marajó	6,9	8,5	6,7
Rio Tapajós	6,1	7,0	6,3
Rio Tocantins	5,7	6,5	8,7
Rio Xingu	3,5	4,4	4,0

Fonte: As povoações foram agrupadas em regiões pelo autor e os números absolutos foram obtidos nos respectivos mapas de população (AHU_CU_013, Cx. 58, D. 5242; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; Cx. 94, D. 7509).

TABELA 5
Distribuição geográfica da população
Capitania do Rio Negro – 1762-1785

Localidades	1762	1776	1785
Baixo Rio Negro	51,7	39,2	38,9
Solimões	36,8	29,6	22,5
Alto Rio Negro	0,0	19,5	22,5
Amazonas	4,9	8,5	13,9
Madeira	6,6	3,2	2,1

Fonte: As povoações foram agrupadas em regiões pelo autor e os números absolutos foram obtidos nos respectivos mapas de população (AHU_CU_020, Cx. 2, D. 113; AHU_CU_013, Cx. 74, D. 6256; Cx. 94, D. 7509).

Na capitania do Pará, quase metade da população estava concentrada em Belém e região ocidental (o chamado “Continente do Pará”).⁴¹ Era justamente essa região, “a partir do sistema fluvial composto pelos rios Acará, Moju, Capim e Guamá” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 104), que desde fins do século XVII abarcava a maior parte das concessões de sesmarias e as atividades agrícolas comerciais.

O Baixo Amazonas⁴² reunia entre 17% e 18% da população. O Cabo Norte⁴³ apresentou forte declínio em termos absolutos e proporcionais dos anos 1760 até a década de 1780; a porcentagem de Marajó, ilha ligada ao abastecimento da capital, permaneceu estável. Essas quatro áreas, que representavam 80% da população da capitania, concentravam igualmente a maior parte da população escrava (VIRGOLINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990, p. 53). Belém e as 14 vilas denominadas “vilas de brancos” da região oriental, aliás, possuíam 10.105 escravos ou 67% do total de escravos da capitania. O Rio Tocantins apresentou tendência de crescimento, enquanto os Rios Xingu e Tapajós mantiveram sua proporção (cerca de 4% e 6% da população da capitania, respectivamente).

Na capitania do Rio Negro, o Baixo Rio Negro (de Poiars à Barra do Rio Negro), com a capital e vilas importantes como Moura, apresentou redução relativa, entre 1762 e 1785 (de 51,7% para 38,9% da população), mas manteve sua preponderância. As povoações do Solimões,⁴⁴ área considerada mais fértil, piscosa e rica em drogas do sertão do que o rio Negro, tiveram paradoxalmente um declínio significativo, de 36,8% para 22,5% no mesmo período, chegando a se igualar à região do Alto Rio Negro,⁴⁵ uma fronteira remota com reduzida produção para o mercado interno ou externo e com uma população quase que exclusivamente indígena, recém-descida (depois de 1762).

As duas vilas do rio Amazonas, próximas ao Pará (Silves e Serpa), mostraram uma assinalada tendência de crescimento no período estudado, de menos de 5% para 13,9% da população da capitania, possivelmente pela conexão com a produção agrícola mercantil;⁴⁶ aliás, logo depois, em 1786, Serpa seria um dos estabelecimentos escolhidos para abrigar os Mura recém-pacificados, o que aumentou ainda mais sua população. Serpa e Silves eram as duas vilas com maior número de escravos em 1785, depois da capital (87 escravos ou

⁴¹ Incluindo áreas de colonização antiga como Vigia e Bragança, a expressão “Continente do Pará” era utilizada pelo padre José Monteiro de Noronha, vigário geral do Rio Negro (NORONHA, 1862 [1768], p. 2).

⁴² Desde Faro até Melgaço e Portel, incluindo Gurupá, Oeiras, Óbidos, Monte Alegre, etc.

⁴³ Correspondendo ao atual Amapá, compreendendo Macapá, Santana, Vila Vistosa e Mazagão.

⁴⁴ Compreendia povoações como Ega, Olivença, Fonte Boa, Tabatinga, entre outras.

⁴⁵ Ou seja, a montante de Poiars, incluindo desde Santa Isabel até Marabitenas, São Gabriel, Caldas, Loreto etc., estabelecimentos posicionados em frente aos espanhóis.

⁴⁶ Silves, com 1.800 habitantes no final do século XVIII e início do XIX, destacava-se pela produção de tabaco, cacau, café, algodão e salga de peixe; Serpa, com 800 habitantes, produzia tabaco, manteiga e salga de peixe (SAMPAIO, 1825 [1775], p. 3-14; BARATA, 1846 [1797], p. 10; SOUSA, 1848, p. 422-423).

27,4% do total da capitania).⁴⁷ O rio Madeira (praticamente com uma única vila, Borba) não atingiu as expectativas iniciais que remontavam à década de 1750, quando Mendonça Furtado o vislumbrava como importante ligação com Mato Grosso.

Conclusão

Percebe-se, assim, que poucas áreas de cada capitania apresentaram declínio demográfico significativo em termos relativos. Apenas as regiões do Cabo Norte e do Solimões, além da vila de Borba (rio Madeira), apresentaram diminuição absoluta entre 1765 e 1785. Os índices de natalidade, mortalidade e crescimento anual não apresentaram grande diferença em relação ao conjunto da América portuguesa. A grande quantidade de dados analisados até aqui não indica que o período de vigência do Diretório tenha tido efeitos “catastróficos” sobre a população indígena, aldeada ou não. Na verdade, os dados disponíveis mostraram viabilidade dessas povoações da Amazônia colonial.

A sobrevivência de uma população depende de seu tamanho e de sua composição em termos de idade e sexo. Uma população de poucas dúzias de indivíduos tem poucas chances de sobreviver como grupo, já que sua vulnerabilidade é muito grande diante de acasos ou eventos externos que distorçam muito a razão de sexo na população ou na distribuição por idade, comprometendo a capacidade reprodutiva do grupo, a divisão do trabalho, etc. Livi-Bacci inclina-se a aceitar a hipótese de uma “população mínima viável”, um nível abaixo do qual a probabilidade de sobrevivência do grupo declina a longo prazo. Esse mínimo depende de vários fatores, mas o autor indica um número de referência entre 100 e 500 indivíduos (LIVI-BACCI, 2016, p. 441-443). Na capitania do Pará, a média da população das oito vilas de brancos no mapa de 1776 era de 1.388 habitantes; nas 29 vilas de índios, a média era de 663 habitantes e, nos 22 lugares de índios, 201. Na capitania do Rio Negro, segundo dados do mesmo mapa, a população média das nove vilas era de 523 habitantes, e a dos lugares, de 209 habitantes. As povoações menores, como se sabe, tinham um número pouco significativo de escravos.

Os dados sugerem que essa dimensão das povoações não comprometia a proporção entre os sexos de maneira a inviabilizar a estabilidade demográfica. A razão de masculinidade no Pará em 1776 era de 103,2 homens por 100 mulheres entre os livres à exceção dos índios aldeados e de 89,5 entre os índios aldeados. Em 1785, essas razões eram exatamente as mesmas. Na capitania do Rio Negro, nesse mesmo ano, as razões eram de 95,6 para os livres à exceção dos índios aldeados e de 101 para os índios aldeados; em 1776, eram de 92,3 e 93,3, respectivamente. Nada disso sugere populações sob extrema pressão demográfica, “insustentáveis” ou “artificiais”.

⁴⁷ O número de escravos na capitania do Rio Negro era muito reduzido, como se sabe. O importante e abrangente trabalho de Tarcísio Botelho (2011, p. 11-12), valendo-se de fontes secundárias, acabou reproduzindo, no caso do Rio Negro, um erro de Clotilde Paiva et al. (1990, p. 32): estimou um número absolutamente improvável para a população escrava do Amazonas (capitania do Rio Negro) em 1808: 7.400 indivíduos (incompatível, aliás, com os números que ele mesmo apresenta para 1830 – 594 escravos).

Portanto, as informações qualitativas e quantitativas de que dispomos mostram que a população indígena das povoações coloniais (aldeada ou não) logrou elaborar formas de adaptação (ou resistência adaptativa – MONTEIRO, 2001) amiúde bem-sucedidas no sentido de preservar espaços de autonomia e de sobrevivência. A população livre como um todo parece ter conseguido se adaptar às condições ambientais e econômicas, criando uma sociedade capaz de reproduzir-se na região.

Referências

- ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteenth century. *The Hispanic American Historical Review*, n. 43, p. 173-205, maio 1963.
- ALMEIDA, M. R. C. D. **Os vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia**: a colonização da Amazônia Ocidental (1750-1798). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.
- AMAZONAS, L. **Diccionario topographico, historico, descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852.
- BARATA, F. J. R. Diário da viagem a colônia holandesa de Surinam, feita pelo porta-bandeira da sétima companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este Estado, em diligencia do Real Serviço. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. VIII, p. 1-53, 1846 [1797].
- BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Grão-Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2014.
- BIRABEN, J.-N. Epidemias na história da população. In: MARCÍLIO, M. L. **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 110-136.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716.
- BOTELHO, T. R. Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX. In: V JORNADAS URUGUAIAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA. **Anais...** Montevidéu: Universidad de la Republica, 2011.
- BOXER, C. R. **Relações raciais no império colonial português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. **The golden age of Brazil**: growing pains of a colonial society (1695-1750). 2. ed. Manchester: Carcanet, 1995.
- CARRARA, Â. A. A população do Brasil, 1570–1700: uma revisão historiográfica. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-21, 2014.
- CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: UFPA, Açáí, 2010.
- CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilmo. e Rmo. Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853 [1707].
- CROSBY, A. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa: 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 1, 2004 [1776].
- DENEVAN, W. M. The native population of Amazonia in 1492 reconsidered. *Revista de Índias*, v. 63, n. 227, p. 175-188, 2003.
- FONSECA, A. A. D. **Reformismo ilustrado e política colonial**: negociações e resistência na Capitania do Rio Negro (1751-1798). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2016.

FURTADO, F. X. D. M. **DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar**. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

HEMMING, J. **Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1978].

HOLLINGSWORTH, T. Uma conceituação de demografia história e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In: MARCÍLIO, M. L. **Demografia histórica**. São Paulo: Pioneira, 1977. p. 23-39.

IMHOF, A. E. A mortalidade europeia do século XVIII ao XX: resultados e problemas. In: MARCÍLIO, M. L. **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 247-265.

KELLY-NORMAND, A. Fontes primárias para a história de índios destribilizados na região amazônica. **Boletim de Pesquisa da CEDEAM**, Manaus, v. 5, n. 8, p. 92-119, jan./jul. 1986.

_____. **Family, church, and crown: a social and demographic history of the lower Xingu valley and the municipality of Gurupá, 1623-1889**. Tese (PhD in History) – University of Florida, Gainesville, 1984.

LIVI-BACCI, M. Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências. In: MARCÍLIO, M. L. **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 69-109.

_____. The depopulation of upper Amazonia in colonial times. **Revista de Índias**, v. 76, n. 267, p. 419-448, 2016.

MADEIRA, A. B. As fontes demográficas de antigo regime nos Açores. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. 3, p. 139-176, 1999.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. La población del Brasil colonial. In: BETHELL, L. **História de América Latina – 4. América Latina colonial: población, sociedad y cultura**. Barcelona: Crítica, 1990. p. 39-59.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MATOS, P. T. D. Population censuses in the portuguese empire, 1750-1820: research notes. **Romanian Journal of Population Studies**, v. II, n. 1, p. 5-26, Jan./Jun. 2013.

MATOS, P. T. D.; SOUZA, P. S. E. A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820. **Memórias**. Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe, Barranquilla, n. 25, p. 72-103, enero-abril 2015.

MATTOS, Y. D. Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686. **7 Mares**, n. 1, p. 112-122, outubro 2012.

MEIRA, M. **Livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia**. São Paulo: USP/Fapesp, 1994.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Campinas: IFCH Unicamp, 2001.

MOREIRA NETO, C. D. A. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In: HOORNAERT, E. (Org.). **História da igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 63-120.

NORONHA, J. M. D. **Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província**. Belém: Typographia de Santos e Irmãos, 1862 [1768].

- PAIVA, C. A.; CARVALHO, J. A. M. D.; LEITE, V. D. M. Demografia. In: IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 19-52.
- PAIVA, E. F. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PAIVA, E. F. Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando? In: PAIVA, E. F.; FERNÁNDEZ CHAVES, M. F.; PÉREZ GARCÍA, R. M. **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 57-81.
- PINHEIRO, G. S. P. Documentos inéditos de Lourenço Pereira da Costa, Provedor da Fazenda Real e Intendente do Comércio, Agricultura e Manufatura da Capitania de São José do Rio Negro. **Boletim de Pesquisa da CEDEAM**, Manaus, v. 2, n. 3, p. 58-81, jul./dez. 1983.
- PORRO, A. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1995.
- RAMINELLI, R. Depopulação na Amazônia colonial. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: Abep, 1998. p. 1359-1376.
- REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SAMPAIO, F. X. R. D. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma**. Lisboa: Tipographia da Academia, 1825 [1775].
- SAMPAIO, P. M. M. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na colônia – sertões do Grão-Pará (1755-1823). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SANCHEZ-ALBORNOZ. La población de la América colonial española. In: BETHELL, L. **Historia de América Latina –4**. América Latina colonial: población, sociedad y cultura. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. p. 14-38.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENELLART, M. **As artes de governar**: do regimen medieval ao conceito de governo 2006. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SOUSA, C. A. F. D. Notícias geográficas da capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. X, 4º trimestre, p. 411-503, 1848.
- VIDAL, L. **Mazagão, cidade que atravessou o Atlântico**: do Marrocos à Amazônia (1769-1783). São Paulo: Martins, 2008.
- VIEIRA JÚNIOR, A. O.; MARTINS, R. S. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293-311, maio/ago. 2015.
- VIRGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. **A presença africana na Amazônia colonial**: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

Sobre o autor

André Augusto da Fonseca é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Foi bolsista Capes durante parte da pesquisa de doutoramento.

Endereço para correspondência

Universidade Estadual de Roraima – Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua 7 de Setembro, 231, Canarinho
69306-530 – Boa Vista–RR, Brasil

Abstract

Population Tables in Grao-Para captaincies: consolidation of a colonial population in the final half of the XVIIIth century

As of the mid-eighteenth century, in the context of the so-called Pombaline Reforms, Indian Freedom Laws incorporated a large region in northern Portuguese America into civilian administration, transforming more than sixty missionary settlements into Portuguese villages and sites with predominantly indigenous population. This paper seeks to research into the demographic evolution of “*aldeado*” (subject to compulsory labour) indians and the free non-“*aldeado*” population under this new regime. For some historians, the population of Indian villages under the *Directorio* (1757-1798) was artificially maintained by the constant influx of new contingents of native peoples through *descimentos*. However, the analysis of population tables produced since 1773 shows a slow but consistent growth of all population groups in the captaincies of the State of Grão-Pará, even suffering frequent epidemics and harm from compulsory work to which by the majority of the indigenous population was subject.

Keywords: Amazon – Colonial History. Indigenous people. Indigenous policies.

Resumen

Los mapas de población en el Estado de Grão-Pará: consolidación de una población colonial en la segunda mitad del siglo XVIII

Desde mediados del siglo XVIII, en el contexto de las denominadas reformas pombalinas, las Leyes de Libertad de los Indios incorporaron una inmensa región en el norte de la América portuguesa a la administración civil y transformaron más de sesenta reducciones misioneras en municipios portugueses de población predominantemente indígena. Esta investigación se propone investigar la evolución demográfica de los indios «aldeados» y de la población libre no «aldeada» bajo el nuevo régimen. Para una parte de la historiografía, la población de las villas y lugares indígenas se mantuvo artificialmente, en el marco del Directorio (1757-1798), por el suministro constante de nuevos contingentes de pueblos nativos por medio de los descensos. Sin embargo, el análisis de los mapas de población compilados desde 1773 muestra un crecimiento lento pero consistente de todos los grupos de población de las capitanías del estado de Grão-Pará, a pesar de las epidemias frecuentes y de los daños provocados por el trabajo obligatorio que sujetaba a la mayoría de la población indígena.

Palabras clave: Amazonia. História colonial. Políticas indigenistas. Pueblos indígenas. Políticas indígenas.

Recebido para publicação em 01/02/2017

Aceito para publicação em 10/10/2017

No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821)

Antonia da Silva Mota*
Maísa Faleiros da Cunha**

O estudo analisa o “boom” demográfico das populações escravas de origem africana nas áreas de *plantation* a partir dos *Mapas Estatísticos do Maranhão*. Em especial, focalizamos a freguesia do Rosário do Itapecuru utilizando outras fontes documentais – inventários *post mortem* e registros paroquiais de batismo. Os Mapas de 1798 e 1821 possibilitaram evidenciar o perfil sexual, etário, étnico e a condição jurídica da população, mostrando a importância da população escrava nas áreas de cultivo do algodão e arroz, que chegava a quase 80% dos residentes. Essas populações, por sua vez, guardavam algumas particularidades em relação a outras áreas de *plantation* do Estado do Brasil, como, por exemplo, a razão de sexo marcada pela quase paridade entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Escravidão. Mapas de população. Maranhão.

* Universidade Federal do Maranhão, Departamento de História (UFMA), São Luís-MA, Brasil (motaufma@gmail.com).

** Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (maisa_cunha@yahoo.com.br).

Introdução

No estado do Grão-Pará e Maranhão importantes mudanças se deram na segunda metade do século XVIII, quando a Coroa portuguesa decidiu finalmente explorar suas potencialidades. Vários estudiosos já ressaltaram as mudanças ocorridas na porção setentrional da América portuguesa sob a injunção do Marquês de Pombal e da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Charles Boxer (2002, p. 194), tal direcionamento decorreu da conjuntura de depressão econômica com a “queda vertical na produção do ouro brasileiro e as crises recorrentes no comércio do açúcar, no tráfico de escravos e na exploração das minas de diamante”. Com o agravamento das finanças em função das pesadas despesas advindas do envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos, medidas drásticas foram tomadas pelo ministério pombalino no sentido de reduzir a dependência econômica do Império, imposta pela importação de produtos manufaturados e de matérias-primas de Portugal e suas colônias.

Jobson de Arruda (1980, p. 641) assinala que, no âmbito do programa político posto em prática, “o incremento da agricultura foi um dos itens principais das reformas implantadas sob sua influência direta [do ministro Pombal]. O cultivo do algodão, do arroz, do anil, do café e do cacau espalhou-se rapidamente por toda a extensão do território brasileiro”. Contudo, as medidas de maior efeito para sanear as finanças foram as direcionadas para exploração do território formado pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 142):

Arma-se uma grande operação destinada a alterar as variáveis econômicas e sociais da região para melhor enquadrá-la no sistema atlântico e no controle metropolitano. Leis régias proíbem definitivamente o cativo indígena, ao passo que a agricultura comercial é estimulada. Subsídios fiscais são concedidos às duas Capitanias do Norte e uma nova empresa monopolista, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, açambarca os produtos de importação, ganhando ainda o trato de negros de Angola e da Guiné para o litoral amazonense entre 1775 e 1778.

Vencida a oposição inicial dos pequenos comerciantes, seriamente prejudicados com as medidas de caráter monopolista, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão passou a canalizar o comércio marítimo da região. Resumindo os compêndios já escritos sobre a intervenção pombalina, Charles Boxer (2002, p. 205) aponta:

Entre 1757 a 1777, foram importados 25.365 negros para o Pará e Maranhão, provenientes dos portos da África Ocidental, principalmente de Cacheu e Bissau, na Guiné portuguesa, locais até então com importância relativamente pequena no comércio escravista transatlântico. Para ajudar os colonos a comprar escravos negros a crédito de longo prazo, a taxa de juros original foi diminuída de 5% para 3%, e por fim abolida de vez, os escravos eram vendidos então pelo preço de custo cobrado na África Ocidental, acrescido de pequena taxa referente ao transporte.

Além das facilidades para obtenção de mão de obra escrava, a Companhia de Comércio adiantou capitais sob a forma de dinheiro e ferramentas agrícolas para serem reembolsados

pelos plantadores depois de um ou mais anos. A nova fronteira agrícola acabou atraindo para a região uma leva de imigrantes desejosos de se tornarem proprietários rurais, o que pode ser verificado pelas emissões de Cartas de Sesmarias. No período de atividade da Companhia (1755 a 1777), foram distribuídos 50 títulos de terra. Este número aumenta para 450 doações de terras entre 1792 e 1798, comprovando o intenso processo de ocupação do território no período mencionado (MOTA, 2012, p. 109).

Apoiados nas informações coletadas pelo banco de dados do Tráfico Transatlântico, cuja base para o Maranhão ficou a cargo de Walter Hawthorne, bem como nos Mapas Gerais de População e em estimativas feitas na época, o historiador Matthias Assunção calculou em 114.000 o número de africanos que entraram no porto de São Luís entre 1755 e 1820. Apesar de os números serem significativos, os estudiosos calculam um erro de 20% para baixo, pois acreditam que muito mais escravizados devem ter sido trazidos para as terras maranhenses neste período (ASSUNÇÃO, 2015, p. 447).

Um fator conjuntural contribuiu ainda mais para o desenvolvimento da agricultura na capitania do Maranhão, sendo “estimulada pela Independência americana, que forçou a Grã-Bretanha a se voltar para a América portuguesa com vista a obter o algodão que, até o início desse evento, ia buscar nas colônias norte-americanas” (BOXER, 2002, p. 206). Os autores que estudaram este período, referidos anteriormente, além do algodão, assinalaram também o sucesso de outro produto agrícola introduzido na região: o arroz branco da Carolina. Imposto aos fazendeiros sob pesadas sanções em substituição à variedade local avermelhada, este produto, de alta qualidade, era exportado quase sem nenhuma taxa alfandegária e ainda sem concorrência no mercado europeu. Logo esta capitania “estava produzindo arroz suficiente para satisfazer toda a procura da metrópole, e um excedente substancial era reexportado de Lisboa para Londres, Roterdã, Gênova, Marselha e outros lugares” (BOXER, 2002, p. 206).

Os resultados não tardaram a aparecer e o crescimento das exportações já era patente entre 1760 e 1778, quando seu movimento duplicou: “em termos absolutos, o comércio de exportação do Maranhão passou de 1055 contos, em 1796, para 1776 contos, em 1807. O superávit é constante. A ascensão é notável a partir de 1799 e traça uma linha quase vertical a partir de 1801” (ARRUDA, 1980, p. 628).

As políticas de fomento agrícola do ministério pombalino diversificaram a produção, o que levou à breve conjuntura de prosperidade verificada nas últimas décadas do período colonial, em que o Estado do Grão-Pará e Maranhão teve papel fundamental com a exportação de novos produtos. Ainda mais, para Arruda (1980, p. 620), “o metal precioso deixava de ser a mola mestra da economia portuguesa [...] o final do século XVIII, marca o nascimento da exploração do café, cacau, algodão e o arroz”.

A diversificação produtiva começava já na própria região, em que, sob a rígida supervisão do governador Joaquim de Melo e Póvoas (1761 a 1779), “sobrinho” do Marquês de Pombal, o potencial de exportação das capitanias foi ampliado ao máximo. Conforme Barroso (2009, p. 83), alguns artigos de exportação eram de origem extrativista, “como

as toras de madeira e as varas; outros, resultado de um trabalho mais elaborado como os atanados (couros bovinos mais espessos) e as vaquetas (couro fino para vestimentas e outros objetos) e ainda, aqueles resultantes da produção agrícola como o café, o gengelim, o cacau, o algodão e o arroz”. Sobre o volume de exportação, o autor cita que, em 1788, foram embarcadas “quase 57 mil arrobas de arroz (equivalente a aproximadamente 4.607.000 quilos) e 63.500 mil arrobas de algodão (equivalente a quase 93.597 quilos)” (BARROSO, 2009, p.83).

A conjuntura de prosperidade econômica na capitania do Maranhão durou pouco mais de quatro décadas, pois já no início do século XIX não conseguiu mais os resultados verificados no período áureo da exportação. Concomitante ao incremento econômico, a administração metropolitana passou a estimular a feitura de contagens populacionais, importante para controle das políticas de incentivo e cobrança de impostos.

Os Mapas Estatísticos da capitania do Maranhão

O objetivo maior de nossa pesquisa é dar visibilidade a um fator determinante ocorrido com a inserção das possessões portuguesas setentrionais ao mercado Atlântico: a “africanização” das áreas de cultivo via entrada massiva de populações escravizadas. Tal fenômeno se evidencia nos *Mapas Estatísticos da Capitania do Maranhão* do período final da colônia, notadamente nos manuscritos referentes a 1798, disponibilizados *on line* pela Biblioteca Nacional Digital, e os de 1801, que se encontram depositados na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís/MA. Também é possível verificar tal fenômeno social na obra *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, de Antônio Bernardino Pereira do Lago, em que se encontram, anexas ao texto, as totalizações extraídas dos Mapas Estatísticos feitos em 1821, que permitem saber a população geral da capitania, assim como de todas as freguesias e povoações de índios domésticos.

A riqueza de informações contidas nos Mapas Gerais de População produzidos no período colonial é significativa, ainda que seja impossível não notar suas imperfeições. A documentação apresenta falhas quanto à sua abrangência, uma vez que nem todos os habitantes foram contados, e também quanto às categorias adotadas na classificação dos habitantes no que se refere à cor, fundamental para o entendimento daquela formação social. Nos Mapas, a população foi dividida em três grandes segmentos, conforme a cor: “brancos”, “pretos” e “mulatos”. Os dois últimos eram ainda diferenciados quanto à condição jurídica: livres e cativos. Apresentavam-se também repartidos entre homens e mulheres e por faixa etária: 0 a 5, 5 a 10 e, a partir daí, em casas decimais até os 100 anos. O problema maior reside na categorização da cor, pois os que não eram “brancos” nem “pretos” foram classificados como “mulatos”, quando sabemos que a presença dos indígenas se fazia notar em todos os lugares habitados, ainda que parte deles tenha aparecido nos Mapas Gerais contados à parte. Vemos as dificuldades de enquadramento dos que realizaram a contagem na anotação apresentada a seguir, que consta no Mapa geral da capitania:

As três classes de Habitantes não se podem apurar, por mais escrupulosa que seja a inquirição; porquanto há Mulatos quase Brancos, Mamelucos que precedem de Branco e Índio, Cafuzos de Mulato e Preto; e mestiços de Preto e Índio, e que facilmente confundem para a classe mais aproximada de que precedem. Os índios dispersos, por não estarem em suas Povoações, vão na classe dos Mulatos nas Paróquias. (BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, 1801)¹

Observamos, pelo trecho citado, que a realidade local não cabia no formulário enviado para todo o Império português, pois significa uma grave distorção contabilizar “índio disperso” como “mulato”, supostamente uma categoria que se refere às populações afro-descendentes. Quanto à “clivagem social e jurídica da América portuguesa”, explicitada na forma de enquadrar a população e tendo a cor como distinção, o historiador Sérgio Nadalin adverte que era passível de erro tanto para “os de cor”, como para os considerados “brancos”:

Na escala social, estes [os “de cor”] estavam distantes da camada “branca” da sociedade colonial brasileira. Todavia, é necessário grifar que, como “branco” era muito mais uma categoria social do que “cor” da pele, o “branqueamento” do pardo sempre era possível, dependendo de certas condições relacionadas, principalmente, a um eventual aumento da riqueza. (NADALIN, 2004, p. 56)

Os estudiosos concordam que as categorias raciais contidas nesses Mapas representam uma “construção social”; seguimos a análise de Assunção (2015), que considera que havia uma distinção significativa entre os brancos e os outros segmentos da população, no caso, as pessoas “de cor”, denominados nos Mapas de “pretos” e “mulatos”. No entanto, lembra o autor, a condição jurídica pesava mais na hierarquia social, isto é, a distinção entre livres e cativos.

Outro problema encontrado pelo elaborador dos *Resumos* dos Mapas refere-se aos casamentos “interétnicos” verificados então, resolvidos pelos párocos com a separação dos casais, contabilizando-os individualmente em uma e outra “classe”, como ele mesmo afirmou: “nas contas dos casados se acham alguns em número ímpar, por haverem casado de umas com outras classes [por exemplo, cativos com libertos], e também por estarem ausentes alguns deles” (BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, 1801). Na contagem feita dois anos antes na capitania do Maranhão, em 1798, cujos originais estão disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional, foram feitos levantamentos em dez freguesias e oito lugares de índios domésticos, mesmo número das paróquias e lugares contados em 1801. Apesar das falhas, é possível trabalhar com as contagens feitas sob a injunção das medidas centralizadoras do esclarecido Pombal, extraindo delas evidências importantes acerca da população residente, dessa forma chegando a seu perfil sexual, etário, étnico e condição jurídica.

¹ A estrutura do manuscrito foi mantida, mas atualizamos a grafia das palavras para facilitar a compreensão.

Os Mapas Estatísticos de 1798 e 1821, análise comparativa

A população da capitania do Maranhão, antes composta por uma maioria de índios e mestiços e raríssimos brancos, se modificou abruptamente, como visto anteriormente, com a importação massiva de mão de obra vinda do continente africano. A nova configuração social se manifesta na primeira década do século XIX.

A Tabela 1 mostra o aumento da população no período focalizado, principalmente o rápido crescimento do contingente classificado como “de cor”, que mais que dobrou, enquanto os considerados “brancos” diminuíram em termos absolutos e relativos. A população total cresceu a uma taxa de 2,44% ao ano, no período 1777-1798, e 2,92% a.a., entre 1798 e 1821 (ASSUNÇÃO, 2015, p. 439). Tal movimento populacional ocasionou taxas de crescimento elevadas na população total, constatadas pelas contagens feitas por párocos e funcionários régios. As estimativas dos Mapas dão conta de que, em 1777, a capitania possuía 47.410 habitantes, chegando a 78.694 em 1798 e a 152.634 pessoas em 1821.

TABELA 1
População da capitania do Maranhão, segundo cor e condição jurídica – 1798-1821

Cor e condição jurídica	1798		1821	
	N	%	N	%
Branco	24.273	30,8	23.994	15,7
Pretos livres	1.332	1,6	9.308	6,0
Pretos cativos	30.639	38,9	77.954	51,0
Mulatos livres	12.288	15,6	25.111	16,4
Mulatos cativos	6.238	7,9	6.580	4,3
Índios domésticos	3.924	4,9	9.687	6,3
Total	78.694	100	152.634	100

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite. Mapas estatísticos da capitania do Maranhão dos anos 1798 e 1821. Seção Manuscritos.

Os escravizados de origem africana representavam 47% da população em 1798 e já correspondiam a mais da metade dos residentes, em 1821, dividindo-se entre “pretos” e “mulatos”. Portanto, o contingente de cor era a maioria nos dois momentos, sendo que os cativos chegavam a 55,3%, em 1821, significando “a maior porcentagem de escravizados da população nas possessões portuguesas nas Américas” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 439).

A partir da distribuição dos moradores pelas freguesias, é possível inferir também que, em 1798, a população da capitania se concentrava basicamente na Ilha do Maranhão e seu entorno: Baixo Itapecuru (Rosário) e litoral próximo (Alcântara). Fora deste espaço geográfico, onde se encontravam 62,9% da população, havia ainda contingente considerável de pessoas (9,5%) no Sul e Médio Itapecuru (vila de Caxias), microrregião localizada na confluência dos rios Parnaíba e Itapecuru e na rota das boiadas que abasteciam as áreas açucareira e mineira (ASSUNÇÃO, 2015, p. 414).

FIGURA 1
 Detalhe do Mapa Geográfico da Província do Maranhão – 1855



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Carta corográfica das províncias do Maranhão, Piauí e parte das do Pará, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Rio de Janeiro, 1855.

Em 1821, foram recenseadas 23 freguesias, sendo duas na área urbana da ilha de São Luís: as de N. S. da Conceição e N. S. da Vitória, que juntas totalizavam 19.611 habitantes, onde vivia a maioria dos considerados “brancos”. Ainda nesse “Mapa”, o de 1821, observamos que as áreas de ocupação inicial já apresentavam certa estagnação, avançando o povoamento para áreas próximas, como as vilas de Guimarães e Viana. A população também continuava a crescer naquelas áreas mais distantes com o início de lavouras para agroexportação, ainda que localizadas longe do núcleo inicial, como o Baixo Parnaíba (vila de São Bernardo), o Médio Itapecuru (vila de Caxias) e o sul (Pastos Bons), que já alcançavam 48,9% da população (ASSUNÇÃO, 2015, p. 415).

A Ribeira do Itapecuru, a paróquia do Rosário

A distribuição da população pelas freguesias nos dois momentos mostra que a paróquia N. S. do Rosário do Itapecuru era a que concentrava maior população oriunda do continente

africano. A microrregião do Baixo Itapecuru possuía diferenças bem pronunciadas se comparada com as áreas mais afastadas do território maranhense, como foi descrito no relatório do engenheiro-mor Francisco de Paula Ribeiro, que passou pela região em 1819, com a missão de definir fronteiras entre as capitanias limítrofes do Maranhão e Goiás. Ao se referir às vilas de Rosário e Itapecuru-Mirim, o funcionário régio mencionou que:

Juntam-se nele pelas principais festas anuais a maior parte dos lavradores do distrito, quando em tais ocasiões se não acham nas suas casas da cidade do Maranhão, aonde de ordinário passam uma boa parte do ano. O resto do tempo é este lugar insípido e triste, apesar da contínua escala que nele fazem todas as embarcações que navegam este rio, ou seja, para cima ou para baixo, especialmente as que vão ou vêm da vila de Caxias. Itapecuru-Mirim, segundo lugar notável deste mesmo rio, [...] tem pouco mais ou menos 320 fogos. São térreos os seus edifícios, feitos de madeira e barro, cobertos de telhas alguns, e os mais cobertos de palha de palmeira, a que chamam pindoba. As ruas não são bem reguladas, porém em melhor arrumação do que as do lugar do Rosário, e tem unicamente uma capela ainda não bem-acabada. São europeus pela maior parte os seus habitantes estabelecidos ali com lojas de fazendas secas ou molhadas: todo o resto é gente pobre, e vive miseravelmente. Não tem espécie alguma de lavoura, ainda mesmo entre os últimos para manter-se, assim por natural indolência sua, como porque a natureza estéril daquele pedaço de terreno arenoso a ela não os convida. Vivem como os da freguesia do Rosário de tudo o que lhe vem do Maranhão [São Luís] 30 léguas distante, à exceção do artigo carnes verdes, ou ainda secas, durante o tempo em que descem os gados dos sertões da capitania. Neste lugar se ajuntam todos os anos, desde janeiro até julho, as boiadas que desta capitania e da do Piauí vêm a vender-se em feira aos contratadores do talho público da capital, ou aos lavradores do Itapecuru, que para o sustento das suas escravaturas compram a maior parte. (RIBEIRO, 2002, p. 71)

Relevando o juízo de valor, o relato mostra a importância desse espaço geográfico, localizado na confluência da zona de criação de gado e das lavouras de algodão e arroz. O memorialista apontou ainda a concentração de riqueza advinda do sistema agroexportador e a marginalização dos moradores pobres livres e libertos, em especial os das vilas de Rosário e Itapecuru Mirim, que, provavelmente sem terras e sem capital, sobreviviam à margem dos negócios agrícolas e mercantis. Sobretudo, indica a influência que sofria essa região com relação à cidade portuária de São Luís, onde moravam os grandes proprietários rurais e comerciantes.

Também é relevante a contagem feita em 1801, ainda que menos habitantes tenham sido contabilizados pelos párocos. José Vicente Serrão (1998, p. 43) referiu-se a essa contagem populacional, afirmando que, “quanto à quantidade e à qualidade das fontes disponíveis, só em 1801 se produziu em Portugal, por iniciativa de Rodrigo de Sousa Coutinho e José Antonio de Sá, um recenseamento geral da população que se pode considerar minimamente fiável”. Nos Mapas produzidos a partir dessa chamada, para a capitania do Maranhão foi anotado que párocos de localidades importantes, como as da “Cidade de São Luís e as vilas de Alcântara, Guimarães e Icatu”, não tinham enviado suas totalizações. Supostamente a falha se verificou ante o temor da população de que tais levantamentos servissem para incrementar o fisco e o recrutamento dos homens solteiros para as milícias.

Mesmo assim, várias paróquias importantes foram recenseadas. Para os objetivos de nossa pesquisa interessam particularmente as totalizações das vilas mais próximas da Ilha de São Luís, onde foram implantadas as fazendas de algodão e arroz e para onde foi levada a maior parte dos escravizados vindos de África (BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, 1801).

Constatamos que, nos Mapas de 1801, foram escrituradas características de 36.126 pessoas, portanto, menos pessoas foram encontradas, pois nos Mapas de 1798 os contabilizados correspondiam a 78.694! Mesmo assim, consideramos importante analisar a contagem de 1801, em que brancos, índios, “pretos” e “mulatos” livres somavam 52,17% do total, enquanto aqueles vivendo sob a condição escrava representavam 47,83% dos habitantes. O *boom* econômico se fez sentir, sobretudo, nas áreas ligadas à agroexportação, onde as populações escravizadas africanas e afrodescendente se concentravam; a saber, na “Ilha do Maranhão” e em suas proximidades, notadamente na paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru. No entanto, foi detectada também a presença de tais populações nas paróquias de N. S. de Nazaré da Ribeira do Mearim, na de Viana, de N. S. da Conceição e São Bernardo da Parnaíba, de N. S. da Conceição e São José de Aldeias Altas e de São Bento das Balsas em Pastos Bons, ainda que em menor proporção.

Nos testamentos da região aparece com muita nitidez a presença de tais populações e as diferenciações feitas quanto à origem dos mesmos, mesclando informações sobre lugar de nascimento, cor, idade e condição física. Observamos fortes marcas de tal processo de africanização nas últimas vontades do casal Bernardes José Teixeira, quando por escrito determinaram a forma como dividiram a fortuna familiar:

Declaramos que temos dado a nossa filha Ivana Maria de Castro os escravos seguintes do Gentio da Guiné = Bento e Bonifácio, que custaram duzentos e quarenta mil réis = Rodrigo, que custou sessenta = Dionísia com sua mãe, que custaram duzentos mil réis. Demos mais a dita nossa filha, sete escravos crioulos, que os rematamos em praça, que foram dos Padres JESUÍTAS, cuja importância consta do auto de Rematação, e são os escravos seguintes = Jacinto, e sua mulher Micaela com cinco filhos = Declaramos que demos a nossa filha Maria Josefa de Castro seis escravos do Gentio da Guiné todos em preço de cento e vinte mil réis; Demos-lhe mais uma preta crioula em preço de cento e trinta mil reis = Declaramos que fizemos uma escritura de Patrimônio ao nosso Filho José Bernardes de Castro para se ordenar de sacerdote, que agora não teve efeito, somente está o dito nosso filho entregue de quatro escravos, que são os seguintes = Dionísio e Miguel, seu filho Mulato, Jeronimo Mulato, sua mulher Luciana do Gentio de Guiné com uma cria, todos em preço de quatrocentos e oitenta mil reis = Declaramos, que possuímos um escravo mulato por nome Pedro Sapateiro, o qual está em poder de Francisca Xavier Pereira pela criação que lhe deu, falecida que seja, meus testamenteiros tomarão conta dele. (APEM, Livro de Registro de Testamento, 1770, fl. 346)

Essa fonte sempre é mais rica, pois mescla informações contáveis com referências às relações familiares na repartição das heranças, transmissão do patrimônio. Percebemos que o casal viveu entre as duas conjunturas pelas quais passou o antigo estado do Grão-Pará e Maranhão e, ao fazer testamento, no final da vida, já indicava claramente distinções na

comunidade escrava: assinalou os “pretos”, “crioulos” e “mulatos”; mais refinado ainda, já diferenciava entre os gentios da Guiné e os nacionais.

Estudo realizado a partir de inventários *post mortem* de proprietários dão conta de escravarias compostas basicamente por africanos e seus filhos, dados como “crioulos”. Uma amostragem construída com dados retirados de 26 desses documentos (1785-1825), a maioria pertencente a fazendeiros de algodão e arroz do Baixo Itapecuru, aponta que 55% dos cativos foram dados como africanos de “nações” diversas e outros 42% constavam como “crioulos”, majoritariamente seus filhos, menores de 14 anos. Entre os 2.956 cativos arrolados nessa amostragem também aparecem os “mulatos”, mas eles eram apenas 2% do total; existiam ainda referências a “cafuzos”, mas em ínfimas proporções (MOTA, 2015, p. 183). Comparados aos Mapas de população, os inventários *post mortem* apresentam dados mais aproximados quanto à origem étnica, pois era importante para a avaliação dos comissários que deviam chegar ao preço do cativo, levando em conta sua origem, idade, sexo e as doenças que porventura tivessem.

No tempo da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-77), os escravizados eram denominados genericamente de “gentio da Guiné” ou de “Cacheu”, os dois principais portos de embarque de escravizados para o Norte. Mais à frente, no final dos setecentos, os espólios já demonstram o avanço do conhecimento dos avaliadores sobre os grupos étnicos trazidos para o Maranhão, uma vez que as listas passaram a indicar inúmeras outras denominações referentes à origem. Na amostra mencionada, sobressaíram os dados como “angola”, que perfizeram 12%, e os “mandinga” (9%); aparecendo em menor porcentagem estão os “bijagós”, “minas” e “Caxeus” (4%), seguidos de inúmeras outras designações étnicas com menos indivíduos representados (MOTA, 2015, p. 199), como se observa na Tabela 2.

TABELA 2
Escravizados, segundo origem étnica
Ribeira do Itapecuru – 1785/1825

Origem étnica	N	%
Angola	321	12,0
Mandinga	257	9,0
Caxeus	121	4,0
Bijago	118	4,0
Mina	113	4,0
Cabinda	66	2,0
Balanta	61	2,0
Moçambique	53	2,0
Fulupo	50	2,0
Benguela	47	2,0
Congo	44	2,0
Guiné	37	1,0
Papel	32	1,0
Baiuno	23	1,0
Fula	20	1,0
Mulato	51	2,0
Crioulo	864	32,0

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (1825).

As “nações” que aparecem nos inventários *post mortem* maranhenses pouco divergem daquelas encontradas por Karasch (2000) em seu estudo para o Rio de Janeiro e Goiás; obviamente que em proporções diferentes. Tais denominações indicam portos de exportação de cativos ou vastas regiões específicas em África (KARASCH, 2000, p. 132). A Tabela 2 mostra que, para as possessões portuguesas ao norte do Brasil, foram trazidos grupos étnicos tanto da África Ocidental, os “vulgarmente chamados sudaneses”, entre eles os mandinga, quanto os angola, do centro-ocidental do continente, os chamados “bantos”, conforme designação citada por João José Reis (2003, p. 308). Além destas “nações” africanas aparecem identidades nacionais, como os crioulos, que nos inventários maranhenses eram majoritariamente os filhos dos cativos, menores de 14 anos, portanto, africanos de primeira geração. Outra particularidade: os mulatos eram apenas 2% nessa tipologia documental, contrastando com sua importância nos Mapas de população, em que foram designados “mulatos” todos os não “brancos” ou “pretos”. Obviamente que o sentido com que aparece nos arrolamentos mencionados é mais fidedigno, representando o resultado do intercurso sexual de pessoas negras ou de cor com brancos.

Nos Mapas da capitania produzidos em 1801, nos interessa sobremaneira a paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru, onde, de um total de 14.000 pessoas contadas, os “pretos” e os supostamente “mulatos” totalizavam 13.177, mais de 94% da população! A elevada presença de populações africanas e afrodescendentes era espantosa para uma região amazônica, sendo que tal perfil se explica pela concentração de fazendas que cultivavam algodão e arroz para exportação.

TABELA 3
População, segundo a cor
Paróquia N. S. do Rosário do Itapecuru – 1801

Cor	N	%
Branco	823	5,9
Pretos	8.302	59,3
Mulatos	4.875	34,8
Total	14.000	100,0

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite. Mapas estatísticos da capitania do Maranhão. São Luís (1801).

Crônicas regionais oitocentistas indicam que toda “a freguesia de N. S. do Rosário compreendia 196 fazendas, 226 sítios, 333 agricultores, 27 negociantes, 52 artistas², além dos mais indivíduos brancos e forros de um e outro sexo, tem mais de 10.179 escravos” (MARQUES, 1970, p. 597). Ainda que aponte a significativa porcentagem de escravizados na paróquia, os dados do cronista divergem um pouco dos Mapas enviados a Lisboa, o que talvez se deva ao desmembramento da grande freguesia do Rosário, realizado em 1802. Mesmo assim, ficou o registro da concentração de unidades produtivas rurais nas proximidades de São Luís.

² Artistas eram chamados na época os mestres de ofício: pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc.

Precisando melhor as características da população da paróquia de N. S. do Rosário, o vigário registrou que 7.479 (62%) eram cativos. A Tabela 4 mostra a distribuição dessa população por sexo e grupos etários.

TABELA 4
População cativa, por sexo, segundo grupos etários
Paróquia N. S. do Rosário – 1801

Grupos etários	Homens	Mulheres	Total	%	Razão de sexo
0-14 anos	1.315	1.283	2.598	34,73	102,4
15-50 anos	2.057	2.062	4.119	55,07	99,7
Mais de 50 anos	378	384	762	10,17	98,4
Total	3.750	3.729	7.479	100,00	

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite. Mapas estatísticos da capitania do Maranhão. São Luís (1801).

Os dados revelam uma particularidade da região: a razão de sexo mostra que havia uma quase igualdade entre homens e mulheres. A razão de masculinidade no geral entre os cativos, em que os homens somavam 3.750 e as mulheres 3.729, correspondia a 100,6, índice *sui generis* para áreas de grande lavoura, onde quase sempre os homens em idade adulta predominavam. Advertimos que a *plantation* açucareira demandava uma quantidade maior de escravos especializados, quase sempre homens, o que não ocorria no Maranhão, dedicado ao algodão e arroz, com cultivo e beneficiamento relativamente mais simples.

TABELA 5
População de cor, por sexo, segundo condição jurídica
Paróquia N. S. do Rosário – 1801

Condição jurídica	Homens	Mulheres
Pretos		
Livres	123	125
Cativos	3.344	3.428
Mulatos		
Livres	2.093	2.075
Cativos	406	301

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite. Mapas estatísticos da capitania do Maranhão. São Luís (1801).

Outro dado que chama atenção refere-se à formação da família, mostrando que o casamento era significativo entre a população livre de cor, apesar de a maioria ser solteira. Os casados ou viúvos chegavam a 46,4%, entre os pretos, e a 49,5%, entre os mulatos.

Os dados da Tabela 6 comprovam que, poucas décadas após a inserção do Norte ao mercado agroexportador, já havia um segmento expressivo de alforriados de origem africana na região. Ainda que a maior proporção desses estava entre os mulatos, segmento relacionado à cor em que se classificaram os que não foram considerados “brancos” e “pretos” pelos párocos. Com certeza, entre os 4.168 “mulatos” livres estavam muitos mestiços de origens diversas, até mesmo índios ausentes, como afirmou o pároco. A quase paridade entre homens e mulheres (2.093 homens e 2.075 mulheres) reforça ainda mais nossa suposição, pois a historiografia sobre essa temática mostra que as mulheres sempre

eram mais favorecidas nos casos de alforria. O alto índice dos casados e viúvos também nos leva a crer que não se tratasse de cativos recém-libertos, mas de moradores comuns da vila do Rosário, muitos deles mestiços de índio, contados pelo pároco como “mulatos livres”.

TABELA 6
População livre de cor, por estado civil e sexo, segundo grupos etários
Paróquia do Rosário – 1801

Idades	Pretos					Mulatos				
	Casados	Solteiros		Viúvos		Casados	Solteiros		Viúvos	
		H	M	H	M		H	M	H	M
(0-14)	06	33	41	03	02	32	758	846	04	06
(15-50)	46	22	23	17	17	980	217	211	391	293
(50/+)	10	04	02	05	09	212	50	22	61	35
Total	62	67	66	25	28	1.224	1.025	1.079	456	384

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite. Mapas estatísticos da capitania do Maranhão. São Luís (1801).

A leitura da Tabela 6 também mostra que a porcentagem dos africanos libertos era pequena, apenas 5,87%, geralmente dados como “pretos”. Novamente, não verificamos um favorecimento das mulheres entre os pretos livres, mas sim daqueles menores de idade, provavelmente “crioulos”, os nascidos em terras maranhenses que conseguiram alforrias por intermédio de seus pais.

Sobre a fecundidade das mulheres africanas e das supostamente afrodescendentes, aquelas dadas como “mulatas”, observamos que a razão crianças/mulher³ entre as cativas alcançou o índice de 988, que não é alta, mas inferior à contabilizada entre as mulheres “pretas” e “mulatas” livres, que alcançou 1.373. Tal resultado confirma que as condições de cativeiro influíram nas taxas de fecundidade das mulheres. Consideramos aqui os intervalos de 0 a 10 anos para as crianças e de 15 a 50 anos para as mulheres, uma vez que os mapas dividiram a população em intervalos decimais.

Como já mencionado anteriormente, em 1802 a grande freguesia do Rosário foi desmembrada, surgindo a de N. S. das Dores do Itapecuru. Vinte anos depois, nos Mapas de 1821, a população das duas freguesias alcançava 23.282 habitantes, predominantemente composta pelos escravizados das *plantations*. Identificamos nos Mapas outro fenômeno social: a já significativa presença de alforriados residentes, tanto entre aqueles habitantes denominados “pretos”, como entre os “mulatos”.

Se considerarmos a alforria uma estratégia dos senhores para obter a colaboração dos escravizados, entendemos como importante o fato de 3% dos denominados “pretos” já terem conseguido sua liberdade, uma vez que a inserção ao mercado agroexportador havia começado há poucas décadas. Outro aspecto que chama atenção entre a população de cor na paróquia do Rosário é que havia uma oportunidade maior para os mulatos no alcance da alforria, pois apenas 2,98% dos considerados “pretos” a conseguiram, enquanto entre os mulatos essa porcentagem sobe para 85,49%. Sempre lembrando que

³ Aqui seguimos as orientações que aparecem no artigo de Daniel Barroso (2014, nota n. 16).

entre esses ditos “mulatos” podem estar outros estratos sociais com base na cor, como “índios dispersos”, cafuzos, mamelucos, etc., que já eram livres ou libertos na segunda metade do século XVIII. Dado que comprova tal possibilidade é a relativa igualdade por sexo entre esses livres de cor: os homens “mulatos” livres chegavam a 50,22%. Ora, estudos realizados em diversas regiões e conjunturas mostram que as alforrias favoreciam principalmente as mulheres. Mesmo assim, devemos mencionar que, entre aqueles considerados “pretos”, também havia relativa igualdade entre homens (123) e mulheres (125) livres.

TABELA 7
População de cor, segundo condição jurídica
Paróquia N. S. do Rosário do Itapecuru – 1801

Condição jurídica	N	%
Pretos		
Livres	248	3,0
Cativos	8.054	97,0
Mulatos		
Livres	4.168	85,5
Cativos	707	15,5

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite. Mapas estatísticos da capitania do Maranhão. São Luís (1801).

Um caso que exemplifica os dados explanados é o do casal formado pelo sargento-mor Luiz Fernandes Ribeiro, natural de Mazagão, patriarcado de Lisboa, e Dona Joana Maria Freire Belfort, neta de um dos desbravadores da região. D. Joana morreu em 1803, aos 38 anos de idade, deixando cinco filhos, com idades entre 11 e dois anos. Como havia órfãos, foram inventariados todos os bens do casal, sendo possível saber que a família morava em São Luís, em uma construção térrea avaliada em 4:310\$000 (quatro contos, trezentos e dez mil réis). O casal vivia de sua propriedade rural localizada na Ribeira do Itapecuru, nas paragens Santa Izabel e Santa Ana, a maior parte composta por terras herdadas da família da senhora. Divididos em três faixas separadas, os domínios rurais, ainda que incluíssem uma “casa nova”, foram avaliados em 2:760\$000 (dois contos, setecentos e sessenta mil réis), valor inferior ao da casa de morada em São Luís. Os 1.200 alqueires de arroz referidos no inventário foram avaliados em oitocentos e quarenta mil réis, sendo esta toda a produção avaliada no arrolamento (MOTA, 2012, p. 257).

No entanto, o item de maior valor apontado no inventário foi a escravaria, que totalizava 11:385\$000 (onze contos, trezentos e oitenta e cinco mil réis), composta por 57 pessoas, a maioria homens (54,3%), sendo que os africanos sobressaíam: eram 39, entre homens e mulheres, chegando a representar 63% do total. Tratava-se de um ajuntamento atípico, em que predominavam os adultos (entre 15 e 49 anos), alcançando 85%. Os menores de 14 anos eram apenas sete, todos dados como “crioulos”, filhos de africanos de primeira geração. Por outro lado, apenas três pessoas possuíam mais idade: o cativo Vicente, de nação mandinga, Domingas e Maria, ambas denominadas angola, todos na faixa dos 60 anos.

Verificamos que 11 dos escravizados foram arrolados logo após a morada dos proprietários em São Luís; supondo-se que serviam a família na cidade, provavelmente foram contados na listagem referente à freguesia de Nossa Senhora da Vitória. O restante dos escravizados foi avaliado em meio às terras rurais, as ferramentas de trabalho e os rebanhos; portanto, eram os que labutavam na unidade produtiva às margens do rio do Itapecuru. Entre estes, aparece a indicação pelos comissários avaliadores de várias famílias cativas. Três delas composta por casal e filhos, como a formada por Manoel, de nação papel, e sua mulher Luzia, dada como angola. Seus filhos eram dois: Antônio de três anos e uma cria de peito. Alguns arranjos apresentavam esse perfil: pais e filhos, mas a maioria não alcançava esse ideal, pois quatro uniões entre os cativos se constituíam apenas do casal, outras três eram compostas da mãe e seu filho, como a encabeçada pela africana Ignês, papel, de 30 anos, e sua filha crioula Marcelina, ainda em tenra idade. Finalmente, foi registrada a família formada pelo africano “Portalis” (sic!), de 40 anos, e seu filho crioulo de 12. Nessa comunidade de cativos todos os lares traziam uma característica comum: a presença de pouquíssimos filhos, quase sempre um ou dois, podendo-se supor que ou haviam morrido ou os maiores de 14 anos seriam considerados mão de obra produtiva e constando separados de suas famílias. A família mais numerosa, formada por Vicente, mandinga, de 60 anos, e Violante, angola, de 40, conseguiu manter junto a si somente três filhos: Ramos e Gonçalo, de seis e cinco anos, e uma cria de peito. Talvez tenha almejado tal sorte devido à idade do africano, já um ancião. Quanto às mães cativas, percebemos que já eram mulheres maduras quando da maternidade, como a crioula Vicência, de 46 anos, arrolada juntamente com seu filho Alexandre de três anos. A mais jovem mãe encontrada nesse agrupamento era a angola Ana, de 26 anos, com uma cria de peito.

Finalmente, constatamos que a formação de laços familiares entre os companheiros de escravidão era uma realidade, pois quase 60% deles haviam estabelecido alguma espécie de parentesco, afim ou de sangue, tendo se tornado marido, mulher, filho ou filha de alguém.

A população negra e de cor nos assentos de batismo da paróquia de N. S. das Dores do Itapecuru

Como visto anteriormente, na paróquia de N. S. do Rosário do Itapecuru, onde foram contabilizados 8.761 escravos, entre “pretos” e “mulatos”, 51% eram casados ou viúvos, o que demonstra que a instituição do matrimônio na Igreja era disseminada entre essa população, com certeza devido ao forte trabalho missionário realizado pelas ordens religiosas, notadamente da Companhia de Jesus, na região Norte. Documentos que confirmam a formação de laços familiares entre os cativos são os registros de batismos da freguesia de N. S. das Dores do Itapecuru, desmembrada da freguesia do Rosário em 1802.

O primeiro Livro de Registros encontrado para nova freguesia abrangeu o período de 1813 a 1825, mas está bastante danificado, sendo que foi possível recuperar apenas os

assentos referentes aos dois primeiros anos, relativos a dois autos de “desobriga”.⁴ Uma vez por ano os vigários eram obrigados a sair pela freguesia ministrando o sacramento do batismo, que nesse caso abrangia as margens do rio onde foram implantadas as primeiras unidades de cultivo de algodão e arroz. Nos anos mencionados, 1813 e 1814, o vigário Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago batizou 367 crianças, das quais a maioria (338) em tenra idade e cativa, representando 92% do total! Portanto, o perfil étnico dos batizados nessa freguesia corrobora os dados já mostrados em nossa investigação, pois o coadjutor registrou que 80% desses eram “pretos” e outros 16,34% constam como “pardos”, outra categoria ligada à cor utilizada na época que não aparece nos Mapas, nem nos Inventários *post mortem*, mas em inúmeras outras fontes do período. A designação “parda” refere-se à miscigenação, mas indica uma pele mais clara. Acreditamos que nos assentos de batismo a impressão do padre quanto à cor era mais visual; obviamente que se o batizando ainda que mestiço fosse livre, de família legítima e com bens, ele poderia omitir a cor, como vemos em inúmeros assentos.

Outro aspecto digno de nota na leitura dessa fonte reside no matrimônio, que era relativamente acessível mesmo à população negra ou “de cor”, pois 39% dos batizados foram dados como filhos “legítimos”, ou seja, seus pais oficializaram a união junto à Igreja católica. Outra parte foi classificada como filhos “naturais”, sendo que dez desses estavam acompanhados de seus pais na cerimônia, como registrou o coadjutor, talvez aguardando ocasião propícia para formalizar sua união, bastante comum de acontecer nas famílias de escravizados após o nascimento do primeiro filho (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1813-14).

O vigário e seu ajudante, nos meses em que a chuva estiava, de agosto a dezembro, saíam ministrando o sacramento do batismo a seus fiéis. Nos dois anos mencionados, eles visitaram 142 propriedades, entre sítios e fazendas. No dia 5 de outubro de 1814 estiveram na Fazenda da Capoeirinha, onde batizaram sete crianças, todas em tenra idade, escravizadas e dadas como “pretas”. O ajudante do vigário também anotou que quatro eram filhos naturais, sendo-lhes dados nomes cristãos: Anastácio, Matildes, Grinaldo e Bernarda. Suas mães eram mulheres solteiras e também escravas: Mônica, Felícia, Cizília e Izabel. Outras três meninas receberam os santos óleos nesse mesmo dia, mas nascidas em lares legítimos: Militana, Emília e Maria, esta última batizada em “perigo de vida”. Seus pais tiveram matrimônio sacramentado pela igreja católica; também eram escravos e com certeza africanos, pois todos foram dados como “pretos”; eram os casais André e Úrsula, Antônio e Apolônia, Manoel Antônio e Engrácia. Acreditamos que as cerimônias religiosas juntavam senhores aparentados ou vizinhos para cumprir suas obrigações junto à sociedade patriarcal, pois aparecem nos registros não somente

⁴ Desobriga: incursão da igreja católica a regiões de difícil acesso, praticando a catequese e oferecendo os sacramentos a pagãos.

o dono da propriedade, mas também outros senhores, nesse caso, o capitão Raimundo Ferreira Parga, o alferes Joaquim Ferreira de Assunção Parga e Francisco José Marques. Os padrinhos e madrinhas dos “escravinhos” eram quase sempre seus companheiros de escravidão, como Thereza Ângela e Breno, e alguns alforriados, como Alexandre, Raimundo e Anna, que apareciam dessa forma, sem o sobrenome. Também algumas pessoas livres tomaram afilhados cativos, como Alexandre Ferreira Lisboa, dona Ignês Raimunda Ferreira Lisboa e dona Gertrudes Ferreira Lisboa, talvez parentes ou vizinhos dos proprietários da fazenda.

A tipologia de fontes apresentadas nesse item, ainda que bastante limitada no que se refere ao cotidiano da comunidade formada a partir do trabalho nas unidades rurais, nos possibilita minimamente avançar no conhecimento dessas populações, notadamente em seus esforços de inserção social, de afirmação enquanto sujeitos.

Considerações finais

Com a inserção da região Norte ao comércio Atlântico, por meio da *plantation* escravista, ocorreram profundas mudanças no seu perfil demográfico, notadamente em algumas paróquias da capitania do Maranhão, que focalizamos nesse estudo. Variadas fontes indicam a introdução sob condição escrava de populações vindas do continente africano para trabalhar nas fazendas de algodão e arroz. Nesse período, foram levadas principalmente para a Ribeira do Itapecuru, onde a paróquia do Rosário se destacava pela concentração de cativos.

Os Mapas de 1798 e 1821 mostram que a população de cor predominava nas áreas de cultivo do algodão e arroz, chegando a quase 80% dos residentes. Essas populações, por sua vez, guardavam algumas particularidades em relação a outras áreas de *plantation* do Estado do Brasil, como, por exemplo, a razão de sexo, marcada pela quase paridade entre homens e mulheres, talvez devido à oferta do tráfico Atlântico para essa região.

As fontes notariais e eclesiais permitem que se conheça um pouco mais sobre a vida daqueles que foram trazidos para as Américas. Os inventários *post mortem* dos proprietários permitem que se conheçam o perfil das escravarias, sua composição do ponto de vista étnico, a formação de algumas famílias, entre outros aspectos. Mais ainda sabemos a partir dos assentos de batismo dos moradores dessa região, em que se observam as tentativas feitas pelos escravizados no intuito de se inserirem socialmente, seja por meio do casamento religioso ou do batismo de seus filhos. As relações patriarcais também continuaram a ser tecidas, pois muitos senhores se empenharam no sentido de que fossem ministrados os sacramentos cristãos a seus escravos, com certeza reunindo esforços no sentido de apaziguá-los, conformá-los à situação de cativo.

Finalmente, concluímos que todo esse processo mostra que a dinâmica populacional resulta das injunções econômicas, ainda mais em uma economia dependente como a colonial.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Inventários post mortem avulsos (1785 a 1825)**. São Luís, MA, 1825.
- _____. **Inventário dos bens de Dona Joana Maria Freire Belfort**. Seção de processos avulsos de inventário *post mortem*. São Luís, MA, 1804.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru**. São Luís, MA, 1814.
- _____. **Livro de Testamentos (1763-1779)**. São Luís, 1779. (Manuscrito).
- ARRUDA, J. J. de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- ASSUNÇÃO, M. R. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista, Maranhão (1800-1850)**. São Paulo: AnnaBlume, 2015.
- BARROSO, D. S. Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). **Afro-Ásia**, São Paulo, n. 50, p. 93-128, 2014.
- BARROSO JR., R. dos S. **Nas rotas do Atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Mapas estatísticos da capitania do Maranhão**. São Luís: Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, 1801.
- BOXER, C. **O império marítimo português (1415-1825)**. Tradução de Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HAWTHORNE, W. **From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KARASCH, M. “Minha nação”: identidades escravas no fim do Brasil colonial. In: SILVA, M. B. N. da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MARQUES, C. A. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MOTA, A. S.; BARROSO, D. S. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História** (São Paulo), n.176, 2017.
- MOTA, S. A. Família escrava nas *plantations* do Maranhão: demografia e sociabilidades. In: GALVES, M. C.; COSTA, Y. **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2015. v. 1.
- _____. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.
- NADALIN, S. O. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Abep, 2004.
- REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil em 1835: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RIBEIRO, F. P. **Memórias dos sertões maranhenses: reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus de Barros Martins**. São Paulo: Siciliano, 2002.
- SERRÃO, J. V. O quadro humano. In: SERRÃO, J. V.; MATTOSO, J.; HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4.

Sobre as autoras

Antonia da Silva Mota tem pós-doutorado em Demografia Histórica pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), é doutora e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Maísa Faleiros da Cunha tem pós-doutorado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), é doutora e mestre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp).

Endereço para correspondência

Antonia da Silva Mota

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

Centro de Ciências Humanas

Av. dos Portugueses, 1966 – Cidade Universitária Dom Delgado

65000-000 – São Luís-MA, Brasil

Maísa Faleiros da Cunha

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

Av. Albert Einstein, 1300 – Cidade Universitária Zeferino Vaz

13081-970 – Campinas-SP, Brasil

Abstract

At the Core of Africanization: Black and Colored People in Population Maps of Colonial Maranhão, Brazil (1798-1821)

The study analyzes the demographic boom of African slave populations in the plantation areas from the *Mapas de População* of Maranhão. In particular, we focus on the parish of Rosário do Itapecuru using other sources - *post-mortem* inventories and parish baptismal records. The maps from 1798 and 1821 made it possible to evidence the gender, age, ethnicity and legal status of the resident population as well as show the importance of slave population in cotton and rice crop areas, reaching almost 80% of residents. These populations, in turn, presented certain peculiarities in relation to other plantation areas in the State of Brazil, such as the sex ratio marked by the almost parity between men and women.

Keywords: Slavery. Statistical population maps. Maranhão. Brazil.

Resumen

En el núcleo de africanización: pueblo negro y de color en los mapas de población del Maranhão colonial, Brasil (1798-1821)

El estudio analiza el *boom* de las poblaciones esclavas de origen africano en las áreas de plantación a partir de los Mapas Estadísticos de Maranhão. En particular, nos centramos en la parroquia Rosario del Itapecurú utilizando otras fuentes documentales: inventarios *post mortem*

y registros parroquiales de bautismo. Los mapas de 1798 y 1821 posibilitaron evidenciar el perfil sexual, la edad, la condición étnica y jurídica de la población residente y muestran la importancia de la población esclava en las áreas de cultivo de algodón y de arroz, que llega a casi 80% de los residentes. Estas poblaciones mantenían a su vez algunas peculiaridades en relación con otras áreas de plantación del Estado de Brasil, por ejemplo, la proporción de sexos marcada por la casi paridad entre hombres y mujeres.

Palabras clave: Esclavitud. Mapas de población. Maranhão.

Recebido para publicação em 31/01/2017

Aceito para publicação em 15/08/2017

Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados

Dayane Julia Carvalho Dias*
Carmen Margarida Oliveira Alveal**

Este artigo pretende realizar um diálogo entre a Demografia e a História, aliando os conhecimentos específicos dessas duas disciplinas, no sentido de um melhor entendimento tanto dos números coletados para a população do Rio Grande do Norte quanto do contexto histórico que explicaria esses números. Portanto, o objetivo desse estudo é apresentar características sociodemográficas da população norte-riograndense na virada do século XVIII para o XIX, por meio dos primeiros mapas de população realizados na segunda metade do século XVIII, como parte da tentativa da política pombalina de conhecer melhor o império português. Assim, são discutidos alguns dados demográficos, como composição da população por sexo, cor/etnia e condição jurídica, da capitania do Rio Grande do Norte, com base em informações produzidas em 1782, 1788, 1801 e 1805, utilizando metodologias da demografia que serão explicitadas e com um diálogo direto com a historiografia da região.

Palavras-chaves: Rio Grande do Norte. População. Século XVIII.

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (dayanejuliacd@gmail.com).

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil (carmenalveal@uol.com.br).

Introdução

A colonização do Rio Grande,¹ em seu início, foi caracterizada por uma economia incipiente e pelas disputas violentas por terras entre indígenas, colonos e missionários, período conhecido como a Guerra dos Bárbaros. Do ponto de vista econômico, em função das condições climáticas não tão favoráveis ao cultivo da cana como nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, quase não havia engenhos que manufacturassem o açúcar. O Rio Grande acabou tornando-se uma região na qual a atividade da pecuária era a mais relevante, sendo importante fornecedor de carne e couro para as capitanias vizinhas e mesmo a da Bahia. Além do gado, também estava presente uma importante cultura de abastecimento, na qual a produção de farinha de mandioca era protagonista. Por desenvolver atividades nem tanto atrativas, seu crescimento populacional não foi tão grande quanto o de capitanias consideradas mais centrais, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais; essa última, embora criada apenas do século XVIII, com a descoberta do ouro, fomentou uma migração enorme para as áreas de mineração. Já o Rio Grande permaneceu crescendo a passos lentos.

Este artigo pretende realizar um diálogo entre a Demografia e a História, aliando os conhecimentos específicos dessas duas disciplinas, no sentido de um melhor entendimento tanto dos números coletados para a população do Rio Grande, quanto do contexto histórico que explicaria esses números. Portanto, o objetivo desse estudo é apresentar características sociodemográficas da população norte-riograndese na virada do século XVIII para o XIX, por meio dos primeiros mapas de população realizados na segunda metade do século XVIII, como parte da tentativa da política pombalina de conhecer melhor o império português (MATOS; SOUZA, 2015).

A utilização desses mapas de população, que até pouco tempo atrás eram pouco empregados, destacando-se os estudos de Dauril Alden (1963) e de Maria Luiza Marcílio (2000), entre outros, tem sido encorajada por meio do projeto *Counting Colonial Populations: demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890*, coordenado pelo Dr. Paulo Matos, do Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, vinculado à Universidade Nova de Lisboa.² Assim, todos os mapas do império português produzidos no período focado pelo projeto estão disponíveis *on-line* e possibilitam novos estudos demográficos, com novas metodologias que têm sido desenvolvidas por esta área.

A origem da utilização da demografia como instrumento da escrita e metodologia da história tinha privilegiado a análise dos registros paroquiais, cujo uso remonta ao século XX. De acordo com Maria Luiza Marcílio (2004), o francês Louis Henry, engenheiro, estatístico e demógrafo da população francesa, foi incumbido pelo Ined (*Institut National*

¹ A capitania era denominada apenas de Rio Grande até 1739 quando foi acrescido o termo norte. Assim, ao longo do texto apenas quando a temporalidade passa, especificamente, dessa data, utilizar-se-á Rio Grande do Norte. Entretanto, de maneira genérica, algumas vezes referir-se-á a Rio Grande.

² O projeto pode ser acessado em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/index.html>>.

Etudes Démographiques), depois da Segunda Guerra Mundial, para pesquisar a causa de a fecundidade da população francesa ser a mais baixa do mundo. No decorrer da pesquisa, Louis Henry percebeu que seria preciso recorrer à análise demográfica da população anterior ao século XX, sendo que as fontes disponíveis para a análise seriam os registros paroquiais. Com os resultados, foi possível o surgimento do método de reconstituição de família e, com ele, de uma nova ciência: a demografia histórica.³

No Brasil, Sheila de Castro Faria (1997) dissertou sobre a história da família e demografia histórica. A autora aborda a importância dos resultados da demografia histórica para o estudo da história da família, salientando que isso foi possível somente graças à documentação dos registros paroquiais de casamentos, batismos e óbitos realizados pela Igreja, que possibilitam uma análise aprofundada com base na demografia histórica.

No período colonial, a Igreja constituía-se em uma peça fundamental na sociedade, cujos procedimentos de casamentos, batismos e óbitos tornavam-se obrigatórios para quem fizesse parte da esfera política, administrativa e social do império português, para se enquadrar no modelo social imposto. Foi com o desenvolvimento da demografia histórica a partir de 1950 e com a utilização dos registros de casamentos, óbitos e batizados que o estudo das famílias e outras áreas se consolidou, incluindo os estudos da família escrava no Brasil.

Entretanto, conforme mostram os autores portugueses Paulo Matos e Paulo Sousa (2015, p. 75), a partir do período pombalino passou a se tentar uma “recolha e produção de informação quantitativa organizada sobre a população”, com vistas a conhecer melhor as estatísticas da população e da produção e daí possibilitar a formulação de modelos de ocupação do território, visando sempre o melhor desenvolvimento do império.

Mesmo com os esforços realizados pelas autoridades coloniais na elaboração desses mapas, sabe-se que há falhas no seu levantamento. Assim, os mapas de 1782, 1788, 1801 e 1805 foram utilizados como base, porém, tiveram que ser corrigidos, utilizando-se para tanto o Censo de 1872, considerado mais acurado. O artigo inicia-se apresentando os dados e a metodologia utilizada para os resultados alcançados, para depois passar à análise e posteriormente utilizar a História para conjecturar e corroborar os resultados obtidos, no sentido de explicar o contexto histórico.

Fontes, metodologias e dados

Os dados foram obtidos dos mapas constantes no projeto *Counting Colonial Populations*. Para a capitania do Rio Grande do Norte foram utilizados quatro mapas, além do recenseamento de 1872:

³ Ao longo da sua vida, Louis Henry foi aperfeiçoando seus métodos, tornando-se sucesso em todos os países da Europa, América Latina e Ásia. Os resultados foram expostos em seus manuais, o primeiro deles: *Nouveau manuel de depouillement et d'etat civil ancien* (HENRY; FLEUREY, 1965).

- 1782 – Mapa, que mostra o número dos habitantes [das qua]tro Capitánias deste Governo, a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, e Ceará, o seguinte Freguesias de que se compõem as cinco Comarcas Eclesiásticas (AHU-PA-Pernambuco, Cx. 145, Doc. 10638);
- 1788 – Mapa que mostra o N^o de Habitantes das quatro Capitánias deste Governo: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará divididas nas 5 Comarcas Eclesiásticas (AHU-PA-Pernambuco, Cx. 178, Doc. 12472);
- 1801 – Mappa Geral da Importação de Produtos, e Manufaturas do Reino Produção, Consunmo, Exportação, Portos de donde vierão e para onde forão Habitantes e occupaões delles, Casamentos, Nascimentos, Mortos e dos Indios domesticos, e suas idades. Tabellas das doenças com q(ue) falecerão, previstas e não previstas. Rezumo das quantias emformado na Capitania do Rio grande do Norte no Anno de 1801 (AHU - PA - Rio Grande do Norte, Cx. 9, Doc. 565);
- 1805 – Mapa geral da Importação, produções e Manufaturas do Reino, Produção, consumo [...?]ação e do ficou em ser sem se exportar nem consumir. Portos de donde [...?...] Dos Habitantes e suas occupaoues, Cazamentos, Nascimentos, e Mortos. Dos Indios de Mesticos com as mesmas declarações. Tabela das moléstias [...] pertencente ao anno de 1805, feito em o Mes de Outubro de 1806 (AHU - PA – Rio Grande do Norte, Cx. 10, Doc. 629);
- Recenseamento geral do império de 1872. População presente para a província do Rio Grande do Norte por idade, sexo e condição jurídica. Dados ajustados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disponíveis *on-line*.

Embora existam outras fontes que possibilitem a verificação de alguns dados de população, esses mapas foram escolhidos pela forma como dispuseram as informações, permitindo a sistematização que será apresentada a seguir.

Com relação à metodologia aplicada, foram realizadas estimativas de população de 1801 e 1805 não somente por idade e sexo, mas também por categoria de composição jurídica e cor/etnia.⁴ Para a correção, alguns pressupostos foram adotados e etapas seguidas. Em relação ao contexto histórico e demográfico do período, é conhecido que até 1970 a população brasileira era considerada quase estável. Isso significa que até essa data não houve mudança significativa na estrutura etária brasileira, pois as taxas vitais mantinham-se praticamente constantes. Apesar do declínio acentuado da mortalidade a partir de 1940, a fecundidade manteve-se em níveis elevados (CARVALHO, 1980, 2004; CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

⁴ Há uma discussão muito grande na historiografia sobre o termo a ser utilizado. No estudo aqui apresentado, embora não seja foco da discussão, preferiu-se utilizar o termo cor/etnia, uma vez que havia uma certa confusão. Sobre esse assunto ver Schwarcz (1993), Machado (2008), Paiva (2008, 2015) e Viana (2007).

Nesta perspectiva, tem-se como hipótese que a população do Rio Grande também se assemelhava ao padrão brasileiro. Assim, para as estimativas de 1801 e 1805, supondo-se que o crescimento populacional era constante no período analisado, a população de 1872 foi decrementada a uma taxa de crescimento anual de 2,4% para a população livre e de -0,01% para a escrava (RODARTE, 2008).

Mário Rodarte (2008) estimou taxas de crescimento para o Brasil e províncias para o período de 1832 a 1872. Os dados para o Brasil apresentaram, para o período, uma taxa de 2,2% para a população livre e de 0,0% para os escravos. As taxas de crescimento para o Rio Grande do Norte, durante o mesmo período, foram de, respectivamente, 2,4% e -0,1%. Para estimar as taxas do Rio Grande do Norte, Rodarte (2008) utilizou estimativas de contagens populacionais realizadas pelo conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, adaptadas para os limites provinciais da década de 1870 por Joaquim Noberto de Souza (1986 apud RODARTE, 2008). Nesse cálculo excluiu-se a suposição da existência de 800.000 índios. Além disso, pautou-se pela contagem regional do Rio Grande do Norte de 1855, levantada por Botelho (1998 apud RODARTE, 2008). Portanto, são dados que requerem cautela com sua utilização, pois foram realizados com base em contagens populacionais que possuem baixa qualidade, tornando-se uma limitação ao estudo.

Para organizar as idades em grupos quinquenais do censo de 1872, foram aplicados os multiplicadores de Karup-King, que consistem em uma técnica de interpolação que permite, por meio de multiplicadores, desagregar informações de grupos quinquenais ou decenais em idades simples de determinada população ao longo do ano calendário.⁵

As contagens de índios estão presentes nos mapas populacionais de 1801 e 1805, no entanto, no censo de 1872 essa categoria é ausente (pelo menos de forma explícita), então essa população não foi estimada. Por sua vez, a categoria de “cablocos” presente no censo de 1872 não consta nos mapas de 1801 e 1805. Mas ambas as categorias foram incluídas em análises de população total observada e estimada.

É importante ressaltar que se trata de um período de ocorrência de intensos fluxos migratórios do Norte do Brasil em direção a outras partes, o que poderia comprometer a aplicação do método de estimar população, já que o conceito de estabilidade está diretamente relacionado à ausência de migração. Dessa forma, nos resultados a princípio serão apresentados os dados estimados e observados (sem correção), que permitiram a análise de: estimativas de população por idade, sexo, composição de cor /etnia e condição jurídica para 1801 e 1805; razão de sexo; estrutura etária (pirâmides); e evolução da população de 1782 a 1805.

Conforme já dito anteriormente, os dados estimados são obtidos com base em métodos que apresentam pressupostos e limitações, o que não representa a realidade total da época. São estimativas que variam de acordo com a taxa de crescimento utilizada e a qualidade das informações. Como as taxas de crescimento empregadas aqui são baseadas em contagens

⁵ Para mais informações do método consultar Judson e Popoff (2004).

populacionais que possuem baixa qualidade, devido ao alto índice de sub-registros,⁶ os resultados são aproximações. Apesar das dificuldades, o esforço de correção é válido, uma vez que possibilita a problematização desses dados.

Diante disso, as informações são apresentadas a partir de dados observados (dados brutos) e estimados, no sentido de fornecer comparações. Como se trata de duas populações completamente diferentes (livre e escrava), foram utilizadas duas taxas de crescimento. Tanto em 1801 como em 1805, os dados estimados foram superiores aos observados para as duas populações. Esse resultado geral indica que, se de fato o pressuposto de estabilidade e essas taxas de crescimento são válidos, as estimativas deste estudo podem ser consideradas mais acuradas do que os registros dos mapas de população, ou seja, elas se aproximam mais do verdadeiro tamanho populacional do Rio Grande do Norte nos anos analisados. Se adotarmos essa população estimada como representativa da época, é possível considerar que os dados de população observados de 1801 e 1805 encontram-se sub-registrados, por isso a importância da aplicação de estimativas populacionais. Uma boa medida que indica a porcentagem da população contabilizada pelos mapas em relação àquela que foi estimada neste estudo é o grau de cobertura.

A Tabela 1 apresenta os dados de população total observados e estimados, a diferença absoluta entre eles e o grau de cobertura, que corresponde à razão entre a população observada e a estimada. Percebe-se que a diferença mais ampla entre a população observada e a estimada ocorre em 1801. Quanto mais antigo no tempo, maior é a incidência de problemas nos dados, por isso, em 1801 o grau de cobertura foi de apenas 55% e indica que talvez um pouco mais da metade da população do Rio Grande do Norte tenha sido contabilizada no mapa de 1801. Em 1805 a diferença entre os dados observados e os estimados foi bem menor, o que resultou em um grau de cobertura de 85%. Essa diferença pode ser explicada, em grande medida, em relação à taxa de crescimento utilizada; apesar de não ter chegado a 100% de cobertura, as taxas utilizadas foram condizentes.

TABELA 1
População total observada e estimada e grau de cobertura
Rio Grande do Norte – 1801-1805

População	1801	1805
Observada	29.443	49.250
Estimada	54.016	57.969
Diferença	24.573	8.719
Grau de cobertura (%)	55,0	85,0

Fonte: 1801: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629.

Os resultados fornecidos pelas Tabelas 2 e 3 permitem identificar de forma mais detalhada a diferença entre os dados estimados e observados da população do Rio Grande do Norte por sexo, idade, cor/etnia e condição jurídica, em 1801 e 1805.

⁶ Definem-se sub-registros como o conjunto de dados não registrados.

Em 1801, entre a população de livres, a existência de pessoas nas categorias de cor pardo e preto é muito maior do que de pessoas brancas, tanto nos dados observados como nos estimados. Em relação aos escravos, a categoria de preto é superior à de pardo, embora esta última tenha aumentado substancialmente no período analisado (de 560 para 3.371 homens e de 607 para 3.470 mulheres). Essa diferença permite analisar que poderia ter sido utilizada uma taxa de crescimento diferente também para a população por cor (Tabela 2). Em 1805, essa tendência se repetiu, embora as diferenças entre os dados observados e estimados tenham sido menores, exceto também pela população de escravos pardos e pretos.

De modo geral, esses mapas permitem analisar que, em 1801 e 1805, o número de pessoas pardas e pretas na população era superior ao de pessoas brancas. Certamente, esta é uma tendência que se repetiria por outras partes da colônia e justifica o que mais tarde seria a política de branqueamento da população mediante a promoção da imigração europeia, que era parte de um contexto de reconstrução das relações de trabalho no Brasil e busca de um ideal de civilização nas últimas décadas do século XIX (CHALHOUB, 1996).

TABELA 2
População observada e estimada, por condição jurídica e cor/etnia, segundo sexo e grupos de idade
Rio Grande do Norte – 1801

Sexo e grupos de idade	Livres						Escravos			
	População observada			População estimada			População observada		População estimada	
	Brancos	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos
Homens										
0 a 4 anos	687	858	130	1.224	1.095	309	106	231	455	557
5 a 9 anos	624	350	176	922	753	152	100	213	320	305
10 a 19 anos	894	1.079	274	2.009	1.624	393	122	530	788	632
20 a 29 anos	669	651	174	2.084	1.776	448	119	458	719	772
30 a 39 anos	459	617	164	1.177	867	294	48	323	365	443
40 a 49 anos	929	409	79	960	688	270	48	189	288	392
50 a 59 anos	234	217	83	666	466	166	9	94	214	228
60 a 69 anos	117	121	42	385	288	93	3	48	119	110
70 a 79 anos	53	59	29	115	110	48	4	14	61	56
80 a 89 anos	19	19	5	40	56	19	1	11	30	31
90 anos e mais	0	2	1	22	33	14	0	2	12	15
Total	4.685	4.382	1.157	9.604	7.756	2.207	560	2.113	3.371	3.541
Mulheres										
0 a 4 anos	642	812	145	1.203	1.151	322	113	190	488	500
5 a 9 anos	626	816	132	917	765	150	110	201	356	311
10 a 19 anos	813	1.146	306	1.996	1.694	396	112	406	718	698
20 a 29 anos	744	1.319	247	1.997	1.691	440	145	457	713	770
30 a 39 anos	573	644	134	1.051	868	230	53	282	402	415
40 a 49 anos	333	372	108	890	704	216	38	133	319	310
50 a 59 anos	234	193	90	563	431	133	27	61	189	210
60 a 69 anos	88	115	58	318	255	86	7	33	108	172
70 a 79 anos	51	71	23	73	99	43	1	12	46	55
80 a 89 anos	18	27	12	34	33	14	1	6	12	21
90 anos e mais	2	3	1	15	19	7	0	0	5	6
Total	4.124	5.518	1.256	9.056	7.708	2.036	607	1.781	3.357	3.470

Fonte: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565.

TABELA 3
População observada e estimada, por condição jurídica e cor/etnia, segundo sexo e grupos de idade
Rio Grande – 1805

Sexo e grupos de idade	Livres						Escravos			
	População observada			População estimada			População observada		População estimada	
	Branco	Pardos	Pretos	Branco	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos
Homens										
0 a 4 anos	2.022	2.610	160	1.345	1.204	339	165	817	453	555
5 a 9 anos	1.202	1.041	182	1.014	828	168	69	474	319	304
10 a 19 anos	1.427	1.603	278	2.209	1.786	433	154	487	785	630
20 a 29 anos	1.334	1.255	183	2.291	1.953	493	137	504	716	769
30 a 39 anos	973	1.096	152	1.294	953	323	157	273	364	442
40 a 49 anos	851	523	156	1.056	756	297	55	182	287	390
50 a 59 anos	433	347	78	732	513	183	22	99	213	227
60 a 69 anos	209	211	53	424	316	102	16	50	119	109
70 a 79 anos	99	74	20	127	121	53	3	21	61	56
80 a 89 anos	34	7	11	44	61	21	2	4	30	31
90 anos e mais	9	3	2	24	36	15	0	0	12	15
Total	8.593	8.770	1.275	10.560	8.527	2.426	780	2.911	3.358	3.527
Mulheres										
0 a 4 anos	1.876	2.802	99	1.322	1.265	354	95	658	487	498
5 a 9 anos	1.179	1.184	85	1.008	841	165	96	525	355	310
10 a 19 anos	1.525	1.358	196	2.194	1.862	435	165	499	715	695
20 a 29 anos	1.249	1.094	203	2.196	1.859	484	146	541	710	767
30 a 39 anos	1.037	1.219	199	1.155	954	253	90	271	400	414
40 a 49 anos	680	490	186	978	774	237	45	186	318	309
50 a 59 anos	435	399	83	619	473	146	32	114	188	210
60 a 69 anos	195	209	57	349	280	94	17	44	108	171
70 a 79 anos	88	104	28	81	108	48	5	11	46	55
80 a 89 anos	34	11	10	37	37	15	2	7	12	21
90 anos e mais	9	4	3	16	20	8	1	1	5	6
Total	8.307	8.874	1.149	9.957	8.475	2.239	694	2.857	3.344	3.456

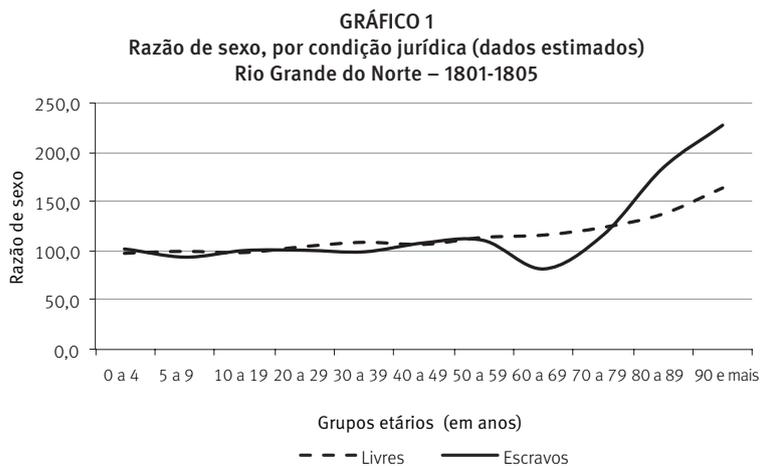
Fonte: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629.

Passando para uma análise da razão de sexo,⁷ a despeito de alguns momentos de pouco equilíbrio, pode-se afirmar que a população do Rio Grande esteve medianamente equilibrada entre a população livre, com uma razão de sexo abaixo de 100 entre as idades de 0 a 19 anos, o que indica a presença de mais mulheres na população estimada do que de homens. A partir dos 20 anos até a idade idosa, há predominância de homens na população, com uma razão de sexo superior a 100, chegando no grupo etário com uma razão de 163,7 (Gráfico 1).

⁷ A razão de sexo expressa a relação quantitativa entre homens e mulheres: se é igual a 100, os números entre os sexos se igualam; acima de 100, há predominância do sexo masculino na população; e abaixo de 100 existe predominância do sexo feminino. Quanto maior a discrepância entre os sexos, maior o desequilíbrio, podendo acarretar consequências demográficas. Esse indicador é influenciado por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade. Geralmente, as mulheres são maioria em muitas populações, reflexo da sobremortalidade masculina, principalmente nas idades jovens e adultas, decorrente do alto índice de causas violentas de óbitos (SHRYOCK; SIEGEL, 1976; CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004).

Entre a população escrava estimada, a razão de sexo apresentou oscilações de um grupo etário para outro, principalmente a partir da faixa de 50 a 59 anos, chegando a uma maior oscilação no grupo etário de 90 anos e mais, com uma razão de sexo de 227,3, ou seja, 27 homens para cada 10 mulheres.

Tanto para a população livre quanto para a escrava, a razão de sexo entre a idade adulta e principalmente idosa representou predominância de homens, especialmente entre os escravos. Estes resultados revelam que os dados apresentam falhas em seu levantamento. Para uma economia de abastecimento e de pecuária, como é o caso do Rio Grande do Norte, é curioso esse fato, uma vez que, em geral, era em áreas de grande lavoura que havia predomínio masculino. Além disso, as mulheres costumam ser maioria nas populações, principalmente no final da vida adulta e idosa, em decorrência da alta mortalidade masculina, geralmente por causas externas, como a violência. Mas, como se trata de um período marcado pela alta mortalidade ocasionada pela disseminação de doenças infecciosas, talvez a mortalidade entre os sexos não apresentasse tanta diferença. De todo modo, é importante destacar que a razão de sexo também pode ser um indicador de problemas nos dados e, neste caso, fica clara a existência de falha no levantamento dos dados, tanto para os homens como para as mulheres, não cabendo uma análise mais apurada a partir desse resultado.

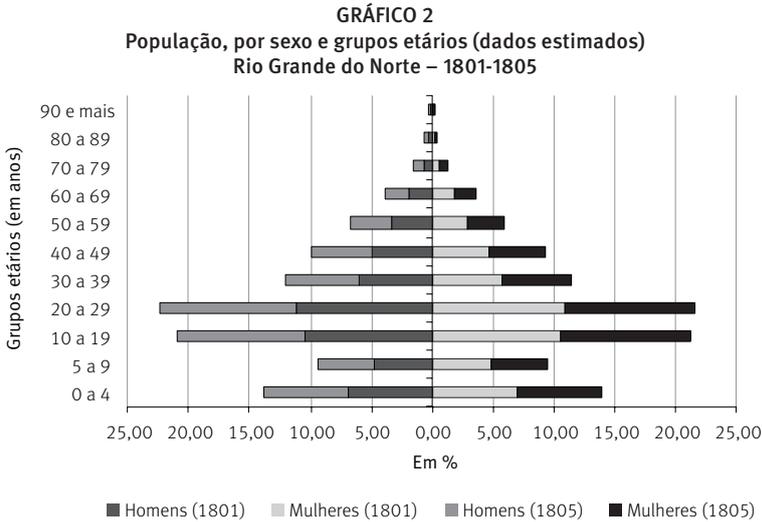


Fonte: 1801: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629.

Ainda com relação à faixa etária da população do Rio Grande do Norte, com base nos dados estimados para 1801 e 1805, foi elaborado o Gráfico 2, no sentido de permitir uma melhor visualização do equilíbrio da razão de sexo, analisado anteriormente.

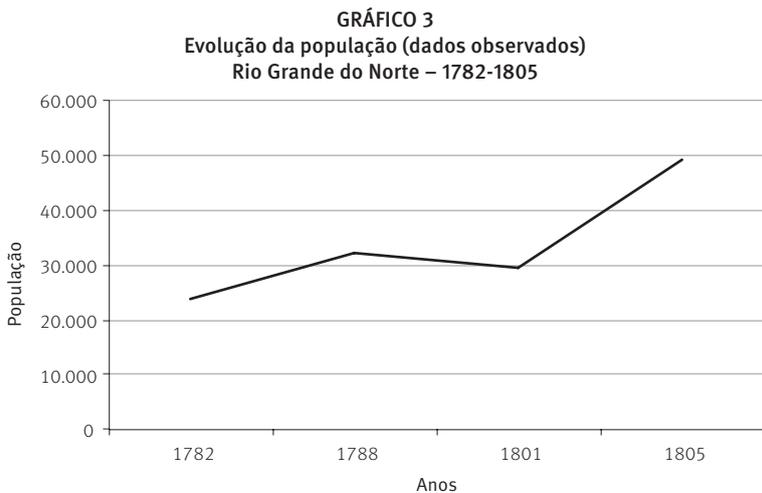
A pirâmide etária é um instrumento valioso para a análise da composição da população por idade e sexo. A estrutura etária de uma pirâmide é determinada pela influência de três fatores: nascimentos, mortalidade e migrações. Cabe ressaltar o pequeno número de pessoas no grupo etário de 5 a 9 anos, tanto em 1801 como em

1805. Isso mostra que, mesmo com dados estimados, os grupos etários de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos foram os mais atingidos pela incidência de sub-registros. Esses grupos mais jovens (assim como os de idosos), geralmente, são os mais vulneráveis a erros de declaração (Gráfico 2).



Fonte: 1801: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629.

Para verificar a evolução da população entre 1782 e 1805, foram utilizados os dados observados, no que se chegou ao Gráfico 3. Deve-se explicar que, para efeito de comparação com 1782 e 1788 (que não tiveram os dados corrigidos), foi preferível analisar os dados brutos.



Fonte: AHU-PA-Pernambuco, Caixa 145, Documento 10638; AHU-PA-Pernambuco, Caixa 178, Documento 12472; AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; AHU-PA-Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629.

Dos dados mostrados até o momento, esse é o que mais contribui para se analisar do ponto vista histórico o contexto desses números. Entre 1782 e 1788, a população total da capitania do Rio Grande do Norte passou de 23.812 para 32.038 pessoas, com um aumento de 34,5%. No início do século XIX, a população norte-riograndense correspondia a 29.443 em 1801, aumentando para 49.250 em 1805, o que representa um crescimento de 67,3%. Porém na virada do século, entre 1788 e 1801, houve uma diminuição da população na ordem de 9%. Mais a diante tentar-se-á entender à luz da História se tais números podem ser corroborados.

O contexto histórico

O início do povoamento do território do atual estado do Rio Grande do Norte ocorreu a partir da necessidade de se proteger a colônia que, desde o último quartel do século XVI, começava a gerar grandes lucros com a produção de açúcar. Era preciso prover segurança e proteção aos engenhos de cana-de-açúcar presentes na capitania de Pernambuco e Itamaracá. No final deste século, foram iniciadas expedições de conquista que culminaram na criação da capitania da Paraíba e na povoação da capitania do Rio Grande (BATISTA, 2012; GONCALVES, 2007), apesar de a costa já ser constantemente visitada, sobretudo, pelos franceses.

Já em princípios do século XVII, houve uma tentativa de um povoamento efetivo, tendo como uma forma de fomentar a vinda de conquistadores a distribuição de sesmarias, títulos de terra que foram concedidos praticamente todos na região litorânea da capitania, o chamado litoral oriental potiguar.⁸ As terras em sesmarias eram dadas principalmente para a criação de gado e roçado, mas também eram distribuídas áreas de pescaria. A cidade do Natal já havia sido fundada a partir da construção da fortaleza dos Reis Magos, em 1599 (CASCUDO, 2011). Nesta época, a única freguesia existente era a de Nossa Senhora de Apresentação, com sede na recém-fundada cidade do Natal.

Das 185 sesmarias distribuídas, muitas indicavam a obrigatoriedade de se construir uma casa na cidade no período de seis meses, indicando o interesse em que a cidade se desenvolvesse e se tornasse um polo de atração para a região conquistada recentemente. Contudo, a averiguação realizada em 1614 mostra que pouquíssimas casas tinham sido erguidas, ficando a cidade do Natal com poucas habitações.⁹ Por meio dessas cartas, sabe-se da chegada dos primeiros escravos africanos na capitania. Os jesuítas trouxeram quatro escravos da guiné, e ainda a indicação de que um sesmeiro também “possuía escravos”. Porém, a produção de açúcar no Rio Grande não tomou as mesmas proporções que teve

⁸ “Potiguar” é o nome de uma grande nação Tupi que habitava a região litorânea do que atualmente corresponde aos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Posteriormente, o termo passou a ser usado como gentílico dos nascidos no estado do Rio Grande do Norte.

⁹ “Tresllado do auto que mandarão Alexandre de Moura, capitão mor do Pernambuco e ho desembargador Manoel Pinto da Rocha ouvidor geral desta estado para se fazerem as diligencias nelle declaradas” (IHGRN, 2000).

em outras capitanias, como Pernambuco e Paraíba, tendo seu primeiro engenho apenas no início do século XVII, o Cunhaú (GOMES, 1997).¹⁰

Depois do engenho Cunhaú, foi fundado outro no Rio Grande do Norte, ainda na primeira metade do século XVII, nos vales úmidos do litoral da capitania do Rio Grande, o engenho Potengi, totalizando duas unidades em 1637, na época em que o território estava sob o domínio holandês.

Pode-se afirmar que a produção do açúcar da capitania estagnou-se, não havendo um aumento considerável no número de engenhos até a segunda metade do século XIX. A má qualidade do solo era constantemente evocada como entrave à produção. Os primeiros cronistas chamam a atenção para este fato. Domingos de Veiga, que teria escrito um depoimento em 1627, ou em 1628, afirmou que havia somente dois engenhos no Rio Grande e que poucas terras eram propícias para o cultivo de cana. Veiga afirmou que havia muitos currais de gado e dois engenhos de açúcar, mas que existia bastante cultura de abastecimento (LYRA, 2008).

Em 1609, o sargento mor Diogo Campos Moreno, em seu Relatório das Praças Fortes, alegava que a terra da capitania era “areiosa”, “escalvada” e de pouco proveito para o plantio de cana-de-açúcar, “em cinco e seis léguas ao redor da fortaleza”. Por esse motivo, a capitania não era tão povoada como Paraíba “e as demais que tem açúcar e pau-brasil”. Apesar disso, o engenho Cunhaú destacava-se na região (MELLO, 1984).

Os documentos produzidos pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC), uma instituição holandesa, descrevem uma realidade não muito diferente. O “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil”, apresentado por Adriaen van der Dussen ao conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640, o “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil” (1638) e a “Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar” (1630) são exemplos destas fontes.

Verdonck, em sua *Memória*, que possui características de espionagem, afirmou que existia “ainda” um engenho localizado em Cunhaú, cuja produção variava de seis mil a sete mil arrobas de açúcar. Morariam nesta localidade, de acordo com o holandês, de 60 a 70 homens com suas famílias. Por Cunhaú, passavam produtos de subsistência que eram transportados para Pernambuco, tais como gado, farinha e milho. Segundo o funcionário da WIC, o açúcar produzido pelo engenho Cunhaú também era levado para Pernambuco para ser exportado.¹¹

¹⁰ Há discussão sobre a data de fundação de engenho. A maioria dos autores apresenta a data de 1604. Cascudo (2008) foi mais cuidadoso e afirma que a sesmaria onde seria instalado o engenho foi doada em 2 de maio de 1604, mas não menciona quando teria ocorrido de fato a instalação. Já Ana Maria de Azevedo Souza (2005) coloca a data de 1614, mesmo ano da averiguação das demarcações. Esta mesma autora indica que o engenho Cunhaú foi vendido ao coronel Manuel Ottoni de Araújo Lima e teria voltado a produzir açúcar mascavo de 1920 a 1970.

¹¹ Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630 (MELLO, 2004).

De acordo com Verdonck, na cidade do Natal havia “gado em abundância”, criavam-se porcos e “muitas” galinhas. A cidade contava com bons pastos e seus moradores não teriam outra riqueza senão o gado. Entretanto, a despeito dessas afirmações, o espião da WIC alegava que o povo era miserável, “mal tendo de que viver”. Os habitantes plantavam milho e mandioca para fazer farinha, que eram exportados sempre para Pernambuco. Havia, na cidade, abundância de peixes, animais de caça e frutas silvestres. Verdonck afirma que na jurisdição do Rio Grande, provavelmente referindo-se à região circunvizinha a Natal, havia dois engenhos que fabricavam pouco açúcar. Segundo o holandês, os habitantes mais abastados do Rio Grande viviam em seus sítios, afastados do núcleo urbano. A população da capitania não excedia os 120 ou 130 homens. Na cidade do Natal haveria de 35 a 40 casas de palha e barro (MELLO, 2004).

Adriaen van der Dussen afirmou que, na capitania do Rio Grande, havia quatro freguesias e que a principal atividade econômica era a pecuária, servindo para o abastecimento das outras capitanias. Não se pode crer que houve uma evolução significativa da população do Rio Grande que justificasse a criação de mais três freguesias. A divisão da capitania em quatro freguesias é, antes, um entendimento do relator da WIC sobre a situação da localidade do que resultado de alguma mudança. Dussen continua o seu relatório, alegando que “há muito tempo” existiam dois engenhos na capitania: o Engenho Potengí, que se encontrava arruinado; e o Engenho Cunhaú, que havia sido confiscado e vendido a Willem Beck e Hugo Graswinckel (DUSSEN, 1640, p.137-232). Sendo assim, os primeiros relatos sobre a vida econômica e administrativa da capitania necessitam ser ainda muito estudados, já que a historiografia ainda debate a consistência dos dados por eles informados.

Aparentemente, a economia açucareira no Rio Grande do Norte ter-se-ia estagnado, ficando restrita ao engenho Cunhaú. De fato, a ameaça indígena era uma constante e, na época dos holandeses, é conhecido o massacre de 1645 no engenho Cunhaú e em Utinga (SOUZA, 2005). Após a expulsão dos holandeses em 1654, na segunda metade do século XVII, o interior passou a ser priorizado, culminando na chamada Guerra dos Bárbaros (MEDEIROS, 2009),¹² quando uma série de expedições foi realizada na tentativa de assegurar o espaço colonial (PUNTONI, 2002). A vinda de conquistadores das áreas de Pernambuco e Paraíba teria contribuído para um crescimento da população, mas que proporcionalmente deve ter equilibrado os números diante dos vários ataques às populações indígenas do interior, chamadas genericamente de tapuias, cujos homens foram alvos de assassinatos, sobrevivendo algumas mulheres e crianças, incorporadas à sociedade colonial, por meio da escravidão. Conforme se avançava para o interior, a região litorânea ao leste passou a ter importância, uma vez que se tornou o grande fornecedor de gêneros alimentícios para as tropas que lutavam no sertão, sobretudo a farinha de mandioca.

¹² Segundo Ricardo Pinto de Medeiros (2009), “A partir da segunda metade do século XVII, com o fim da guerra com os holandeses, e afastada a ameaça de invasão externa, intensifica-se o processo de ocupação do sertão, principalmente através da expansão da atividade pecuária. Esta expansão vai provocar uma série de conflitos entre os novos e os antigos habitantes. Ao conjunto de conflitos resultantes deste contato entre mundos e culturas tão diferentes deu-se o nome de ‘Guerra dos Bárbaros’”. Sobre a Guerra dos Bárbaros ver Pires (1990) e Puntoni (2002).

Não se tem muita evidência documental da existência de outros engenhos na capitania até início do século XIX, o que confirma seu desenvolvimento econômico menos dinâmico do que em outras capitanias cuja economia era voltada para a cana-de-açúcar. Entretanto, Sebastião da Rocha Pitta, ao escrever sua *História da América portuguesa*, publicada originalmente já em 1730, afirmou que o “recôncavo” do Rio Grande era “dilatadíssimo” e “teve mais engenhos dos que hoje permanecem, pelas ruínas que têm causado os gentios daquele vasto distrito, que são dos mais ferozes e bárbaros, e costumam repetidas vezes destruir as fábricas e lavouras dos moradores” (PITTA, 1976, p. 56). Além desse relato, outro documento utilizado por Andrade (1981), “Ideia geral da capitania de Pernambuco e suas anexas”, publicado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, indica a existência de cinco engenhocas na cidade do Natal, “das quaes algumas delas fazem finos assucares de bom pezo” e haveria na vila e freguesia de São José de Mipibu 22 engenhocas que apenas produziriam mel e rapadura.

Durante o século XVIII, parece não ter havido nenhum tipo de incremento na indústria do açúcar na localidade. Na documentação publicada nos *Anais na Biblioteca da Nacional*, há uma descrição da capitania do Rio Grande. Nela, consta a existência de muitas fazendas distribuídas entre as quatro ribeiras, divisão administrativa pela qual a Fazenda Real se organizava. Entretanto, não é citada a presença de nenhuma fábrica de açúcar (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1918).¹³

Alguns autores afirmam que houve um crescimento da economia do açúcar no final do século XVIII. A definição da capitania do Rio Grande como área canavieira, segundo Andrade (1981), começou a se moldar no último quartel do século XVIII, embora de forma modesta. Havia poucos engenhos e estes ainda utilizavam instalações de madeira. Existiam três engenhos na Freguesia de Natal e 22 engenhocas na Freguesia de São José do Mipibu, que produziam mel e rapadura (ANDRADE, 1981). Para este autor, na transição do século XVIII para o XIX, a produção do Rio Grande do Norte teria se diversificado. Além da criação de gado, fabricavam-se couro, algodão, rapadura e sal (ANDRADE, 1981). Infelizmente, o autor não menciona as fontes utilizadas.

Da mesma forma que Andrade coloca o final do século XVIII como um período de definição da vocação açucareira do estado, para Fátima Lopes (2005) e Monteiro (apud LOPES, 2005), teria havido, a partir de 1790, uma retomada da produção açucareira. Segundo Lopes, era utilizada mão de obra indígena “voluntária” (termo que aparece na documentação) no engenho Cunhaú. Já Denise Monteiro (apud LOPES, 2005) foi mais longe, ao afirmar que a retomada da produção açucareira na década de 1790 teria sido o motivo para o decréscimo da população indígena no Rio Grande. Em outra obra, Denise Monteiro (2007) afirma que o século XVIII foi caracterizado pela montagem das fazendas

¹³ Idéia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, sua costas, rios, e povoações notáveis, Agricultura, numero de engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido & desde o anno de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. (Anais da Biblioteca Nacional, 1918).

de gado pertencentes a senhores de engenho da zona da mata açucareira residentes em outras capitanias ou em Cunhaú.

O principal problema ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, segundo Andrade (1981), era a falta de boas estradas e de portos aparelhados. O autor afirma que a produção do Rio Grande do Norte era transportada para Recife para ser exportada.

Além da cidade do Natal, no século XVII, havia vários agrupamentos indígenas que posteriormente formariam os aldeamentos. O primeiro deles foi o de Guajiru, que seria mais tarde Extremoz. A existência desta aldeia foi notificada desde 1641, por um emissário holandês que viajava pelo Rio Grande (LOPES, 2003), mas foi fundada oficialmente como missão regular em 1679. Mipibu, criada em 1736, já aparecia na relação de 1646 do padre Manoel de Moraes (LOPES, 2003). Já Guaraíras tornou-se missão regular em 1681. Apesar de Igramació, futura Vila Flor, ter sido criada somente em 1740, segundo Olavo de Medeiros Filho (apud LOPES, 2003), as informações mais antigas sobre a aldeia estão no mapa de Jacques de Vaulx de Claye, de 1579. Porém, no mapa feito por George Magrave, de 1643, há uma indicação de que a aldeia estaria despovoada.

Além de uma tentativa de inserir os indígenas na nova ordem colonial em formação, tais aldeias eram importantes por constituírem pequenos núcleos urbanos nos quais a produção de alimentos girava. Muito relevante para a capitania do Rio Grande foi a produção de farinha de mandioca, já utilizada pelos índios, que, no processo colonizador, tornou-se um dos principais elementos da alimentação da sociedade colonial, tendo em vista que não havia trigo no Brasil neste período.

Assim, ao longo do século XVII, a população da capitania do Rio Grande concentrava-se no litoral leste. A cidade do Natal era o único núcleo urbano oficial, embora existissem tanto aldeias indígenas quanto missões religiosas. Natal tinha uma população muito diminuta e, apesar de não se terem números, sabe-se que a maior parte vivia em áreas rurais.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a transformação das aldeias indígenas em vilas, dentro da política pombalina,¹⁴ houve um pequeno incremento desses núcleos urbanos (LOPES, 2007). Este fato deveu-se à criação de algumas instituições políticas nessas vilas, como a câmara municipal, o que acabou atraindo outros moradores, além dos antigos grupos indígenas que viviam no local.

A criação das vilas de índios contribuiu também para a formação de freguesias (SILVA FILHO, 2012), a partir da fragmentação da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação que, conforme já mencionado, foi a primeira existente na capitania e abarcava praticamente todo o seu território.

A necessidade de se criarem novas freguesias ocorreu pelo fato de haver um incremento da população e o próprio surgimento dos núcleos urbanos, decorrentes dos aldeamentos

¹⁴ A política pombalina, grosso modo, constituiu-se na tentativa de modernização de Portugal, por meio do que se chama de “despotismo esclarecido”, pois buscava empregar mudanças inspiradas nos ideais iluministas, porém, com a manutenção do poder monárquico. Com relação à transformação dos aldeamentos em vilas, pensava-se na modernização e dinamização local a partir do estabelecimento de instituições políticas, administrativas e judiciais nessas áreas.

indígenas. Somente no século XVIII seriam criadas dez freguesias, sendo cinco delas correspondentes às antigas missões.

As missões transformadas em vilas no litoral, a partir de 1758, foram: Guaraíras, que viria a ser Arêz; Guajiru, que viria a ser Extremoz; Mipibu, que viria a ser São José do Mipibu; e Igramació, que viria a ser Vila Flor (LOPES, 2005). Mas antes mesmo da criação dessas vilas de índios, foram instituídas as freguesias de São João do Assú, em 1726, justamente na região palco da Guerra do Açú, inserida na guerra mais ampla contra os “bárbaros”, mostrando a necessidade de haver a presença de instituições religiosas, e a de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha, em 1746, situada na região leste, o que de fato evidencia um adensamento da população que obrigou a existência de uma segunda freguesia no litoral, além da de Nossa Senhora de Apresentação.

As novas freguesias prosseguiram ao longo da segunda metade do século XVIII, mostrando como a Igreja católica estava atenta às necessidades de seus fiéis. Outras duas freguesias foram criadas no interior, uma em 1748, a de Sant’Ana de Caicó, e outra em 1753, a de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros. Em seguida, algumas vezes coincidindo com a formação das vilas de índios, foram criadas, entre 1758 e 1764, as paróquias de Arêz, Extremoz, Portalegre, São José do Rio Grande (Mipibu) e Vila Flor (SILVA FILHO, 2012).

A criação de freguesias na capitania esteve diretamente relacionada a um crescimento populacional e econômico (MONTEIRO, 2007). Ao mesmo tempo, as várias freguesias criadas no litoral potiguar evidenciam uma maior dinamização da economia.

Em estudo recente para a região litorânea sobre alforrias de escravos no termo da vila de Arêz, que englobava Goianinha, no século XVIII, Aldinízia de Medeiros Souza (2013) verificou, por meio de inventários, que a maioria das escravaturas, ou seja, os senhores de escravos, era pequena e possuía de 1 a 5 escravos, correspondendo a 23 senhores, o que reforça o argumento de que nessa região havia o predomínio da pequena lavoura. Escravaturas médias, entre 6 e 14 escravos, pertenciam a oito senhores, enquanto as grandes, contando com 15 a 25 escravos, eram de apenas seis senhores. Nessa região, havia três engenhos reais (movidos à água) e 11 engenhocas no final do século XVIII. Ademais, em suas pesquisas, Souza (2013) analisou a procedência dos escravos alforriados e constatou que 35% eram originários da África, evidenciando que no Rio Grande do Norte, a despeito de haver poucas áreas com características de grande lavoura, seus moradores compravam escravos trazidos diretamente da África. Infelizmente, não existem estudos para outras regiões do Rio Grande relativas ao período. Há uma indicação de Júlio de Senna (1974, v. 1) sobre dois fluxos migratórios de escravos para a região de Ceará Mirim. O primeiro teria ocorrido entre 1614 e 1698 com a vinda de 48 africanos. Já o segundo, 35 escravos teriam sido levados entre 1698 e 1760. Porém, não há menção de onde esses dados foram retirados.

Os dados expostos denotam que a escravidão teve importância no Rio Grande do Norte. O pequeno número de escravos não é reflexo, como geralmente é afirmado, da pouca relevância do trabalho escravo na capitania do Rio Grande. Revela uma estrutura social

na qual ocorreu uma convivência entre aquele tipo de relação de trabalho e a utilização da mão de obra livre, sem haver predominância de nenhuma das formas de trabalho. Isso pode ser explicado, inclusive, por não ter sido uma área agroexportadora que demandasse um grande contingente de escravos. Pode ser que existissem áreas ou certos tipos de atividade em que o trabalho escravo fosse mais utilizado. Em outras, pode ser que a mão de obra livre fosse a mais empregada. A questão é que a importância da escravidão é, comumente, relacionada ao seu papel nas lavouras de cana, grandemente consagrado pela historiografia e enraizado na memória brasileira. Mas ter escravos era importante do ponto de vista social, uma vez que ser senhor de escravos, bem como ser senhor de engenho, era um *status* almejado por todos, e que sobreviveria ao longo do século XIX.

Considerando esse histórico, percebe-se que o Rio Grande do Norte foi uma capitania que teve crescimento lento nos aspectos sociais e econômicos. Não foi um chamariz para imigrantes, nem teve atividades econômicas bastante dinâmicas que justificassem uma compra de escravos de forma maciça e constante.

Mas, a despeito desse crescimento lento, a tendência da população é sempre aumentar. Então, o que explicaria aquele decréscimo de 9% da população de 1801 em relação à de 1788? A década de 1790 vivenciou uma das primeiras grandes secas já registradas, apesar de sempre se darem ênfases nas secas da segunda metade do século XIX. Entretanto, na última década do século XVIII, houve uma temporada de seca que contribuiu para agravar o quadro, uma vez que a pecuária, que já vinha perdendo terreno para a produção do sul e era a atividade econômica mais importante para a renda da capitania, foi bastante afetada. A seca, acredita-se, também contribuiu para explicar alguns números de população encontrados. O clássico estudo de Caio Prado Júnior relaciona a estagnação da economia sertaneja nas capitanias do norte à produção local de Minas Gerais e à grande incidência das secas “no final do século XVIII em períodos mais ou menos espaçados, mas com regularidade dramática” (PRADO JR., 1994). A pecuária, entretanto, manteve uma regularidade durante todo período colonial, a partir de meados do século XVII, mesmo havendo períodos de crise e recuo nos valores dos volumes exportados. Segundo Charles Boxer (1969), as peles de boi eram um dos principais artigos da pauta de exportação. Assim, a atividade da pecuária sertaneja das capitanias do norte não estava atrelada “apenas” às minas. Segundo Alex Silva de Moura (2014), Caio Prado Júnior (1994) teria reduzido a importância do couro, uma vez que o considerava um subproduto, apesar de estar presente nos mapas de exportação.

Porém, correspondência encontrada no Arquivo Público da Bahia – duas cartas dirigidas ao governador da Bahia, escritas pela Câmara da Cidade do Natal – mostra a preocupação dos moradores da capitania com as dificuldades vivenciadas por eles. Reclamavam ainda de ordens vindas dos governadores de Pernambuco e da Bahia, solicitando que todo o gado que ainda estivesse vivo fosse levado a essas outras capitanias, cujos moradores estariam passando fome causada pela seca. Os habitantes do Rio Grande do Norte reclamavam justamente que eles também passavam por inúmeras dificuldades em virtude das grandes

secas que assolavam o sertão e acarretavam a morte do gado e a falta de alimentos.¹⁵ Além disso, houve uma epidemia de bexiga (varíola), conforme mostra outro documento do Arquivo Histórico Ultramarino.¹⁶

Portanto, a seca provavelmente foi a causadora do decréscimo populacional ocorrido na capitania do Rio Grande do Norte. Agora falta compreender o motivo de um crescimento relativamente rápido em apenas cinco anos, uma vez que a população passou de 29.443 para 49.250 habitantes, entre 1801 e 1805, representando um aumento de 67,3%.

Uma recuperação econômica em quatro anos, com o retorno de uma pecuária forte não é descartado. Interessante que a Paraíba, capitania vizinha, entre 1802 e 1805, teve uma diminuição de sua população, passando a apresentar índices de crescimento a partir de 1805, de acordo com os estudos de Yamê Paiva (2015). É possível que alguns moradores da capitania da Paraíba, bem como de outras, tivessem migrado para o Rio Grande do Norte, o que talvez explicasse esse aumento.

Fato é que, apesar de ser viável conjecturar sobre o decréscimo entre 1788 e 1801, com base na documentação, tal tarefa torna-se inglória para o período posterior. Entretanto, o exercício aqui proposto de articular novas metodologias da Demografia com a História permitiu melhor interpretar os dados, de forma preliminar, com o objetivo de articular os números apresentados com fontes primárias.

Considerações finais

O artigo procurou analisar dados do último quartel sobre a capitania do Rio Grande do Norte. Apesar da incidência de sub-registros nos mapas de população, eles permitiram observar que, em 1801 e 1805, o número de pessoas pardas e pretas na população era superior ao de pessoas brancas, além de os escravos representarem cerca de 24% da população, em 1801, mostrando como o instituto da escravidão estava presente, apesar de a capitania do Rio Grande não ser produtora de gêneros que tinham interesse internacional.

Em relação à razão de sexo, a despeito de alguns momentos de pouco equilíbrio, pode-se afirmar que a população livre esteve medianamente equilibrada. Entre a população escrava, as oscilações foram maiores a partir do grupo etário de 50 a 59 anos, indicando a predominância de homens na população no final da vida adulta e idosa. Estes resultados revelam que os dados apresentam falhas em seus levantamentos, uma vez que, nestas idades, geralmente a quantidade de mulheres tende a ser superior à de homens, pois são menos propensas à mortalidade.

No sentido de entender uma diminuição da população entre 1788 e 1801, foram procuradas razões que explicassem esse fato. Na busca por documentos históricos e na historiografia, foram constatadas grandes secas no último decênio do século XVIII, o que teria levado a um aumento da mortandade, comprovada também nos dados observados

¹⁵ APEB, Seção Colonial. Doc. 14763.

¹⁶ AHU-PA-Rio Grande do Norte, Cx. 8, D. 483.

e estimados. Portanto, a junção de técnicas da demografia possibilitou apurar os dados demográficos e, com o auxílio da história, foi possível entender melhor os resultados.

Referências

- ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. **The Hispanic American Historical Review**, v. 43, p. 173-205, 1963.
- ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923. Volume XL, 1918.
- ANDRADE, M. C. de A. **A produção do espaço norte rio-grandense**. Natal: Editora Universitária/UFRN-Proedi, 1981.
- ARRAIS, R. P. A.; LUZ, D. C. S.; MARINHO, I. A. B.; ALVES, G. M. (Org.). **Ceará-Mirim: tradição, engenho e arte**. Natal: Sebrae/RN, UFRN, 2005. v. 1.
- BATISTA, A. F. **O sumário das armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- CARVALHO, J. A. M. Evolução demográfica recente no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 2, p. 527-553, ago. 1980.
- _____. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar / UFMG, 2004 (Texto para discussão, n. 227).
- CARVALHO, J.A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. do N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo: Abep, 1998 (Série Textos Didáticos, n. 1).
- CASCUDO, L. da C. **A casa de Cunhaú**. Brasília: Senado Federal, 2008 (Edições do Senado Federal, v. 45).
- _____. **História da Cidade do Natal**. 4. ed. Natal: Ed. da UFRN, 2010.
- _____. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- CASTRO, P. V. de P. **Dinâmica urbana de um município canavieiro: o caso de Ceará-Mirim-RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.
- CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. de L. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CLEMENTINO, M. do L. M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.
- COUNTING COLONIAL POPULATIONS: demography and the use of statistics in the Portuguese Empire 1776-1890. Disponível em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/index.html>>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- DUSSEN, A. Van der. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil, redigido

pelo senhor Adriaen van der Dussen, datado de 10 de dezembro de 1639 e apresentado ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam em 4 de abril de 1640. In: MELLO, J. A.G. de. **Fontes para a história do Brasil holandês**. Recife: Cepe, v.1, 2004.

EISENBERG, P. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FARIA, S. de C. História da família e demografia histórica. In: FLAMARION, C.; VAINFAS, R. (Ed.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

GOMES, R. de C. da C. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

GONÇALVES, R. C. **Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Paraíba (1583-1630)**. Bauru: Edusc, 2007.

HENRY, L.; FLEURY, M. **Nouveau manuel de depouillement et d'etat civil ancien**. Paris: INED, 1965.

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Gráfica Tercio Rosado, v. 1, 2000 (Coleção Mossoroense, série c, vol. 1136).

JUDSON, D. H.; POPOFF, C. L. Selected general methods. In: SIEGEL, J. S.; SWANSON, D. A. (Ed.). **The methods and materials of demography**. 2. ed. New York: Elsevier Academic Press, 2004. p. 668-748.

LOPES, F. M. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/IHGRN, 2003.

LYRA, A. T. de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Ed. da UFRN, 2008.

MACHADO, C. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. v. 1.

MARCÍLIO, M. L. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Revista Varia Historia**, n. 31, p. 13-20, 2004.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATOS, P. T. de; SOUZA, P. S. A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820. **Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, Ano II, n. 25, p. 72-103, enero-abril 2015.

MEDEIROS, G. E. P. de. **A auto-afirmação político-administrativa da capitania do Rio Grande do Norte no início do século XIX**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MEDEIROS, R. P. de. Povos indígenas nas guerras e conquistas do período colonial. **CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 27-1, p. 331-361, 2009.

MEDEIROS, T. **Estudos de história do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.

MELLO, J. A. G. de. **Fontes para a história do Brasil holandês**. Recife: CEPE, 2004.

_____. A relação das praças fortes do Brasil (1609) de Diogo Campos Moreno. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. LVII, p. 177-246, 1984.

- MENDONÇA, S. R. de. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MONTEIRO, D. M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2007.
- MOURA, A. S. de. **O beneficiamento do couro e seus agentes na capitania de Pernambuco (1710 -1760)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- PAIVA, E. F. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P. (Org.). **Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008 (Coleção Olhares).
- _____. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PAIVA, Y. A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774-1820. **Anais de História de Além Mar**, n. 16, p. 205-226, 2015.
- PEREIRA, N. **Imagens de Ceará-Mirim**. 3. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1989.
- PIRES, M. I. C. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. 1. ed. Recife: Fundarpe, 1990.
- PITTA, S. da R. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [1730].
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec / Edusp, 2002.
- RECENSEAMENTO IMPERIAL DE 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- RIBEIRO, P. H. M. **Escravos e sua senhora: estudo dos cativos da família Albuquerque Maranhão (1823)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- RODARTE, M. M. S. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução de Minas Gerais Oitocentista**. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SANTOS, J. da S. M. **A expansão canvieira no vale do Ceará Mirim 1845-1930**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.
- SANTOS, P. P. dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: séculos XVI ao XX**. Natal: Clima, 1994.
- SCHWARCZ, L. K. M. **Homem de ciência e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais em finais do século XIX**. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHRYOCK, H. S.; SIEGEL, J. S. **The methods and materials of demography**. San Diego: Academic Press, 1976.
- SENNA, J. G. de. **Ceará-Mirim: exemplo nacional (1938-1972)**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974. 2 v.

SILVA FILHO, J. R. da. **Os homens de Deus na terra dos homens: os vigários seculares na capitania do Rio Grande no século XVIII**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SOARES, F. M. **Levantamento do uso da terra e perspectivas agrícolas no município de Ceará-Mirim – RN através de técnicas de sensoriamento remoto**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

SOUZA, A. de M. **Liberdades possíveis: escravidão e alforria no termo da vila de Arez (séculos XVIII e XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

_____. **O culto religioso produzindo novos territórios: a (re)invenção de Cunhaú**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SOUZA, I. de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989 (edição comemorativa do primeiro centenário da Proclamação da República do Brasil).

VIANA, L. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Sobre as autoras

Dayane Julia Carvalho Dias é doutoranda em Demografia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Carmen Margarida Oliveira Alveal é doutora pela Johns Hopkins University. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e atua nos Programas de Pós-graduação em História da UFRN e Universidade Federal do Ceará (UFC).

Endereço para correspondência

Dayane Julia Carvalho Dias

Rua Félix Barbalho, 126, Boa Vista
59173-0000 – Goianinha-RN, Brasil

Carmen Margarida Oliveira Alveal

Rua Getúlio Lopes de Araújo, 341, casa 22, Condomínio Graçandu I, Ponta Negra
59091-100 – Natal-RN, Brasil

Abstract

A preliminary study of the demography of colonial Rio Grande do Norte: sources, methods and results

This article intends to conduct a dialogue between Demography and History, combining the specific knowledge of these disciplines in order to better understand both the numbers collected for the population of Rio Grande do Norte and the historical context which would explain those numbers. The purpose of this article is to present socio-demographic characteristics of the Rio Grande do Norte's population at the turn of the eighteenth century to the nineteenth, through the first population maps created in the second half of the eighteenth century, as part of the Pombal policy attempt to better understand the Portuguese empire. Furthermore, this paper seeks to present some demographic data, such as population composition by sex, color / ethnicity and legal status, of the Rio Grande do Norte captaincy, based on data produced in 1782, 1788, 1801 and 1805, using Demography methodologies which will be explained through direct dialogue with the area's historiography.

Keywords: Rio Grande do Norte. Population. 18th century.

Resumen

Un estudio preliminar de la demografía de Rio Grande do Norte: fuentes, métodos y resultados

Este artículo tiene la intención de plantear un diálogo entre la Demografía y la Historia, combinando la experiencia de estas disciplinas con el fin de aportar una mejor comprensión tanto de los números que se han logrado reunir sobre la población de Rio Grande como del contexto histórico que los explicarían. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es presentar las características sociodemográficas de la población riograndese del norte desde fines del siglo XVIII hasta el siglo XIX a través de los primeros mapas de población de la segunda mitad del siglo XVIII, parte del intento de la política pombalina para conocer mejor el imperio portugués, y proporcionar algunos datos demográficos como la composición de la población por sexo, raza-etnia y condición jurídica de la capitania de Rio Grande do Norte, con base en los datos producidos en 1782, 1788, 1801 y 1805, utilizando metodologías de la Demografía que serán explicitadas a lo largo del trabajo y en diálogo directo con la historia de la región.

Palabras clave: Rio Grande do Norte. Población. Siglo XVIII.

Recebido para publicação em 31/01/2017

Aceito para publicação em 09/10/2017

Estimativas de mortalidade para o Rio Grande do Norte em um contexto de pré-transição demográfica

Luciana Conceição de Lima*
Dayane Julia Carvalho Dias**
Luana Junqueira Dias Myrrha***

Para períodos anteriores ao início da transição demográfica há poucos trabalhos quantitativos sobre o impacto da mortalidade na população. Com base nessa lacuna, o presente artigo estimou indicadores de mortalidade para o Rio Grande do Norte no contexto de pré-transição demográfica, utilizando dados do século XIX provenientes de mapas estatísticos de população (1801 e 1805) e de recenseamentos (1872 e 1890). Para lidar com as informações de população e óbito, empregou-se método de *Growth Balance* de Brass (1975), tabelas de vida de Coale e Demeny (1996), funções extraídas do *The Human Mortality Database* e técnica de padronização indireta. Como resultados, verificou-se que a mortalidade no Rio Grande do Norte se mostrou mais intensa na população infantil e naquela acima de 50 anos, que representam os segmentos mais vulneráveis às condições adversas como as secas e as doenças infecciosas. Obteve-se também uma expectativa de vida ao nascer de 32,6 anos, valor muito próximo às estimativas de Mortara (1941) para o Brasil entre 1870 e 1890. Sugerem-se novos estudos para o período de pré-transição demográfica e maior utilização de técnicas quantitativas em análises voltadas para o passado brasileiro.

Palavras-chave: Pré-transição demográfica. Mortalidade. Rio Grande do Norte. Técnicas demográficas.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil (limamarx@gmail.com).

** Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Unicamp/Nepo), Campinas-SP, Brasil (dayanejuliacd@gmail.com).

*** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil (luanamyrrha@gmail.com).

Introdução

No Brasil, a transição da mortalidade somente ocorreu por volta da década de 1940, quando políticas explícitas de saúde pública e de saneamento básico contribuíram decisivamente para a redução do volume de óbitos na população (PRATA, 1992; WOOD; CARVALHO, 1998; ALVES, 2002). Para períodos históricos anteriores a essa transição há escassez de estatísticas que dimensionem o impacto da mortalidade na população. Segundo Marcílio (1973), antes da era estatística no Brasil (cujos marcos são o primeiro Recenseamento Geral de 1872 e a oficialização do registro das estatísticas civis em 1916), eram poucas as estimativas populacionais gerais e, embora houvesse relativa abundância na disponibilidade de fontes, como os registros paroquiais, a qualidade e a abrangência dessas informações não eram as mesmas para todas as localidades.

No caso dos mapas estatísticos de população, que se tornaram obrigatórios em todos os territórios sob o domínio do Império português a partir de 1776 (ALDEN, 1963), a qualidade dos primeiros levantamentos era limitada devido aos desafios nos séculos iniciais da colonização em “conhecer” essa população (PAIVA et al., 2012). Problemas como o sub-registro das informações eram frequentes, além do fato de, em um território de dimensões continentais e em face dos recursos disponíveis na época para a coleta dos dados, serem consideráveis as dificuldades em realizar levantamentos demográficos nas áreas mais remotas (BOTELHO, 1998).

Essas dificuldades metodológicas associadas às fontes de informações disponíveis para os períodos pré-estatístico e proto-estatístico dificultam uma análise empírica acerca do comportamento das variáveis demográficas no período de pré-transição. Segundo Nadalin (2004), embora níveis elevados de mortalidade sejam emblemáticos do passado brasileiro (e em virtude, sobretudo, da eclosão de doenças infecciosas e práticas precárias de higiene), possivelmente, houve mais de um sistema demográfico no período anterior à transição demográfica e com importantes variações regionais.

Levando-se em conta esses aspectos, o objetivo do presente estudo é estimar indicadores de mortalidade para o Rio Grande do Norte no contexto de pré-transição demográfica. Tendo em vista que até aproximadamente 1940 os indicadores de mortalidade permaneceram praticamente inalterados, para estimá-los (basicamente, funções de mortalidade e a esperança de vida ao nascer) para o Rio Grande do Norte em uma fase anterior ao declínio dos níveis de mortalidade, utilizaram-se mapas estatísticos de população e de óbitos referentes ao século XIX: mapas de 1801 e de 1805, disponibilizados pelo projeto *Counting Colonial Populations: demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890* da Universidade Nova de Lisboa. Ademais, foram incluídas informações do Recenseamento Geral do Império de 1872 e de 1890 para estimativas de população.

Para obter a função de mortalidade e a esperança de vida ao nascer, inicialmente foi necessário corrigir o denominador das taxas de mortalidade, ou seja, a população do Rio

Grande do Norte, em 1805, por idade, utilizando a retroprojeção da população recenseada em 1872. Para estimar o número de óbitos, aplicaram-se técnicas indiretas de mortalidade, tendo em vista a já conhecida fragilidade dos dados históricos em termos, principalmente, de sub-registro das informações de população e óbitos. Para correção da mortalidade, empregou-se o método de Growth Balance de Brass (1975) e, para estimação das funções de mortalidade e obtenção da esperança de vida ao nascer, foram utilizadas as tabelas de vida de Coale e Demeny (1996), funções extraídas do *The Human Mortality Database* e, também, técnica de padronização indireta para compatibilização das funções de mortalidade infanto-juvenil e adulta estimadas.

Esse artigo se subdivide em quatro seções. A seguir, apresenta-se um breve panorama sobre aspectos históricos e econômicos do Rio Grande do Norte e, também, sobre a mortalidade na capitania e depois província potiguar no final do século XVIII e início do XIX. Posteriormente, é descrita a metodologia utilizada (materiais e métodos) e discutem-se os principais resultados encontrados. Por fim, são apresentadas as conclusões desse estudo.

Da conquista da capitania no século XVI ao final do século XIX: aspectos históricos e econômicos do Rio Grande do Norte

A capitania do Rio Grande do Norte foi definitivamente conquistada em 1597, quando o então governador geral do Brasil D. Francisco de Souza decidiu expulsar os franceses, conforme Cartas Régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597 (SANTOS, 1994; LYRA, 2008). No ano seguinte à conquista da capitania, foi construída a Fortaleza dos Santos Reis Magos, em referência ao dia seis de janeiro consagrado aos Santos Reis, data em que foi iniciada a edificação do forte. Esse foi o marco da posse portuguesa das terras potiguares e, também, estratégia dos colonizadores para defendê-la contra invasores (MEDEIROS, 1973; SANTOS, 1994).

Alguns anos mais tarde, em 25 de dezembro de 1599, fundou-se nas proximidades do forte a cidade de Natal. Do século XVI até início do XIX a capital potiguar era apenas uma povoação sem destaque, assim como toda a capitania do Rio Grande do Norte. Segundo Lyra (1972, p. 27):

Conquistado desde o fim do século XVI, o Rio Grande do Norte era ainda, no começo do século XIX, uma das capitanias mais pobres e atrasadas do Brasil; e a sua capital, que fora fundada em 1599, não passava de uma povoação sem importância, que, medindo, em 1757, cerca de quatrocentas braças de comprimento por cinquenta de largura e contendo cento e dezoito casas, tinha, em 1817, apenas 700 habitantes.

O processo de ocupação do território da capitania do Rio Grande do Norte para além da faixa litorânea foi interrompido pela ocupação holandesa entre 1633 e 1654. Estabelecendo alianças com os indígenas, que, por sua vez, queriam permanecer em suas terras, os holandeses exploraram não somente a costa da capitania, mas também a região do agreste (SANTOS, 1994; DIAS, 2015).

De um modo geral, os historiadores potiguares asseguram que a região mais povoada e utilizada pelo holandês compreendia o agreste, Natal até Canguaretama, próximo dos rios torrenciais. Os produtos eram embarcados para Recife, e Natal, e na embocadura dos rios Pirangi, Camurupim e Barra do Cunhaú. O sertão não foi explorado pelo holandês. (SANTOS, 1994, p.41-42)

Restaurada a paz com o fim da ocupação holandesa, o movimento colonizador se reiniciava, porém, ainda restrito ao litoral e entre as ribeiras do Potengi, Cunhaú e Ceará-Mirim, que eram áreas mais favoráveis à lavoura (LYRA, 2008). O povoamento efetivo do interior da capitania veio somente no século XVIII, sobretudo com a expansão da criação de gado, uma vez que os criadores buscavam as ricas pastagens do sertão para desenvolvimento dessa atividade (MEDEIROS, 1973). São exemplos de estruturas de poder instaladas para controle e gerenciamento de colonos da pecuária o Arraial do Queiquó (1700), o Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó (1726), a Povoação do Caicó (1735), a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1748) e a Vila Nova do Príncipe (1788) (MACEDO, 2011).

O sertão voltava-se para a pecuária e o litoral para a atividade açucareira. Data de 1614 o início da produção do engenho de Cunhaú, que era o principal da capitania (SANTOS, 1994; DIAS, 2015). Somente no final do século XVIII são encontradas referências sobre outros engenhos no Rio Grande, instalados em Natal e na Vila de São José, ou seja, há menção sobre unidades produtoras de açúcar apenas no litoral potiguar (DIAS, 2011).

Na segunda metade do século XVIII, a capitania do Rio Grande do Norte enfrentou importantes períodos de seca, como as de 1754, 1760 e 1772. Além de representarem a destruição de lavouras e morte do gado, as grandes secas amplificaram ainda mais o conflito por terras entre colonizadores e índios (SANTOS, 1994). Em virtude desses conflitos, das epidemias de varíola e das próprias secas, o contingente indígena na população da capitania reduziu-se de maneira importante. Por outro lado, crescia a demanda por mão de obra escrava negra ainda no século XVIII, sobretudo para a exploração da cana-de-açúcar (MEDEIROS, 1973). Aliás, o redirecionamento do foco da produção econômica do sertão para a atividade açucareira e, mais tarde, para a produção de algodão e exploração do sal constituiu fator marcantes do século XIX no Rio Grande do Norte:

[...] a tradicional agricultura versus pecuária, na Província do Rio Grande do Norte, vai ser substituída pela indústria açucareira, de modo como informava o presidente em exercício no ano de 1853 – “é nela que a Província começa a depositar todas as suas esperanças” [...]. No segundo quartel do século, os estabelecimentos salineiros elevaram-se a um nível de boa escala industrial, principalmente os situados em Açú, Mossoró, Macau e Areia Branca. Paralelamente, nas áreas mais afetadas pelas secas, intensificou-se o cultivo do algodoeiro, a ele se dedicando muito matuto, que até então aplicava no pastoreio toda a sua atividade. (MEDEIROS, 1973, p. 68-69)

Foi no século XIX que a capitania e posteriormente província do Rio Grande do Norte conheceu sua maior seca. Em 1877, a situação de calamidade associada à eclosão de

epidemias como a varíola impulsionou um grande contingente das áreas mais afetadas do sertão para o litoral e agreste como Areia Branca, Mossoró e Macau (SANTOS, 1994). Segundo Medeiros (1973), a tragédia das secas influenciou decisivamente o baixo desenvolvimento econômico da província potiguar, em comparação com as demais, tendo em vista a ausência de corrente migratória de outros povos para suprir as perdas populacionais do período. No próximo item, é discutida essa sinergia entre secas e epidemias que, possivelmente, impactaram a estrutura da população potiguar no período analisado.

Secas e epidemias: a mortalidade no Rio Grande do Norte em um contexto de pré-transição demográfica

Segundo Monteiro (2002), importantes transformações envolveram o Rio Grande do Norte entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX: substituição do monopólio comercial português pela liberdade comercial destacada pela presença da economia inglesa; passagem da condição de colônia para nação politicamente independente; e necessidade de reorganização política, com vistas a manter o monopólio dos grandes proprietários rurais e, ao mesmo tempo, garantir a unidade territorial.

Todavia, em meio a essas importantes mudanças, a sucessão de secas assolava as capitanias do norte. Entre 1791 e 1793 ocorreu a maior seca do século XVIII, atingindo não somente a capitania do Rio Grande do Norte, mas também Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Piauí. Além das pestes de gafanhotos, cobras e ratos, as secas vinham acompanhadas de epidemias como a de varíola (popularmente conhecida como bexiga), produzindo ainda mais mortos (GUERRA, 1981). Segundo padre Vieira, sobre a seca da ribeira do Apody durante 1792 e 1793 no Rio Grande do Norte:

O grande desamparo em que a Providencia e a natureza os entregaram ao jogo dos tempos os encheu de receios e de temores tantos que se vira obrigados por tudo a procurar, ávidos da conservação da cara vida, que é preciosa e estimavel ao homem [...]. De sorte que os agreste e desconhecidos alimentos, por suas qualidades, delecterios da saude e da vida daqueles habitadores produziram nelles inchações disformes, vomitos de sangue extraordinários, dysenterias ferinas, males cutâneos crueis, marasmos ultimos; vindo por esse motivo a povoar as sepulturas dos campos e dos povoados. (LYRA, 1981, p. 53-54)

Tanto no período colonial quanto no tempo do Império, as medidas governamentais para tentar resolver o problema das secas eram pouco efetivas e preventivas, ocasionando episódios sucessivos de calamidades públicas (GUERRA, 1981). Entre 1877 e 1879, a região conheceu seu maior período de seca do século XIX.

Sobre a situação em Mossoró, pequena cidade do Rio Grande do Norte que foi o ponto convergente dos retirantes do interior na seca de 1877 a 1879, Felipe Guerra descreve (1981, p. 213-214):

Nenhum abrigo, nenhum abarracamento. Os retirantes espalhavam-se pelos campos, pelas ruas, pelos arredores da cidade. Valados eram abertos no cemitério. Pessoas

pagas recolhiam ao valado cadáveres encontrados pelas calçadas, pelas praças, por toda a parte. Depois de cheio, as pás e enxadas cobriam de terra os restos das infelizes vítimas da desgraça.

Embora na segunda metade do século XIX o Rio Grande do Norte estivesse em uma fase de “prosperidade econômica”, o estado de salubridade da província era precário, com condições sanitárias irregulares que facilitavam a propagação de doenças infecciosas (ARAÚJO; MACEDO, 2011), tais como cólera-morbo, febre amarela e varíola (SANTOS, 2013). A varíola, presente entre a população brasileira desde o período colonial, fez muitas vítimas no Rio Grande do Norte durante quase todo o século XIX. Consta registro da febre amarela na capitania em setembro de 1850 (em Natal, Assú e outras localidades do interior) (FRANCO, 1969) e a cólera-morbo, segundo Cascudo (1984), surgiu no Rio Grande do Norte em 1856, provocando a morte de 2.563 pessoas.

No próximo item apresentam-se os materiais e métodos utilizados para o alcance do objetivo proposto de estimar indicadores de mortalidade para o Rio Grande do Norte no contexto da pré-transição demográfica, utilizando fontes de dados disponíveis para o século XIX.

Materiais e métodos

As fontes de dados utilizados foram os mapas estatísticos de população (dados de população e óbito) e informações dos Recenseamentos de 1872¹ e de 1890² (dados de população). Os mapas estatísticos referentes a 1801 e 1805 se encontravam depositados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) e disponibilizados para fins desse artigo pelo projeto *Counting Colonial Populations: demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890* da Universidade Nova de Lisboa.

Mapas estatísticos de população de 1801 e 1805

Os Estados sempre tiveram necessidade de enumerar, mensurar e quantificar suas populações, riquezas e recursos com o objetivo de conhecer a nação por meio da estatística. De início, essa demanda ocorreu devido ao recrutamento de soldados para as guerras e depois para legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas públicas e privadas. Com o desenvolvimento do mundo moderno e do capitalismo, emergiram as difíceis questões da natalidade, mortalidade, longevidade, saúde pública, habitação, migração, entre outras (SENRA, 2006).

O primeiro levantamento de caráter censitário do Brasil ocorreu em 1776 e constituiu um marco de mudança para o período proto-estatístico (BOTELHO, 1998). Esse levantamento era realizado por meio de mapas de população na gestão do marquês de Pombal, que trouxe

¹ Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>>.

² Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49677.pdf>>.

um caráter modernizante inspirado nas ideias europeias de levantamento populacional (PAIVA et al., 2012), com o objetivo de “conhecer a realidade brasileira” para promover o renascimento agrícola da colônia e produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal (BOTELHO, 1998).

Segundo Paiva (2015), os mapas que apresentam maior grau de detalhamento de suas informações são os decorrentes dos diplomas régios de 1796 e 1797, tais como os mapas de 1801 e 1805. Com base nas características dos mapas utilizados para a capitania do Rio Grande do Norte em 1801 e 1805, observa-se que nestes documentos constavam informações da população por grupos de idade (quinquênais e decenais) e sexo, segundo categorias de cor (branco, preto e mulato), estado civil (casado, solteiro e viúvo) e condição (livre, escravo ou indígena), sendo os indígenas aqueles “domesticados” e não os que de fato habitavam a capitania. Também constam informações de nascimento, casamento e óbito. Os dados de casamentos se encontram desagregados por grupos etários decenais (concentrados entre 10 e 70 anos), sexo, cor (branco, negro e pardo) e condição (livre e cativo). Os nascimentos estão registrados por sexo, cor (branco, negro e pardo), condição (livre e cativo) e nascidos vivos, mortos e gêmeos. Para os óbitos, as informações aparecem por grupos de idade (quinquênais até dez anos e decenais até 100 anos), sexo, cor (branco, negro e pardo) e condição (livre e cativo). Além disso, há dados sobre ocupações dos habitantes.

Apesar da confecção de mapas estatísticos, o simples trabalho não era sinônimo de qualidade. Pouco se seguia o modelo padrão imposto pela administração provincial para a coleta de dados e os responsáveis por ela nem sempre eram suficientemente qualificados para tal função. Não havia rigor estatístico e nem sempre os dados englobavam toda a província, redundando na baixa qualidade da informação (MARTINS; LIMA; SILVA, 2002).

Portanto, supunha-se que durante a Colônia e o Império brasileiro uma parcela considerável dos óbitos e dos nascimentos não era contabilizada. A obrigatoriedade de registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos ocorreu apenas em 1888 (FAGGION, 2000). Além disso, faltavam equipe técnica qualificada e recursos financeiros para recensear toda a população em um país de dimensões continentais (BASSANEZI; BACELLAR, 2002). No entanto, mesmo com a existência de todas as dificuldades para a realização de um censo nacional, pouco a pouco houve a consolidação da ordenação dos registros administrativos e, com isso, possibilitou-se a organização de estatísticas demandadas.

Para avaliar a qualidade das informações foram empregadas técnicas demográficas de correção de população e óbito. Esses procedimentos metodológicos são descritos no próximo item.

Correção dos dados de população

Estimou-se a população de 1805 com base naquela recenseada em 1872, considerando a distribuição proporcional por grupo etário da população recenseada em 1890.

Em análise preliminar, verificou-se que a estrutura etária da população do Rio Grande do Norte registrada pelo Recenseamento de 1872 era mais envelhecida em relação àquela de 1890, o que em princípio representa uma contradição. Assim, com base na distribuição proporcional da população por grupo etário do Recenseamento de 1890, recalculou-se a distribuição proporcional da população por grupo etário do Recenseamento de 1872. Dessa forma, supondo-se constante o crescimento da população por grupo etário no período de pré-transição, de 1801 até 1890 considerou-se que a população cresceu a uma taxa de 2,2% ao ano, conforme consta nas estimativas provinciais para o período de 1818 a 1872 para o Rio Grande do Norte (RODARTE, 2008). Portanto, de posse da população do Rio Grande do Norte em 1872, redistribuída proporcionalmente por grupo etário conforme a distribuição etária de 1890, decrementou-se a população de cada faixa etária por ano, até 1805, utilizando uma taxa de crescimento anual de 2,2%. O próximo item apresenta a metodologia empregada para a correção dos óbitos.

Correção dos dados de óbitos

Para a análise da mortalidade foram utilizadas informações de óbitos contidas no mapa estatístico de 1805, por considerá-las mais coerentes do que aquelas referentes ao mapa estatístico de 1801, que apresentava poucos casos, sobretudo, para a população infantil. Inicialmente, para correção da mortalidade adulta (grupos etários acima de 20 anos), adotou-se o método de *Growth Balance* de Brass (1975), que tem como pressuposto o fato de que é possível ajustar a diferença de cobertura entre os óbitos e a população, possibilitando o cálculo da mortalidade específica por taxas corrigidas por idade, considerando que a população é estável e fechada. Sendo assim, a cobertura de óbitos não varia com a idade. A ideia principal é que, em uma população fechada ou com fluxo migratório pequeno, as formas de entrada da população são os nascimentos e as saídas correspondem aos óbitos.

Nesse sentido, a taxa de mudança da população em dois pontos do tempo é igual à diferença entre as taxas de entrada e as taxas de saída durante o intervalo considerado (BRASS, 1975). Dessa forma, o método baseia-se na equação geral da população:

$$P_2 = P_1 + B_1 - D \quad (1)$$

Em que:

P_1 = população inicial;

P_2 = população final;

B = número de nascimentos durante o período entre P_1 e P_2 ;

D = número de óbitos durante o período entre P_1 e P_2 .

Seguindo a lógica de que o número de nascimentos é igual ao número de óbitos de uma população em idade x , a taxa de entrada da população com x anos e mais de idade é dada pelas pessoas com exatamente x anos de idade completos e as saídas são os óbitos dos indivíduos com x anos e mais:

$$\frac{N(x)}{N(x+)} = r(x+) + \frac{D(x+)}{N(x+)} \quad (2)$$

Em que:

$N(x)$ = pessoas com exatamente x anos de idade;

$N(x+)$ = número total de indivíduos acima da idade x ;

$D(x+)$ = número de óbitos da população com idade de x anos e mais;

r = taxa de crescimento na idade de x anos e mais.

Nesta perspectiva, percebe-se que as taxas de entrada e de saída estão linearmente relacionadas. No entanto, considerando-se a existência de sub-registros nos dados de mortalidade, a equação modifica-se para:

$$D(x+) = C(x) \cdot D(x+) \quad (3)$$

Em que:

$D(x+)$ = total de óbitos registrados;

$D(x+)$ = número total de óbitos a partir da idade x ;

$C(x)$ = grau de cobertura de óbito para idade de x anos e mais.

Como é assumido que o grau de cobertura $C(x)$ dos óbitos é igual em todas as idades, o $C(x)$ pode ser substituído por uma constante C , que não apresenta variação com a idade. Nesse caso, a fórmula modifica-se novamente para:

$$\frac{N(x)}{N(x+)} = r + \frac{1}{C} * \frac{D^*(x+)}{N(x+)} \quad (4)$$

Em seguida, para estimar a mortalidade infanto-juvenil (abaixo de 20 anos), a estratégia metodológica foi utilizar uma função de mortalidade já existente, tendo como critério de escolha aquela que mais se aproximava da função de mortalidade estimada para a mortalidade adulta. Após a análise de diversos níveis das tábuas de vida de Coale e Demeny (1996) do modelo oeste (6) e leste (18), e de 19 funções de mortalidade de diferentes países disponíveis no site *The Human Mortality Database*, adotou-se a função da Islândia em 1860.

Por fim, para compatibilizar as duas partes da função de mortalidade (infanto-juvenil e adulta), utilizou-se técnica de padronização indireta, sob o pressuposto de que a estrutura da função de mortalidade escolhida para representar a mortalidade das idades abaixo de 20 anos também era adequada para representar a mortalidade das idades acima de 20 anos.

A padronização indireta parte do pressuposto de que, para estimar uma determinada função, é necessário adotar de outra população uma função conhecida de taxas específicas e supor que ambas as funções tenham a mesma estrutura (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998). Para ajustar o nível da função como um todo, foram utilizadas apenas as informações de mortalidade acima dos 20 anos, visto que para tais grupos etários têm-se os “óbitos observados corrigidos” e óbitos estimados com base na função adotada como padrão.

Pressupõe-se que, para cada grupo de idade x , a função (taxas específicas) estimada da população em estudo será um múltiplo, segundo uma constante K da função padrão tomada emprestada. Então, calculado o K , podem-se obter as taxas específicas de mortalidade por meio da seguinte equação:

$${}_nM_{x,est} = K \cdot {}_nM_{x,s} \quad (5)$$

Em que:

${}_nM_{x,est}$ = função estimada para o grupo etário (x ; $x+n$) da população em estudo;

${}_nM_{x,s}$ = função padrão para o grupo etário (x ; $x+n$) da população tomada como padrão;

K = constante que representa a diferença de nível entre as funções das duas populações.

Para calcular K , é preciso primeiramente calcular o total de eventos esperados desde que o nível e o padrão da mortalidade da população em estudo forem iguais ao nível da mortalidade padrão (neste caso, $K=1$). O quociente entre os óbitos observados corrigidos acima de 20 anos e os óbitos esperados estimados para as idades acima de 20 anos será o valor de K .

$$K = \frac{Ob_{obs}}{\bar{Ob}_{est}} \quad (6)$$

Em que:

Ob_{obs} = óbitos observados e corrigidos na população em estudo;

\bar{Ob}_{est} = óbitos esperados estimados.

Assim, obteve-se uma nova função de mortalidade para o estado do Rio Grande do Norte em 1805, que foi utilizada para estimar as expectativas de vida por grupo etário. Se a população do Rio Grande do Norte está sendo considerada quase-estável durante o período de 1801 a 1890, significa que a mortalidade também era constante e, por isso, a função de mortalidade estimada para 1805 deve representar o comportamento da mortalidade durante todo o período.

A próxima seção apresenta os principais resultados: estimativas de população; função de mortalidade estimada após a compatibilização das funções corrigidas de mortalidade adulta e infanto-juvenil de 1801 a 1890; além da tabela de vida para o Rio Grande do Norte nesse período, incluindo a esperança de vida ao nascer.

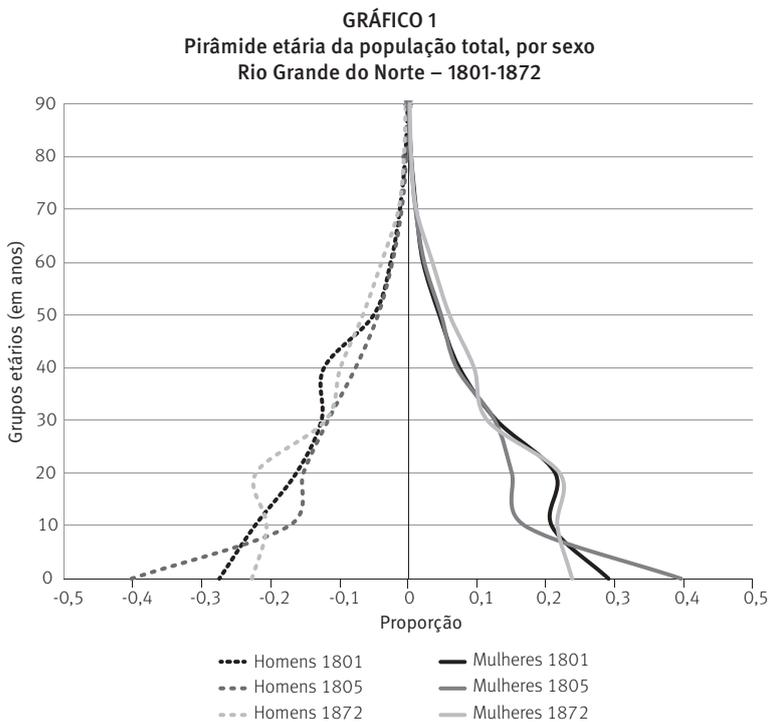
Principais resultados

Análise descritiva

O Gráfico 1 compara as pirâmides etárias da população do Rio Grande do Norte em 1801, 1805 e 1872.³ Nota-se, sobretudo para os dados provenientes dos mapas de 1801 e 1805, um comportamento mais oscilante da participação relativa dos grupos etários no

³ Não foram incluídas informações sobre população do Rio Grande do Norte por idade e sexo para 1890 em função da indisponibilidade de dados.

total da população, sinalizando uma possível incompletude das informações provenientes dessas fontes documentais. Por exemplo, de 1801 para 1805 a base da pirâmide alarga-se sobremaneira, o que possivelmente se deve mais a uma melhor cobertura da população menor de dez anos de idade no mapa de 1805 do que a uma possível maior sobrevivência dos indivíduos desse grupo etário ou aumento no número de nascimentos, no decurso de apenas cinco anos.

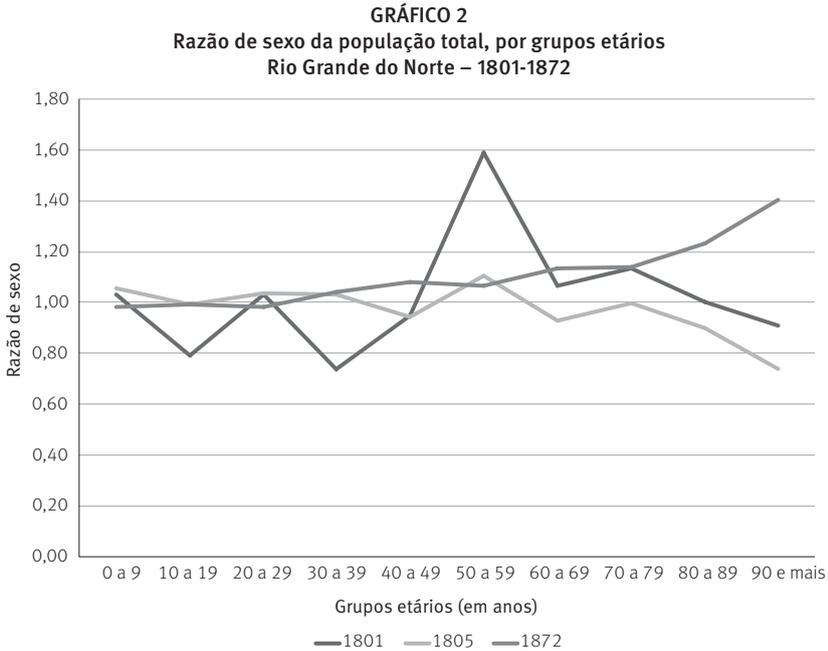


Fonte: 1801: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629; 1872: Censo Imperial de 1872.

Quando comparada a estrutura etária da província norte-rio-grandense segundo o Censo Imperial de 1872 com a estrutura etária obtida pelos mapas de população, percebe-se uma base de pirâmide mais estreita segundo dados censitários e maior oscilação da população entre 10 e 30 anos de idade. Porém, obtendo-se a razão de sexo por grupos etários nos três pontos no tempo, o comportamento é mais estável para 1872 do que para 1801 e 1805 (Gráfico 2).

Nos dados de 1872, há em praticamente todos os grupos etários excesso de homens (valores de razão de sexo maiores do que a unidade), e com tendência de crescimento nas idades mais avançadas. Nos dados dos mapas de população, mesmo considerando grupos etários decenais, a tendência não é suave, sendo discrepantes, para o mapa de 1801, a baixa razão de sexo no grupo etário 30 a 49 anos (0,74), indicando um excesso de mulheres nessas idades, e a elevada razão entre população masculina e feminina no grupo etário 50

a 59 anos (1,59) (Gráfico 2). Conforme anteriormente mencionado para a população menor de dez anos, esses indícios de subenumeração para grupos etários específicos no mapa de 1801 apontam para uma baixa qualidade das informações contidas nesse mapa em comparação com o de 1805, ao menos. Inclusive, conforme mostra a Tabela 1, a diferença entre a população observada nos dois mapas utilizados e a população estimada indica que justamente em 1801 o grau de cobertura foi de apenas 60%, enquanto para o mapa de 1805 correspondeu a 92%.



Fonte: 1801: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629; 1872: Censo Imperial de 1872.

TABELA 1
População total observada e estimada
Rio Grande do Norte – 1801-1805

População	1801	1805
Observada	29.443	49.250
Estimada	49.004	53.461
Diferença	19.561	42.11
Grau de cobertura (%)	60,0	92,0

Fonte: 1801: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629; 1872: Censo Imperial de 1872; 1890: Censo de 1890 e Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte.

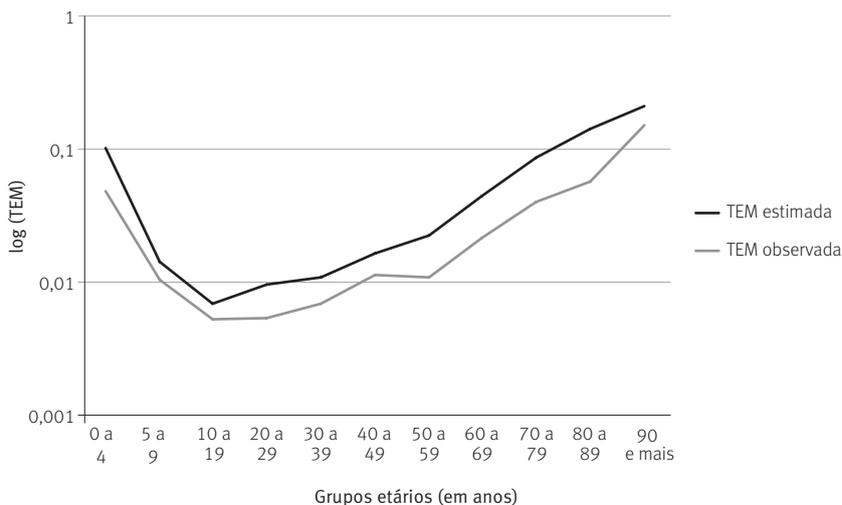
No que se refere às demais características da população do Rio Grande do Norte de acordo com os mapas estatísticos utilizados e o Censo Imperial de 1872, verifica-se uma proporção muito baixa de escravos: 17% em 1801, 15% em 1805 e 3% em 1872.

Possivelmente, a subenumeração desses indivíduos era maior no conjunto da população, sobretudo nos dados referentes ao início do século XIX, o que reforça ainda mais a hipótese de baixa qualidade das informações quanto ao grau de cobertura. O próximo item apresenta as estimativas de mortalidade

Estimativas de mortalidade

O Gráfico 3 mostra a função de mortalidade estimada que representa os níveis e padrões de mortalidade no Rio Grande do Norte entre 1801 e 1890, sob o pressuposto de que sua população era estável nesse período. De acordo com as taxas específicas de mortalidade (TEM) estimadas, a mortalidade no Rio Grande do Norte era mais intensa na população infantil e naquela a partir de 50 anos, idades mais suscetíveis às condições adversas como as secas e as doenças infecciosas que se fizeram presentes durante boa parte do período colonial e provincial. Verificam-se diferenças entre as TEM observadas e as estimadas em todos os grupos etários, principalmente de 0 a 4 anos e acima de 50 anos. Esses resultados sugerem que a intensidade da mortalidade no Rio Grande do Norte era maior do que aquela registrada no mapa de população e que o sub-registro era concentrado nas idades mais jovens e avançadas.

GRÁFICO 3
Taxas específicas de mortalidade estimadas e observadas
Rio Grande do Norte – 1805-1890



Fonte: 1801: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629; 1872: Censo Imperial de 1872; 1890: Censo de 1890 e Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte.

Com a obtenção da nova função de mortalidade para o Rio Grande do Norte, foi possível estimar a expectativa de vida da população durante todo o período em estudo, que se insere na fase de pré-transição demográfica. De acordo com a Tabela 2, a expectativa de vida ao nascer estimada para o Rio Grande do Norte foi de 32,6 anos, um valor muito

próximo das estimativas de Mortara (1941) para o Brasil entre 1870 e 1890 utilizando duas tábuas distintas de mortalidade: 32,7 e 33,9 anos.

TABELA 2
Tabela de sobrevivência
Rio Grande do Norte – 1801-1890

x	n	${}_n m_x$	${}_n a_x$	${}_n q_x$	l_x	${}_n d_x$	${}_n L_x$	T_x	e_x
0	5	0,10272	2,5	0,4087	100000	40867	397832	3257507	32,58
5	5	0,01412	2,5	0,0682	59133	4031	285587	2859675	48,36
10	10	0,00691	5,0	0,0667	55102	3678	532628	2574088	46,72
20	10	0,00972	5,0	0,0927	51424	4767	490405	2041460	39,70
30	10	0,01091	5,0	0,1034	46657	4826	442443	1551055	33,24
40	10	0,01644	5,0	0,1519	41832	6355	386543	1108612	26,50
50	10	0,02259	5,0	0,2029	35477	7200	318773	722069	20,35
60	10	0,04479	5,0	0,3659	28277	10347	231038	403297	14,26
70	10	0,08685	5,0	0,6055	17930	10857	125014	172259	9,61
80	10	0,14147	5,0	0,8286	7073	5860	41426	47245	6,68
90	∞	0,20837	4,8	1,0000	1212	1212	5819	5819	4,80

Fonte: 1801: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 9, Documento 565; 1805: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629; 1872: Censo Imperial de 1872 e Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte.

Esse resultado é compatível com o esperado para um período de pré-transição demográfica, sendo que a semelhança entre os valores das esperanças de vida estimadas por esse estudo e aquela estimada por Mortara (1941), também para o século XIX, corrobora o argumento de que, no período anterior ao declínio consistente do volume de óbitos, a mortalidade oscilava pouco no tempo e, ao menos com base nesses achados, também entre regiões. Na comparação internacional, a esperança de vida ao nascer de cerca de 33 anos para o Rio Grande do Norte, de 1801 a 1870, também se mostra um resultado coerente. Ainda conforme apresentado por Mortara (1941), em países mais avançados durante o século XIX, como Inglaterra e França, a expectativa de vida era bem mais elevada (44,16 e 42,13 anos, respectivamente), enquanto em países da Europa oriental, menos desenvolvidos, os valores eram menores: 27,65 anos na Rússia e 27,65 anos na Áustria.

Conclusão

De um modo geral, o presente artigo alcançou o objetivo de estimar indicadores de mortalidade para o Rio Grande do Norte no contexto de pré-transição demográfica. A despeito da árdua tarefa de lidar com informações cujas fontes não tenham sido desenhadas propriamente para fins de análise demográfica (no caso dos mapas de população) ou com recenseamentos delineados antes da era moderna das pesquisas censitárias, os resultados encontrados se mostraram coerentes.

Embora seja importante reconhecer as possíveis limitações desse trabalho, como, por exemplo, a ausência de informações de dados de outros componentes da dinâmica

demográfica para o período que pudessem ter sido incorporados nas análises, como a fecundidade e a migração, os resultados obtidos contribuem para as reflexões quantitativas sobre o passado brasileiro. Sugere-se, portanto, que trabalhos futuros se dediquem ao levantamento de fontes de informações em que possam ser obtidos, para os períodos proto e pré-estatístico, dados acerca dos fluxos migratórios e das experiências de fecundidade, como, por exemplo, os registros paroquiais e novos mapas de população.

Outro ponto importante a se destacar diz respeito à metodologia utilizada. Por exemplo, para estimar a mortalidade há vários métodos, além do adotado no presente estudo, que podem ser empregados, tais como o de gerações extintas de Preston et al. (1980), Bennett e Hourichi (1981), Hill (1987) e Hill e Choi (2004). E o teste de outros métodos pode ser uma demanda para trabalhos futuros com o intuito de verificar se os resultados encontrados continuam ou não consistentes. Inclusive, a esse respeito, cabe mencionar que, apesar do estudo de Mortara (1941), que antecede cronologicamente os métodos correntemente utilizados para a estimação da mortalidade como o método de *Growth Balance* de Brass (1975), os resultados encontrados pelo autor para o Brasil foram bastante semelhantes ao do Rio Grande do Norte em relação à esperança de vida ao nascer, o que inicialmente reforça a coerência do indicador encontrado.

Por fim, recomendam-se novos estudos sobre o período de pré-transição demográfica para outras localidades do país e para além das capitânicas (e províncias) do centro-sul do Brasil. A demografia formal conta com inúmeras opções de técnicas para lidar com dados com problemas em sua qualidade de registro, e elas podem ser bastante úteis para compreender, do ponto de vista quantitativo, a dinâmica demográfica em tempos pretéritos como o de pré-transição.

Referências

- ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteen century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, v. 43, p. 173-205, maio 1963.
- ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: IBGE, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002 (Textos para discussão, n. 4).
- ARAÚJO, A. I. C.; MACEDO, M. K. O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da Província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856-1888). *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, p. 343-352, jul./dez. 2011.
- BOTELHO, T. R. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BRASS, W. **Methods for estimating fertility and mortality from limited and defective data**. Chapel Hill: University of North Carolina at Chapel Hill, International Program of Laboratories for Population Statistics, 1975.
- CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: Abep, 1998 (Série Textos Didáticos, n. 1).

CASCUDO, L. C. Capítulo XI. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal/Rio de Janeiro: Fundação José Augusto; Achiamé, 1984. p. 275-289.

COALE, A. J.; DEMENY, P. **Regional model life tables and stable population**. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

DIAS, P. de O. **Onde fica o sertão rompem-se as águas**: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História – PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DIAS, T. A. **Dinâmicas mercantis coloniais**: capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História – PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FRANCO, O. História da febre amarela no Brasil. **Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais**, 1969.

GUERRA, F. Secas do Nordeste. In: ROSADO, V. (Org.). **Memorial da seca**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal/ESAM, 1981 (Coleção Mossoroense).

HILL, K.; CHOI, Y. Death distribution methods for estimating adult mortality: sensitivity analysis with simulated data errors. **Adult mortality in developing countries workshop**. Marin County, California: The Marconi Center, July 2004.

HILL, K. Estimating census and death registration completeness. **Asian and Pacific Population Forum**, v. 1, n. 3, p. 8-12, 1987.

LYRA, A.T. de. **A independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Pongetti, 2011.

_____. As secas do Nordeste. In: ROSADO, V. (Org.). **Memorial da seca**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal/ESAM, 1981 (Coleção Mossoroense).

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRRN, 2008.

MACEDO, H. A. M. de. História indígena no sertão da capitania do Rio Grande após as guerras dos bárbaros. In: MACEDO, H. A. M. de; ARAUJO, M. A. A.; SANTOS, R. da S. (Org.). **Seridó potiguar**: tempos, espaços, movimentos. 1. ed. João Pessoa: Ideia Editora, 2011. v. 1.

MARCÍLIO, M. L. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. **Cadernos Cebrap**, n. 16, 1973.

MEDEIROS, T. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MONTEIRO, D. M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Coopertativa Cultural, 2002.

MORTARA, G. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VII Tabelas de mortalidade e de sobrevivência para os períodos de 1870-1890 e 1890-1920. Cálculo, exame e comparações internacionais. **Revista Brasileira de Estatística**, ano II, n. 7, p. 494-538, 1941.

NADALIN, S. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 2004.

PAIVA, C. A. et al. **Publicação crítica do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2012.

PAIVA, Y. A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774-1820. **Anais de Historia de Alem-Mar**, n. 16, p. 205-226, 2015.

PRATA, P. A transição epidemiológica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 8, n. 2, p. 168-175, 1992.

PRESTON, S. et al. Estimating the completeness of reporting of adult deaths in populations that are approximately stable. *Population Studies*, v. 46, n. 2, p. 179-202, 1980.

RODARTE, M. M. S. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Demografia –PPGD, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, A. R. Cemitérios no Seridó, século XIX: construindo de uma pesquisa. *Revista Inter-Legere*, p. 48-76, jan./jun. 2013.

SANTOS, P. P. dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte**. Natal: Clima, 1994.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 1994.

Sobre as autoras

Luciana Conceição de Lima é doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM) da UFRN.

Dayane Julia Carvalho Dias é doutoranda em Demografia no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Luana Junqueira Dias Myrrha é doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). Professora adjunta I no Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenadora da graduação em Ciências Atuariais da UFRN e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM) da UFRN.

Endereço para correspondência

Luciana Conceição de Lima

Centro de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Demografia e Ciências Atuariais
Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Candelária
59066-800 – Natal-RN, Brasil

Dayane Julia Carvalho Dias

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

Av. Albert Einstein, 1300, Cidade Universitária Zeferino Vaz
13081-970, Cx. Postal 6166 – Campinas-SP, Brasil

Luana Junqueira Dias Myrrha

Centro de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Demografia e Ciências Atuariais
Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Candelária
59066-800 – Natal-RN, Brasil

Abstract

Mortality estimations for Rio Grande do Norte in a context of demographic pre-transition

For periods prior to the beginning of the demographic transition, there are few quantitative studies about the impact of mortality on the population. Based on this absence, this article estimates mortality indicators for Rio Grande do Norte in the context of demographic pre-transition, using nineteenth-century data from statistical population maps (1801 and 1805) and census (1872 and 1890). In order to deal with population and death data, Brass's Growth Balance method (1975) was used, as well as Coale and Demeny's life tables (1996), functions extracted from The Human Mortality Database and indirect standardization technique. As a result, it was verified that mortality in Rio Grande do Norte was more intense in child and elderly population, over 50 years old, which represent the most vulnerable populations to adverse conditions such as droughts and infectious diseases. Life expectancy at birth is observed at 32.6 years old, a value very close to Mortara's (1941) estimates for Brazil between 1870 and 1890. Further studies are suggested for the demographic and major pre-transition period as well as the use of demographic techniques in studies focused on the Brazilian past.

Keyword: Demographic pre-transition. Mortality. Rio Grande do Norte. Demographic techniques.

Resumen

Estimaciones de mortalidad para Rio Grande do Norte en un contexto previo a la transición demográfica

Para los períodos anteriores al comienzo de la transición demográfica hay pocos estudios cuantitativos sobre el impacto de la mortalidad en la población. Sobre la base de esta brecha, este artículo estimó indicadores de mortalidad para Rio Grande do Norte, en el contexto previo a la transición demográfica, a partir de datos del siglo XIX: informes estadísticos de población (1801 y 1805) y censos (1872 y 1890). Para hacer frente a la información sobre población y muerte se utilizaron el método de *Growth Balance* de Brass (1975) y las tablas de vida de Coale Demeny (1996), se extrajeron funciones de *The Human Mortality Database* y técnicas de estandarización indirecta. Como resultado, se verificó que la mortalidad en Rio Grande do Norte fue más intensa en niños y personas mayores de 50 años, que representan a los más vulnerables frente las condiciones adversas como la sequía y las enfermedades infecciosas. También se obtuvo una esperanza de vida al nacer de 32,6 años, valor muy próximo a las estimaciones de Mortara (1941) para Brasil entre 1870 y 1890. Se sugieren más estudios para la pretransición demográfica y mayor utilización de técnicas cuantitativas en los estudios del pasado brasileño.

Palabras clave: Pretransición demográfica. Mortalidad. Rio Grande do Norte. Técnicas demográficas.

Recebido para publicação em 31/01/2017

Aceito para publicação em 06/10/2017

Anexo

TABELA 1
Aplicação do Método de *Growth Balance* de Brass (1975)
Rio Grande do Norte – 1805

Faixa etária	População observada		População acumulada		Taxa de crescimento	Óbito observado	Óbito acumulado	x	Y		X
	N(x) 1801	N(x) 1805	wNx 1801	wNx 1805	r	5Dx 1805	wDx 1805		n(X) 1805	N(x)/ N(X+)-r	D(x+)/ N(x+)
0 a 4 anos	7.820	8.531	49.004	53.461	0,022	410	804	0	4.351	0,05938	0,01503
5 a 09 anos	8.132	8.871	41.185	44.930	0,022	93	394	5	4.878	0,08657	0,00876
10 a 19 anos	9.755	10.642	33.053	36.059	0,022	56	301	10	5.190	0,12193	0,00834
20 a 29 anos	9.275	10.118	23.298	25.417	0,022	54	245	20	4.153	0,14141	0,00962
30 a 39 anos	5.954	6.495	14.024	15.299	0,022	45	191	30	2.653	0,15138	0,01246
40 a 49 anos	3.772	4.115	8.070	8.804	0,022	47	146	40	1.655	0,16595	0,01653
50 a 59 anos	2.295	2.504	4.298	4.689	0,022	27	99	50	970	0,18492	0,02102
60 a 69 anos	1.262	1.377	2.003	2.185	0,022	30	72	60	482	0,19845	0,03275
70 a 79 anos	504	550	741	808	0,022	22	42	70	189	0,21178	0,05144
80 a 89 anos	189	206	237	258	0,022	12	20	80	65	0,22800	0,07576
90 anos e mais	48	52	48	52	0,022	8	8				
Média r									Fator de correção	Grau de cobertura	
0,022									0,5523	1,8107	

Fonte: AHU. ACL. CU. B. Rio Grande do Norte, Caixa 10, Documento 629.

Minas contada em números – A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821)*

Roberta Giannubilo Stumpf**

Os “mapas da população” produzidos a partir da década de 1770 contribuem para a análise de um período da história de Minas Gerais que foi particularmente importante pelas mudanças vivenciadas em âmbitos muito diversos. Tendo por base as informações destes documentos, o presente artigo analisa as transformações na economia mineira, assim como a redefinição daquela sociedade em um período no qual Minas Gerais ganha um novo perfil, mas mantém seu papel fundamental nas dinâmicas do centro-sul da América portuguesa.

Palavras-chave: Economia mineira. População colonial. Estatística da população. Brasil. Séculos XVIII-XIX.

* Artigo produzido no âmbito do projeto internacional *População e império. A demografia e os processos estatísticos no ultramar português, 1776-1875* (COLDEMO), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/Portugal.

** Centro de História D'Aquém e D'Além-mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, Portugal (robertastumpf@gmail.com).

Introdução

Estudar a capitania de Minas Gerais a partir de mapas da população produzidos por autoridades locais nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século seguinte é o objetivo central deste artigo. Trata-se de um período de média duração, no qual esta capitania, e a América portuguesa de uma forma global, passou por mudanças em âmbitos muito diversos, embora aqui se dará destaque, devido à tipologia das fontes, sobretudo às de caráter socioeconômico.¹

A história demográfica e a demografia histórica têm sido amplamente estudadas para as Minas Gerais, com incidência nas áreas temáticas relacionadas à escravidão e à família, sobretudo para o século XIX, ainda que não seja descurado o século precedente. As obras de alguns pesquisadores se destacam pelo seu conjunto, como as dos economistas Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero e Herbert Klein, que trabalharam, muitas vezes em parceria, o tema do escravismo nas Minas Gerais, nas suas duas vertentes: social e econômica. Desta breve listagem, na qual corremos o risco de cometer injustiças, lembramos ainda o economista Laird Bergard e o historiador Douglas Libby, este também pelo seu interesse, mais recente, pelo estudo da família mineira, ao qual tem se dedicado também Tarcísio Botelho, entre muitos outros.

As fontes utilizadas neste artigo não são inéditas, já foram analisadas por muitos especialistas que, maioritariamente, as tomaram isoladamente e não em seu conjunto. Nossa contribuição está, inversamente, no estudo da capitania de Minas Gerais a partir de uma abordagem panorâmica destes mapas da população e no cruzamento destas fontes com outras coetâneas.

Na primeira parte deste artigo, dedicada ao contexto de produção destes mapas, recorreremos às listas e enumeramentos de população das Minas das décadas anteriores, assim como transporemos os limites geográficos da capitania para analisá-los em seu contexto imperial. Com isso, pode-se entender melhor os significados e as especificidades destas fontes, bem como de sua produção a partir de 1776, em seu contexto local.

A análise dos números e das categorias sociais presentes nos mapas será apresentada na segunda e na terceira partes do artigo. As Minas serão compreendidas na sua totalidade sem que sejam descuradas as diversidades em seu interior, sobretudo em duas de suas comarcas, Vila Rica e Rio das Mortes, que apresentaram trajetórias bastante díspares neste período, constituindo por isso importantes estudos de caso sobre os avanços e as quebras populacionais, como também sobre as oscilações econômicas.

Em termos historiográficos, ou seja, recorrendo à demografia para esclarecer outras temáticas, a informação recolhida e analisada permite, por um lado, debater alguns marcos da história da capitania mineira e, por outro, retomar temas centrais da história do

¹ A autora agradece aos pareceristas pelas sugestões e comentários aos quais procurou responder.

Brasil colonial, debatidos a propósito da conexão entre imigração, taxa de masculinidade e composição étnica da população.

Listas, numeramentos e mapas de população: o século XVIII mineiro

Assim como em muitos territórios do Império português, em Minas Gerais os numeramentos da população passaram a ser realizados a partir da década de 1770, enquanto para o período anterior dispomos apenas de listas nominativas. Algumas destas fontes remontam ao início do povoamento da capitania, sobretudo às décadas de 1710 e 1720, quando se introduziu pela primeira vez a cobrança do quinto do ouro (BOTELHO, 2000, 2006). Com a capitação (1736-1750) foi preciso inventariar os proprietários de escravos, já que a cobrança incidia também no número de seus cativos registrados nas intendências duas vezes por ano.² Estas listas já foram em grande medida utilizadas pela historiografia e pelos demógrafos (COSTA, 1979; COSTA; LUNA, 1982), assim como as que foram produzidas posteriormente, como aquela que continha uma relação dos homens mais abonados da capitania, elaborada em 1756 com o propósito de lançar uma contribuição para reconstruir Lisboa destruída por um terremoto um ano antes (AHU/MG Cx: 70, Doc: 41; ALMEIDA, 2010; STUMPF, 2014).

Nem todas as fontes “pré-censitárias” (MARCÍLIO, 2004, p. 311) correspondiam a intentos fiscalistas. Após o Concílio de Trento, passaram a ser produzidos pelos párocos os registros de batismos, de casamentos e de óbitos, assim como os registros momentâneos como os róis de confessados. Também os inventários e os testamentos redigidos e armazenados nos cartórios notariais são um manancial riquíssimo de informações para a história social, que podem completar as informações das fontes anteriores (GUEDES; FRAGOSO, 2016, p. 8). Entretanto, somente a partir da década de 1770, na sequência da iniciativa inglesa e concomitantemente à castelhana (ALDEN, 1963), é que começou a produção de cálculos para se conhecerem “os números de vassalos do monarca português em suas conquistas”³ para melhorar a administração dos territórios ultramarinos. É neste contexto que tais mapas devem ser analisados (SANTOS, 2009), assim como a metodologia pensada para a sua produção, rigorosamente transmitida aos governantes responsáveis por remetê-los às autoridades régias em Lisboa.

O ano de 1776 destaca-se neste processo de materialização da “aritmética política”,⁴ ou seja, dos novos intentos da monarquia para produzir um conhecimento quantitativo das populações dos territórios por si administrados. É o que se verifica em Minas e em outros territórios da América portuguesa e da África oriental, nomeadamente Moçambique, já

² Estas listas de matrículas, como ficaram conhecidas, são mais um exemplo de fontes “pré-censitárias” de natureza nominativa. Para Minas ver: AHU/MG Cx:42 Doc:62; Cx:44 Doc:85; Cx:55 Doc:39.

³ Tal como se referiu o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ao governador do Maranhão em 1776 (AHU_ACL_CU 009; Cx: 50, D. 4951). Em termos muito semelhantes, dirigia-se, no mesmo ano, ao governador de Minas (CARTA..., 1963, p. 257).

⁴ Termo cunhado pelo economista William Petty, em livro publicado em 1690.

autônomo da administração do Estado da Índia (WAGNER, 2009). Entretanto, algumas instruções para a realização de tais cálculos tinham sido recebidas, poucos anos antes, em alguns territórios ultramarinos (MATOS; SOUSA, 2015). Já em 1772, o governador de Luanda os remetia à capital lisboeta, o que foi feito de modo intermitente até 1798, quando os cálculos começaram a ser confeccionados com regularidade anual (CURTO; GERVAIS, 2002). Em 1771, o governador de Goiás, Barão de Mossamede, recebeu instruções com idêntico teor, mas passados dois anos narrava as dificuldades encontradas para remeter no prazo exigido a relação dos moradores daquela capitania (ALENCASTRE, 1864, p. 257). Segundo ele:

[...] logo que tomou posse mandou cartas circulares a todos os párocos, para mandarem as listas dos seus fregueses, na conformidade do método que recebi nas minhas instruções, (*mas*) alguns por força da ignorância o não compreenderam, e outros esperaram o tempo da desobriga para o executarem com mais exação (AHU/GO AHU_ACL_CU_008, Cx: 27, D. 1734).

A exemplificar a alteração que promoveu as ordens emitidas na década de 1770, sobretudo na metodologia e na natureza das informações a serem recolhidas, lembramos um mapa de Minas, produzido poucos anos antes, em 1767, cujo título sintetiza a riqueza de dados mas também a confusão gerada quando se inserem dados de qualidade tão diversa em uma mesma tabela, sem uma aparente correspondência entre si: “Fogos, Filhos, Filhas, Escravos, e Escravas, Pardos forros, e pretos forros, agregados, clérigos, Almas, Freguesias, Vigários, com declaração do que pertence a cada termo e total, e geral de toda a capitania de Minas Gerais, tirado no anno 1767”.⁵ Ao que parece, o mapa foi remetido para o Reino pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva, que a ele juntou mais oito mapas⁶ que fornecem um raio X da capitania. As razões para a sua produção e envio são desconhecidas, mas é muito provável que tenha partido da iniciativa do próprio governador, cuja experiência administrativa certamente apurou a sua percepção de que muitas dificuldades poderiam ser resolvidas, ou ao menos amenizadas, quando as diretrizes metropolitanas fossem formuladas a partir de informações quantitativas. A este desejo em ser útil à monarquia portuguesa, podemos somar a ambição do governador em ser remunerado pelos seus serviços (SOUZA, 2006). De qualquer forma, o mapa que fornece dados populacionais trazia uma metodologia “antiga”, própria das fontes produzidas por párocos. Um ano depois, Melo e Castro voltava a solicitar ao governador que fornecesse o número de habitantes da capitania, dividindo-os em “classe”, gênero e categorias etárias (STUMPF, 2011, p. 217).

As tabelas estatísticas da população, que compõem a série mais importante que dispomos para a capitania de Minas Gerais, foram solicitadas por Melo e Castro, em 1776, ao então governador de Minas, D. António de Noronha. Atendendo à pressa exigida na remessa, o capitão-general, em janeiro de 1778, remetia

⁵ Agradeço a Mar García Arenas pela disponibilização da cópia deste mapa, com ligeiras modificações, existente no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça (MNE), Mç. 67, Cx. 56, nº 6.

⁶ AHU/MG Cx: 98 Doc: 53.

[...] o Mapa dos habitantes desta capitania com as Relações que os mesmos ouvidores das respetivas comarcas me enviaram, o qual não vai com aquela exaçaõ [sic] que eu desejo, não porque os ditos ministros deixassem de entender as ordens, que para este efeito lhes distribui, mas sim talvez por eu lhes não explicar mais miudamente as circunstâncias precisas para o referido efeito (AHU /MG – Cx: 112, Doc: 11).

Noronha humildemente reconhecia que, quiçá, o problema estava em não saber transmitir as informações desta nova estratégia com a celeridade que a missão exigia. Também o governador do Maranhão, em setembro de 1776, queixava-se do ritmo exigido para o cumprimento das ordens, afinal, “para as relações serem exatas como devem, se hão de correr aquelas freguesias todas, e com muita miudeza” (AHU_ACL_CU 009; Cx: 50, D. 4951). Tarefa difícil, evidentemente, em se tratando de um território cuja dimensão era ainda maior do que a de Minas. A periodicidade anual dificilmente poderia ser atendida quando se dependia de outras autoridades, como ouvidores e párocos, para recolher as informações “com toda a clareza”. Muitas vezes era preciso interromper os recenseamentos para cumprir ordens régias ainda mais urgentes, como explica o governador de Minas, D. Bernardo de Lorena, na correspondência que mantém com D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 1798 a 1800 (AHU/MG Cx: 144 Doc: 18; Cx: 147 Doc: 55; Cx: 154 Doc: 42).

Há certamente outras razões para explicar porque não foram produzidas tantas fontes sobre a população como pretendido. Todavia, para o caso mineiro, os mapas confeccionados em 1776,⁷ 1786, 1805, 1808 e aquele ainda mais completo referente ao ano de 1821⁸ nos permitirão estabelecer uma análise do crescimento e das mudanças socioeconômicos deste território ao longo destes 45 anos.

As fontes demográficas datadas de 1776 são, sem sombra de dúvida, as mais importantes que dispomos para Minas colonial. Trata-se de um conjunto composto por cinco mapas, um para cada comarca e um referente a toda a capitania que sintetiza em larga medida as informações dos anteriores. Esta opção em individualizar os mapas por comarca, território de jurisdição de um magistrado que servia como ouvidor, pode ser explicada em função da própria logística da recolha dos dados, uma vez que estes eram obtidos pelo ouvidor junto aos párocos para então repassá-los ao governador. O mesmo se verifica com os mapas produzidos para a Bahia, capitania que guardava com Minas a singularidade de ter em seu território mais de uma comarca. Entretanto, no caso baiano, o percurso da coleta e difusão dos dados, párocos-ouvidores-governador, fica ainda mais evidente ao se subdividirem as informações pelas freguesias (território da jurisdição eclesiástica dos párocos) que pertenciam a cada uma das comarcas (AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 55, Doc 10700-10701). Esta opção na exposição dos dados nos permite visualizar com maior detalhamento a distribuição dos habitantes pelo território, menos visíveis nos mapas para as Minas, dos quais só se pode dispor da informação agregada por comarcas, de maior amplitude geográfica do que as suas freguesias ou vilas, que totalizavam oito em 1718 e 15 em 1822.

⁷ AHU /MG – Cx: 112, Doc: 11.

⁸ Eschwege (1899, p. 774).

De qualquer forma, é importante dizer que esta divisão por comarcas, que surge também no mapa geral da capitania de 1821, possibilita obter um panorama da realidade mineira bem mais minucioso do que, por exemplo, as fontes de 1786, 1805 e 1808,⁹ que fornecem apenas os cálculos da população global da capitania dividindo-a por “cor”,¹⁰ gênero e condição jurídica. Minas era uma unidade administrativa reconhecida por todas as autoridades e por seus habitantes, mas as suas quatro comarcas guardavam entre si muitas diferenças que podem ser mais bem observadas quando tratadas isoladamente. A partir da década de 1770, quando muitos “ilustrados” (americanos portugueses ou reinóis) produziram suas memórias políticas, geográficas, físicas... de Minas, com o intuito de contribuir para a monarquia no fomento econômico, também optaram por fazer suas descrições referenciando a estas mesmas divisões administrativas. Foram elas também que guiaram o cartógrafo José Joaquim da Rocha na feitura do primeiro mapa da capitania e dos quatro que correspondem às suas comarcas, em 1776 (ROCHA, 1995).

Foi em 1714 que as três primeiras comarcas foram demarcadas, Vila Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas/Sabará, e seis anos depois esta última foi desmembrada por ocasião da criação da comarca do Serro Frio (MORAES, 2007). Apesar da ampla extensão do território mineiro, a população se concentrou nos centros urbanos, sobretudo nas capitais das comarcas, muito próximas entre si.¹¹ Este adensamento populacional nas vilas, característico de Minas, somado ao das instituições régias e locais que o acompanhavam, contribuiu para que os sertões, sobretudo das comarcas mais extensas (Rio das Velhas e Serro Frio) ficassem pouco habitados e distantes da imposição das diretrizes régias, ao menos no período inicial. Décadas mais tarde, esta configuração foi alterada, por exemplo, na comarca do Rio das Velhas, com a criação em 1798 da vila interiorana de Paracatu do Príncipe, limítrofe com a capitania de Goiás.

Os anos de 1776-1821: crescimento populacional

Começamos então por analisar Minas em seu conjunto tal como nos possibilitam os dados contidos nos mapas de 1776 e 1821, que em comum discriminam a população por cor e gênero. Neste espaçamento temporal, conforme se pode ver na Tabela 1, a população da capitania de Minas Gerais cresceu 60,7%, passando de 319.769 para 514.038 habitantes. Trata-se de um aumento significativo, mas muito aquém da média do território brasileiro neste mesmo período de 45 anos (126,7%). À primeira vista, este desfasamento pode sugerir um recuo da sua atividade econômica devido à queda da extração do ouro. Entretanto, como já mostrou a historiografia sobre as Minas, a capitania conseguiu passar pela crise da produção aurífera sem ser significativamente prejudicada, em função da diversidade

⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1899, p. 294-296).

¹⁰ Usamos a expressão *cor* para reportar às classificações utilizadas nas próprias fontes: *branco/as*, *pardo/as*, *mulato/as* e *pretos/as*.

¹¹ Vila Rica do Ouro Preto, Vila de São João del Rey, Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará e Vila do Príncipe.

econômica e produtiva que apresentou desde o início de sua história (LINHARES, 1979; FURTADO, 2009; ALMEIDA, 2010).

Em termos populacionais, Minas Gerais conseguiu se manter como a região mais populosa do Brasil até a independência, sendo ultrapassada apenas pela província da Bahia em 1835 (BOTELHO, 2013). Na Tabela 1, observa-se a evolução deste crescimento, comparando-o com aquele verificado na população total do Brasil. Apesar dos ritmos diferentes, a capitania continuou a acolher parcela considerável da população brasileira em seu território, apresentando uma redução deste percentual apenas no século XIX.¹²

TABELA 1
Crescimento populacional
Capitania de Minas Gerais e Brasil – 1776-1821

Anos	Minas Gerais		Brasil		Participação de Minas Gerais no total da população do Brasil (%)
	População (habitantes)	Crescimento anual da população (%)	População (habitantes)	Crescimento anual da população (%)	
1776	319.769	-	1.426.965	-	22,4
1786	393.968	2,1	1.726.940	1,9	22,8
1805	407.504	0,2	2.308.304	1,5	17,7
1808	433.049	2,0	2.424.463	1,7	17,9
1821	514.038	1,3	3.235.549	2,2	15,9
Δ 1776-1821 (%)	60,7	1,1	126,7	1,8	16,6

Fonte: AHU / MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774); *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1899, p. 294-296); Botelho (2013).

Entretanto, se Minas Gerais apresentou um crescimento populacional significativo, este não pode ser comparado ao do período anterior. Logo no princípio do século XVIII, o volume de ouro extraído, ou a notícia de que este avultava, atraiu para aquele território uma quantidade enorme de pessoas. Nas palavras de Augusto de Lima Júnior (1978, p. 32), “os anos de 1701 e 1702 caracterizam-se na história do povoamento, pelas mais audazes aventuras de deslocamentos humanos de que se há memória”. Todavia, o crescimento se deu verdadeiramente nas décadas de 1740-1760, auge da produção aurífera. Outros cálculos mostram que de 1710 a 1742, a população em Minas cresceu 623%, mas, entre 1710 e 1776, o aumento foi de cerca de 1.000% (MÓL, 2004, p. 1)! Em termos de crescimento médio anual, o período de 1721-1722 a 1776 apresentou uma taxa média de 2,3% e 2,4% (BOTELHO, 2000, 18). Nos dez anos seguintes, esta taxa reduziu-se ligeiramente para 2,1%, segundo nossos cálculos, embora apresentasse uma queda bastante acentuada até 1805, para então voltar a se recuperar no período 1805-1821, com 1,1% de taxa de crescimento médio anual, muito abaixo do ritmo de crescimento populacional dos setecentos (Tabela 1).

Se analisarmos a população mineira segundo critérios de cor, gênero e condição jurídica, também podemos observar como o crescimento após 1776 foi qualitativamente

¹² Percentual que se aproxima aos cálculos de Alden (2000, p. 308), segundo o qual Minas Gerais acolhia 19,7% da população brasileira no início do século XIX. Para Boris Fausto (1995, p. 137-139), no ano de 1819, esta porcentagem era de 17,5%.

diferente daquele verificado nas primeiras décadas dos setecentos. Nestas, o crescimento avassalador deveu-se sobretudo à imigração de brancos e escravos do sexo masculino, ainda que alguns pudessem já ter residido em outras capitanias. Mas neste período de 45 anos que estamos analisando, o crescimento ocorreu por outras razões, como, por exemplo, pelo aumento da população feminina em 93% (Tabela 2). De 120.128, em 1776, as mulheres passaram para 232.404 habitantes em 1821, representando, para os anos respectivos, 37,6% e 45,2% da população geral da capitania. As pretas, que em 1776 formavam o grupo maioritário dentre as mulheres, foram ultrapassadas ligeiramente pelas pardas/mulatas, cujo crescimento foi o mais surpreendente de todos os grupos divididos por cor/sexo da população de Minas no período considerado.¹³

TABELA 2
População, por gênero, segundo cor
Capitania de Minas Gerais – 1776-1821

Cor	Homens		Mulheres		Razão de sexo (1)	Total	
	N	%	N	%		N	%
1776							
Branco	41.677	13,0	28.987	9,06	143,78	70.664	18,88
Pardos (2)	40.793	12,8	41.317	12,92	98,73	82.110	25,67
Pretos	117.171	36,6	49.824	15,58	235,16	166.995	53,33
Total	199.641	62,4	120.128	37,6	166,19	319.769	100,00
1821							
Branco	70.262	13,7	60.785	11,82	115,59	131.047	25,49
Mulatos	81.964	15,9	89.578	17,42	91,5	171.542	33,36
Pretos	129.408	25,2	82.041	15,95	157,73	211.449	41,14
Total	281.634	54,8	232.404	45,2	121,18	514.038	100,00

Fonte: AHU / MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774).

(1) Número de homens para cada 100 mulheres.

(2) Do ponto de vista das categorias raciais, a única diferença entre os mapas de 1776 e 1821 refere-se à utilização do vocabulário *pardos/as* e *mulatos/as*, respectivamente, para representar o mesmo grupo.

TABELA 3
Crescimento da população, por gênero, segundo cor
Capitania de Minas Gerais – 1776-1821

Cor	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Branco	+28.585	68,6	+31.798	109,7	+60.383	89,1%
Pardos/mulatos	+41.171	100,8	+48.261	116,8	+89.432	108,92%
Pretos	+12.237	10,5	+32.217	64,7	+44.459	26,6%
Total	+81.993	42,2	+112.276	93,39	+194.269	

Fonte: AHU / MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774).

Por sua vez, conforme se pode observar na Tabela 3, a população masculina cresceu 42,2%, passando de 199.641 para 281.634 indivíduos, entre 1776 e 1821; porém, sua participação no total da população mineira diminuiu de 62,4% para 54,8%, no mesmo

¹³ A terminologia aqui empregada reproduz exatamente aquela que aparece nas fontes demográficas que estamos analisando: brancos/brancas; pardos/pardas ou mulatos/mulatas e pretos/pretas.

período (Tabela 2). A composição racial deste grupo continuou a contar com a predominância dos pretos, embora com uma redução significativa de 11,4 pontos percentuais devido ao aumento do número de brancos e, sobretudo, de pardos, que em 1776 eram o grupo minoritário entre os homens, mas, no mapa de 1821, com a designação de mulatos, já estavam em maior número do que os brancos (Tabela 2).

Para que a média de crescimento da sociedade mineira (60,7%) fosse alcançada neste período (Tabela 1), vimos que o aumento da população feminina contribuiu significativamente. Do ponto de vista racial, sem divisão por gênero, foi o grupo dos pardos/mulatos que revelou maior crescimento, com 108,8%, seguido dos brancos com 89,1% e dos pretos com apenas 26,6% (Tabela 3).

Entretanto, se a curva de crescimento dos grupos divididos por sexo e cor foi bastante desigual, o peso numérico de cada um em relação à população total das Minas manteve-se praticamente o mesmo (Tabela 2). Ou seja, a sociedade mineira continuou a ser composta majoritariamente por homens e com predomínio dos mesmos grupos raciais, nesta ordem: preto, pardo e branco. Todavia, estas permanências não escondem uma mudança significativa, visível quando dividimos os grupos raciais por gênero, conforme se observa na Tabela 3. Aquela desigualdade numérica entre homens e mulheres existente em 1776, 45 anos depois se reduziu consideravelmente no interior de todos os grupos raciais, sobretudo pelo aumento de mais de 100% das pardas, das brancas e dos pardos (nesta ordem) e pelo aumento muito pouco expressivo dos pretos (10,5%).

De forma geral, a população de Minas cresceu, mas em um ritmo muito menos acen tuado do que o daquele verificado, principalmente, nas décadas de 1740-1770. Porém, para além da diferença no ritmo deste crescimento, o mais interessante é a forma como ele se processou. Antes de tudo observamos uma elevação numérica substancial das mulheres daquela sociedade, conforme já referido, não obstante os homens continuarem a ser quantitativamente superiores. Em termos proporcionais, as mulheres, que antes totalizavam cerca de 1/3 da população, passaram a representar 45,2%, sendo que esta “quase” igualdade numérica com os homens traduz, por isso, a diminuição da imigração, por esta ser majoritariamente masculina.

Em relação aos brancos, as mulheres que antes correspondiam a 9,06% da sociedade mineira, mais de quatro décadas depois passaram a ser 11,82%, enquanto o mesmo índice dos homens brancos se manteve praticamente inalterado, contribuindo para uma redução significativa da razão de sexo neste grupo racial. Se em 1821 havia mais 31.798 mulheres brancas, ou seja, um aumento de quase 110% em relação a 1776, isto ocorreu devido a um crescimento natural, já que as mulheres brancas raramente imigravam no período considerado. O mesmo se pode dizer das mulheres pretas, cujo número se elevou 6,5 vezes a mais do que o dos pretos que, como vimos, tiveram um incremento residual de “apenas” 10%. O aumento do número de brancos e pretos do sexo masculino explica-se menos pelo crescimento natural do que pela imigração. Todavia, por esta não ocorrer na mesma intensidade de outrora, acabou por reduzir o ritmo de crescimento destes grupos.

A situação apresentada pelos pardos/as é significativamente diferente. Por se tratar de um grupo racial de origem essencialmente “americana”, seu aumento de 108,9% no período, muito superior aos 26,6% dos pretos/as e um pouco acima dos brancos (89,1%), deu-se de forma natural (Tabela 3). É pouco provável que tenham migrado de outras capitâneas, pois no intervalo de tempo considerado Minas Gerais não apresentou nenhum atrativo economicamente relevante que justificasse tal fato. Mas neste grupo “racial”, ao contrário dos demais, não foi somente o número de mulheres que subiu de forma estrondosa. Também os homens (livres ou escravos) contribuíram para a elevação quantitativa do grupo e praticamente no mesmo ritmo, um sinal muito claro de que se trata de um crescimento natural (BUCCIFERRO, 2103, p. 300). De qualquer forma, considerando a razão de gênero (Tabela 2), a sociedade mineira, tomada em seu conjunto, tinha 166 homens para 100 mulheres em 1776, índice que diminuiu para 121 homens em 1821. O predomínio continuava a ser do sexo masculino, como se vê, mas as mulheres elevaram seu contingente consideravelmente.

No período estudado, para além desta maior feminização da sociedade, Minas Gerais foi se tornando cada vez mais mestiça, termo inexistente nos mapas analisados, mas que nos parece bem mais preciso do que a designação pardo/a. Ainda assim, apesar da sua imprecisão, entendemos que, na época, sua utilização se referia essencialmente aos mulatos, terminologia que será empregada no mapa de 1821, corroborando a nossa ideia de que a mestiçagem mais comum naquela região teria ocorrido entre os grupos raciais preto e branco, como tem mostrado também a historiografia (FURTADO, 2009). A título de nota, o vocábulo índio aparece apenas no mapa de 1786 para designar 917 indivíduos, acrescentados à tabela apenas ao final, juntamente com um grupo denominado *sem detalhe*. Também no mapa de 1823, que foge à cronologia deste estudo, o termo é utilizado demonstrando, talvez, o desinteresse do governo português em reconhecê-los como grupo, apesar das mudanças legislativas dos setecentos. É possível, portanto, que a integração individual de ameríndios na população oficial de Minas seja obscurecida pela terminologia.

Como vimos, as características do crescimento populacional da capitania de 1776 a 1821 divergem daquele verificado nas primeiras décadas dos setecentos, quando para aqueles “sertões” se dirigiram jovens brancos, oriundos sobretudo da região do Minho, assim como africanos vendidos para ali trabalhar como mão de obra escrava. Entretanto, para que a capitania atingisse, já na segunda metade do século XVIII, a reputação de ser a mais populosa da América portuguesa, a miscigenação teve desde então um peso importantíssimo (FURTADO, 2009). Prova disso é a progressiva elevação do contingente de *homens de cor*, escravos ou livres, africanos ou crioulos, para usar a terminologia da época. É claro que isso não era uma característica exclusiva desta capitania (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 19), mas não há como negar que em Minas Gerais esses homens representavam cada vez mais uma parcela significativa, como observou o memorialista José Joaquim da Rocha, em 1776 (ROCHA, 1995). De fato, o aumento do número de pardos e a redução em termos absolutos dos pretos não alteraram os números relativos dos *homens de cor* (74,5%), mas,

se antes a diferença entre estes grupos era de 27,66%, em 1821 passou a ser de 7,78% (Tabela 2). O acréscimo dos *pardos* deveu-se à intensa miscigenação que teve lugar em Minas desde os seus primórdios, incentivada posteriormente pelo acréscimo da população feminina, em particular das pardas, que naquela região, quando cativas, ganhavam com mais facilidade o estatuto de livres.

Resta então nos perguntarmos sobre a condição jurídica destes homens de cor. Este é um aspecto essencial para se entender qualquer sociedade escravista, como era a mineira, mas nos mapas produzidos em 1776 apenas os das comarcas de Vila Rica e de Sabará apresentam esta categoria social. Iremos, então, recorrer àqueles publicados pela *Revista Arquivo Público Mineiro*, relativos aos anos de 1786, 1805, 1808 e 1821, que fornecem esta informação distinguindo pardos/mulatos e pretos, subdividindo-os conforme o género. As tabelas apresentadas a seguir foram produzidas de forma a sistematizar estes dados com o objetivo de observar as transformações da sociedade mineira sob este aspecto, que já despertou, talvez mais do que qualquer outro, o interesse da historiografia (por todos, BOTELHO, 2000; LIBBY, 2007).

TABELA 4
População cativa, segundo género
Capitania de Minas Gerais – 1786-1821

Género	Pardos	Pretos	Total da população escrava	Total da população de Minas Gerais
1786				
Homens	9.879	106.412	116.291 (66,78%)	
Mulheres	10.497	47.347	57.844 (33,22%)	
Total Cor	20.379 (11,70%)	153.759 (88,29%)	174.135 (48,00%)	393.698 (1) (100,00%)
1805				
Homens	12.307	112.612	124.919 (66,17%)	
Mulheres	12.690	51.167	63.857 (33,83%)	
Total Cor	24.997 (13,24%)	163.779 (86,76%)	188.776 (46,38%)	407.004 (100,00%)
1808				
Homens	7.857	86.849	94.706 (63,65%)	
Mulheres	7.880	46.186	54.066 (36,35%)	
Total Cor	15.737 (10,58%)	133.035 (89,42%)	148.772 (34,35%)	433.049 (100,00%)
1821				
Homens	12.105	104.115	116.220 (63,9%)	
Mulheres	9.772	55.890	65.612 (36,1%)	
Total Cor	21.887 (12,03%)	160.005 (87,97%)	181.882 (35,38%)	514.038 (100,00%)

Fonte: AHU /MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774); Revista Arquivo Público Mineiro (1899, p.294-296).

(1) Se contabilizarmos a população *sem detalhe* e os *índios* (aparecem à parte no mapa), a percentagem da população escrava seria inferior: 44,23%.

Não nos iremos furtar à análise destes indicadores, apesar de eles já terem sido, em larga medida, analisados em outros trabalhos. O primeiro diz respeito à diminuição da participação dos escravos na população global, que, em 1786, representavam quase 50%, passando para pouco mais de um terço, em 1821. No período de 1805 a 1808, os cativos chegaram a perder 12 pontos percentuais na sociedade mineira, uma queda que pode ser observada em todos os grupos escravos, com redução de 4.810 mulheres pardas, 4.981 mulheres pretas e 4.450 homens pardos. O mais revelador é a diminuição de 25.763 homens pretos cativos, indicando uma contração no período da importação de escravos africanos aparentemente resultante do recuo da atividade económica. Ainda assim, não convém acentuar demasiadamente o impacto desta “crise”, já que Minas continuou a ter em 1808 o maior plantel de escravos em termos absolutos da América portuguesa (BOTELHO; PAIVA, 2008, p. 13-14), mantendo esta posição até a abolição da escravatura (KLEIN; LUNA, 2010, p. 181-186). A chegada da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, certamente contribuiu para a retomada do crescimento do número de escravos, necessários a partir do momento em que Minas Gerais se tornou um dos polos abastecedores da nova capital do Império português.

Todavia, apesar de apresentar o maior contingente em termos absolutos de cativos da América portuguesa, a sociedade mineira estava longe de ser maioritariamente escrava, sobretudo porque a quantidade de homens/mulheres livres continuava a aumentar paulatinamente, com destaque para a contribuição das alforrias para isto. Algo que já foi muito realçado e debatido pela historiografia sobre Minas Gerais, que, se está de acordo quanto a ser esta uma especificidade da capitania, diverge em muito quanto às suas explicações (PAIVA, 1995; LIBBY, 2003; STUMPF, 2014).

Enfim, o conjunto dos dados compulsados permite formular hipóteses mais gerais. Sabemos que entre a população imigrante forçada de escravos africanos predominavam largamente os homens, marca ainda mais acentuada entre os migrantes europeus, que eram esmagadoramente homens solteiros, jovens e naturais do Entre Douro e Minho (LIVI-BACCI, 2002; MONTEIRO, 2009). Podemos assim considerar que as taxas de masculinidade entre as populações branca e negra traduzem de forma muita direta a imigração; consequentemente, seu declínio em termos relativos ao longo do período estudado expressa não apenas a quebra da imigração, mas também, porque acompanhado de algum acréscimo de valores absolutos, o crescimento natural da população. Ou seja, com algum exagero, podemos sugerir que o crescimento natural da população se encontra mais próximo dos números relativos à população feminina. O facto de isso corresponder ao aumento, em termos tanto absolutos como relativos, do número de mulheres brancas e mulatas e, sobretudo, à diminuição da proporção de escravos e de negros sugere que a reprodução biológica da população mineira, resultado quantitativo agregado de diversos processos de reprodução social e das mutáveis classificações de cor, se traduzia num crescimento da população livre e mulata. E, claro, da proporção de mulheres. Enfim, voltamos a defrontar, sem possibilidade de recuo, o tema da miscigenação. De algum modo, confrontar duas comarcas mineiras no período em análise traduz isso mesmo.

As comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes

Até agora temos lidado com dados globais da capitania por ser este o objetivo central a que nos propomos. Porém, não podemos esquecer que as comarcas guardavam grandes diferenças entre si, as quais podem ser notadas, inclusive, na forma como elas vivenciaram as mudanças deste período (1776-1821). Por esta razão, propomos como exercício analítico observar os dados referentes a duas comarcas justamente por apresentarem trajetórias opostas: com Vila Rica a perder sua projeção e apresentar um recuo demográfico de cerca de 4%; e Rio das Mortes a ganhar visibilidade em função do seu dinamismo econômico e ter um aumento populacional de 158% (Tabelas 5 e 6).

Segundo Herculano Mathias, que editou o recenseamento de 1804 da capital da comarca de Vila Rica, de igual nome, esta Vila atravessava uma fase de estagnação, sendo este também o testemunho de John Mawe para quem a Vila conservava em 1809 “uma sombra do (seu) antigo esplendor” (MATHIAS, 1969, p. VII-IX). Entretanto, se podemos falar em contração econômica, não parece que a comarca tenha passado por uma fase propriamente nebulosa. Como lembra Mathias, Vila Rica manteve-se como a capital administrativa e provavelmente ali continuavam a residir famílias com alguma fortuna.

TABELA 5
População, por gênero, segundo cor
Comarca de Vila Rica – 1776-1821

Cor	Homens		Mulheres		Razão de sexo (1)
	N	%	N	%	
1776					
Brancos	7.847	9,99	4.832	6,15	162,39
Pardos (2)	7.981	10,16	8.810	11,22	90,59
Pretos	33.861	43,12	15.187	19,34	222,96
Subtotal	49.689	63,29	28.829	36,71	172,35
TOTAL			78.518		
1821					
Brancos	6.645	8,79	6.691	8,85	99,31
Mulatos	11.310	14,96	18.192	24,07	62,17
Pretos	19.291	25,52	13.441	17,79	143,71
Subtotal	37246	49,29	38324	50,71	97,18
TOTAL			75.570		
Taxa de crescimento 1776-1821 (%)			-3,9		

Fonte: AHU /MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774).

(1) Número de homens para cada 100 mulheres.

(2) Quanto às categorias raciais, a única diferença entre os mapas de 1776 e 1821 é a utilização do vocabulário *pardos/as* e *mulatos/as*, respectivamente, para representar o mesmo grupo.

Quando em 1804 se lançou um donativo para ajudar a custear as despesas militares do Reino, a comarca contribuiu com 21,35% do que foi arrecadado em toda capitania, bem abaixo da comarca do Rio das Mortes responsável pela contribuição de 35,92%. Este é um dado importante porque o cálculo da contribuição era feito à semelhança do imposto de capitação que vigorou de 1736 a 1750.¹⁴ Nesse sentido, parece bastante óbvia a superior-

¹⁴ Um imposto *per capita* calculado à proporção do número de escravos.

ridade económica desta última. Porém, na listagem dos que fizeram “doações voluntárias, excedendo a quota para eles fixada”, Vila Rica contava com 13 indivíduos “mais favorecidos da fortuna” e mais solidários, diga-se de passagem, enquanto na comarca do Rio das Mortes contava-se apenas um (MATHIAS, 1969, VI).

Fortunas concentradas e consolidadas na capital da capitania e dispersas na comarca do Rio das Mortes? Talvez. Mas o que importa observar, como sugerem os números da contribuição (obrigatória), é que no Rio das Mortes o contingente de escravos era superior. Informação indispensável em nosso caso por possuímos apenas um mapa demográfico para esta localidade que nos fornece dados sobre o estatuto jurídico da sua população.

TABELA 6
População, por género, segundo cor
Comarca de Rio das Mortes – 1776-1821

Cor	Homens		Mulheres		Razão de sexo (1)
	N	%	N	%	
1776					
Branços	16.277	19,66	13.649	16,49	119,25
Pardos (2)	7.615	9,20	8.179	9,88	93,10
Pretos	26.199	31,65	10.862	13,12	241,19
Subtotal	50.091	60,51	32.690	39,49	153,23
TOTAL		82.781			
1821					
Branços	42.420	19,88	35.355	16,55	119,98
Mulatos	23.973	11,23	23.760	11,12	100,89
Pretos	59.341	27,80	28.688	13,42	206,99
Subtotal	125.734	58,88	87.803	41,12	143,20
TOTAL		213.537			
Taxa de crescimento 1776-1821 (%)		157,9			

Fonte: AHU / MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774).

(1) Número de homens para cada 100 mulheres.

(2) Quanto às categorias raciais, a única diferença entre os mapas de 1776 e 1821 é a utilização do vocabulário *pardos/as* e *mulatos/as*, respectivamente, para representar o mesmo grupo.

Vila Rica, entretanto, apresentou redução de cerca de 40% de cativos, em particular os do sexo masculino, e também das pretas (Tabela 7). Tendo sofrido o declínio da extração do ouro, provavelmente não necessitou recompor sua mão de obra escrava para outras atividades. Se, em 1776, os cativos correspondiam a 56,16% (uma porcentagem mais elevada do que a média da capitania), mais de 40 anos depois eles eram 35,64%. Entretanto, era este praticamente o valor registrado em 1821 para a capitania como um todo e para a comarca do Rio das Mortes, separadamente. Mas Vila Rica não acompanhou as transformações da mesma forma que as outras comarcas. Se os escravos ainda mantinham um percentual acima dos 35%, é preciso não esquecer que, entre os livres, alguns grupos tiveram uma queda em termos absolutos, como foi o caso dos homens brancos e pardos. A par desta característica tão singular, na sociedade de Vila Rica as mulheres cresceram em termos absolutos e relativos, chegando mesmo a contribuir para que a razão de sexo estivesse muito próximo dos 100. Nesta região também o crescimento do número de mulatas forras é maior do que todos os demais grupos (por género e cor), confirmando

mais esta característica de Minas Gerais, que, no entanto, será contrariada na comarca do Rio das Mortes. Ao que parece, é a comarca de Vila Rica que mais se aproxima do que foi vivido em Minas Gerais neste intervalo de 1776-1821: o aumento da população feminina e do grupo racial dos pardos e a redução em termos proporcionais do número de cativos, ainda que tudo isso ocorresse de forma muito mais extremada.

A comarca do Rio das Mortes, ao contrário, viveu um período de grande crescimento económico e demográfico, cuja exuberância os números bem indicam. Em meio século, a população cresceu cerca de duas vezes e meia (taxa de 157,9%), em boa medida por conta da imigração de pessoas classificadas com todas as cores, provenientes provavelmente não apenas de outros continentes, mas também de outras capitanias americanas. Isso explica o fato de a taxa de masculinidade ter se mantido muito alta, equivalente à de 1776. O aumento da proporção das mulheres só se observou no grupo dos pretos e, mesmo assim, a razão de sexo era tão elevada (206,99) que se trata apenas de uma pequena redução da diferença numérica entre os géneros no interior deste grupo. Por outro lado, também aqui o grupo que mais cresceu foi o dos pardos/as, assim como o das mulheres brancas, como vimos que ocorria para Minas Gerais na sua totalidade. Com a expansão da agropecuária em função do mercado carioca a partir de 1808, Rio das Mortes irá concentrar a maior parte da população de Minas, com 46,77% dos escravos da capitania a viver nesta comarca. Trata-se de inversão do eixo económico de Vila Rica para Rio das Mortes que se reflete nos dados demográficos da unidade administrativa a que pertenciam: Minas Gerais (ALMEIDA, 2005, p. 141).

TABELA 7
População cativa, por género
Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes – 1776-1821

Anos	Vila Rica			Rio das Mortes		
	Homens	Mulheres	% (1)	Homens	Mulheres	% (1)
1776	32.271	11.815	56,14			
Total	44.086					
1821	16.963	9.973	35,64	58.087	26.908	39,81
Total	26.936			84.995		
Taxa de crescimento	-38,9					

Fonte: AHU /MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774).

(1) Em relação à população total da respectiva comarca.

Conclusões

Os mapas de população produzidos para Minas Gerais colonial são escassos mas suficientemente informativos de 45 anos da sua história e das diferenças existentes entre suas comarcas, em particular as de Vila Rica e Rio das Mortes. A forma como se processou o crescimento da população, nestes anos, suscitou mudanças consideráveis, alterando em parte a configuração da sociedade mineira. A ponderação aqui é mais do que necessária. Afinal, como vimos, Minas Gerais tornou-se mais mestiça e com uma percentagem

maior de mulheres, em todos os grupos sociais, assim como reduziu em termos relativos o número de escravos de ambos os sexos. Todavia, se o seu crescimento se processou de uma forma diversa da que vinha ocorrendo até então, a capitania manteve em 1821 muitas das características que possuía em 1776. Continuou a ter uma população eminentemente de cor, com o predomínio neste grupo dos homens classificados como pretos, bem como a ser maioritariamente masculina e com o maior plantel de cativos do Brasil, em termos absolutos. Ou seja, as tendências de evolução da população mineira não bastaram para desfazer as características globais desta sociedade.

A evolução deste crescimento populacional ajuda a perspectivar as transformações económicas em um período no qual a decadência da produção aurífera foi uma constante, assim como a capacidade de Minas Gerais de se recompor e de se dinamizar (em grande parte devido à diversificação económica de há muito marcante). Com uma produção voltada eminentemente para o mercado interno e, a partir de 1808, também para o abastecimento da Corte no Rio de Janeiro, já não havia tanta necessidade de importar mão de obra escrava africana com a mesma intensidade do que no auge minerador. Como consequência, reduziu-se a imigração deste grupo, visível no exíguo crescimento do número de pretos, como eram referidos, e na diminuição em termos absolutos dos escravos. Também a imigração de homens brancos, para usar a terminologia das fontes, vindos sobretudo diretamente de Portugal mas também de outras capitanias, sofreu uma contração dada a falta de atrativos económicos na região comparáveis ao ouro.

Assim, é seguro dizer que o aumento populacional das Minas Gerais, neste período, deveu-se sobretudo a um crescimento natural responsável pela maior miscigenação e pelo aumento do número de mulheres. Não há dúvida de que estas mudanças foram de grande monta mesmo que não tenham alterado o predomínio dos grupos, divididos por cor/gênero, globalmente. Tomando um exemplo entre tantos, a feminização da sociedade mineira não reverteu o predomínio de homens, embora elas tenham passado de 37,6% para 45,2% da população, ou seja, quase chegaram a atingir uma igualdade numérica.

As transformações produtivas e a dinamização de outras regiões, que não a comarca de Vila Rica, mudaram a sociedade mineira, assim como as transformações advindas de um contexto mais global que atingiram todo o Império luso, sobretudo a América portuguesa. As conexões que se sugeriram entre razão de sexo, estatuto jurídico e cor da população, por um lado, e crescimento natural e imigração, por outro, constituem uma das vertentes que se exploraram neste estudo.

Referências

Arquivo Histórico Ultramarino – fontes manuscritas

Capitania da Bahia:

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 55, Doc 10700-10701. Disponível em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>>. Acessado em: 12 dez. 2016.

Capitania de Goiás:

AHU_ACL_CU_008, Cx:27, Doc:1737

Capitania do Maranhão:

AHU_ACL_CU 009; Cx:50, Doc:4951

Capitania de Minas Gerais:

Cx:42, Doc:62

Cx:42, Doc:63

Cx:44, Doc:85

Cx:55, Doc:39

Cx:70, Doc:41

Cx:98, Doc:53

Cx:108, Doc:9

Cx:112, Doc:11

Cx:120, Doc:15

Cx:144, Doc:18

Cx:147, Doc:55

Cx:154, Doc:42

ALDEN, D. The population of Brazil in the late century: a preliminary study. **Hispanic American Historical Review**, v. 43, n. 2, p. 176-177, May 1963.

ALENCASTRE, J. M. P. Annaes da Provincia de Goyaz. **Revista do Instituto Historico Geografico e Ethnografico do Brasil**, tomo XXVII, parte segunda, 1864. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsdlF0eUdheWdkd1k/view>. Acesso em: 2 nov. 2016.

ALMEIDA, C. M. C. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Locus: Revista de História**, v. 11, n. 1/ 2, p. 137-160, 2005.

_____. **Ricos e pobres em Minas Gerais**. Produção e hierarquização social no munco colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

BERGARD, L. **Slavery and the economic and demographic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888**. New York: Cambridge University Press, 1999.

BOTELHO, T. R. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica; Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, D. C.; FURTADO, J. F. (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablue, 2006. p. 195-222.

_____. Estimativas da população. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. **Anais...** Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 9 a 11 de setembro de 2013.

_____. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. **Anais...** Caxambu: Abep, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/issue/view/32/showToc>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BOTELHO, T. R.; PAIVA, C. A. Políticas de população no período joanino. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: Abep, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1404.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BUCCIFERRO, J. A forced hand: natives, Africans, and the population of Brazil, 1545- 1850. **Revista de Historia Económica**, v. 31, n. 2, p. 285-317, September 2013. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0212610913000104>. Acesso em: 12 dez. 2016.

“CARTA do Sr. Martinho de Mello e Castro com a relação que Sua Majestade manda formar dos habitantes desta Capitania”. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. X, p. 421-3, 1963.

- COSTA, I. N. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPEUSP, 1979.
- COSTA, I. N.; LUNA, F. V. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FIP-USP, 1982.
- CURTO, J. C.; GERVAIS, R. R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. **Topoi, Revista de História**, p. 85-138, mar. 2002. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi04/04_artigo04.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2016.
- ESCHWEGE, G. B. de. Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 4, p. 737-762, 1899.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- FURTADO, J. F. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. **História da Historiografia**, v. 2, p. 116-162, 2009. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/11/11>>. Acesso em: 11 out. 2016.
- GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (Org.). **História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Slavery in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho numa economia escravista, Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, D. C. et al. **História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015.
- LIBBY, D. C.; BOTELHO, T. Filhos de Deus. Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia História**, v. 20, n. 31, p. 69-96, jan. 2003.
- LIBBY, D. C. As populações escravas das Minas Gerais: um balanço preliminar. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 407-438.
- LIMA JÚNIOR, A. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- LINHARES, M. Y. L. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL. **Anais...** Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.
- LIVI-BACCI, M. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/search/search?simpleQuery=bacci&searchField=query>>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- MARCÍLIO, M. L. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina – América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, v. 2, 2004. p. 311-338.
- MATHIAS, H. G. **Um recenseamento na capitania de Minas Gerais**. Vila Rica –1804. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.
- MATOS, P.; SOUSA, P. S. A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820. **Memória, Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, n. 25, p. 73-103, enero/abril 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/392945>>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- MÓL, C. C. Vendendo desordens e comprando liberdade: a inserção das mulheres forras em Vila Rica, 1750-1800. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. **Anais...** Diamantina, MG: Cedeplar, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A002.PDF>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

MONTEIRO, N. G. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. **Tempo**, v. 14, n. 27, p. 51-67, 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n27a05.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

MORAES, F. B. de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 55-86.

PAIVA, E. F. **Escravos e libertos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1995.

POPULAÇÃO da Província de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 4, p.294-296, 1899.

ROCHA, J. J. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais (1776)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, A. C. A. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. de A. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009. p. 143-152.

SOUZA, L. M. **O Sol e a sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STUMPF, R. G. **Filhos das Minas, americanos, portugueses**. Identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792). São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

_____. **Os cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014.

WAGNER, A. P. Política e população no Império português: Moçambique no último quartel do século XVII. In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. de A. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009. p. 399-411.

Sobre a autora

Roberta Giannubilo Stumpf é doutora em História Social pela Universidade Federal de Brasília (UnB). Subdiretora e investigadora integrada do Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores.

Endereço para correspondência

Rua Borges Carneiro, 19 2DTO
1200-617 – Lisboa, Portugal

Abstract

Minas counted in number: Capitania of Minas Gerais and the Demographic sources (1776-1821)

The “population tables” available since the 1770’s shed new light on a period in the history of Minas Gerais which was particularly important for the transformations experienced in very different fields. Based on information gathered in these documents, this paper focuses on the transformations of Minas Gerais’ economy as well as the redefinition of that society in a period

in which captaincy gains a new profile, yet maintaining its fundamental role in the dynamics of the center-south of Portuguese America.

Keywords: Mining economy. Colonial populations. Population statistics. Brazil. 18-19th centuries

Resumen

Minas contada em números: la capitania de Minas Gerais y las fuentes demográficas (1776-1821)

Los “mapas de población” producidos a partir de la década del setenta del siglo XVIII contribuyen al análisis de un período de la historia de Minas Gerais que fue especialmente importante por todos los cambios experimentados en ámbitos muy diferentes. Con base en los datos que proporcionan estos documentos, el presente artículo analiza las transformaciones en la economía minera y la redefinición de aquella sociedad en un período en el cual Minas Gerais gana un nuevo perfil, al mismo tiempo que mantiene su papel fundamental en las dinámicas centro-sur de la América portuguesa.

Palabras clave: Economía minera. Población colonial. Estadísticas de población. Brasil. Siglos XVIII-XIX.

Recebido para publicação em 30/01/2017

Aceito para publicação em 13/09/2017

As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII*

Carlos de Almeida Prado Bacellar**

Ao tomar posse do governo da capitania de São Paulo em 1765, o Morgado de Mateus instaurou um processo de expansão do povoamento. A crise da economia colonial e os conflitos com os castelhanos exigia a intervenção da coroa, que buscava implantar novas atividades econômicas e preparar a defesa do território. Ao criar vilas e povoados, o governador buscou reunir indivíduos que classificava como desregrados e os enviou, algumas vezes à força, para serem os pioneiros nestas áreas de fronteira. Muitos desses povoadores eram indígenas, considerados vadios, e que deviam ser submetidos ao novo modelo de organização social proposto pela coroa. Este esforço pode ser avaliado a partir das listas nominativas de habitantes de três destas iniciativas de povoamento: São Luiz do Paraitinga, Piracicaba e o Caminho de Goiás. A análise do perfil dos indivíduos instalados nestas novas povoações permite melhor entender as estratégias de organização da população colonial desejadas pela coroa.

Palavras-chave: População. Povoamento. Fronteira.

* Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, financiada pelo CNPq por meio do projeto de Produtividade em Pesquisa “História da Família e Regimes Demográficos em uma Vila Colonial Paulista: Itu, 1684-1890”.

** Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil (cbacellar@usp.br).

Introdução

O governo do futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, durante o reinado de D. José I, foi marcado por uma série de iniciativas administrativas voltadas para a melhoria da gestão dos domínios portugueses na América (MAXWELL, 1996). Os primeiros sinais da decadência da extração do ouro já eram perceptíveis na segunda metade da década de 1760 e impunham, aos olhos do poderoso primeiro-ministro, a necessidade de novas políticas econômicas para o Ultramar. Além disso, o recrudescimento dos conflitos com os castelhanos na região do Prata acendera o alerta em Lisboa: era preciso, também, fortalecer áreas que poderiam ser cruciais na defesa do território no caso de incursões mais ousadas do inimigo no rumo das regiões auríferas.

A tentativa das coroas de Espanha e Portugal de atualizar o tratado de Tordesilhas por meio do tratado de Madrid, de 1750, fracassara. O tratado de El Pardo, de 1761, anulava os acordos entre as partes, e a situação dos vastos territórios coloniais permaneceria no limbo até finalmente ser resolvida com o tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Portanto, em Lisboa persistia o temor em torno da posse das terras do sul, envolvendo a Colônia do Sacramento e as missões jesuíticas, bem como a insegurança de domínio dos descobertos auríferos sítios para além dos limites de Tordesilhas.

Nesta nova conjuntura, a capital do Vice-Reino é transferida para o Rio de Janeiro em 1763, fortalecendo a presença do poder régio nas partes meridionais da colônia. Iniciativas ainda anteriores ao Tratado de Madrid já haviam deixado claras as intenções lusas de avançar para além de Tordesilhas e enfrentar os castelhanos. A criação de duas novas capitanias, Goiás e Mato Grosso, ainda em 1748, fora um forte indicativo de que a coroa portuguesa desejava fincar pé em terras que, por direito, ainda seriam castelhanas.

É nesse contexto que se resolve restaurar a autonomia da capitania de São Paulo, que fora extinta em 1748 e transformada em parte do governo do Rio de Janeiro. Reestabelecida a capitania em 1765, um governador é nomeado, na figura do Morgado de Mateus, D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão. O fracasso evidente dos esforços de demarcação das fronteiras coloniais entre as duas coroas ibéricas passara a demandar atenções redobradas sobre as áreas mineradoras e suas vizinhanças. Era preciso, mais do que nunca, fixar e aumentar a população, garantindo o crescimento da economia, seu maior controle e, em especial, a facilidade de recrutamento de tropas (LARA, 2007, p. 240).

Os comentários coevos sobre o estado de decadência da capitania de São Paulo são sobejamente conhecidos, posto que o Morgado mencionou tal situação repetidamente em inúmeras cartas enviadas à Corte, mostrando-se imbuído de sua missão de transformar a capitania em posse mais produtiva (BELLOTTO, 2007a).¹ A historiografia tem mostrado, já há certo tempo, que a noção de decadência foi mais uma figura de linguagem política adotada pelo governador e pela pequena elite local, em busca de apoio metropolitano

¹ As opiniões do Morgado sobre São Paulo e as necessidades de promover as reformas também podem ser encontradas na correspondência que trocou com sua esposa (BELLOTTO, 2007b).

(SERRATH, 2007, p. 93; MEDICCI, 2010, p. 30). Claro está que a capitania de São Paulo não se comparava à riqueza de suas congêneres do Nordeste açucareiro; era periférica e com uma economia diminuta. Mas já era um celeiro a abastecer o entorno desde o século XVII (MONTEIRO, 1994) e passava por um perceptível processo de mercantilização (BLAJ, 2002).

A noção de decadência implicaria em momento anterior de fausto, que nunca ocorreu nas paragens de São Paulo, sempre, desde o século XVI, às voltas com uma atividade econômica de pequena monta, baseada em uma população rarefeita, lastreada na escravidão indígena e especializada em produzir alimentos. Uma zona de fronteira, marcada pela atividade de apresamento desses indígenas, autêntico extremo do espaço colonial, com acesso restrito ao mercado atlântico. Uma população que, todavia, crescera continuamente desde princípios do século XIX, não sendo, portanto, “drenada” pela pujança da mineração (MARCÍLIO, 2000).

Não era uma região decadente, portanto, mas sim de uma continuada simplicidade econômica, que o governador recém-empossado pretendia alterar. O Morgado chega, assim, a São Paulo em 1765 com uma profusão de propostas reformistas: promover a agricultura, povoar, reunir os habitantes em vilas, organizar as milícias, atentar para o perigo dos castelhanos, dentre outras. Criar vilas foi uma de suas prioridades, que perseguiria com afinco, conforme as orientações emanadas de Lisboa. Ele buscou reunir possíveis povoadores para tais iniciativas, instalando-os em pontos do território que julgava estratégicos para o desenvolvimento da capitania (BELLOTTO, 2007a). Apoiava-se, nessa ação, em Carta Régia de julho de 1776, em que o monarca ordenava que

[...] todos os homens que nos ditos sertões se acharem vagabundos ou em sítios volantes, sejam obrigados a escolherem lugares acomodados, para viverem juntos em povoações civis que pelo menos tenham cinquenta fogos para cima (SÃO PAULO, 1940).

Ou seja, imaginava-se recorrer a indivíduos que, de acordo com um olhar crítico, poderiam ser mais bem aproveitados, tornando-se vassallos mais úteis à coroa.

Sua preocupação em fortalecer ou criar vilas foi uma constante de seu governo. Em ofício encaminhado a Lisboa, ainda em 1766, o Morgado fez um rápido diagnóstico daquilo que encontrara:

As Vilas e Povoações Civis que tem esta Capitania quase todas as fundaram os primeiros Povoadores; aquelas de que pude alcançar a sua fundação quase todas foram feitas no tempo dos Donatários, e antes do descobrimento das Minas; a última que se fundou foi Pindamonhangaba, a qual foi feita vila por ordem de Sua Majestade de dez de Julho de 1705 [...]; desde esse tempo para cá não houve mais fundação alguma; porém algumas Vilas são Povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nelas se conservam, são os que têm sítio mais perto, porque os que os tem longe só acodem à Vila pelas festas do ano, ou em solenidades maiores, fora destes casos vão seguindo o mato virgem.²

² Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras, São Paulo, 23 de dezembro de 1766 (SÃO PAULO, 1896, p. 4).

Sob sua ação, foram fundadas 15 novas povoações em locais considerados estratégicos: Faxina (atual Itapeva); Itapetininga; Apiaí; Registro (atual Lapa, PR); Lages (SC); Iapó (atual Castro, PR); São Roque; Araripa (próxima à atual Cananéia); Guaratuba (PR); Sabaúna (bairro da atual Cananéia); Atibaia; Mogi Mirim; São José dos Campos; Escada (atual Guararema); São Luiz do Paraitinga; Caraguatatuba; Paraibuna; Piracicaba; Campinas; e Presídio do Iguatemi (BELLOTTO, 2007a, p. 169-170). A proposta da presente análise é justamente observar a ação do Morgado em reunir os habitantes e promover o povoamento por meio do incentivo oficial.³ Para tanto, são enfocadas duas dessas 15 áreas de povoamento fronteiriço, em que o processo de expansão da fronteira agrícola ocorria na época de seu governo, no esforço de detectar quem eram esses povoadores e como as intenções manifestadas pelo governador foram colocadas em prática. Examina-se, também, uma área cuja ocupação precede a gestão do Morgado em cinco décadas, o Caminho de Goiás, para fins de comparação. Visamos, assim, verificar, para essas três áreas, seus perfis populacionais e étnicos, suas ocupações e a estrutura das famílias e domicílios, buscando melhor conhecer quem eram os aventureiros que se prontificavam – ou eram obrigados – a se dirigir para áreas remotas, recém-desbravadas e em processo de incorporação à economia da capitania. Áreas fronteiriças, portanto, em uma capitania periférica do espaço colonial português na América.

Metodologia

Para viabilizar esta análise, recorreremos a uma fonte documental básica: as listas nominativas anuais de habitantes.⁴ Esta importante série documental começou a ser elaborada justamente por iniciativa do Morgado de Mateus, a partir de 1765, em seu esforço para conhecer a população da capitania, de maneira a melhor traçar suas estratégias de expansão do povoamento, fixação dos povos, aumento da economia e recruta para o serviço militar. São fontes que retratam de maneira excepcional as três áreas fronteiriças que aqui consideramos: São Luiz do Paraitinga, com listas próprias (1774 e 1776); o Caminho de Goiás, como parte da lista de Mogi Guaçu (1775 e 1776); e Piracicaba, como parte da lista da vila de Itu (1773 e 1775). O Caminho de Goiás não está incluído no rol das povoações criadas pelo Morgado, sendo uma rota que unia a capitania de São Paulo ao descoberto de ouro de Goiás. No caso, a intenção foi identificar o perfil dos moradores que viviam esparsos por um caminho que era, a bem da verdade, uma fronteira em suas duas margens. Uma fronteira pontilhada por pequenos pousos distribuídos ao longo de seu percurso, que timidamente exploravam as terras vizinhas. Portanto, nosso foco será voltado para três iniciativas que, por si só, são relativamente distintas.

³ Para uma análise da política de ereção de vilas seguida pelo Morgado de Mateus, ver Derntl (2012).

⁴ A correspondência oficial do capitão general publicada na coleção dos Documentos Interessantes foi também integralmente usada para os fins deste artigo. Como se trata de uma análise ainda em desenvolvimento, futuramente a investigação buscará rastrear o tema na preciosa documentação do Conselho Ultramarino, disponível por meio da Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

A vila de São Luiz do Paraitinga

A vila de São Luiz do Paraitinga teve sua fundação expressamente mandada pelo Morgado de Mateus para povoar a região erma existente entre as vilas de Taubaté, no vale do Paraíba, e a litorânea Ubatuba, de maneira a criar ponto de apoio para a passagem de tropas que se dirigissem ou voltassem do litoral.⁵ Temos, aqui, um processo de ocupação de área já cercada de terras povoadas, que ficara inexplorada por conta de sua topografia relativamente íngreme. Seu povoamento ocorreu de maneira bastante documentada, havendo inclusive registro da distribuição dos lotes de terra e da ereção da vila.

Em 1769 o Morgado nomeou Manuel Antonio de Carvalho “Povoador e Fundador” da nova vila. Conclamava, conforme Carta Régia, que pelo menos 50 casais se inscrevessem para a empreitada, garantindo-se dez anos de isenção de recrutamento para os homens e a concessão de terras.⁶ Além disso, ele expediu ordem aos oficiais de milícias e à Justiça para que tomassem

[...] toda a diligência para que aqueles que estiverem arranchados em terras alheias e se quiserem mudar, lhes comprem os senhorios as suas benfeitorias e aos vadios, carijós, vagabundos e habitadores de sítios volantes em parte desertos, obrigarão a que se recolham e vão povoar a dita Povoação (SÃO PAULO, 1901, p. 1).

No auto de ereção da vila, datado de 31 de março de 1773, 58 indivíduos, hipoteticamente chefes de família, assinaram como povoadores iniciais.⁷ O sucesso da proposta pode ser aferido por meio da lista de habitantes do ano seguinte, 1774, a primeira realizada para a nova vila: 147 domicílios recenseados. Em 1776, o número de fogos diminuiu para 134, possivelmente por critério do recenseador de incluir famílias agregadas dentro de outros domicílios, prática usual nas listas (BACELLAR, 2001, p. 194). Seja como for, em 1776, a vila já contava, entre livres e escravos, com 831 moradores, um número bastante significativo para um projeto colonizador de poucos anos. Esta população era composta quase que totalmente por pequenos lavradores, que vinham desbravar as terras recém-recebidas ou apossadas.

A lista de habitantes de 1776 é bastante minuciosa em apontar as doenças dos povoadores. Há 110 menções a males que afligiam as pessoas, com certos indivíduos acumulando mais de um mal. Papudo, “doente”, falta de vista, doença nos olhos, surdo,

⁵ Originalmente, a vila foi batizada como São Luis e Santo Antonio do Paraitinga, mas rapidamente perdeu essa dupla invocação. Nas proximidades também foi fundada a vila de Paraibuna, além de surgir um pequeno bairro anexo a São Luiz, que ficou conhecido como freguesia do Facão, atual cidade de Cunha. Todos os três núcleos foram instalados nos contrafortes da Serra do Mar, entre esta e a planície do rio Paraíba. São Luiz situa-se a cerca de 180 km a nordeste da cidade de São Paulo, distando cerca de 300 km do Rio de Janeiro.

⁶ A isenção do recrutamento certamente foi ignorada pelo sucessor do Morgado, Martim Lopes Lobo de Saldanha. Diversas cartas que este dirigiu às autoridades da vila tratam de problemas de recusa ou fuga da convocação para servir. Ver, por exemplo, as cartas dirigidas à Câmara e ao Sargento Mor da vila, datadas de 25 de agosto de 1775 (SÃO PAULO, 1954, p. 66-68).

⁷ “Auto de ereção da vila de São Luiz do Paraitinga”. Ofícios das Câmaras de Jacareí, Bragança, São Luiz, Atibaia, São José, Taubaté e Mogi das Cruzes, 1721-1822. Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº de ordem C00233.

achaques e “obstruto” são as menções mais comuns, que caracterizam as más condições de saúde de populações do passado.

Dos 134 domicílios de 1776, 82 (57%) contavam apenas com famílias nucleares, sem a presença de agregados e escravos, com uma média de 4,6 indivíduos em cada domicílio. Lamentavelmente, nenhuma lista de habitantes até princípios do século XIX indica a cor dos moradores, o que impede de verificar se indígenas ou forros foram incluídos no desbravamento das terras luizenses. A presença de escravos era diminuta nesse início de povoamento, compondo somente 20% da população total (185 indivíduos). Desse total de escravos, 39,5% eram crianças de até 13 anos de idade e adultos com mais de 50 anos, resultando que somente 112 cativos estavam em tese aptos para o trabalho, embora alguns fossem declarados doentes: papudo, aleijado, gota coral, mal de Lázaro, quebrado de baixo. Poucos escravos e raras escravarias de alguma expressão; dos 44 domicílios escravistas de 1776, apenas cinco contavam com dez ou mais cativos. Um perfil escravista caracterizado pela ausência da grande lavoura monocultora escravista, centrado na produção de alimentos. O relevo acidentado e o clima de montanha, por vezes frio, não permitiram o sucesso expressivo da lavoura açucareira, que ali permaneceu de maneira pouco significativa nas décadas subsequentes. São Luiz do Paraitinga transformar-se-ia em zona produtora de suínos, vendidos vivos ou transformados em toucinho. Milho, algodão e tabaco também tiveram algum destaque na produção local.⁸

As raras escravarias de maior expressão também se voltavam para a produção de gêneros básicos. O maior dos plantéis pertencia ao português natural de Lamego, Gerônimo de Campos Moreira. Ele contava com 23 cativos, mas este número é inteiramente enganoso, pois somente oito desses escravos podiam ser considerados inteiramente aptos para o trabalho: treze crianças se faziam presentes, prováveis filhos das quatro escravas que viviam na propriedade. Apesar da presença diminuta de escravos na nova vila, a razão de sexo era de 185, sugerindo o acesso ao tráfico; se considerarmos somente os adultos, a razão sobe para 254, comprovando que os escravos nacionais eram minoritários mesmo em uma economia incipiente e voltada para o mercado interno.

O empreendimento proposto pelo governador teve sucesso e atraiu, principalmente, moradores das vilas próximas, do entorno do vale do Paraíba: Taubaté, Pindamonhangaba, freguesia do Facão (atual Cunha), Guaratinguetá, além de um número considerável de naturais das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Do litoral, apenas Parati teve alguma representatividade. Acrescentava-se um pouco mais de uma dúzia de portugueses, inclusive o próprio “Povoador e Fundador” Manuel Antonio de Carvalho, recenseado em 1774 como sargento mor e juiz ordinário da jovem vila.

⁸ O tabaco foi implantando em São Luiz e outras vilas do vale do Paraíba como parte de um esforço da coroa para garantir o sucesso da cultura. Em carta dirigida à Câmara de São Luiz em 27 de agosto de 1776, o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha informou que acabara de receber o “prático” enviado pelo vice-rei, “para estabelecer nessas Vilas a metódica plantação, cultura, e fábricas dos fumos” (SÃO PAULO, 1954, p. 57).

A vila de Piracicaba

O segundo foco de nossa observação é a vila de Piracicaba, às margens do rio de mesmo nome, algumas dezenas de quilômetros distante do rio Tietê, do qual é afluente.⁹ Embora haja indícios de que a região tenha sido desbravada e ralmente ocupada desde finais do século XVII, foi somente no governo do Morgado, com a criação do povoado, que ocorreu a consolidação. A ideia primeira do Morgado era criar vários entrepostos ao longo do Tietê para apoio às expedições que deveriam rumar para sua mais audaciosa empreitada, a fundação e manutenção do famoso Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, no extremo sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul. Era uma verdadeira ação de caráter diversionista para com os castelhanos, com vistas a diminuir as exitosas pressões militares que estes vinham exercendo no rio da Prata.

Para tanto, o Morgado nomeou, em 24 de julho de 1766, Antonio Correa Barbosa como “Diretor e Povoador de Piracicaba” (NEME, 1974, p. 56). Barbosa criou a povoação em 1º de agosto do ano seguinte, levando em sua companhia “administrados, vadios, dispersos e vagabundos” (NEME, 1974, p. 57). Em carta de janeiro de 1768, Morgado informa a Barbosa que lhe seriam encaminhados “os presos vagabundos que constam da relação por mim rubricada” (NEME, 1974, p. 59). Esta prática de reunir os indivíduos problemáticos e enviá-los para as novas povoações se manteve pelos anos seguintes, e não somente para Piracicaba. As listas nominativas de habitantes e a reorganização das milícias foram parte central desse projeto, pois permitiam localizar e identificar quem eram e onde viviam esses indivíduos, que aos olhos do capitão general viviam à margem da sociedade, “ociosos”, possibilitando seu recrutamento forçado para integrar as variadas experiências povoadoras.

Em carta enviada ao “Povoador de Piracicaba”, o Morgado informa, em setembro de 1771, que

[...] com esta serão entregues a Vossa Mercê os presos seguintes: Mathias Pinheiro do Pillar por andar mal encaminhado com uma mulher, deixando a sua a quem maltratava; Marta Maria de Oliveira, mulher do dito Mathias, porque andava mal encaminhada com um sujeito, e por isso se ausentou de seu marido, e Luiz da Costa de Madureira por revoltoso, levantado, mal procedido, e vagabundo; este é de Sorocaba, e de lá pode Vossa Mercê fazer conduzir a sua família, para que vão viver nessa Povoação (SÃO PAULO, 1978, p. 179).

Tratava-se, portanto, de uma política absolutamente explícita de limpeza das vilas de seus moradores tidos como problemáticos, que por uma razão ou outra não se enquadravam nos padrões do bom-viver e caíam nas malhas do governador, sedento de mão de obra a ser enquadrada e tornada útil nessas aventuras no sertão.

⁹ A proposta original do Morgado de Mateus era que esta povoação fosse estabelecida na barra do rio Piracicaba junto ao Tietê, mas posteriormente julgou-se inviável o sítio, optando-se por instalar a povoação cerca de 70 km rio Piracicaba acima, nas proximidades do famoso salto ali existente. Piracicaba situa-se a aproximadamente 150 km a noroeste da cidade de São Paulo (NEME, 1974, p. 56).

Com esta população descrita como desclassificada, Barbosa deveria não apenas fortalecer o novo povoado, mas igualmente garantir a criação de dois outros, Avanhandava e Itapura, Tietê abaixo, também visando garantir as comunicações com o Iguatemi (NEME, 1974, p. 59). Essa pretensão de garantir o acesso fluvial ao Iguatemi rapidamente cederia lugar à ideia de um caminho por terra, mais direto e simples, ainda no governo do Morgado. Desde então, Piracicaba permaneceria relativamente estagnada, pois não mais atendia aos interesses estratégicos oficiais. Os povoados propostos de Avanhandava e Itapura nem mesmo chegaram a sair do papel.

A primeira lista de habitantes de Itu que abrange a nova povoação data de 1773. Ali, sob a denominação “Moradores de Piracicaba”, foram recenseados somente nove domicílios, com um total de 183 pessoas. Apenas um destes domicílios não é descrito como possuidor de terras. Mas o mais interessante é o primeiro domicílio, o chefiado justamente por Antonio Correa Barbosa: é imenso e abrange um total de impressionantes 126 indivíduos, a maioria descrita como agregados, sendo 45 na qualidade de forros e sete como escravos. Obviamente que este grande fogo não pode ser entendido como um domicílio único, mas sim como uma forma de o recenseador apontar todos aqueles que estavam sob o mando do “Diretor e Povoador”, inclusive aqueles “vagabundos” encaminhados pelo governador. Barbosa era o líder do empreendimento e este grande contingente, provavelmente, era mantido sob seu controle direto.

Ao que tudo indica, tais forros eram, em sua quase totalidade, índios. Cotejando-se a lista de 1773 com a de 1775, verifica-se que muitos dos agregados de Barbosa foram então recenseados de maneira distinta, instalados em fogos autônomos. É por conta disso que, em 1775, surgiram 39 domicílios: pela separação desses agregados em fogos próprios, bem como pelo aumento efetivo de povoadores, agora em número de 231, pois determinadas pessoas e famílias não constavam da lista de 1773.¹⁰ Identificamos 17 fogos a mais de indivíduos que não estavam presentes em 1773, comprovando que o estabelecimento da nova povoação estava, a princípio, conseguindo atrair migrantes. Provavelmente o Morgado permaneceu com sua política de “abastecimento” de “vadios e vagabundos”, mesmo após o empreendimento piracicabano perder o seu sentido estratégico original. Estes novos moradores não conseguiam, no entanto, terras com títulos: parte declarava ocupar terras devolutas, ou seja, posseiros (14 casos), e parte dizia viver a favor de terceiros (18 casos).¹¹ Destes novos entrantes, três chefes se declararam mulatos e três, carijós. E todos os seis, significativamente, informaram viver a favor, nenhum ocupando terras devolutas. Os que entraram em terras devolutas não puderam ser mais bem identificados, mas provavelmente não se tratava nem de mulatos, nem de carijós, que eram cuidadosamente apontados pelo recenseador.

¹⁰ A comparação das duas listas mostrou-se difícil, uma vez que estes forros índios de 1773 não traziam sobrenome, fazendo, por vezes, dos homônimos casos de difícil ou impossível identificação.

¹¹ Restaram ainda cinco fogos que não declaravam lavrar terras, e dois sesmeiros, o diretor Antonio Correa Barbosa e Francisco Rodrigues, únicos que tinham títulos regulares de propriedade, por sesmaria.

Os forros de 1773 foram, em grande parte, identificados na lista de 1775 e descritos como carijós. São ditos forros por conta da proibição definitiva da escravidão indígena de 1755, embora tudo indique que tenham sido levados para Piracicaba por ordens do governador, e sob o comando de Barbosa, enquanto comandante da milícia de ordenanças local.¹² Foi inegavelmente um movimento forçado, não voluntário.¹³ Não por outro motivo estão divididos, dentro desse imenso fogo, em três blocos, cada qual encabeçado pelo nome de um cabo de esquadra. O povoamento estava se dando de acordo com uma formatação das milícias, com suas hierarquias, encabeçada pelo próprio Barbosa. É nesse sentido que o Morgado parece comentar, em carta de 1768, que os vagabundos seriam entregues a Barbosa, de modo que este deles “tomará conta, para os arrancar, e governar”.¹⁴

No bloco do 2º cabo de ordenanças, não nomeado – talvez não tivessem conseguido alguém para ocupar o posto –, havia 34 indivíduos em 1773, com apenas três casais identificados. De um dos casais não há informações, além dos nomes e idades. Mas do casal Manuel da Costa e Isabel sabe-se que ele era mulato e, segundo seu registro de batismo, natural de São Vicente, no litoral paulista.¹⁵ O terceiro casal é Antonio Cardoso e Ana Maria, ele descrito como carijó, com uma filha, Catarina, cujo matrimônio cremos haver identificado, sendo ela descrita como mulata forra e seus pais como naturais da “Aldeia de Bory”, atestando que todos eram índios.

Os demais forros descritos em 1773 pudemos melhor identificar em 1775. Cristóvão da Cunha, casado com Luzia, é descrito como “tape” e, em seu assento de matrimônio, tem sua naturalidade informada como Missão de Santo Angelo; sua mulher é filha de administrados da vila de São Roque, ou seja, também de origem indígena. Outro casal, composto por Antonio Leite e sua esposa Inácia, é descrito como carijó. O que é interessante é o fato de indígenas ainda serem chamados de “forros” quase duas décadas após a abolição definitiva da possibilidade de sua exploração enquanto mão de obra forçada, sob a denominação de “administrados”. Alguns haviam nascido após a proibição, mas certamente havia herdado de seus pais a condição socialmente degradada de indígena forro.

Lamentavelmente, não tivemos condições de localizar, no Arquivo Público do Estado, as listagens de “vagabundos e vadios” a que se refere o governador em sua correspondência com Antonio Correa Barbosa, que nos permitiriam melhor identificar, dentre os povoadores de Piracicaba, quem havia sido classificado nessa condição. Seriam eles estes indígenas? Supomos que estes róis, enquanto anexos das cartas, não tenham sido considerados

¹² Em Portaria de 1768, o Morgado considera que “é conveniente ao Serviço de Sua Majestade [que] se engrosse de Povoadores o sertão de Ivay, e alguns, dos que seguirem ir estabelecer no mesmo, me pedem a concessão de poderem levar em sua companhia alguns carijós que andam dispersos, e que foram seus administrados” (Portaria para o Capitão mor, e juiz de Sorocaba, 30 de dezembro de 1768) (SÃO PAULO, 1901, p. 97). Tem-se a impressão, aqui, que a alforria dos antigos índios administrados não quebrava as relações de vínculo e subordinação para com seus antigos senhores.

¹³ Em despacho datado de 1768, o Morgado ordena o pagamento das despesas feitas quando da “conduta dos presos para aquela Povoação” (Despacho, São Paulo, 13 de agosto de 1768) (SÃO PAULO, 1901, p. 80).

¹⁴ Portaria para Antonio Lopes. São Paulo, 26 de janeiro de 1768 (SÃO PAULO, 1901, p. 73-74).

¹⁵ Conforme banco de dados dos assentos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos da vila de Itu, elaborado por nós a partir dos documentos disponibilizados pelo *site Family Search* (<http://familysearch.org>).

significativos pelos editores dos Documentos Interessantes para serem publicados – mas esta é apenas uma suposição, que parte do pressuposto de que tais listagens teriam sido integralmente transcritas para os livros de registros da Secretaria do Governo da gestão do Morgado de Mateus.

No geral, a lista de 1775 indica que um grande contingente de forros de origem indígena compunha parte importante da proposta de criação da nova vila, embora lavradores livres também se fizessem presentes e, ao que tudo indica, tinham acesso privilegiado à terra. Já os antigos índios administrados, agora teoricamente livres, não subordinados a um senhor que os tutelasse, encaixavam-se com facilidade na categoria de vadios e podiam ser postos a serviço das propostas de povoamento. Certamente o recurso à população de origem indígena estava vinculado às pretensões estratégicas do Morgado em relação à aventura do Iguatemi. Índios podiam ser úteis no trajeto fluvial para alcançar o presídio, seja para remar as canoas, seja para construí-las. E na nova povoação poderiam produzir alimentos para abastecer os viajantes.

Quanto aos escravos de origem africana, a lista de 1773 quase que se cala sobre sua presença. O grande fogo de Antonio Correa Barbosa aparece com os únicos sete cativos da lista, aparentemente constituindo uma família: o casal Antonio e Teresa e seus cinco filhos menores. A situação não se altera muito em 1775, pois foram registrados somente dez escravos em quatro dos 39 fogos. Novamente Antonio Correa Barbosa é o maior proprietário, com seis cativos, mas a lista apenas indica o número total, sem dar as informações nominativas por escravo. Os outros três escravistas são José Flores (dois escravos) e os irmãos Antonio Coelho da Silva (um) e Vicente Coelho (um), ambos carpinteiros.

A condição de área produtora para o abastecimento pode ser constatada pelos gêneros declarados na lista de 1775. Em primeiro lugar tem-se o milho, produzido em 34 dos 39 domicílios, num total de 1.750 alqueires, seguido pelo algodão (293 arrobas em 26 domicílios), feijão (205 alqueires em 23 domicílios) e arroz (52 alqueires em sete domicílios). A propriedade escravista de Antonio Correa Barbosa tinha peso considerável nessa produção, uma vez que respondia por 400 alqueires de milho e 80 alqueires de feijão, além de contar com 45 das 55 cabeças de gado da povoação. Não seria de se estranhar que boa parte dos índios, vadios e vagabundos citados estivesse a seu serviço, como administrador da povoação.

Pelo visto até aqui, o processo de povoamento de Piracicaba guarda algumas similitudes com o de São Luiz do Paraitinga, mas também algumas diferenças marcantes. Primeiramente, o tamanho do movimento de população envolvida com São Luiz é consideravelmente maior do que o de Piracicaba. A explicação parece ser um tanto óbvia: São Luiz do Paraitinga era um vazio no meio de uma região, o vale do Paraíba, já ocupada. Enquanto tal, a vila de São Luiz tinha a vantagem de estar próxima de vários núcleos populacionais que demandavam abastecimento, além de ter certa proximidade com São Paulo e mesmo com o Rio de Janeiro, como atestam, para datas mais tardias, a remessa de gêneros para o porto de Parati, destino óbvio para mercadorias encaminhadas para a capital do Vice-Reino.

Portanto, São Luiz, enquanto zona de povoamento, era uma fronteira muito peculiar, visto estar perto de possíveis mercados.

Esta situação geográfica distinta ditou o perfil da atividade econômica ali desenvolvida. Embora ambos os núcleos de povoamento não sejam caracterizados pela grande lavoura, em São Luiz progressivamente a criação de porcos e o cultivo de tabaco, além da produção de alguma aguardente, viriam a ser evidente resposta a uma demanda do mercado do entorno, o que não ocorria em Piracicaba.

Outra diferença marcante, a princípio, é a aparente ausência de índios no povoamento luizense, ao contrário de Piracicaba. Contudo, há a possibilidade de índios apenas não estarem sendo descritos enquanto tais pelos recenseadores de São Luiz, mas estarem presentes. Piracicaba, conforme já comentado, era porta de entrada para o sertão, para uma aventura promovida rumo ao Iguatemi tocada com afinco pelo Morgado de Mateus. Indígenas eram convenientes para aquele povoamento, pois eram úteis aos propósitos de navegação e apoio às expedições fluviais pelo Tietê. Em São Luiz esta necessidade não se fazia presente: na lista nominativa de 1773 foram identificadas apenas duas crianças administradas – portanto, indígenas –, de nomes Inácia e Pelônia, sem idades declaradas, que viviam no fogo da viúva Maria de Siqueira de Jesus. Dois anos mais tarde, apenas Pelônia permanecia no fogo, agora declarada com cinco anos de idade, mas Inácia desapareceu – talvez tenha falecido. Estas são as únicas evidências de índios em São Luiz, portanto.

Como última diferença marcante, temos o fato de São Luiz virar, de imediato, vila, enquanto Piracicaba permaneceu como simples povoado, uma freguesia, até 1822, quando finalmente foi emancipada de Itu com o nome de Vila Nova da Constituição (NEME, 1974, p. 30). Fracassado o intento do Morgado de Mateus de fazer de Piracicaba um ponto de apoio para o Iguatemi, a pequena povoação permaneceu encolhida até os primeiros anos do século XIX, quando a chegada do açúcar em suas terras criaria a riqueza a justificar sua emancipação. Nesse sentido, podemos considerar que o projeto de expansão do povoamento foi mais eficaz na vila de São Luiz.

O Caminho de Goiás

Por fim, a terceira área a ser considerada é, na verdade, o extenso trajeto do Caminho de Goiás, que parte das proximidades de São Paulo e segue no rumo noroeste até cruzar o rio Grande, ao norte, alcançando a região aurífera de Vila Boa, na capitania de Goiás. Sua abertura formal se deu por conta da descoberta do ouro goiano, em 1725. Entre 1726 e 1736, nada menos do que 67 sesmarias foram concedidas ao longo de seu trajeto (LAGES, 1996, p. 23-25); muito anteriormente, portanto, ao governo do Morgado de Mateus. A maioria dessas sesmarias não foi demarcada e ocupada, pois haviam sido concedidas a desinteressadas autoridades da capitania como forma de indicar que havia interesse oficial na manutenção dessa estrada. Não vingaram, mas as margens dessa rota acabaram sendo ocupadas de maneira rarefeita por pousos a intervalos regulares, onde alguns moradores

se instalaram com seus ranchos e se especializaram em abastecer e dar guarida aos viajantes e tropeiros que por ali passavam. Na década de 1770, a situação em nada havia mudado: com o rápido esgotamento do ouro goiano, a população às margens do Caminho permaneceu em modorrenta estabilidade, de maneira que a passagem das décadas pouco alterou o perfil dos habitantes locais, retratando-os, talvez em geração sucessora, nas mesmas condições da década de 1720. Assim, torna-se viável observá-la e analisá-la, comparativamente com as demais áreas consideradas.

O recenseamento da população instalada ao longo do Caminho de Goiás se fazia a partir de Mogi Guaçu, com cada pouso e seus respectivos fogos retratados até a fronteira da capitania, no Rio Grande. Das duas listas consideradas, 1775 e 1776, somente a segunda aponta com precisão, pela primeira vez, os pousos e seus respectivos nomes pelos quais eram conhecidos, bem como o número de fogos em cada um e seus respectivos ocupantes. Um total de 79 fogos, distribuídos ao longo de aproximados 300 km de rota, sendo que 16 pousos possuíam apenas um fogo e 13 tinham dois fogos.

TABELA 1
Pousos ao longo do Caminho de Goiás – 1776

Pouso	Fogos	Pouso	Fogos
Itaquy	5	Rio Pardo	3
Rio das Pedras	2	Lages	2
Taquaranduba	2	Pinheirinho	1
Itapeba	20	Araraquara	2
Jaguari	1	Mato Grosso	1
Aberaba	2	Paciência	1
Olhos d'Água	3	Sapucaí	1
Cocais	1	Bagres	1
Quilombo	2	Boqueirão	1
Pissarão	3	Posse	2
Barreiro	2	Ressaca	2
Ribeirão	2	Monjolinho	1
Capão	1	Ribeirão	1
Estiva	1	Calção de Couro	1
Tambaú	1	Rio das Pedras	3
Paciência	2	Rocinha	1
Pederneiras	2	Rio Grande	1
Cercado	2		

Fonte: Lista Nominativa da Vila de Mogi Guaçu, 1776.

Somente 16 fogos continham escravos, que somavam 60 indivíduos; sua distribuição era irregular. O maior proprietário escravista do Caminho era José Nunes da Silva, morador do pouso do Calção de Couro, que possuía 11 – a lista não os nomeia – e também declarava ter 50 cavalos, o que permite que o consideremos o maior criador desses animais instalado naquele extenso trajeto. Nada mais apropriado para um negócio situado à beira de uma rota movimentada: a venda de animais, ou o seu uso em tropas. Imediatamente vizinho estava o

segundo maior proprietário de cavaleiros, Lino dos Reis, do pouso do Ribeirão, que contava com 21 animais. Ambos possuíam cavalos, animais não usados preferencialmente para carga. Tropas são citadas exclusivamente no pouso do Itaqui, onde encontramos Domingos Rodrigues Viana, que declarou ter “sua tropa com que anda no Caminho de Goyazes”, mas sem informar quantos animais possuía.

O processo de instalação dos moradores ao longo da estrada foi, portanto, unicamente baseado em pousos. Estes eram pontos de apoio aos viajantes que subiam e desciam pela estrada. Ali podiam encontrar alimentos, abrigo para dormir e pastos para os animais. Cada pouso era, portanto, um local de acolhida, com uma venda de mercadorias diversas, aguardente, tabaco, farinhas, queijos, que ao final do dia tornavam-se animados e ruidosos ambientes de reunião de tropeiros e andantes. Quem criava o pouso, nos primeiros anos de abertura do Caminho, tornava-se dono das terras em redor, mesmo que por posse – a menção às antigas sesmarias praticamente desaparece. Novas famílias que ali desejassem se instalar deviam pedir autorização para o pioneiro, tornando-se seus agregados, que passavam a lavar terras das proximidades “a favor”.

Na década de 1780, o número de moradores de diversos pousos tendeu a aumentar, e os casos de agregação tornaram-se mais evidentes. A título de exemplo, temos o caso de Januário da Silva Bueno, que na lista nominativa de 1782 surgia encabeçando um formidável fogo com 31 agregados. O que é mais curioso, no entanto, é a sequência deste fogo sendo visitado pelo recenseador nos anos seguintes, pois ele cresce e diminui de modo aleatório: dois agregados em 1783, oito em 1784, seis em 1785, 20 em 1786, sete em 1787 e 32 em 1789. Este movimento pendular, sem muito sentido, indica, na realidade, apenas opções distintas para descrever o que era público e notório: Januário era o senhor do pouso, e todos os demais eram seus dependentes, seus agregados, que viviam a favor em suas terras em torno desse pouso. Ali estavam autorizados por Januário. Considerando isso, o recenseador fez sua lista variando seus critérios: ora reunia todos estes agregados enquanto tais no fogo de Januário, ora os colocava em fogos separados, sem descrevê-los como agregados (BACELLAR, 2001, p. 194).

Dessa maneira, os indícios vão no sentido de sugerir que a maioria dos moradores ao longo do Caminho ali estava em função de autorização dada por quem chegara antes, ou seja, o senhor do pouso em questão. Este, mesmo não tendo título formal de sesmaria ou compra, arvorava-se como dono das terras do local, e fazia dos “novos entrantes”, como eram descritos os recém-chegados, seus agregados, lavradores a favor. Tal constatação permite que nos alinhemos com as análises de que, em nosso passado colonial, e a despeito da abundância de terras, poucos eram aqueles que detinham algum título legítimo: havia uma concentração evidente da posse da terra, obrigando grande número de indivíduos a se submeter a viver de favor em terras alheias.

Também em comum com Piracicaba e São Luiz do Paraitinga é o fato de que a população do Caminho de Goiás, apesar de ali instalada há meio século, mantinha-se igualmente à margem da grande economia escravista e monocultura. São três áreas que, embora com

certas diferenciações entre si, podiam ser classificadas como já integradas à fronteira demográfica da capitania, com populações voltadas majoritariamente para a economia de excedentes.¹⁶ São Luiz do Paraitinga e Piracicaba surgiram graças à ação do Morgado, enquanto o Caminho os precedia, mas a conjuntura os igualava. E passavam, já em finais da década de 1770, pelo início do lento, mas progressivo, processo de inserção na fronteira econômica, à qual seriam integrados pelo avanço da grande propriedade escravista, a partir da virada do século XVIII para o XIX, quando a lavoura da cana-de-açúcar finalmente veio a florescer pela capitania.

Considerações finais

As experiências de povoamento do sertão durante o governo do Morgado de Mateus foram muitas, mas praticamente não foram objeto de estudos. Em geral, são conhecidos os nomes dos principais personagens envolvidos, tais como o de Antonio Correa Barbosa, para Piracicaba, e o de Manuel Antonio de Carvalho, para São Luiz do Paraitinga. Nossa intenção, aqui, foi justamente apontar que há fontes documentais que permitem identificar mais além, nomeando os contingentes de pretensos desqualificados, vadios e criminosos que participaram ativamente daquelas aventuras.

Recorrendo às listas nominativas de habitantes, foi possível perceber semelhanças e discrepâncias entre os processos de povoamento considerados. As possibilidades analíticas são animadoras e não se esgotam por aqui. As fontes documentais portuguesas são muitas, e certamente merecerão nossa atenção no futuro. Do mesmo modo, não se pode esquecer dos registros paroquiais, em que cada indivíduo pode ser rastreado e mais bem identificado. Mas o que conseguimos, até o momento, é relevante: sugere de maneira forte que populações indígenas, cada vez menos declaradas enquanto tais nas fontes coevas, eram parte fundamental de algumas das iniciativas povoadoras do Morgado de Mateus. Por outro lado, os indícios são consistentes no sentido de que tais experiências não incluíam o fácil acesso à terra. Os desclassificados de antigos núcleos de povoamento eram transferidos forçados e sob a mesma condição.

O governo do Morgado de Mateus significou, em seus dez anos de duração, uma mudança bastante forte nas políticas voltadas para a população paulista, a qual passou a ser recenseada anualmente, com o olhar da coroa se tornando mais onipresente, tornou-se alvo de constantes recrutas, com vistas a formar tropas para os conflitos contra os castelhanos, e foi alvo de fortes demandas por povoadores, em sua maioria forçada, levada para ermos e por vezes insalubres sertões para povoar cada uma das 15 iniciativas promovidas pelo governador.

Com suas iniciativas de povoamento, o Morgado de Mateus foi efetivo em seu esforço para garantir as posições lusas diante dos castelhanos. Se o seu principal projeto, o Presídio

¹⁶ Conforme os conceitos de fronteira demográfica e econômica discutidos por Martins (1996).

do Iguatemi, foi um retumbante fracasso, a maioria das povoações vingou. As áreas assim inseridas no domínio efetivo luso serviram de apoio para as pretensões portuguesas por ocasião do tratado de Santo Ildefonso, em 1777, quando o Morgado já havia partido de São Paulo. Usou, tal como seus sucessores, as reservas humanas de São Paulo para satisfazer as demandas da Coroa. E certamente estabeleceu os alicerces para que esta capitania, sempre secundária no contexto colonial, viesse a crescer economicamente nas décadas anteriores à Independência.

Referências

- BACELLAR, C. A. P. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, M. B. N. (Org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 187-199.
- BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. 2a. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2007a.
- BELLOTTO, H. L. **Nem o tempo nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)**. Lisboa: Alêthea Editores, 2007b.
- BLAJ, I. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.
- DERNTL, M. F. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. **Anais do Museu Paulista**, v. 20, n. 1, p. 109-131, jan./jul. 2012.
- LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro. Povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX**. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996.
- LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio de 1996.
- MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEDICCI, A. P. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, São Paulo, 2010.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEME, M. **História da fundação de Piracicaba**, 2a. ed. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974.
- SÃO PAULO (Estado). Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo, v. 23, 1896.
- _____. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo. 2. ed., v. 5, 1901.

_____. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo, v. 65, 1940.

_____. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo, v. 74 e 76, 1954.

_____. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo, v. 92, 1978.

_____. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Secretaria de Governo da Província de São Paulo, Grupo Estatística. **Listas nominativas anuais de habitantes (maços de população)**. São Paulo, s/d.

SERRATH, P. O. M. **Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada**. Formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

Sobre o autor

Carlos de Almeida Prado Bacellar é professor de História do Brasil Colonial do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP.

Endereço para correspondência

Rua Traipu, 1197
01235-000 – São Paulo-SP, Brasil

Abstract

Families settlers in border areas of the captaincy of São Paulo during the second half of the 18th century

After assuming the Government of the captaincy of São Paulo in 1765, Morgado de Mateus established an expansion process of the settlement. The crisis of the colonial economy and conflicts with the Castilians demanded the intervention of the Crown, seeking to deploy new economic activities and preparing the defense of the territory. When creating towns and villages, the Governor would seek bringing together individuals classified as unruly and would send them, sometimes by force, to be the pioneers in border areas. Many of these settlers were indigenous people, considered as vagabonds, who should be submitted to the new model of social organization proposed by the Crown. This effort can be accessed through inhabitants lists of three settlement initiatives: São Luiz do Paraitinga, Piracicaba and the Caminho de Goiás. The profile analysis of the individuals installed in these new villages allows for a better understanding of the organizational strategies of the colonial population desired by the Crown.

Keywords: Population. Settlement. Frontier.

Resumen

Las familias de colonos en las zonas fronterizas de la Capitanía de São Paulo durante la segunda mitad del siglo XVIII.

Asumiendo el gobierno de la Capitanía de São Paulo en 1765, el Morgado de Mateus establece un proceso de expansión del asentamiento. La crisis de la economía colonial y los conflictos con los castellanos exigían la intervención de la Corona, buscando implementar nuevas actividades económicas y preparando la defensa del territorio. Cuando se instalaban ciudades y pueblos, el gobernador buscaba reunir individuos clasificados como indisciplinados y los enviaba, a veces utilizando fuerza, para ser los pioneros en las zonas fronterizas. Muchos de estos pobladores eran indígenas, considerados vagabundos, que debían ser sometidos al nuevo modelo de organización social propuesto por la Corona. Este esfuerzo puede ser evaluado utilizándose las listas de los habitantes de tres de estas iniciativas: São Luiz do Paraitinga, Piracicaba y el Caminho de Goiás. El análisis del perfil de los individuos en estas nuevas villas permite comprender mejor las estrategias de organización de la población deseada por la Corona.

Palabras clave: Población. Establecimiento. Frontera.

Recebido para publicação em 24/12/2016

Aceito para publicação em 24/04/2017

Campinas, uma vila colonial (1774-1822)

Paulo Eduardo Teixeira*

A agricultura paulista apresentou uma significativa expansão durante o final do século XVIII e início do XIX. Representativa de uma região de grandes propriedades escravistas, Campinas foi a localidade estudada devido à grande riqueza documental, de tal forma que este artigo foi pautado, principalmente, pelo Mapa Geral de Habitantes existente para o período de 1798 a 1822, acrescentando-se informações provenientes das Listas Nominativas de habitantes e dos Registros Paroquiais. Os resultados do estudo mostraram um crescimento demográfico de grande intensidade, sobretudo da população cativa.

Palavras-chave: Escravidão. Mortalidade. Nupcialidade. Natalidade. Século XVIII. Colonização.

* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Marília-SP, Brasil (ptmarilia@gmail.com).

Introdução

Com sua restauração em 1765, a capitania de São Paulo passou por uma série de ações promovidas pelos governadores, que tiveram a intenção de reorganizá-la do ponto de vista político-administrativo, econômico e militar. O vasto território paulista, que na época abrigava também os campos de Curitiba até a foz do rio Paraná, tornou-se alvo de uma política de povoamento iniciada pelo governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (BELLOTTO, 1979).

As correspondências travadas entre o governador Morgado de Mateus (1765-1775) e o futuro marquês de Pombal revelam as orientações advindas da corte para promover a formação de novas povoações, ou seja, a ereção de novas vilas, conforme destacado pelo documento a seguir:

Com grande cuidado espero as ordens que pedi a V. Ex.^a em carta de 22 de Dezembro de 1766, N.^o 29, e de 28 de janeiro de 1767, N.^o 37, e ultimamente em carta de 4 de Julho do mesmo anno preterito de 1767, para effeito de me conformar com ellas em tudo o que dispozer para a fundação de novas Povoações e erecção de novas Villas, que tenho disposto nesta Capitania, das quaes necessito muito para desfazer todas as duvidas com que a cada passo me pretendem embaraçar estes estabelecimentos.¹

A sujeição aos propósitos da coroa acha-se bem patenteada não apenas nessas correspondências, mas também em muitas outras que demandavam uma necessidade semelhante. Essas mesmas *Instruções*, especificamente as relativas à fundação de vilas, parecem dirigidas aos seus sucessores, ou ao menos foram informados sobre tais ordens, pois o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802) referiu-se a elas da seguinte maneira:

Porq.' Todos os meus antecessores, fundados nas Ordens positivas q.' forão dirigidas a esta Cap.nia pelo Secretr.^o d'Estado, q.' então era o Conde de Oeyras, em data de 22 de Julho de 1766, e outras q.' recomendão a criação de Novas Villas, com os seus competentes Postos, e Off.es da Camr.^a não só com effeito as crearão, mas tambem passarão a nomear os respectivos Off.es dellas.²

Assim, as declarações e ordens recebidas da metrópole portuguesa revelam um conjunto de *Instruções* que demonstram claramente a existência de um projeto de consolidação do domínio português na região sul do Brasil. As ordens emanadas da corte eram assimiladas pelo governador e retransmitidas às câmaras de cada vila, como consta na seguinte ordem sobre a plantação de mantimentos, podendo-se observar mais uma vez a importância dada aos aspectos relacionados à economia e ao povoamento:

Porq.to me consta a grande falta de mantimentos, q.' deixam de produzir-se nesta capitania pela ocioza liberd.e em q.' vive a mayor parte dos seus habitantes, postos

¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 19, 1896, p. 22-23. Carta n. 22 ao Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. S. Paulo 14 de Mayo de 1768. De agora em diante será usada a abreviatura D.I.

² D.I., v. 29, 1899, p.187-188. Para o Conselho Ultramarino dando os motivos porq.' Creou o Posto de Cap.m Mór da V.^a de Santos na pessoa de Fran.co X.er da Costa Aguiar. S. Paulo 4 de Fevr.^o de 1800.

em vadiaçam e reduzidos a hua total pobreza, com repugnancia a todo o trabalho, sem cuidarem do seu aumento, e me ser m.to recomendado nas Reaes ordens de S. Mag.e q.'dentre os seus vassallos faça desterrar tam perniciosos vicios pondo-os náquella regularidade e sugeiçam de policia, em q.'devem viver, p.ª q.'sejão uteis a si, e ao mesmo Estado: Ordeno ao Juizes Ordinarios e Officiaes da Camera das Villas desta capitania q.'logo [...], fação produzir [...] dobrada lavoura.³

O processo não foi simples e tampouco bem-sucedido em todas as suas etapas. Não se limitou unicamente ao governo do Morgado de Mateus, pois, às vésperas de sua partida, tanto ele quanto o futuro governador, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), haviam recebido instruções do secretário de Estado para que os corpos de Auxiliares “não deveriam ser constituídos apenas por pessoas de posses e sim por aqueles que na paz cultivavam os solos, criavam gado e enriqueciam a terra com seu trabalho e na guerra com armas na mão defendiam das invasões inimigas seus bens, casas e famílias” (LEONZO, 1977, p. 223). As famílias e seus domicílios, muitos deles compostos também por escravos, emergiram como elementos de defesa territorial, pois sem eles seria impossível a existência de uma população estável e necessária ao estabelecimento de vilas, que, por sua vez, ofereceram o contingente de recrutas para as tropas de soldados e mão de obra para a “lavoura dobrada”.

A fonte: “Mappa Geral dos Habitantes”

Para denotar a importância do “Mappa Geral dos Habitantes” enquanto fonte documental na perspectiva indicada por Henry (1976, p. 72), ou seja, de balizar todo dado numérico sob um severo exame crítico, particularmente para os períodos mais remotos, com a finalidade de utilizá-lo da melhor forma possível, foram selecionados quatro anos da vila de São Carlos⁴ para servirem de estudo: 1798, 1806, 1814 e 1822.

A escolha destes anos deve-se ao contexto histórico no qual ocorreu a fundação da futura cidade de Campinas, localizada no chamado oeste paulista, a cerca de 100 km da capital, conforme relatado no livro *Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas*:

São esses os documentos relativos a criação da freguesia de N. S. da Conceição das Campinas, paragem do bairro do Matto Grosso (ou sertão) da villa de Jundiáhy.

O logar devia ter começado a povoar-se de 1739 em diante, segundo as melhores versões, pois Barreto Leme veio para Jundiáhy em 1730.

³ D.I., v. 33, 1901, p. 57-58. “Ordem-circular às Camaras sobre a plantação de mantimentos” expedida por D. Luiz Antonio de Souza em 29 de abril de 1772.

⁴ Durante suas várias fases, o povoamento que veio dar origem à cidade de Campinas teve outros nomes. No período que foi um bairro rural da vila de Jundiáí era chamado de “Mato Grosso”, depois, quando foi elevado à condição de freguesia (1774-1797), recebeu o nome de “Nossa Senhora da Conceição das Campinas” e, posteriormente, tornou-se a vila de São Carlos (1797-1842). Durante todo esse processo de formação espacial da vila de Campinas, notamos que não houve nenhum desmembramento de seu território, sendo o primeiro ocorrido apenas em 1924, quando Americana veio a se constituir município (FERNANDES, 2016, p. 32). Assim, a escolha dos quatro anos que serviram de estudo foi devido ao espaço de tempo entre cada um dos Mapas, de oito anos, e por representarem o período colonial da vila.

O documento mais antigo a respeito da estrada do Goyas, a cuja terra se levantou nossa terra é uma relação da viagem ou bandeira do 2.^o Anhangüera, Bartholomeu Bueno da Silva, que partiu de S. Paulo a 3 de junho de 1722 em (sic.) das minas que seu pae, o Anhangüera 1.^o, de igual nome havia descoberto.

Sabe-se, por essa relação, que os bandeirantes levaram quatro dias para atravessar a mata espessa existente entre as villas de Jundiáhy e Mogy-Guassú (não havia ainda Mogy-mirim). A espessura da matta era indicio da fertilidade da terra. Dahi, a vinda de Barreto Leme e o chamado do Frei Antonio de Padua a seus parentes.⁵

Por meio deste relato, notamos que, antes da restauração da capitania de São Paulo em 1765, o caminho para as minas de Goiás já era conhecido, cujo trajeto feito por meio da mata saía da cidade de São Paulo, indo em direção ao oeste, passando pela vila de Jundiá e seguindo o caminho que era permeado por inúmeros pousos (BACELLAR, 2016), dos quais um deles ficava no bairro do Mato Grosso e que posteriormente deu origem a Campinas. Nota-se ainda que no documento foi destacado o nome de Francisco Barreto Leme, como sendo um dos moradores antigos da região, visto ser ele nomeado pelo Morgado de Mateus como “diretor” do novo povoamento de Campinas, o qual em 1779 assinou a lista nominativa de habitantes da “Nova Freg.^a de N. Snr.^a da Conceição das Campinas”. O conteúdo dessa lista indicou cada domicílio, ou fogo, como era denominado, assim como cada pessoa que pertencia ao mesmo, com a idade e estado conjugal, inclusive com informações sobre os escravos, apresentando, ao final, um resumo com o número total de habitantes, de fogos, assim como das pessoas que nasceram e das que morreram naquele ano e o total de habitantes divididos por faixas de idade de 15, 20 e 30 anos. Vale dizer ainda que, por ordem do Ex.^o general, estas informações foram solicitadas e enviadas por intermédio do capitão-mor da vila de Jundiá e, posteriormente, colhidas e remetidas ao fim de cada ano, como foi observado nos documentos.

Para atingir a finalidade deste estudo, ou seja, entender as dinâmicas demográficas e os movimentos de uma população que viveu em uma região de fronteira na qual foram estabelecidas grandes propriedades açucareiras com o uso do trabalho escravo, o foco das análises recaiu sobre a Campinas do período colonial, isto é, até o ano de 1822, quando então foi proclamada a independência política do Brasil. Cabe notar que, mesmo após esse marco político, a prática da coleta de dados estatísticos continuou e, no caso campineiro, isto ocorreu até 1836, quando então não tivemos mais notícias desse tipo de documentação. Em 6 de fevereiro de 1827, em ofício enviado da vila de São Carlos, o sargento-mor Antonio Andrade explicou ao “Exm.^o Sr. Visconde de Congonhas do Campo”, que foi o primeiro presidente da Província de São Paulo, a razão de o “quadro Statistico desta Capitania” não estar pronto: “a cauza da demora foi a omissam do Vigario desta

⁵ Livro Tombo, n. 1, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, p. 9v (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Vila, [...] omissão que eu não pude remediar por ser de um individuo que estava fora da pequena orbita de minha autoridade”.⁶

Assim, o “quadro Statistico” referido pelo sargento-mor remete ao resumo dos nascimentos, casamentos e óbitos da vila que eram de responsabilidade do vigário, ou seja, do poder eclesiástico. Nesse sentido, Maria Stella Ferreira Levy (2009, p. 158, 162) afirmou que o direito de padroado foi uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal, e pelo qual não apenas os reis portugueses, mas também os imperadores do Brasil, exerceram o governo político e religioso, visto que esse compromisso foi mantido mesmo após a independência do Brasil.

Portanto, do exemplo citado, nota-se que a autoridade civil era responsável pela confecção do Mapa Geral de Habitantes, um resumo dos dados vitais da população obtido a partir dos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, os quais retratavam o trabalho do vigário em zelar por essas informações e repassá-las ao encarregado do Mapa Geral quando da preparação do mesmo. No entanto, a esfera de autonomia da autoridade de um capitão-mor ou sargento-mor não era superior à de um vigário, os quais deveriam respeitar a autoridade religiosa.

De modo semelhante o capitão Raymundo Alvares dos Santos Prado, ao findar o “Mapa geral da nova Vila de Sam Carlos” em 1797 fez a seguinte observação:

Foi demorada a remessa desta Lista geral por dois motivos, sendo o primeiro [...] pela primeira estar errada, e sem forma alguma; e o segundo por não haver avisados para se fazer a Conta dos Nascidos, e Mortos, pela ausência do Rv.^o Vig.r.^o.⁷

Assim, é possível notar que, a partir de 1797, houve mudanças nas informações dos mapas de nascimentos anuais, que incluíram, na condição social de livres e cativos, a separação entre “brancos”, “pretos” e “mulatos”,⁸ a distribuição por sexo e o número de nascidos “vivos”, “mortos” e “gêmeos”. O mesmo tipo de estrutura foi aplicado aos “mapas de mortes”, incluindo a distribuição dos óbitos por faixas de idade (0-1, 1-5 e 5-10 anos), o que possibilitou identificar as crianças com menos de dez anos, ao passo que os jovens e adultos com mais de dez anos foram contados em faixas decenais até 100 anos. Finalmente, de modo mais simplificado, o mapa de casamentos indicou o total de uniões por cor e condição social, sendo que aqueles referentes a 1806, 1814 e 1822 apresentavam essas informações segundo sexo dos nubentes e faixas etárias decenais a partir dos dez anos de idade.

Para que o leitor possa ter uma pequena ideia do formato do documento, a Figura 1 mostra a primeira página do *Mapa Geral dos Habitantes de Campinas* referente ao ano da independência política do Brasil, em 1822.

⁶ Mapa Geral dos Habitantes, Villa de São Carlos, 1826 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

⁷ Mapa Geral da nova Vila de Sam Carlos, 1797 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

⁸ O termo “mulato” aparece nos Mapas Gerais de Habitantes de forma concomitante ao termo “pardo” para indicar o sujeito que não era nem branco e nem preto, podendo ser entendidos como sinônimos.

FIGURA 1

Primeira página do “Mapa Geral dos Habitantes existentes na Villa de São Carlos do anno de 1822”

Mapa Geral dos Habitantes existentes na Villa de São Carlos do anno de 1822

		<i>Branco</i>					
		<i>Solteiro</i>		<i>Casado</i>		<i>Viúvo</i>	
<i>Idades</i>	<i>De</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
		<i>0 a 5</i>	257	244	"	"	"
<i>5 a 10</i>	207	207	"	"	"	"	
<i>10 a 20</i>	179	202	15	78	"	1	
<i>20 a 30</i>	59	50	123	151	1	5	
<i>30 a 40</i>	20	8	120	94	1	10	
<i>40 a 50</i>	8	8	87	36	5	16	
<i>50 a 60</i>	5	2	58	25	3	22	
<i>60 a 70</i>	4	1	20	12	4	9	
<i>70 a 80</i>	11	2	9	3	"	2	
<i>80 a 90</i>	1	1	"	"	"	"	
<i>90 a 100</i>	"	"	"	"	"	"	
<i>Total</i>		751	725	435	399	14	65

Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Observa-se, na Figura 1, que a primeira coluna indica a faixa etária das pessoas arroladas na contagem, de modo que notamos grupos etários quinquenais que informam o número de crianças de 0 a 5 anos e de 5 até 10 anos de idade, sendo os habitantes acima de dez anos contados em faixas decenais de idade, dispostos pelo estado conjugal (solteiros, casados e viúvos) e distribuídos por sexo (homens e mulheres) e pela cor/condição social (brancos, pretos livres, pretos cativos, pardos livres e pardos cativos), num total de cinco quadros, finalizando com um resumo da população pela cor e o total, que no ano em foco foi de 7.372 pessoas. Na sequência do *Mapa Geral de Habitantes*, encontramos os mapas dos nascimentos, óbitos e casamentos, já descritos anteriormente. Assim, segundo esses apontamentos, em 1822, houve o nascimento de 567 crianças brancas, 288 pretas e 705 pardas, morreram 237 pessoas entre adultos e crianças e foram realizados 335 casamentos. Ao final do *Mapa Geral* seguia um quadro de ocupações.

Vale ainda destacar que esse tipo de “quadro Statístico” foi construído no momento descrito como período proto-estatístico (MARCÍLIO, 2000) e, portanto, com algumas limitações bastante visíveis em relação ao tratamento das informações, sobretudo no que diz respeito à soma de algumas variáveis. Além disso, outros pesquisadores já alertaram (NOZOE; COSTA, 1991, 1992) para o alto percentual encontrado para as idades que terminam em 0, ou a preferência pelos números pares.

Campinas, uma vila Colonial

Em 1767 o bairro do “Matto Grosso” da vila de Jundiá contava com 53 domicílios indicados na lista nominativa de habitantes, com uma população de 268 pessoas. Posteriormente, em 1774, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, a qual, pouco mais de 20 anos depois, tornou-se vila de São Carlos, por meio de uma determinação do então recém-empossado governador, Manuel de Melo Castro e Mendonça, em 1797.

A povoação passou, então, a ser conhecida como São Carlos, cuja atribuição, de acordo com D’Alincourt (1976, p. 51, 53), foi em “comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina”. No entanto, esse autor referiu-se à vila como “S. Carlos de Campinas” e, em diversas menções, abandonou o nome do santo. Apesar disso, a restauração do nome de Campinas veio apenas em 1842, por ocasião da elevação à condição de cidade. No presente artigo, doravante, será utilizado apenas o nome pelo qual ficou mais conhecida, ou seja, Campinas.

O impulso que a lavoura de cana-de-açúcar provocou na capitania de São Paulo foi muito bem estudado no clássico livro de Maria Thereza S. Petrone (1968), em que a autora remonta ao ano de 1765, ou seja, a partir da administração do governador Luís Antônio Botelho de Sousa Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775), como sendo o momento de expansão dessa cultura que provocou a transformação de diversas vilas paulistas, especialmente aquelas situadas na região do chamado “quadrilátero do açúcar”, demarcado pelas fronteiras de Jundiá, Mogi Guaçu, Piracicaba e Sorocaba, na qual podemos incluir Itu, Campinas, Porto Feliz, Limeira e Rio Claro.

Outra consequência desse processo foi o grande número de concessões de sesmarias, que para Campinas ocorreu, sobretudo, no final da década de 1790, segundo Nelson Nozoe (2016, p. 35), mesmo momento que a freguesia passou à condição de vila e que a produção de açúcar atingia 16 mil arrobas a partir de 37 engenhos existentes.

As taxas de crescimento da população, como podemos observar na Tabela 1, ajudam a entender o comportamento dessa população que foi dividida entre livres e cativos. Em relação aos primeiros, notamos que há um processo de crescimento significativo até a primeira década do século XIX, certamente devido à abundância de terras para a cultura das grandes lavouras de açúcar e outros cereais, como milho, feijão, arroz e trigo. Contribuem nesse processo pessoas oriundas, principalmente, de localidades vizinhas, fato que pode ser atestado quando compulsamos a origem dos chefes de domicílio por

intermédio das listas nominativas de habitantes. Em Campinas, 83% dos chefes de família originaram-se da própria capitania e menos de 10% tinham nascido na vila, segundo a lista de habitantes de 1814 (TEIXEIRA, 2004). Atesta esse fato o vigário Joaquim José Gomes, por volta de 1798, quando, por ocasião do pedido ao governador para a criação da vila, alegou que “a freguesia era habitada por 2.107 pessoas, das quais 688 haviam chegado nos três últimos anos, fato indicativo da forte atração exercida pela produção açucareira” (NOZOE, 2016, p. 30).

TABELA 1
Taxa geométrica anual média de crescimento da população (1), por condição social
Campinas – 1767-1829

Anos	Período	Livres		Cativos		Total	
		<i>n</i>	<i>N</i>	<i>r</i> (%)	<i>N</i>	<i>r</i> (%)	<i>N</i>
1767	-	268	-	-	-	268	-
1774	7	388	5,43	87	-	475	8,52
1782	8	456	2,04	112	3,21	568	2,26
1790	8	921	9,18	220	8,81	1.141	9,11
1798	8	1.807	8,79	701	15,59	2.508	10,35
1806	8	3.365	8,08	1.392	8,95	4.757	8,33
1814	8	3.671	1,09	2.503	7,61	6.174	3,31
1822	8	3.866	0,65	3.506	8,01	7.372	2,24
1829	7	3.746	-0,45	4.799	4,59	8.545	2,13

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Campinas de 1767, 1774, 1782, 1790 e 1829; Mapa Geral dos Habitantes de Campinas para 1798, 1806, 1814 e 1822 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

(1) As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (*r*), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (*Pt*) e a população no começo do período considerado (*P0*), multiplicando-se o resultado por 100, sendo “*n*” igual ao número de anos no período: $r = [(nPt/P0) - 1] \times 100$.

Um segundo momento pode ser percebido pela queda brusca da taxa de crescimento da população livre, que passou de 1,09% para 0,65% entre 1814 e 1822. O fato pode ser explicado por uma escassez de terras livres, ocasionando um período de estagnação do crescimento desse grupo por meio dos processos migratórios regionais que deslocaram de Atibaia/Nazaré/Bragança principalmente os agricultores de subsistência⁹ e, de Jundiá e Itu, especialmente os produtores de açúcar.

O terceiro momento mostrado pelos dados da Tabela 1 remete a uma queda no crescimento da população livre, que apresentou uma taxa negativa em 1829 (-0,45%). Esta informação é reforçada pelo trabalho de Warren Dean (1977) que, ao estudar a vila de Rio Claro a partir de 1820, notou a presença de pessoas oriundas de Campinas. Em outras palavras, pode-se presumir que o processo de ocupação do chamado oeste paulista foi se consolidando à medida que a disponibilidade de terras foi diminuindo, sobretudo para a população livre e pobre, obrigando-a a marchar cada vez mais a oeste. Nesse sentido, corrobora nossa hipótese o fato de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2005, p. 20)

⁹ O conceito de subsistência neste trabalho refere-se aos produtos destinados ao autoconsumo e ao mercado local, enquanto o de exportação diz respeito aos bens direcionados para os mercados fora da respectiva vila, como ocorria com o açúcar.

atestarem que o grande crescimento da agricultura em São Paulo, entre 1750 e 1850, deveu-se à grande abertura de terras virgens.

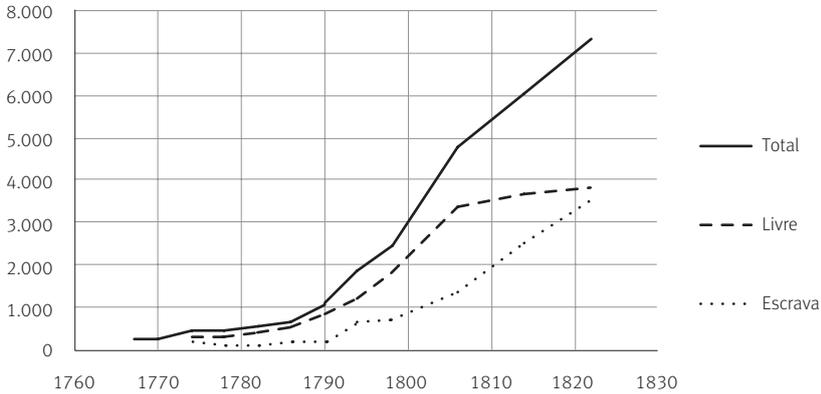
Em relação à população cativa, os dados da Tabela 1 reforçam que as elevadas taxas de crescimento foram um reflexo das condições externas que provocaram a expansão do açúcar, conforme demonstrado por Peter Eisenberg (1989). Do ponto de vista das condições internas, isso aponta para duas possibilidades: que o processo de ocupação de terras foi marcado por pessoas que já detinham bens, especialmente escravos (BACELLAR, 1997); e/ou que o intenso crescimento do número de escravos foi fruto da atividade açucareira desde o seu princípio e, portanto, teria possibilitado uma rápida acumulação de renda (MARTINS, 1996). Seja como for, a população cativa manteve fortíssima expansão entre 1790 e 1822, expressa por uma taxa de 15,59% em 1798 e por uma taxa nada desprezível de 8,01% em 1822, diminuindo para 4,59% apenas em 1829. Sobre este momento, Slenes (1998, p. 17) afirmou que “Açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente ‘sinônimos’ em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829”.

Segundo Luna (1998, p. 107), o aumento demográfico crescente verificado pela Tabela 1, com elevado porcentual de fogos com cativos, “em combinação com um alto número médio de escravos por fogo, resultou expressivo peso dos escravos no total da população.” A desproporção no aumento das duas populações, de acordo com o mesmo autor, fez crescer a parcela de escravos na população e, em Campinas, diante dos elevados padrões de crescimento da população cativa, a variação no período estudado foi excepcional. Em 1774, a população escrava representava 18,3% e, em 1822, quase se igualou à livre, com uma participação de 47,5% do total de habitantes.

Observando o Gráfico 1, nota-se que a população de condição social livre teve um papel fundamental no povoamento de Campinas até 1806, quando então passou a ocorrer um incremento da população cativa, que gradativamente cresceu a um ritmo mais acelerado do que aquele verificado para a livre, a ponto de suplantá-la em números absolutos em 1829. Aliás, entre 1806 e 1822, a camada livre praticamente manteve-se estável, passando de 3.365 pessoas, em 1806, para 3.671, em 1814, e chegando a 3.866 indivíduos em 1822.

Quando se passou para a análise da razão de sexo entre as populações livre e escrava (Tabela 2), notou-se um ligeiro predomínio das mulheres entre as pessoas de condição social livre, fato atestado por Marcílio (1974, 2000) para o conjunto da capitania, ao passo que, entre os cativos, prevaleceram os homens, e de forma mais acentuada à medida que o surto do açúcar avançava pelas terras campineiras no início do século XIX, com razão de sexo muito elevada, especialmente entre os escravos ditos pretos, ou seja, aqueles de origem africana. Esse movimento imigratório compulsório contribuiu decisivamente para o aumento da população de uma forma geral, assim como participou ativamente na implantação de grandes propriedades produtoras de açúcar e aguardente, isto é, os engenhos.

GRÁFICO 1
População, por condição social
Campinas – 1767-1829



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de Campinas de 1767, 1770, 1774, 1778, 1782, 1786, 1790, 1794 e 1829; Mapa Geral dos Habitantes de Campinas de 1798, 1806, 1814 e 1822 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

TABELA 2
Razão de sexo (1), por condição social e cor
Campinas – 1774-1822

Anos	Livres				Cativos			População total
	Brancos	Pardos	Pretos	Total	Pardos	Pretos	Total	
1778 (2)	-	-	-	99	-	-	100	99
1794 (2)	-	-	-	98	-	-	145	109
1806	115	99	108	109	125	219	206	131
1814	94	101	150	97	158	279	273	143
1822	101	89	76	96	111	264	257	150

Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

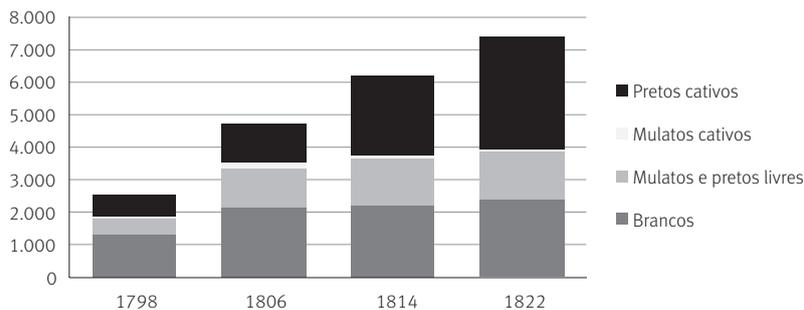
(1) Número de homens por 100 mulheres.

(2) Os dados para esses anos foram obtidos pelas Listas Nominativas de Habitantes (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Estas grandes unidades produtoras baseavam seu trabalho na mão de obra masculina africana e jovem, ou seja, eram nos grupos etários de 10 a 20 e de 20 a 30 anos de idade que predominavam os maiores índices de masculinidade. Na análise dos Mapas Gerais, verificou-se que a razão de sexo entre os cativos pretos e solteiros era de 364 homens por 100 mulheres, em 1814, e 395, em 1822, valores muito acima daqueles encontrados para a população cativa total para os mesmos anos (Tabela 2). Essa análise mais detalhada revelou ainda que, em 1814, entre as crianças cativas de 0 a 5 anos, a razão de sexo era de 94, sinalizando, portanto, um relativo equilíbrio entre os nascidos debaixo do cativo, número muito próximo também ao encontrado para 1822. Por sua vez, a relação entre homens e mulheres com idades que variavam de 10 a 20 anos chegou a 607 em 1814 e 399 em 1822, sendo que nas faixas de idade de 20 a 30 a razão de sexo era de 387 e 1.040, respectivamente nesses dois anos. Portanto, ficou patente a força do comércio de escravos que favoreceu o ingresso de trabalhadores jovens, entre 10 e 30 anos, demonstrando o vigor da economia açucareira na região de Campinas para importar o braço africano.

O reflexo direto desse processo migratório forçado de mão de obra cativa pode ser mais bem percebido no Gráfico 2, que apresenta a população por condição social e cor. Nota-se que, em 1798, havia predomínio da população livre e branca, com uma participação de mulatos e pretos livres que cresceu significativamente até 1814, quando houve uma estagnação no aumento desse segmento de pessoas livres, ao lado das brancas. Deve ser dito que o número de indivíduos identificados nos Mapas Gerais como sendo de cor preta e condição social livre é diminuto, ocorrendo apenas 14 casos em 1798, com aumento para 48 pessoas em 1806, mas reduzindo para apenas seis homens e quatro mulheres, em 1814, e vindo a ter 23 pretos livres no ano da independência do Brasil, dos quais 12 eram casados e 11 eram solteiros. Assim, pode-se inferir que até esse momento Campinas era uma região de fronteira aberta que abrigou uma população livre e mestiça, embora com poucos recursos para adquirir muitos escravos ou implantar um engenho. Em suma, a população de livres em Campinas permaneceu quase a mesma ao longo das primeiras décadas do século XIX, perdendo participação relativa no total de habitantes.

GRÁFICO 2
População, por cor e condição social
Campinas – 1798-1822

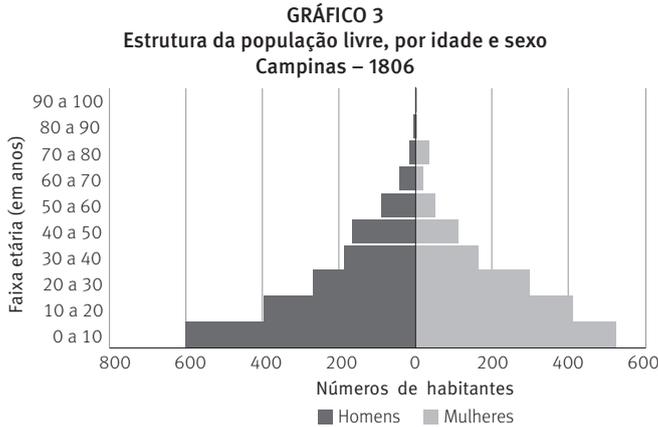


Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Em relação aos cativos, a presença de mulatos ou pardos nessa condição sempre foi bem menor do que a de africanos. Os chamados “gentios de Guiné” predominaram dentre os originários de Angola, Congo e Moçambique. Ainda havia os de Benguela e de “Nação”, uma terminologia difícil de determinar a origem e que apareceu com frequência nas listas nominativas dos habitantes de Campinas. O fato é que os africanos cresceram numericamente a cada ano estudado e ao fim, isto é, em 1822, eles se tornaram tão visíveis a ponto de se insurgirem contra a ordem estabelecida, uma vez que nada foi feito pelo Estado recém-inaugurado após o 7 de setembro em relação à condição daquelas pessoas que viviam debaixo do cativo. Por isso, vale dizer que, em meados dos anos 1830, ou seja, uma década depois, Campinas viveu uma das grandes rebeliões de escravos oriundos dessas grandes propriedades escravistas, estudada de maneira minuciosa por Ricardo Pirola (2005).

Quando avaliamos o crescimento demográfico diferenciado pela condição social e por meio das faixas de idade, entre livres e escravos, fica patente essa distorção entre os dois segmentos,¹⁰ conforme mostram os Gráficos 3, 4 e 5.

Observando o Gráfico 3, nota-se que, em 1806, a pirâmide etária da população livre caracterizava-se por ter uma base larga, o que implica um número expressivo de crianças até dez anos de idade, com relativo equilíbrio entre todas as faixas etárias, denotando a presença de muitos casais com filhos. Isso reforça a hipótese de que, até aquele momento, a localidade era polo de atração de migrantes.



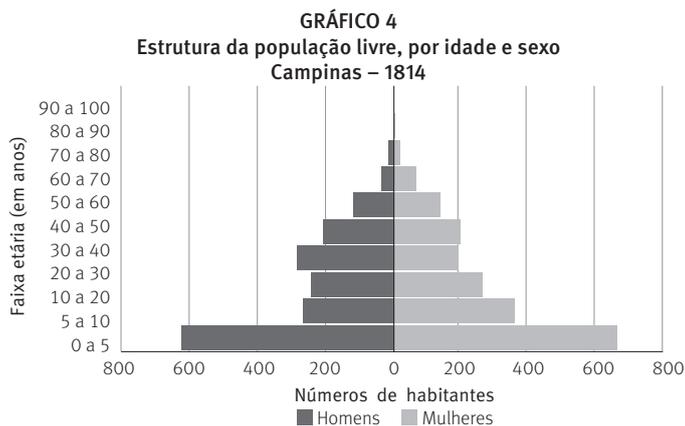
Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

A observação da população livre em 1814 (Gráfico 4) revelou um outro momento no qual se percebeu uma ligeira mudança na pirâmide etária. A base larga foi mantida, com a grande presença de crianças de ambos os sexos, porém, nas faixas de 10 a 30 anos, houve uma redução do número de habitantes, mas sobretudo de homens, sinalizando um movimento migratório oscilante devido à entrada e saída de pessoas em idade adulta.

Por fim, a pirâmide etária de 1822 (Gráfico 5) indicou a persistência do processo de saída de um maior número de homens entre os 10 e 30 anos de idade, que se direcionaram rumo ao oeste paulista, atingindo outras localidades em que as terras eram abundantes. Ao consultar a lista nominativa de habitantes de Rio Claro, Warren Dean (1977, p. 22) comentou que, dos 231 domicílios existentes, quase 50% dos chefes de família

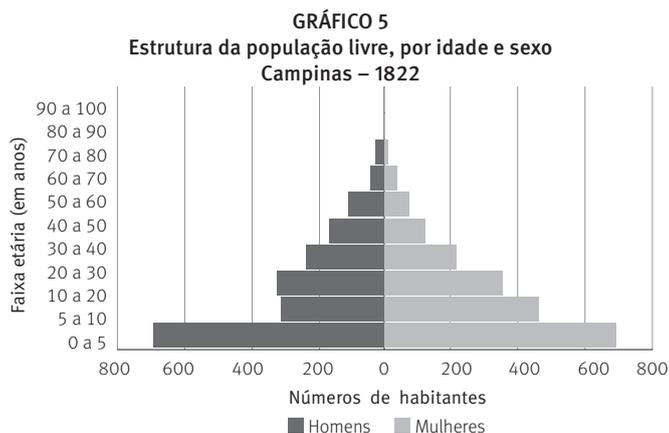
[...] tinham nascido fora do povoado, em locais geralmente próximos e um pouco distanciados das regiões ainda inexploradas. A maioria tinha vindo de Mogi-Mirim, Bragança e Nazaré, municípios a sudeste, com uma alta proporção de pequenas propriedades em declínio. Alguns eram de Campinas e Itu, ao sul, uns poucos eram oriundos de municípios mais distantes [...]. Grifo acrescido no original.

¹⁰ As pirâmides etárias apresentadas nos Gráficos 3, 4 e 5, para a população livre, e 6, 7 e 8, para a população escrava, foram construídas a partir das informações dos Mapas Gerais de Habitantes de 1806, 1814 e 1822. Como eles apresentam o número de habitantes agregados em faixas etárias quinquenais para as crianças de até dez anos, e decenais para as faixas posteriores, optamos por agregar as duas primeiras faixas quinquenais e assim manter um padrão comparativo com as demais faixas de idade.



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Em suma, esse processo foi o responsável pela formação de muitos domicílios sob a chefia feminina da casa, quando em 1829 as mulheres lideraram quase um quarto dos 950 domicílios existentes em Campinas (TEIXEIRA, 2004, p. 100).

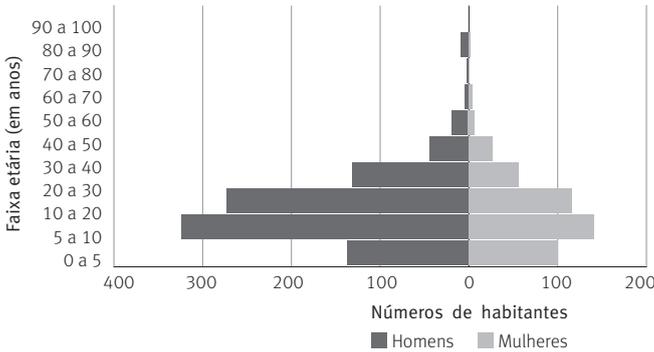


Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

A presença de engenhos em Campinas também foi reveladora desse processo de valorização das terras e, ao mesmo tempo, de expulsão daqueles que não tinham condições de instalar um engenho. Segundo depoimento do viajante D'Alincourt (1976), que visitou a vila de São Carlos em 1818, havia 45 engenhos movidos pela força animal e somente 15 engenhos d'água, reiterando a necessidade de recursos para tais construções.

Já a população escrava existente em Campinas no início do século XIX estava estruturada na forma de uma pirâmide de base reduzida em relação às faixas de idade de 10 a 30 anos, com predomínio de crianças de até dez anos de idade do sexo masculino, padrão de elevada presença masculina que irá se estender pelas faixas seguintes (Gráfico 6).

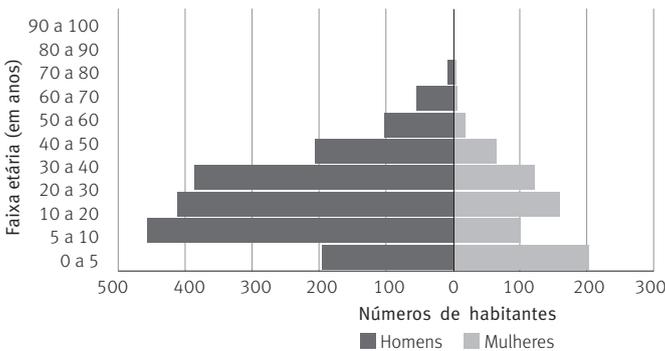
GRÁFICO 6
Estrutura da população cativa, por idade e sexo
Campinas – 1806



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Para o ano 1814 (Gráfico 7) não houve grandes mudanças em relação a 1806, ou seja, seguiu a tendência já observada de um grande contingente de homens e um número bem menor de mulheres, a uma proporção média de três homens para cada mulher. Essa desproporção, como já foi apontada, recaía de maneira mais intensa sobre os jovens e adultos, elevando essa relação para quatro homens por mulher. Isso implicou a dificuldade de formação de famílias estáveis, uma vez que muitos homens estavam destinados a se manterem solteiros, enquanto a mesma situação proporcionou para as mulheres cativas a possibilidade de escolherem seus parceiros dentro de um estoque muito maior de possíveis maridos, tornando-se mais exigentes dentro desse mercado matrimonial. Essa foi a perspectiva de análise que levou Slenes (1999) a sugerir o casamento como forma de estratégia entre os senhores para controlar os seus escravos e assim tentar impedir as rebeliões em suas propriedades.

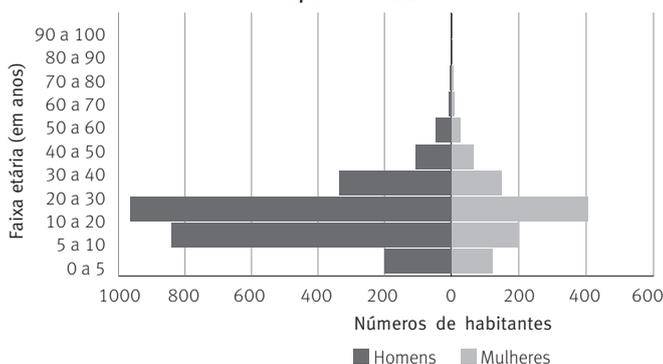
GRÁFICO 7
Estrutura da população cativa, por idade e sexo
Campinas – 1814



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

O final do período colonial para os grandes proprietários de Campinas foi de crescimento dos engenhos e do número de escravos, sobretudo homens e adultos, reiterando um processo de acumulação econômica que propiciou o aumento não apenas da produção de açúcar, mas também da riqueza na forma de cativos, em sua maior parte africanos do sexo masculino (Gráfico 8). Assim, muitas pessoas que migraram para Campinas trouxeram em seu cabedal escravos para trabalharem nas terras adquiridas ou herdadas de seus familiares, como se depreende do Cadastro dos Bens Rústicos de 1818, um documento que foi produzido no final do período colonial e que retratou os proprietários de terras de Campinas, como, por exemplo, o caso do capitão Floriano de Camargo Penteado, que aparece na documentação com duas propriedades como “herança”, sendo a menor “explorada pelo filho”, isto é, uma área de 1.000 braças de testada por 1.000 de fundo, cultivada pelos 30 escravos existentes na fazenda, enquanto na outra, ainda maior, com área de 1.000 braças de testada e 1.500 de fundo, trabalhavam 50 cativos.¹¹

GRÁFICO 8
Estrutura da população cativa, por idade e sexo
Campinas – 1822

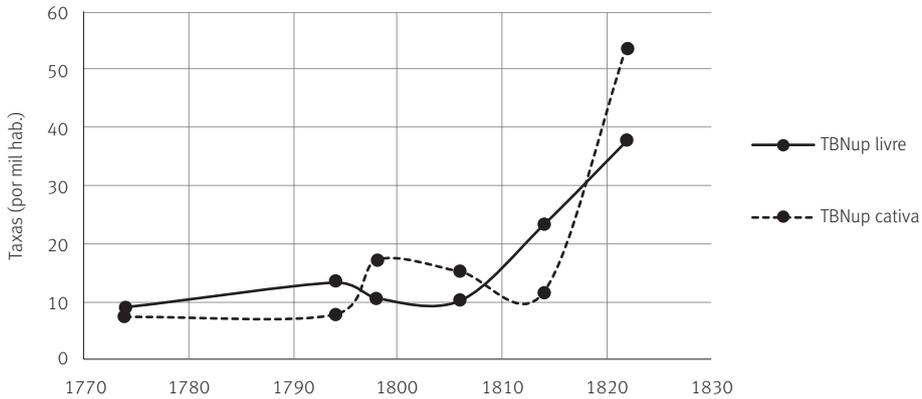


Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Por sua vez, ao se realizar uma análise demográfica dos registros históricos sobre o número de casamentos, nascimentos e mortes, foi possível avaliar os comportamentos das duas populações, livre e escrava, sob outras perspectivas. O Gráfico 9, que apresenta as taxas de nupcialidade de livres e cativos, revela traços que denotam a regularidade dos matrimônios entre os livres com uma perspectiva de crescimento que se manteve até 1814, ocorrendo, a partir daí, a diminuição do número de uniões.

¹¹ A braça era uma unidade de medida de comprimento muito usada no período colonial e imperial e equivale a 2,2 metros (LEMOS BRITO, 1980, p. 352). A “testada” de um terreno corresponde à sua largura e o “fundo” ao comprimento. O Cadastro de Bens Rústicos de 1818 para Campinas está no Arquivo do Estado de São Paulo.

GRÁFICO 9
Taxas brutas de nupcialidade (1) da população livre e cativa
Campinas – 1774-1822



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes; Registros Paroquiais de Casamentos; Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP).

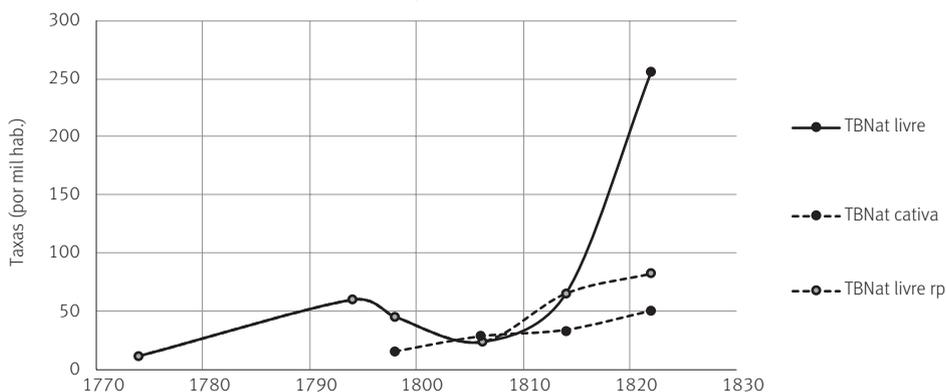
(1) A taxa de nupcialidade (denominada também taxa bruta de nupcialidade) é calculada pela relação entre o número de casamentos de um determinado ano e o número médio da população, multiplicado por 1.000.

Apesar das condições materiais tão adversas daqueles que estavam sob o cativeiro em Campinas, que impuseram grande dificuldade para a existência de um maior número de casais unidos pelo matrimônio religioso, tais como a elevada razão de sexo, ainda assim notamos que houve alguns momentos em que a taxa de nupcialidade escrava atingiu 20%, ou seja, correspondeu a 14 uniões para uma população de 701 indivíduos em 1798, enquanto no mesmo ano houve 19 casamentos entre a população livre de 1.807 pessoas, resultando na taxa de 10,5%. Em Montevideú a taxa de nupcialidade de livres foi de 15,4%, em 1791, caindo para 12,9%, em 1810 (CABALLERO, 1987, p.306), enquanto na localidade brasileira de Curitiba, em 1803, esse índice foi de 9,9% (KUBO, 1974, p. 77). Por sua vez, em Franca, também uma área da fronteira paulista, em 1814 e 1820, as taxas de nupcialidade para o total da população foram de 24,6% e 23,7%, respectivamente (AISSAR, 1980, p. 111), valores que se aproximam mais do contexto de Campinas. E no cômputo geral da capitania de São Paulo, as taxas de nupcialidade corresponderam a 14,9%, em 1803, e 8,2%, em 1822 (MARCÍLIO, 2000, p. 90). Assim, outras variáveis que podem ajudar a compreender os processos de crescimento populacional, como atestado por Teixeira (2011), são a idade ao casar, a duração da união e o recasamento.

Dadas as variações nos processos de coleta das informações pelos agentes locais responsáveis pela confecção dos documentos, as mesmas podem representar flutuações dos números dos registros vitais, sendo que a identificação de erros pode ser difícil para o pesquisador. Para atenuar tais problemas, o cruzamento com outras fontes documentais foi uma alternativa adotada neste estudo. Para exemplificar, apontamos no Gráfico 10 os dados comparados dos nascimentos de pessoas livres existentes nos Mapas Gerais de Habitantes com as informações dos registros paroquiais de batismo de 1803, 1814 e 1822. O resultado para este último ano revelou discrepância, quando foram registrados

974 nascimentos no Mapa Geral, contra 314 batismos arrolados nos livros da Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas. Apesar de serem frequentes as diferenças de dados de um tipo de documento para outro, nunca chegaram a alarmar como neste caso, pois a taxa de natalidade da população livre variou de 82,5‰ (nos registros paroquiais) para 255,9‰ (no Mapa Geral). Portanto, fica aqui essa observação para que o leitor possa entender os números apresentados com a mesma cautela com que foram produzidos. Não obstante, fica expressa a limitação implícita em várias medidas adotadas nos estudos de demografia histórica, quando somos levados a utilizar distintas fontes para a construção dos dados estatísticos, que, no caso do presente estudo, foram as listas nominativas de habitantes, os Mapas Gerais e os registros paroquiais.

GRÁFICO 10
Taxas brutas de natalidade (1) da população livre e cativa
Campinas – 1774-1822



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp); registros paroquiais de batismos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

(1) O cálculo da taxa de natalidade (denominada também de taxa bruta de natalidade) corresponde à divisão do número de nascimentos em um determinado ano pela média da população do mesmo ano, multiplicado por 1.000. A taxa bruta de natalidade livre baseada nos registros paroquiais de batismo foi indicada pela sigla TBNat livre rp.

Ainda no Gráfico 10, nota-se o maior número de crianças nascidas vivas entre as livres, embora em 1806 as duas curvas se aproximem, indicando certa proporcionalidade dos nascimentos em relação à população total de cada segmento. Elevados índices também foram encontrados por Maria Luiza Marcílio (1986) ao estudar Ubatuba, onde a taxa de natalidade atingiu 43‰ em 1798 e chegou a 47,6‰ em 1818, números que se aproximam daquele observado por Elvira Kubo (1974) para Curitiba em 1803 (47,4‰). Ao estudar o crescimento da população em Franca durante a primeira metade do século XIX, Aparecida da Glória Aissar (1980) anotou taxas de natalidade da população livre e escrava que atingiram a marca de 29,5‰ em 1806, 111,6‰ em 1814 e 85,1‰ em 1820. Tais resultados, também expressos para a situação da capitania como um todo, refletem, para Marcílio (2000, p. 91) ou taxas de nupcialidade muito altas, “com idade média ao casar da mulher muito precoce e insignificantes proporções de celibato feminino definitivo; ou os níveis de nascimentos ilegítimos da região”, sendo possível a conjugação de ambos os fatores.

Estes elevados índices de natalidade expressam as condições socioeconômicas do período e as diferenças entre livres e escravos, mas devem também nos alertar para o método de cálculo da taxa bruta de natalidade ou taxa anual média de natalidade, como também é chamada, que, ao usar como denominador comum o número da população total, deixa de expressar exclusivamente o indicador da população que tem papel preponderante em todas as etapas do processo reprodutivo e que efetivamente se encontra exposta ao risco de procriação, que são as mulheres em idades férteis, ou seja, em idades que variam de 15 a 50 anos (WELTI, 1997). De qualquer forma, as taxas de natalidade permitem certo grau de comparação com as taxas de mortalidade e de crescimento da população, uma vez que cada uma delas utiliza o mesmo denominador.

Ao se fazer uma análise comparativa entre as informações de óbitos contidas nos registros paroquiais e nos Mapas Gerais, notamos que as taxas extraídas desses dois documentos diferem, conforme pode ser visto na Tabela 3.

TABELA 3
Taxas brutas de mortalidade, por tipo de documento
Campinas – 1798-1822

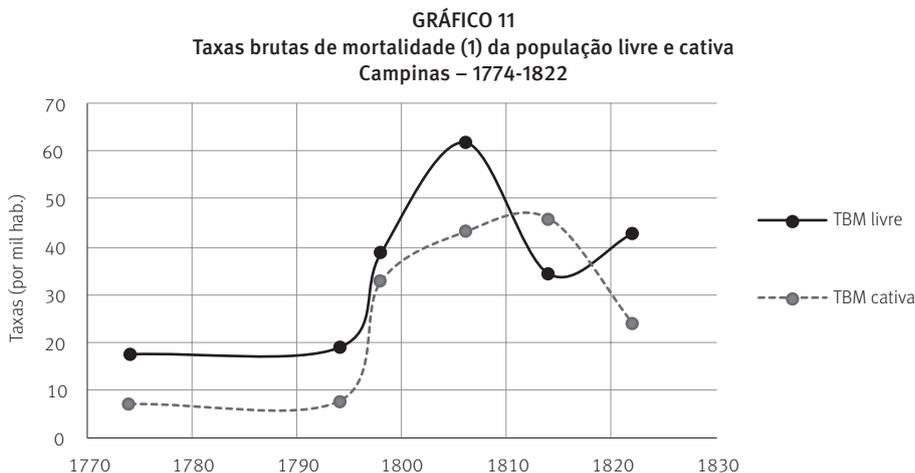
Anos	População total	Mapas Gerais		Registros paroquiais	
		Óbitos	TBM (‰)	Óbitos	TBM (‰)
1798	2.508	93	37,1	90	35,9
1806	4.757	268	56,3	232	48,8
1814	6.176	241	39,0	198	32,1
1822	7.372	247	33,5	-	-

Fonte: Mapa Geral de Mortes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp); registros paroquiais de óbitos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Pela comparação das taxas de mortalidade para cada ano, notamos vários comportamentos, como de similitude das informações para o ano de 1798, ou de discrepâncias geradas por subtração ou soma de casos de mortes, como em 1806 e 1814, que geraram variações significativas nos cálculos dessas taxas, sobretudo por estarmos tratando de populações relativamente diminutas e impactadas também pela possibilidade de mobilidade espacial e, principalmente, pela força da morbidade causada pelas enfermidades infecciosas e parasitárias. Por fim, em virtude da perda do livro de registro de óbitos que abrange o período 1819-1831, contamos apenas com a informação do Mapa Geral de 1822, que permitiu o cálculo da referida taxa bruta de mortalidade.

Nota-se, ainda, que os registros de óbitos indicados pela Igreja nunca foram iguais aos números arrolados nos Mapas Gerais, o que gerou taxas de mortalidade sempre mais baixas quando compulsamos os registros paroquiais, o que alerta para o fato já mencionado de que distintas fontes podem afetar os resultados e induzir a erros de estimativas. Assim, como decorrência desse exercício, pudemos apontar algumas das fragilidades dessas fontes, assim como seus potenciais, pois ao menos indicam uma tendência geral dos números que permitem, ainda que com as ressalvas de quem pesquisa com base em dados de um período proto-estatístico, evidenciar ou sinalizar os caminhos da demografia histórica.

Assim, o Gráfico 11 é parte desse exercício de calcular as taxas de mortalidade da população livre e escrava distribuídas por seis pontos, nos quais os dois primeiros correspondem aos anos de 1774 e 1794, cujos dados foram obtidos por meio dos registros paroquiais de óbitos e das listas nominativas de habitantes, seguidos dos anos que obtivemos informações dos Mapas Gerais de mortes (1798, 1806, 1814 e 1822).



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp); registros paroquiais de óbitos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas); Listas Nominativas de Habitantes.

(1) A taxa de mortalidade (denominada também de taxa bruta de mortalidade) é calculada pela relação entre o número total de óbitos em um dado ano pela média da população do ano, multiplicado por 1.000 habitantes.

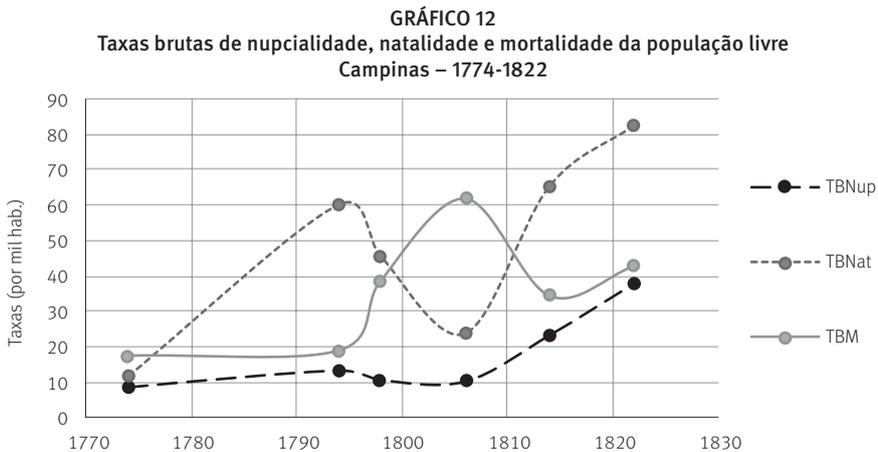
O resultado para a população livre de Campinas foi de mortalidade mais elevada do que a dos escravos na maior parte do período, o que pode estar relacionado ao sub-registro dos óbitos de cativos por parte de seus senhores, ou até mesmo a um maior cuidado dos senhores em relação aos seus pecúlios, uma vez que, como cristãos, deveriam cuidar de seus escravos ao mesmo tempo que isso era conveniente, já que poderiam experimentar menores perdas (ABREU, 2007, p. 769). De todo modo, a taxa bruta de mortalidade de livres passou de 16,8‰ em 1794 para 38,7‰ em 1798, atingiu a elevadíssima marca de 61,8‰, em 1806, retornou aos níveis de 34,3‰, em 1814, e chegou a 42,2‰, em 1822.

Para termos um parâmetro de comparação, a taxa bruta de mortalidade da população livre em Curitiba foi de 16,3‰, em 1803 (KUBO, 1974, p.77) e, em Franca, a taxa de mortalidade da população livre e escrava correspondia a 19,7‰, em 1814, aumentando para 34‰, em 1820 (AISSAR, 1980, p. 123). Esses números sugerem que as altas taxas de mortalidade de Campinas não eram as únicas da capitania durante o período estudado, pois, ao avaliar as estatísticas dos óbitos para o seu conjunto, Marcílio (2000, p. 89) afirmou que “foram encontradas taxas de mortalidade inferiores a dezessete por mil, inconcebíveis para a época e para a situação geral da população e da sociedade”. A razão disso, segundo a autora, foi o “pronunciado sub-registro”, que, apesar de acentuado, por meio de controle dos resultados apresentados pelos mapas da população livre, encontrou taxas de 23‰,

para 1798, e 27,7‰, para 1818, enquanto entre a população feminina nesses mesmos anos foram estimadas taxas de 42‰ (MARCÍLIO, 2000, p. 89, 90).

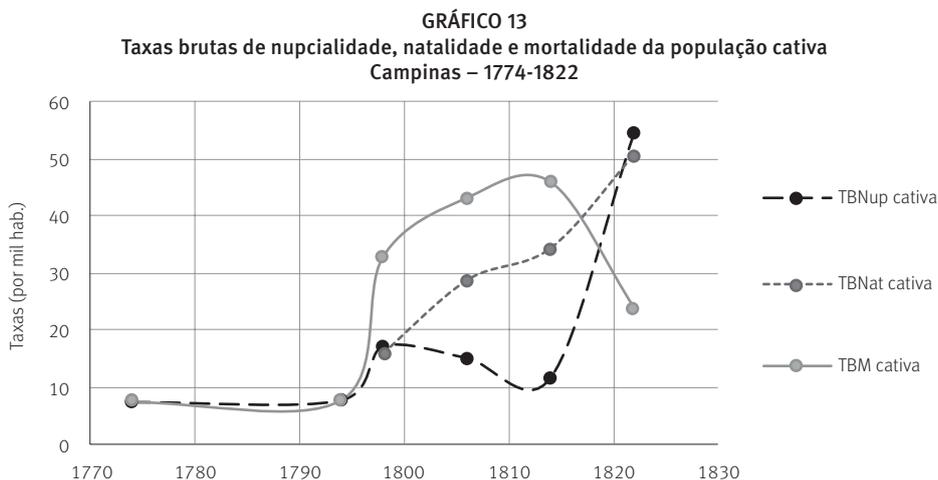
Esses apontamentos alertam, em primeiro lugar, para a diferença entre as taxas de mortalidade masculina e feminina; em segundo, para as diferenças das taxas encontradas entre distintas faixas de idade (embora não tenha sido este o objetivo do presente estudo), sendo que o efeito da idade implica a nítida diferença dos resultados do cálculo da taxa de mortalidade quer infantil, quer de jovens ou ainda de pessoas com mais de 50 anos; e, em terceiro, para as condições de vida e sanitárias de uma dada população, conforme procuramos demonstrar em relação à comparação entre as taxas de livres e escravos.

Finalmente, ao examinar o conjunto das taxas de nupcialidade, natalidade e mortalidade da população livre (Gráfico 12), nota-se que, apesar das altas taxas de mortalidade, os nascimentos foram importantes para determinar um crescimento vegetativo dessa população. Os casamentos ocorridos na própria paróquia e a presença de muitos casais advindos de um processo migratório interno e significativo para a região contribuíram para esse incremento.



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Por sua vez, ao considerar a população cativa (Gráfico 13), apesar da existência de um aumento importante dos nascimentos entre 1798 e 1822, as taxas de mortalidade, também elevadas, contribuíram para impedir um incremento natural positivo. Mas, a despeito disso, deve-se considerar a importância do processo migratório forçado de africanos, que, sobretudo nos anos 1820, fez crescer a população cativa em Campinas, como pudemos depreender da pirâmide etária apresentada no Gráfico 8.



Fonte: Mapa Geral dos Habitantes de Campinas (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

Considerações finais

Diante de mudanças econômicas e políticas que ocorreram a partir de meados do século XVII, o Império luso procurou dinamizar as regiões da América portuguesa que eram mais vulneráveis, promovendo a reestruturação da capitania de São Paulo e, como consequência, uma sucessão de atos que culminaram com o incentivo ao povoamento da terra de forma a explorá-la economicamente. Para isso, várias foram as vilas fundadas nesse momento, assim como fortificações foram construídas, como a do Iguatemy.

Campinas foi um exemplo de povoado que, ao sabor dos caminhos trilhados pelos bandeirantes, se tornou um pouso necessário para a jornada em direção ao sertão. Nesse processo, as terras férteis da região passaram a ser cultivadas, inicialmente, com produtos voltados ao comércio interno e consumo próprio. Porém, dada a conjuntura revolucionária francesa, que forçou o aumento dos preços internacionais do açúcar produzido no Caribe, São Paulo passou a ingressar nesse mercado, sendo que muitos habitantes de Campinas se beneficiaram desse processo, como demonstrou Valter Martins ao sugerir que não somente os senhores de engenho enriqueceram, mas também os pequenos agricultores livres.

Assim, as terras campineiras tornaram-se atrativas para muitas pessoas de condição social livre, algumas muito ricas, que implantaram engenhos e os colocaram sob os cuidados de administradores. Outras eram agricultores que faziam uso de poucos escravos e eram auxiliados pelos familiares, sendo que durante esse período muitos vieram a granjear bons resultados em suas lides agrícolas, enquanto outros migraram para lugares que chamavam a atenção dos colonizadores, como demonstrou Martins (1996).

O fato é que a implantação de um número cada vez maior de engenhos provocou o ingresso de mais africanos para trabalharem sobre as condições do sistema escravista

existente em Campinas, a exemplo de outras localidades estudadas por pesquisadores que partiram do referencial teórico da demografia histórica (COSTA, 1979; MOTTA, 1999; CUNHA, 2009). Assim, o objetivo deste artigo foi expressar as condições de implantação desse sistema desde os seus primeiros passos, à luz dos Mapas Gerais de Habitantes, e, sobretudo, extrair deles indicadores demográficos para melhor entender a dinâmica desse processo colonizador. Processo já identificado há um bom tempo por Maria Luiza Marcílio (2000) que, em sua análise, constatou a presença do escravo africano no meio do século XVIII em um quinto da população regional. Portanto, ao estudar Campinas, uma vila colonial que se estabeleceu no alvorecer da independência do Brasil, foi possível reforçar essa tese de Marcílio e perceber que, nesta vila colonial, a presença africana tornou-se ainda mais intensa, quase dividindo ao meio os espaços entre pretos e brancos.

Referências

ABREU, J. L. N. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das 'luzes' e as informações sobre as enfermidades na América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 761-778, jul./set. 2007.

AISSAR, A. da G. **Natalidade e mortalidade em Franca**: estudo de demografia histórica (1800-1850). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.

ALINCOURT, L. D'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

BACELLAR, C. de A. P. As famílias de povoadores em áreas de fronteiras na capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN. *Anales...* Foz do Iguaçu: Alap, 2016.

_____. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória Unicamp (CMU), 1997.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, 1979.

CABALLERO, E. M. C. **A população de Montevidéu**. Sua demografia histórica urbana: 1726-1852. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1987.

COSTA, I. N. da. **Vila Rica**: população (1719-1826). São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo (USP), 1979 (Coleção Ensaios Econômicos, 1).

CUNHA, M. F. da. **Demografia e família escrava**. Franca-SP, século XIX. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2009.

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Typ. Paulista, 1896.

EISENBERG, P. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1989.

FERNANDES, M. de C. **Imigração e ocupação em Campinas no final do século XIX ao início do século XX**. Dissertação (Mestrado) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2016.

HENRY, L. Temas de pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica do Brasil. **Revista de História** (USP), São Paulo, n. 105, p. 63-79, jan./mar. 1976.

KUBO, E. M. **Aspectos demográficos de Curitiba, 1801-1850**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 1974.

LEMONS BRITO, J. G. de. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980 (Brasiliana; v. 155).

LEONZO, N. **As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo** – das origens ao governo do Morgado de Matheus. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, 1977 (Coleção Museu Paulista, série de História, v. 6).

LISTAS Nominativas de Habitantes. Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

LIVRO Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, volume 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

LUNA, F. V. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan./mar. 1998.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

MAPA Geral dos Habitantes de Campinas. Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da USP, 1974.

_____. **Caíçara: terra e população** – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas; Cedhal, 1986.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos**. Campinas: Centro de Memória Unicamp (CMU), 1996.

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)**. São Paulo: Fapesp; Annablume, 1999.

NOZOE, N. Sesmarias e posse de terra rural no Entre Rios de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Matto Grosso. In: RIBEIRO, S. B. (Coord.). **Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguarú (1792-1930)**. Campinas: Direção Cultura, v. 2, 2016. p. 10-55.

NOZOE, N.; COSTA, I. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991.

_____. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 34, p.175-182, 1992.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canvieira em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1968.

PIROLA, R. F. **A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

REGISTROS paroquiais de batizados, casamentos e óbitos de livres e escravos de Campinas. Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

SLENES, R. W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. **População e Família**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-82, jan./jun. 1998.

_____. **Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava**, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família brasileira: mulheres chefes de família (1765-1850)**. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. **A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WELTI, C. **Demografia**. México: Prolap, 1997.

Sobre o autor

Paulo Eduardo Teixeira é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e da graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Marília.

Endereço para correspondência

Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE)
Av. Hygino Muzzi Filho, 737 – Bairro Mirante
17525-900 – Marília-SP, Brasil

Abstract

Campinas, a colonial village (1774-1822)

The development of agriculture in São Paulo, Brazil, presented a significant expansion during the late eighteenth and early nineteenth centuries, which is the focus of this paper. The purpose is to understand the dynamics and movements of these populations of a region of plantations (slaveholding properties). The sources for this discussion are derived from the General Map of Inhabitants existing for the period 1798-1822 in Campinas, with added data from the Nominative Lists of inhabitants and Parish Registers. Despite evident data limitation, there was a strong demographic increase, especially in captive population.

Keywords: Slavery, mortality. Marriage rate. Birth rate. 18th century. Settlement.

Resumen

Campinas, una villa colonial (1774-1822)

La agricultura paulista tuvo una expansión significativa durante los últimos años del siglo XVIII y los comienzos del XIX. En tanto región de grandes propiedades esclavistas, Campinas se estudia por su gran riqueza documental, de modo que este artículo fue pautado principalmente por el

Mapa General de Habitantes del período 1798-1822, ampliado con información proveniente de las listas nominativas de habitantes y de los registros parroquiales. Finalmente, se verificó un crecimiento demográfico de gran intensidad, sobre todo en lo que refiere a la población esclava.

Palabras clave: Esclavitud. Mortalidad. Nupcialidad. Natalidad. Siglo XVIII. Colonización.

Recebido para publicação em 10/02/2017

Aceito para publicação em 09/10/2017

Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836

Luciano Costa Gomes*

O artigo aborda a história da população de Santa Catarina entre 1787 e 1836. A documentação é composta por 12 “mapas” de população. Por meio do uso de instrumentos próprios da demografia histórica, analisam-se as características e transformações da estrutura populacional e econômica da região. A população estudada cresceu, mas com períodos de significativa oscilação. Livres, libertos e escravos apresentavam tendências demográficas diferentes, como o contínuo domínio de mulheres entre livres e libertos e elevadíssima presença de homens entre os cativos. Verificou-se um quadro econômico caracterizado por amplo domínio das atividades agrárias. Os distritos e freguesias com maior proporção de fábricas de farinha e engenhocas de açúcar apresentavam as maiores participações de escravos. Já as localidades com menos engenhos registravam as menores participações de escravos. Consta-se, portanto, a constituição de uma estrutura populacional resultante da concorrência e associação entre o campesinato e a escravidão. Neste quadro, os pequenos agricultores com escravos eram comuns.

Palavras-chave: Santa Catarina. História da população. Escravidão.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS, Brasil (prof.lucianocg@gmail.com).

Introdução

Neste artigo, estuda-se a história da população de Santa Catarina em fins do século XVIII e o primeiro terço do século XIX. A documentação que sustenta este trabalho corresponde a sete mapas de população do período colonial tardio (1787-1806), cinco posteriores à chegada da família real e anteriores à independência (1809-1820) e, por fim, um do final do primeiro império (1829) e um do regencial (1836).¹ O período que receberá maior atenção será o colonial, até 1820, especialmente porque é o mais bem documentado.

Nos dois primeiros tópicos, aponta-se para aspectos relevantes da história de Santa Catarina enquanto são descritos e problematizados os documentos utilizados. No terceiro, analisam-se os fatores demográficos de média duração, como a composição sociojurídica da população, taxa de crescimento e razão de sexo. Nos penúltimo e último tópicos aborda-se a relação entre população e ocupação produtiva da capitania, a partir de informações presentes no mapa de 1805 e em um relatório produzido em 1796. Especialmente no último tópico, o interesse é compreender a presença escrava a partir dos tipos de produção local.

Contexto histórico da capitania

O início da ocupação luso-americana do território de Santa Catarina ocorreu no contexto de expansão da sociedade bandeirante. Das vilas paulistas de São Vicente e Santos saíram agrupamentos liderados por famílias pertencentes às elites locais, acompanhados por agregados e cativos indígenas. Os povoados de São Francisco, Desterro e Laguna foram fundados por volta de 1642, 1662 e 1684, respectivamente, e nas primeiras décadas do século XVIII eram formados por pequena população distribuída em menos de três dezenas de casas. São Francisco foi elevada à condição de vila já em 1660. Nestas três localidades produziam-se, principalmente, farinha de mandioca e peixes secos para viver, além de haver criação pecuária em Laguna (CABRAL, 1937).

As referidas vilas passaram a representar um papel estratégico quando a região ao sul de São Paulo e ao norte do Rio da Prata se transformou em ampla fronteira disputada pelas coroas ibéricas nos séculos XVII e XVIII. Havia recursos econômicos muito atrativos, como a prata que descia do Peru e chegava ao Atlântico, as manadas de gado dispersas nas vacarias meridionais, madeiras, ervais, terras férteis, bem como a possibilidade de se encontrarem caminhos para as minas de ouro. Duas vilas foram fundadas nesse território: Colônia do Sacramento, junto ao Rio da Prata, entreposto onde comerciantes portugueses obtinham prata espanhola; e a vila do Rio Grande de São Pedro, que guardava a entrada da Lagoa dos Patos, cujo curso fluvial permitia adentrar no Continente de São Pedro, atual território do Rio Grande do Sul. Para ocupar o território e proteger e abastecer a Colônia

¹ Uma parcela dos mapas utilizados encontra-se disponível na página *Counting Colonial Populations*, disponível em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 20 set. 2017. Os dados relativos ao ano de 1819 encontram-se no mapa de 1820.

do Sacramento e Rio Grande, tornou-se necessário desenvolver instituições capazes de administrar a região (SILVA, 2008; KÜHN, 2004).

Nesse contexto, Laguna e Desterro foram elevadas à condição de vila na década de 1720. Em 1738, a Ilha do Desterro passou a compor uma capitania própria – Santa Catarina –, subordinada ao Rio de Janeiro. Laguna e São Francisco passaram para a jurisdição do Rio de Janeiro em, respectivamente, 1742 e 1750. A criação da ouvidoria, em 1749, foi uma ação decisiva para consolidar a estrutura política regional, pois abrangia sob sua jurisdição a Ilha, Laguna e o Rio Grande de São Pedro. São Francisco, por sua vez, permaneceu sob o controle da comarca de Paranaguá até 1832 (SILVA, 2008; CABRAL, 1937).

A transferência de casais das Ilhas dos Açores e da Madeira está intimamente associada à política metropolitana voltada para fortalecer e legitimar a ocupação territorial do sul da América. Segundo cálculos recentes, a soma dos ilhéus desembarcados em Santa Catarina, entre 1748 e 1754, pode superar 7 mil indivíduos. Para acomodar os casais, foram criados sete povoados, sendo seis vinculados à vila do Desterro (o distrito de Ribeirão e as freguesias da Lagoa, Necessidades, São Miguel, São José e Enseada do Brito, as três últimas localizadas no continente) e um à de Laguna (Vila Nova de Santa Ana) (SILVA, 2008). Algumas levas de casais dirigiram-se ao Rio Grande de São Pedro a partir de 1750, ocasionando um *boom* demográfico na região, de consequências estruturais em sua história (QUEIROZ, 1987; SCOTT; BERUTE, 2014).

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos casais açorianos ao se estabelecerem na região, especialmente após a conquista de Rio Grande pelos espanhóis, em 1763. O recrutamento de jovens para o serviço militar e o não pagamento dos produtos retirados dos lavradores pela Fazenda Real, dentre outros fatores, prejudicaram o desenvolvimento econômico regional (PIZARRO E ARAÚJO, 1822; CABRAL, 1937).

Após o fim da guerra de reconquista do Rio Grande e a retomada da Ilha de Santa Catarina, que fora invadida pelos espanhóis em 1777, iniciou-se uma época de estabilidade política acompanhada da reorganização das unidades produtivas. Augusto da Silva (2008) classifica este período, compreendido entre 1778 e 1807, como de “refundação da capitania”, acompanhado pelo surto de uma ampla gama de bens produzidos, como mantimentos, aguardente e tábuas.

Beatriz Mamigonian e Vitor Hugo Cardoso (2013) enfatizam que tal produção econômica não se destinava apenas ao autoconsumo ou ao mercado local, encontrando também como mercado a praça comercial do Rio de Janeiro. Tal tendência intensificou-se após a chegada da família real, em 1808. O aumento da população do Rio de Janeiro, a internalização dos gastos reais na própria América e o crescimento da demanda alimentar levaram os produtores catarinenses a ampliarem a exportação de bens alimentares para a Corte, fortalecendo a integração da capitania ao mercado interno luso-americano (CESCO, 2009; BETHELL; CARVALHO, 1991).

A independência do Brasil e seu novo imperador, em 1822, foram imediatamente reconhecidos em Santa Catarina. Neste período, o Desterro foi elevado à condição de

cidade e algumas freguesias foram criadas. No período da Regência, houve momentos de instabilidade política, mas, juntamente com Piauí, Santa Catarina não conheceu a violência de revoltas como a Cabanagem ou a Farroupilha (BETHELL; CARVALHO, 1991).

Na segunda década do século XIX, iniciou-se uma nova política colonizadora em Santa Catarina. A primeira colônia fundada no período, em 1818, contou com 101 indivíduos naturais da freguesia portuguesa de Ericeira. Em 1832, a localidade foi elevada à condição de município, sob o nome de Porto Belo, desmembrada de São Francisco. A colônia de Pedro de Alcântara, fundada em 1829, originalmente contou com pouco mais de 600 indivíduos oriundos da Saxônia, uma parcela deles formada por mercenários. Em 1836, desembarcaram 186 colonos italianos em Santa Catarina com a finalidade de levar a cabo a ocupação de terrenos organizada por uma companhia colonizadora. A nova colônia foi chamada de Nova Itália e estabelecida no município de São Miguel. Na mesma época, fundou-se a colônia de Itajaí, formada por três arraiais. Em 1839, dois destes arraiais somavam 141 habitantes, a maioria nacionais. A dimensão quantitativa desta onda imigratória é relativamente pequena, especialmente se comparada à imigração açoriana de meados do século XVIII (PIAZZA, 1982).

A documentação

Os mapas de habitantes ou de população foram instrumentos utilizados a partir do governo pombalino para conhecer e controlar os povos e os contingentes militares e eclesiásticos disponíveis ao serviço real. A tal ponto eram considerados importantes que foram guardados como segredo de Estado. Apesar das muitas dificuldades enfrentadas para sua elaboração, os mapas de habitantes representam uma das poucas fontes que permitem conhecer as populações da América portuguesa de forma global (ALDEN, 1963; MATOS; SOUSA, 2015).

Da elaboração destes mapas participavam os setores civil e eclesiástico a serviço da Coroa, incluindo padres, bispos, oficiais de ordenanças ou milícias, ouvidores e capitães gerais. A partir das Ordens Régias de 1773, 1776 e, especialmente, 1797, a Coroa passou a exigir modelos uniformizados dos mapas para as diferentes regiões da América portuguesa, com interesse mais voltado para a população livre (ALDEN, 1963; MARCÍLIO, 2000; MATOS; SOUSA, 2015).

Se os mapas deveriam ser produzidos conforme um modelo geral, seu preenchimento dependeu de informações paroquiais originadas dos registros dos rituais católicos, que possuíam formas locais de classificação social dos indivíduos. Portanto, os numeramentos se encontram não apenas no eixo que liga o domínio religioso ao civil, como observaram Dauril Alden (1963) e Paulo Teodoro de Matos e Paulo Silveira e Sousa (2015), mas também no que liga o local ao geral e explica a inexistência de homogeneidade neste conjunto documental.

As classificações utilizadas para descrever a população nos mapas de Santa Catarina são: condição sociojurídica (livres, libertos, escravos e, no período imperial, índios); cor (preto e pardo ou mulato); sexo; faixas etárias; organização familiar; estado matrimonial; e ocupação.

Frequentemente, cor e condição sociojurídica estão associadas. As únicas classificações que aparecem sistematicamente são condição sociojurídica e sexo, sendo as restantes esporádicas.

As classificações utilizadas nos mapas conjugam concepções de sociedade e hierarquia do escravismo colonial americano e da segunda escolástica ibérica (SCHWARTZ, 1988; XAVIER; HESPANHA, 1993). Se no mundo luso-americano cada indivíduo tinha sua posição designada conforme condição jurídica, *status* social e o papel ocupado no núcleo familiar ao qual pertencia, os mapas de população refletem parcialmente tais espaços sociais: como regra, a população livre tendia a ser designada antes da escrava ou forra, a branca antes da negra e da parda, a masculina antes da feminina, os pais antes dos filhos, os casados antes dos solteiros (LARA, 2007).

No período imperial, a Carta Constitucional de 1824 passou a reger a nação independente. Conforme a mesma, o país passou a ser formado pela associação dos cidadãos brasileiros, que são todos os indivíduos ingênuos (isto é, livres de nascimento) ou libertos nascidos no Brasil, bem como os estrangeiros naturalizados. Como demonstrou Ivana Lima (2003), em estudo sobre os mapas elaborados no Rio de Janeiro, semelhante mudança alterou as formas de organizar os mapas e censos populacionais. Neste período, as categorias de “índio” e “estrangeiro” tornaram-se comuns. As pessoas de cor passaram a ser diferenciadas entre “ingênuos” e “libertos”, distinção importante para contabilizar a população votante. A cor dos indivíduos continuou a ser um elemento caracterizador da população, o que gerou inúmeras resistências populares. Por vezes, cor e condição sociojurídica se confundiam, tal qual no período colonial. A partir de 1848, o termo “raça” passou a ser empregado com alguma frequência (LIMA, 2003).

Para Santa Catarina, estão disponíveis uma série de mapas e resumos de população desde 1787, confeccionados parcialmente segundo as Ordens Régias de 1773/1776 e 1797.² Os objetivos são abrangentes, pois toda população era contabilizada, incluindo-se libertos e escravos. No entanto, observa-se uma notável disparidade de informações a separar, em primeiro lugar, os livres dos escravos e, em segundo, os homens das mulheres. No mapa de 1787, apenas os livres brancos são distribuídos conforme posição no núcleo familiar³ e sexo. No mapa de 1796, apenas os livres são distribuídos conforme faixas etárias. Nos mapas de 1805, organizados conforme a Ordem Régia de 1797, estão informados o estado matrimonial, a faixa etária e a ocupação apenas dos homens livres e libertos.

Os mapas de população de Santa Catarina posteriores à independência, dos anos de 1829 e 1836, apresentam diferenças em relação aos anteriores. O número de variáveis tornou-se muito maior, sendo consideradas para todos os grupos sociais, o que, para o analista, é um ganho qualitativo significativo. A população passou a ser dividida conforme as categorias sociojurídicas de “livre” e “escravo”, sendo que a de “liberto” (juntamente com a de “ingênuo”) passou a ser subordinada à categoria de cor.

² Conforme salientam Matos e Sousa (2015, p. 94), as ordens régias, aparentemente, possuíam um caráter apenas pontual e não se tornaram, de fato, um modelo único para a estatística brasileira do período.

³ Os papéis familiares empregados são: casado, viúvo, solteiro e filho.

QUADRO 1
Tipos de informação presentes nos mapas de população
Santa Catarina – 1787-1836

Documentos	Ano	Idade	Estado conjugal	Sexo	Cor	Princípio de distinção da população	Informações idênticas para todos os segmentos populacionais	Total de fogos	Eclesiásticos	Ordenanças, milícias e militares	Batismos, óbitos e casamentos	Outras variáveis
Resumo de toda população	1787	x	x	x	x	Condição sociojurídica						
Resumo geral de toda a população	1796	x		x	x	Condição sociojurídica	x	x			x	Ausentes e vindos para o distrito
Resumo de toda população	1803			x		Condição sociojurídica	x					
Mapa de população (geral e por freguesia ou vila)	1805	x	x	x	x	Sexo		x	x			Ocupações e empregos
Resumo geral de toda a população	1806			x		Condição sociojurídica	x					
Resumo geral de toda a população	1809			x		Condição sociojurídica	x					
Resumo geral da capitania	1811			x		Condição sociojurídica	x					
Resumo geral de toda população	1812			x		Condição sociojurídica						
Resumo geral de toda a população	1814			x		Condição sociojurídica						
Mapa da população do governo de Santa Catarina	1820	x		x	x	Cor		x	x		x	Igrejas, contém os dados de 1819
Mapa da população da província	1829			x	x	Condição sociojurídica	x	x			x	Índios, igrejas, irmandades, confrarias
[...] na dos Fogos e Populações da Província	1836		x	x	x	Condição sociojurídica	x	x			x	Índios, estrangeiros, nacionais, ingênuos, igrejas, confrarias, irmandades

Fonte: Mapas de população de Santa Catarina (ver Referências Documentais).

A comparação das informações presentes nos documentos torna visível um avanço conceitual e técnico nas práticas de contabilizar as populações, especialmente porque parte dos documentos do período colonial é muito simples, correspondendo, frequentemente, a resumos de outros mapas, sem haver contabilidade de casamentos, óbitos ou recrutamento (BRITO, 1829, p. 24). No entanto, não podemos pensar que a estatística populacional do período imperial representa uma ruptura em relação àquela do colonial, como afirmou Ivana Lima (2003). Pelo contrário, como aponta Maria Luiza Marcílio (2000), a partir de 1830 ocorreu uma desorganização das estatísticas censitárias resultante dos violentos conflitos do período e do processo de amadurecimento de um novo Estado. Além disso, é preciso lembrar que há bons mapas coloniais (como os de 1805 e 1820), com um acúmulo de experiência na sua confecção, bem como a continuidade de certos problemas e dificuldades na produção dos mesmos de um período para o outro.⁴

Conforme apontou Silvia Lara (2007), a organização das informações dos mapas poderia se dar a partir de diferentes pontos de vista que dependiam dos problemas, procedimentos ou parâmetros considerados pertinentes aos gestores políticos metropolitanos e coloniais, ocasionando mudanças nos resultados numéricos. A transição do período colonial para o imperial, por sua vez, criou um contexto diferente para se pensar a dinâmica populacional. Conforme avalia Tarcísio Botelho (2005), a elite nacional surgida no século XIX passou a utilizar os censos para descrever uma nação em surgimento, caracterizada como culturalmente homogênea, mas demarcada por uma hierarquia de cor e condição social.

A partir das ponderações destes autores, pode-se pensar que entre o período colonial e o imperial ocorreu menos algum tipo de avanço técnico do que, de fato, uma mudança no ponto de vista dos gestores políticos e do que eles consideravam necessário vir a conhecer. Um exemplo retirado dos mapas catarinenses pode ilustrar esta dinâmica: após cinco décadas, somente em 1836 surge a contabilidade da condição matrimonial dos escravos. Saber se os escravos eram ou não casados tornou-se uma questão relevante justamente quando a escravidão não poderia ser legalmente mantida por meio do tráfico e dependeria da formação de famílias sob o cativo e da reprodução natural.

A história da população

No período de quase 50 anos compreendido entre 1787 e 1836, a população de Santa Catarina triplicou de tamanho, passando de 20.611 para 61.639 pessoas. O fim da guerra de reconquista de Rio Grande (em 1776) e a conseqüente diminuição da requisição de farinha pela Fazenda Real, bem como a concessão de licenças para os soldados trabalharem nas atividades rurais, são alguns dos fatores que estimularam o amplo crescimento da capitania a partir de 1787 (PIZARRO E ARAÚJO, 1822, p. 310; SILVA, 2008).

⁴ Tanto no período imperial (LIMA, 2003) como no colonial (ALDEN, 1963; MATOS; SOUSA, 2015), as distâncias, a resistência das populações e a inexperiência técnica dos agentes foram problemas comuns.

A população de Santa Catarina apresentou um crescimento elevado entre 1787 e 1836, com uma taxa de crescimento anual de 2,3%. Tal incremento foi comum a outras regiões do Brasil e está associado à ampla expansão econômica que marcou o período colonial-tardio (ALDEN, 1990). Na Bahia, a população cresceu a uma taxa de 3,1% entre 1774 e 1780, em grande medida devido à compra de cativos (SCHWARTZ, 1988). No Rio Grande do Sul, entre 1780 e 1802, com o desenvolvimento da triticultura, da pecuária e das charqueadas, a taxa de crescimento anual foi de 2,7% (GOMES, 2014; OSÓRIO, 2008; SCOTT et al., 2015).⁵ Tais taxas são altíssimas se comparadas àquelas encontradas nas Ilhas dos Açores, no mesmo período, quando raramente ultrapassavam 1% ao ano e, sobretudo, comparativamente ao reino de Portugal (MATOS, 2014, p. 36).

Se medidas as taxas geométricas de crescimento para períodos curtos, encontram-se diversos ritmos de crescimento demográfico. Entre 1787 e 1796, ocorreu um razoável incremento populacional (taxa anual de 1,6%), seguido de uma aceleração entre 1796 e 1803 (taxa de 2,5%). De 1803 a 1809 e deste ano até 1814, ocorreu um arrefecimento da velocidade de crescimento (taxas anuais de 1,6% e 1,4%, respectivamente). Justamente no período posterior a 1809, encontramos a época mais lenta de mudança da população, fenômeno já observado por Paulo José de Brito (1829). Portanto, as mudanças econômicas decorrentes da transferência da corte para o Rio de Janeiro e da abertura dos portos não impactaram imediatamente a região no sentido de acelerar o aumento demográfico. Foi somente na segunda metade da década de 1810 que a capitania conheceu um crescimento, de fato, explosivo: de 1814 a 1820 e deste ano até 1829, as taxas foram de, respectivamente, 3,0% e 3,2% anuais. Entre 1829 e 1836, houve novo arrefecimento do crescimento (taxa de 2,0%), em parte resultado da interrupção temporária do tráfico atlântico de cativos.

As novas localidades acrescentadas a Santa Catarina presentes no mapa de 1829 – as capelas de Itajaí e de Bom Jesus dos Aflitos e a vila de Lages – representavam 11% da população no referido ano. Desconsideradas estas localidades, a taxa de crescimento, entre 1820 e 1829, diminuiu de 3,2% para 1,9%. Em 1836, Lages e Porto Belo representavam 14% da capitania. Portanto, a reorganização administrativa da capitania (com a incorporação de Lages) e a criação de novas colônias a partir de 1818 com elementos estrangeiros e nacionais, bem como possível migração de nacionais para as vilas e freguesias mais antigas, foram significativas para o aumento populacional no período.

⁵ Gomes (2014) e Scott et al. (2015) empregaram o método utilizado por Alden (1963) para estimar a população da capitania do Rio Grande em 1780. Scott et al. chegaram a uma taxa anual de 2,9% para o período entre 1780 e 1805. A pequena diferença deste resultado com o apresentado por Gomes, de 2,7% para o período de 1780 a 1802, deve-se a uma variação da metodologia empregada por Gomes (2014). Apesar da diferença, os resultados são praticamente idênticos.

Na Tabela 1 apresenta-se a população conforme a condição sociojurídica. Alguma manipulação das categorias presentes nos mapas de 1829 e 1836 precisou ser efetuada para se estabelecer comparação com os mapas precedentes.⁶

TABELA 1
Distribuição da população, segundo condição sociojurídica
Santa Catarina – 1787-1836

Condição sociojurídica	Em porcentagem												
	1787	1796	1803	1805	1806	1809	1811	1812	1814	1819	1820	1829	1836
Livres	78,5	76,3	76,3	74,9	76,4	74,6	74,8	75,1	73,8	73,1	72,7	71,4	73,4
Libertos	1,0	1,9	1,7	2,0	2,2	2,0	1,8	1,9	1,6	1,5	2,4	3,3	5,1
Escravos	20,5	21,8	22,0	23,1	21,4	23,4	19,7	23,0	24,7	25,4	24,4	23,6	21,2
Índios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

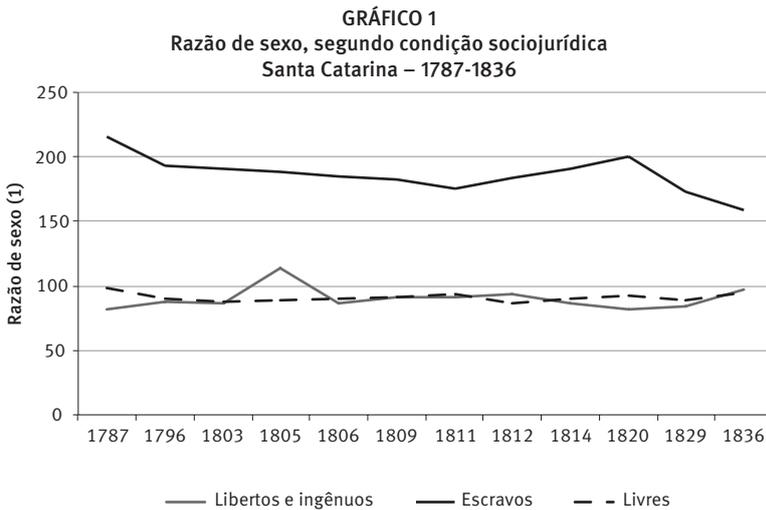
Fonte: Mapas de população de Santa Catarina (ver Referências Documentais).

Os dados da tabela evidenciam o conhecido predomínio de pessoas livres em Santa Catarina, resultado da massiva migração de famílias de ilhéus em fins da década de 1740. Os forros ou libertos aparecem com diminuto contingente na maior parte da cronologia, com aumento notável a partir de 1820. A população escrava, com exceção do ano de 1811, nunca foi inferior a 20%. Verifica-se, portanto, uma estabilidade na composição da população de quase cinco décadas. Apesar de sua dimensão relativamente limitada, o escravismo possuía um lugar estrutural nessa sociedade. Uma mudança significativa foi a pequena diminuição dos livres nos últimos anos, o que se deve, por consequência, ao aumento significativo da população de libertos e à discriminação dos índios, população cuja maior parcela é formada pelos nativos ou mestiços residentes em Lages, localidade incorporada a Santa Catarina em 1820.

Quanto à razão de sexo, verifica-se algum nível de estabilidade ao longo do tempo. Livres e libertos tenderam a apresentar valores baixos, a favor do agregado feminino, enquanto entre os escravos prevalecia o elemento masculino. Desde já, estes valores podem indicar alguma tendência à migração masculina entre os homens livres e uma contínua dependência do tráfico para repor a população cativa. O amplo predomínio feminino entre os libertos deve ter como causa a generalizada tendência de escravas possuírem melhores condições para obter a alforria (KLEIN, 1978; RUSSEL-WOOD, 2005; LIBBY; PAIVA, 2000).

⁶ A categoria de ingênuo presente nos mapas de 1829 e 1836 remete à liberdade de nascimento de indivíduos de cor, diferente da condição do liberto, que chegou a ser cativo. Nesse sentido, os ingênuos deveriam ser enumerados entre os livres. No entanto, os mapas de Santa Catarina do período colonial deixam explícita a vinculação entre as categorias de “livre” e “branco”, o que era uma regra para os mapas da América portuguesa (ALDEN, 1963, p. 197). Por sua vez, “pretos” e “pardos” são somados em conjunto como “libertos”. Por isso, parece ser mais adequado contabilizar os pretos e pardos ingênuos junto aos libertos de mesma cor.

A razão de sexo da população escravizada é a que varia mais no tempo. Ainda que a tendência de crescimento desta população seja contínua, ocorreu um lento decréscimo da razão de sexo até 1811, apresentando a partir daí um aumento lento até 1820. Tal fato pode apontar para uma possível intensificação do tráfico escravista alguns anos após a chegada da família real, como argumentam Beatriz Mamigonian e Vitor Cardoso (2013). No período posterior à independência, em fins da década de 1820 e meados da de 1830, a razão de sexo cativa diminuiu, confirmando o impacto desestabilizador do processo de abolição do tráfico iniciado em 1826 sobre a reprodução das escravarias da região. Ainda assim, destaca-se que a razão de sexo continuou muito elevada em 1836, pois havia uma proporção superior a 150 homens para cada 100 mulheres neste ano (Gráfico 1).



Fonte: Mapas de população de Santa Catarina (ver Referências Documentais).

(1) Número de homens para cada 100 mulheres.

Para avaliar com maior acuidade os valores apresentados, a razão de sexo de Santa Catarina em 1809, segundo categoria sociojurídica, será comparada com a de outras regiões da América portuguesa: a freguesia mineira de São José, a capitania de São Paulo e o Rio Grande de São Pedro.⁷

Em Santa Catarina, a razão de sexo da população livre, naquele ano, era de 91 homens para cada 100 mulheres, resultado semelhante ao da capitania de São Paulo, em 1808 (90 homens por 100 mulheres). São Paulo, em fins do século XVIII e começo do XIX, apresentava uma população predominantemente dedicada à agricultura de subsistência e ao mercado interno, com baixíssima dependência do escravismo (MARCÍLIO, 2000). Já em relação às outras duas localidades, a razão de sexo de Santa Catarina era inferior à da freguesia

⁷ As informações relativas ao Rio Grande foram obtidas no seguinte documento: Mappa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, devididos pelas freguezias actuais da mesma Capitania no anno de 1802. Carta do [governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul] Paulo José da Silva Gama, ao príncipe regente [D. João]. 4 de dezembro de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 7, doc. 485. Projeto Resgate: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Este foi analisado por Osório (2008), Gomes (2014) e Scott et al. (2015).

mineira de São José (110 homens por 100 mulheres, em 1795) (LIBBY; PAIVA, 2000) e à do Rio Grande de São Pedro (107 homens para cada 100 mulheres, em 1802). Os valores mais elevados destas duas últimas áreas indicam maior capacidade de atração de imigrantes homens e jovens, que é explicada pelo avanço do sistema produtivo de alimentos para o mercado interno baseado em artigos mais valorizados, como os derivados de animais (queijo, toucinho, charque), milho e trigo, associado à expansão da fronteira agropecuária.

Como São Paulo, os resultados referentes à população livre de Santa Catarina tanto indicam tendência à migração masculina quanto evidenciam os resultados do recrutamento de praças nas milícias ou exército e de fugas geradas para resistir ao chamado militar, argumento defendido por Maria Luísa Marcílio (2000) para o caso de São Paulo. Nesse sentido, no que diz respeito a Santa Catarina, Saint-Hilaire (1936) observou que os dados oficiais não exprimem a verdade, em função da prática de muitas famílias de não declararem o número exato de pessoas para subtraí-las do serviço das milícias, ao que se acrescenta o gosto pelo mar de muitos homens. Portanto, podemos suspeitar dos valores baixos relativos à presença de homens livres.

Por outro lado, a razão de sexo entre escravos de Santa Catarina era elevada (183 homens por 100 mulheres) em comparação à camponesa São Paulo (122 homens), semelhante à do Rio Grande de São Pedro (171 homens), mas não tão acentuada quanto a dos cativos mineiros (255 homens para cada 100 mulheres). A elevada razão de sexo, portanto, evidencia a dependência de Santa Catarina ao tráfico de escravos para reproduzir esta população, como apontaram Mamigonian e Cardoso (2013). Saint-Hilaire (1936), por sua vez, explica que a desproporção sexual entre os cativos é o resultado da preferência dos lavradores pelo trabalho escravo masculino, a ser realizado nas atividades rurais.

Grupos etários e especialização ocupacional em 1805

Os mapas de 1805 foram confeccionados para cada distrito da capitania de Santa Catarina e formam o conjunto mais complexo no que respeita à riqueza de informações para a população masculina livre e liberta. No registro de cada localidade, a população foi dividida em dois segmentos: primeiramente, conforme faixas etárias quinquenais, cor e estado civil; depois, conforme faixas etárias quinquenais e ocupação. Este é o mapa que está em maior conformidade com a Ordem Régia de 1797 (MATOS; SOUSA, 2015). A partir destas informações, serão analisados os perfis da população masculina conforme cor, idade e ocupação.

A população masculina livre ou liberta de Santa Catarina somava 10.540 indivíduos naquele ano, dos quais apenas 26 eram sacerdotes. Excluídos estes últimos, havia 33% de casados, 1% de viúvos e 67% de solteiros. Os brancos predominavam com 97% do total, enquanto pardos somavam 2% e pretos correspondiam a 1%. Os pardos apresentavam o maior contingente de solteiros (73,4% do total), enquanto pretos e brancos possuíam contingentes quase idênticos de casados (33,3% e 33,1% de seus totais, respectivamente). Apenas para os brancos havia registro de viúvos, que somavam 1,3% do total.

A população masculina de Santa Catarina era bastante jovem, pois 51% dos livres e libertos tinham até 15 anos, proporção superior à encontrada em São Paulo, em 1808, onde os indivíduos com até 14 anos representavam 44% do total. Tal como em São Paulo, o resultado encontrado revela uma natalidade bastante elevada (MARCÍLIO, 2008).⁸ Na Tabela 2 a população foi distribuída a partir de grupos etários – infantil (de 1 a 10 anos), adulto (de 11 a 60) e idoso (com mais de 60 anos)⁹ – e cor.

TABELA 2
Distribuição da população masculina livre ou liberta, por cor e faixa etária
Santa Catarina – 1805

Grupos etários	Em porcentagem			
	Branços	Pardos	Pretos	Total
Infantil	37,8	33,5	29,9	37,7
Adulto	56,1	64,7	59,8	56,3
Idoso	6,0	1,8	10,3	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Mapas de população de Santa Catarina, diferentes localidades, de 1805 (ver Referências Documentais)

Nota: O grupo infantil compreende a população masculina de 1 a 10 anos; o adulto, a de 11 a 60 anos; e o idoso, a de mais de 60 anos.

A estrutura etária da população variava significativamente conforme sua cor. A população branca era bastante jovem e possuía a menor participação de adultos. Entre os pardos predominavam os adultos e eram pouquíssimos os idosos. Por fim, a população preta era bastante envelhecida, com a maior representatividade de idosos.

Tais informações permitem definir os perfis dos três segmentos populacionais. Os homens brancos apresentavam melhores condições para manter a estabilidade familiar (como a posse de algum patrimônio e liberdade jurídica desde o nascimento, por exemplo), o que resultou em maior presença de homens casados e crianças. Os pardos, por sua vez, eram os que apresentavam a maior participação de solteiros e adultos, o que indica provável predomínio de indivíduos imigrantes de outras capitâneas. Por fim, os homens pretos, com significativa presença de casados, adultos e idosos, deveriam ser escravos que conseguiram a alforria na própria capitania após muitos anos de cativo, sendo que vários haviam formado famílias próprias.

O mapa de 1805 também informa as ocupações dos indivíduos conforme faixas etárias. Se tomadas as 18 ocupações registradas, reagrupadas por setores econômicos clássicos, teremos 88% no setor primário, 6% no secundário e 6% no terciário. A participação do setor primário era muito elevada, inclusive se comparada à de São Paulo, em 1798, que

⁸ Em partes, a diferença de 7 pontos percentuais deve ser relativizada pelo fato de que a população catarinense considerada é exclusivamente masculina e tem um limite etário superior em um ano.

⁹ A escolha destes parâmetros deve-se às características dos registros disponíveis. A faixa etária de 11 a 15 anos foi classificada como adulta porque todos os indivíduos foram classificados conforme ocupação. Isto é, todos já eram entendidos como trabalhadores. Dentre os menores de 11 anos, apenas dois de um universo de quase quatro mil tiveram o registro de ocupação. A idade de 60 anos foi utilizada como parâmetro da população idosa porque era o limite para a seleção de soldados segundo as ordens régias de 1773 e 1776 (MATOS; SOUSA, 2015).

correspondia a 69% (MARCÍLIO, 2000). Evidenciam-se, portanto, um baixíssimo nível de divisão social do trabalho e o caráter bastante rural de Santa Catarina, mais intenso do que o encontrado em São Paulo em época aproximada.

Para analisar os dados ocupacionais de maneira mais acurada, será utilizado o parâmetro internacional de classificação de ocupações denominado Hisco (*Historical International Standard Classification of Occupation*), adaptado para o contexto brasileiro por Tarcísio Botelho (2008), o qual permite comparações entre diferentes regiões e períodos históricos.¹⁰ Para melhor qualificar os dados analisados, apresentam-se também os dados relativos a Minas Gerais, em 1831-2, o que possibilitará interessantes constatações.

TABELA 3
Distribuição da população masculina livre e liberta total, segundo grupos de ocupações
Santa Catarina – 1805 e Minas Gerais – 1831-2

Grupos	Ocupações registradas no Mapa de SC de 1805	Santa Catarina, 1805		Minas Gerais, 1831-2	
		N	%	N	%
0	Cirurgiões e boticários	8	0,1	120	0,3
1	Eclesiásticos	25	0,4	592	1,6
2	(Nenhuma registrada)	0	0,0	484	1,3
3	Escrivães	6	0,1	309	0,8
4	Comerciantes e vendedores	123	2,0	2.221	5,8
5	Militares, milicianos e ordenanças	164	2,7	82	0,2
6	Lavradores e pescadores	5.376	88,3	21.731	57,1
7	Alfaiates	44	0,7	2.556	6,7
8	Ourives, sapateiros, carpinteiros e ferreiros	229	3,8	2.851	7,5
9	Calafates, pedreiros, marinho e carpinteiro da ribeira	112	1,8	7.082	18,6
Total		6.087	100,0	38.028	100,0

Fonte: Mapas de população de Santa Catarina, diferentes localidades, de 1805 (ver Referências Documentais); Botelho (2008, p. 215).

Minas Gerais, no início da década de 1830, já possuía uma longa trajetória relativa ao desenvolvimento de suas instituições políticas e econômicas, o que contrasta com o caráter ainda embrionário do desenvolvimento de Santa Catarina. Os grupos de 0 a 3, formados por profissionais de maior qualificação ou setores de administração, apresentavam uma participação seis vezes maior no território mineiro se comparado ao catarinense. O grupo 4 (formado por comerciantes) era quase três vezes mais presente em Minas do que em Santa Catarina. O setor artesanal ou de baixa especialização mineiro (grupos 7 a 9) era cerca de cinco vezes mais presente. Os grupos catarinenses que possuíam participação mais elevada do que a de seus congêneres mineiros eram os de militares e de produtores de alimentos (grupos 5 e 6). Evidencia-se, portanto, não apenas o caráter agrário de Santa Catarina, mas também o perfil militar imposto pela proximidade da fronteira do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Para definir com precisão o grupo ao qual pertence cada registro de ocupação, foi utilizado o sistema de padronização do Hisco. Disponível em: <<http://historyofwork.iisg.nl/search.php>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

A distribuição das ocupações entre as diferentes localidades catarinenses não era homogênea. O Desterro concentrava a maior parcela dos profissionais ou administradores de alta ou baixa especialização (grupos 0 e 1, com, respectivamente, 50% e 32%), comerciantes (grupo 4, com 50%) e trabalhadores manuais com alta e média especialização (grupos 7 e 8, com, respectivamente, 50% e 39%). O resultado é esperado pela importância comercial e administrativa da capital e pela presença do núcleo urbano. Laguna, por sua vez, registrava a maior parcela dos militares (grupo 5, com 50%) e dos trabalhadores manuais de baixa especialização ligados ao setor marítimo (grupo 9, com 30%), resultado das demandas bélicas e comerciais ligadas ao Rio Grande do Sul. O segmento mais bem distribuído na capitania corresponde ao da produção de alimentos, formados majoritariamente por agricultores (grupo 6). São Francisco, a maior produtora de farinha de mandioca da capitania, respondia pela maior parcela dos agricultores (quase 17% do total), seguida pela área rural do Desterro (16% do total).

Com quase 90% da população masculina, livre ou liberta, dedicada à agricultura, a explicação para a aquisição de escravos deve estar associada a esta atividade, e não tanto ao desenvolvimento dos setores administrativo, comercial ou artesanal, concentrados na vila do Desterro. No próximo tópico, relacionado às atividades agrícolas pertinentes a cada localidade, apresenta-se uma explicação geral para a distribuição da população cativa em Santa Catarina.

Atividades produtivas e escravidão

Para explicar a estável participação da população cativa que acompanhou o crescimento da capitania ao longo dos 50 anos ora estudados, bem como a sua sempre elevada razão de sexo, é preciso atentar para a diversidade de culturas e as atividades econômicas desenvolvidas. A base alimentar era a mandioca, acompanhada pela produção de arroz, milho, feijão, cebola e algum trigo. A pesca baleeira permitia a produção de óleo e a alimentação de escravos. Em algumas freguesias, a pesca era atividade recorrente. A produção pecuária autônoma era exclusividade de Laguna. A ilha contava, também, com a produção de cana, transformada em açúcar, melado e aguardente. A produção de frutas e hortaliças era realidade em várias localidades.

Acompanhando a diversidade produtiva, havia significativas diferenças no que diz respeito à presença escrava em cada localidade. Ao se observar o número mediano da participação de escravos no conjunto dos 11 mapas analisados relativos ao período 1787 a 1829, verificamos que Desterro, Lapa do Ribeirão e São Miguel destacavam-se por valores relativamente altos (respectivamente, 30,9%, 30,2% e 28,5%). Com medianas um pouco acima de 20%, estavam Lagoa (23,7%), São José (21,7%), Enseada do Brito (24,1%) e Laguna (22,2%). Por fim, com valores inferiores a 20%, apareciam Santo Antônio (17,3%), Santa Ana (18,8%) e São Francisco (17,6%).

Comparar as atividades produtivas e a participação da população escrava nas diferentes freguesias é o caminho para encontrar uma explicação de semelhante padrão. A

possibilidade de tal análise é aberta pelo relatório do governador João Alberto de Miranda Ribeiro, escrito em 1796 sob ordem do vice-rei do Brasil, no qual se encontra uma tabela com a quantificação de engenhos e fábricas de toda a qualidade. No mapa de população daquele ano, consta o total de domicílios existentes. Somamos, ainda, a informação das localidades onde havia unidades de pesca de baleias e chegamos ao resultado da razão de engenhocas, fábricas e atafonas (capital fixo) para cada mil domicílios (Tabela 4).

TABELA 4
Razão de engenhos, fábricas e engenhocas para cada mil fogos, presença de armação baleeira, participação de escravos e razão de sexo dos escravos, segundo freguesias Santa Catarina – 1796

Localidade	Engenhos, engenhocas e fábricas de açúcar e aguardente (por mil fogos)	Fábricas de mandioca (por mil fogos)	Atafonas de trigo (por mil fogos)	Engenho de pilar arroz (por mil fogos)	Presença de armação baleeira	Participação de escravos na população (%)	Razão de sexo da população escrava (1)
Desterro	53	131	26	0	Não	26,0	125
Lapa do Ribeirão	256	319	44	13	Sim	29,0	309
Conc. da Lagoa	116	307	97	0	Não	18,0	227
Santo Antônio	62	253	25	0	Não	15,0	229
São Miguel	47	422	98	4	Sim	29,0	375
São José	44	422	211	0	Não	20,0	212
Ens. do Brito	184	332	199	0	Não	23,0	429
Laguna	23	109	14	0	Não	24,0	169
Vila Nova	33	161	161	0	Não	16,0	216
S. Francisco	24	18	0	0	Sim	17,0	125

Fonte: Relação dos engenhos e fábricas pertencentes ao relatório de João Alberto de Miranda Ribeiro de 1796; Resumo geral de toda população de Santa Catarina de 1796 (ver Referências documentais).

(1) Número de homens para cada 100 mulheres.

Os resultados da Tabela 4 evidenciam uma associação entre a razão de engenhocas e fábricas por mil domicílios e as características da demografia escrava das localidades. Lapa do Ribeirão, São Miguel e Desterro, os locais onde havia mais escravos, apresentavam as maiores proporções de engenhocas açucareiras e fábricas de mandioca. No extremo oposto, Santo Antônio, Vila Nova e São Francisco, as localidades com menor presença de cativos, eram as menos capitalizadas. Estes dados permitem vislumbrar a existência de diferentes sistemas de produção local, caracterizados por formas específicas de arregimentação da mão de obra, de investimento em capital fixo e de escolha de culturas desenvolvidas e comercializadas.

Como já observara Saint-Hilaire (1936), Lapa do Ribeirão era a freguesia da Ilha que concentrava a maior população cativa porque existiam ali vários engenhos de açúcar e uma armação (LUZ, 1994). Os dados do relatório de 1796 confirmam tal observação para um período 20 anos anterior à viagem do naturalista francês. Em termos proporcionais,

Ribeirão era a freguesia mais envolvida com a produção de açúcar, com cerca de 250 unidades produtoras para cada mil domicílios. Além disso, é possível acrescentar que os engenhos de pilar arroz, atividade então movida pelo trabalho escravo, e a alta proporção de fábricas de fazer farinha de mandioca podem ajudar a explicar a elevada presença de cativos, majoritariamente homens. Semelhante perfil manteve-se na segunda metade do século XIX, pois, como demonstrou Sérgio Luz (1994), a maioria dos escravos era empregada na agricultura em 1872. Por quase um século, a escravidão demonstrou-se como uma forma de coação de trabalhadores necessária para desenvolver as atividades de produção de bens alimentares nesta localidade. São Miguel apresentava uma estrutura econômica semelhante, como se pode observar na Tabela 4.

A alta participação de cativos na população era acompanhada por significativa distribuição da posse entre os senhores de São Miguel e Lapa do Ribeirão. Nesta última localidade, em 1843, segundo Sérgio Luz (1994), 40% dos domicílios contavam com cativos. A maioria dos senhores detinha até cinco cativos e possuía a maior parcela destes. Em São Miguel, conforme demonstrou Zimmermam (2011) ao analisar os inventários das décadas de 1830 e 1840, a quase totalidade de 23 inventariados do período possuía cativos e os proprietários de até dez indivíduos predominavam e dominavam a maior parcela dos cativos.

O caso destas freguesias é semelhante ao de regiões produtoras de alimentos para o mercado interno (como milho, trigo, farinha de mandioca, pecuária, fumo), onde os escravos eram muitos e se encontravam em boa parte dos domicílios de pequenos e médios agricultores. O caso mais conhecido é o do sul de Minas, mas devem ser acrescentadas as paróquias baianas produtoras de farinha de mandioca e fumo, bem como as freguesias do Rio Grande de São Pedro dedicadas à triticultura e à criação de rebanhos (LIBBY; PAIVA, 2000; SCHWARTZ, 1988; OSÓRIO, 2007; GOMES, 2014).

A participação dos escravos nas populações de Enseada do Brito, Conceição da Lagoa, São José e Laguna, que ficava um pouco acima de 20%, tende a apontar para um quadro de relações de trabalho em que a participação de escravos era menos intensa do que nas localidades anteriores, mas se mantinha bem significativa. Em Lagoa da Conceição, a participação de escravos mostra uma tendência de crescimento ao longo do período analisado: 16% em 1787, 18% em 1796, 23% em 1805, 25% em 1811 e 28% em 1829. Tal enriquecimento está associado à elevada participação de engenhos de cana e fábricas de mandioca e à razoável proporção de atafonas. Enseada do Brito apresentava proporção de engenhos e fábricas semelhante ou superior, o que explica uma presença de cativos poucas vezes inferior a 23% no período analisado. São José, por fim, detinha altíssima proporção de fábricas de farinha. Por certo, a produção de farinha permitia o acúmulo de recursos e a aquisição de cativos por parte de camponeses, conforme argumenta Ana Bastos (2013) para o caso da Lagoa da Conceição.

Na falta de dados disponíveis sobre a distribuição da posse escrava, a comparação com Sorocaba pode ser útil, pois esta localidade também apresentava 20% de sua população composta por cativos e a maioria dos domicílios estava vinculada à produção de alimentos

para o próprio sustento e para o mercado interno. Em 1810, os cativos sorocabanos encontravam-se em apenas 1/5 dos domicílios. Neste limitado conjunto de senhores escravistas, os poucos possuidores de 11 ou mais indivíduos concentravam metade dos escravizados (BACELLAR, 2001). Este quadro econômico-demográfico sorocabano anterior à expansão da rubiácea caracteriza-se, portanto, pelo predomínio do trabalho familiar na maioria dos domicílios (uma parte dos quais contando com um ou dois escravos) que concorria com um grupo relativamente limitado de medianos e grandes senhores escravistas. Este quadro deveria ser semelhante ao das três freguesias catarinenses acima abordadas.

As duas localidades com menor presença de cativos – a freguesia de Santo Antônio e o distrito de Vila Nova, pertencente então a Laguna – não possuíam armações ou engenhos de pilar arroz e a proporção de unidades açucareiras era bastante baixa. Ainda assim, Santo Antônio apresentava razoável proporção de fábricas para fazer farinha de mandioca, enquanto Vila Nova tinha razoável proporção de atafonas. É importante destacar que a terceira localidade com menos escravos, a vila de São Francisco, registrava as mais baixas proporções de engenhos e fabricas e era a única a não apresentar atafonas, o que indica o baixíssimo investimento em capital fixo, denunciando o caráter empobrecido da vila. Nestas localidades a presença de cativos em lares de agricultores deveria ser muito restrita, provavelmente se reservando a maioria dos escravos a um grupo muito limitado de produtores mais afortunados.

Conclusão

Santa Catarina conheceu um amplo crescimento populacional no período ora estudado, mas houve variações bem marcadas. O primeiro período de rápido crescimento foi aquele posterior ao fim da guerra de Reconquista do Rio Grande e da própria Ilha de Santa Catarina aos invasores espanhóis. Os 15 primeiros anos do século XIX apresentaram um crescimento comparativamente baixo, em relação aos outros períodos. A vinda da família real, em princípio, não implicou mudanças na população de maneira imediata. Somente a partir da segunda metade da década de 1810 ocorreu um novo período de crescimento, marcado por uma velocidade explosiva.

Em linhas gerais a capitania conheceu certa estabilidade no período ora abordado no que diz respeito à composição sociojurídica de sua população, porém, aponta-se para um lento, mas constante, crescimento da participação de escravizados e para um aumento da população de libertos a partir de 1820. Os livres, por sua vez, caracterizavam-se por predomínio feminino, provavelmente, em função, em parte, de sub-registro da informação de homens que fugiam do recrutamento militar e, em parte, de possível migração masculina.

A capitania se caracterizava por uma baixa divisão social do trabalho, pois sua população era composta predominantemente por produtores agrícolas. O Desterro se destacava por seu núcleo urbanizado, contando com ampla presença de artesãos, comerciantes e

outros profissionais, enquanto Laguna apresentava uma importante presença de militares, ordenanças, marinheiros e artesãos marítimos.

Santa Catarina era um importante exportador de alimentos para o mercado interno e determinadas atividades permitiram constante aquisição de cativos. Como visto, as localidades onde se produziam derivados de cana, arroz e apresentavam maior proporção de engenhocas, fábricas e atafonas possuíam as maiores participações de cativos. Por outro lado, os lugares com menor proporção de engenhocas e fábricas por domicílio tinham menor presença de cativos. Portanto, havia diferentes sistemas produtivos em Santa Catarina, caracterizados por tipos de artigos produzidos, nível de investimento em capital fixo e formas de arregimentação da mão de obra específicos. A associação destes sistemas permitiu a constituição de uma estrutura populacional e econômica camponesa e escravista de pequena e média dimensão relativamente estável e em constante crescimento por cinco décadas.

Referências

ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *The Hispanic American Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, maio 1963.

_____. El Brasil colonial tardío, 1750-1808. In: BETHEL, L. (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Critica, v. 3, 1990. p. 306-358.

BACELLAR, C. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp/ Annablume, 2001.

BASTOS, A. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, B.; VIDAL, J. (Org.). *História diversa*: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. p. 69-84.

BETHEL, L.; CARVALHO, J. Brasil (1822-1850). In: BETHEL, L. (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Critica, v. 6, 1991. p. 319-377.

BOTELHO, T. População e espaço nacional no Brasil. *Cadernos de História*, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2005.

_____. Categorias de diferenças: ocupação, “raça” e condição social no Brasil do século XIX. *Locus*, v. 14, n. 1, p. 195-228, 2008.

BRITO, P. J. *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina, escrita no Rio de Janeiro no anno de 1816*. Lisboa: Tipografia da Academia de Lisboa, 1829.

CABRAL, O. *Santa Catarina: história – evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CESCO, S. *Floresta, agricultura e cidade*: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX. 2009. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

GOMES, L. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. *Revista Latino-Americana de História*, v. 3, n. 10, p. 89-110, 2014.

KLEIN, H. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, n. 17, p. 2-28, 1978.

KÜHN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LARA, S. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIBBY, D.; PAIVA, C. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, jan./dez. 2000.

LIMA, I. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LUZ, S. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930**. Florianópolis: UFSC, 1994.

MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades**. Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGH-PUC, Porto Alegre, 2007.

MAMIGONIAN, B; CARDOSO, V. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, B.; VIDAL, J. (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 17-42.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATOS, P. T.; SOUSA, P. S. A estatística da população na América portuguesa, 1759-1820. **Memórias**. Revista Digital de Historia y Arqueología Desde el Caribe Colombiano, ano 11, n. 25, p. 73-103, 2015.

MATOS, P. T. A população do Arquipélago dos Açores entre o antigo regime e o liberalismo (1766-1835). In: SCOTT, A. S. et al. (Org.). **Gente das Ilhas**. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 31-59.

OSÓRIO, H. Expansão territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX. In: SCOTT, A. S.; FLECK, E. (Org.). **A corte no Brasil**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2008. p. 235-252.

_____. **O Império português no sul da América**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PIAZZA, W. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: BRDE, 1982.

PIZARRO E ARAÚJO, J. S. **Memorias historicas do Rio de Janeiro, das provincias annexas a jurisdicção do vice-rei do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Impressão Nacional, Tomo IX, 1822.

QUEIRÓZ, M. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

RUSSEL-WOOD, A. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de Santa Catharina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SCOTT, A. S.; BERUTE, G. “Gentes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande do Sul no século XVIII. In: SCOTT, A. S. et al. (Org.). **Gente das Ilhas**. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 105-146.

SCOTT, A. S.; BERUTE, G.; SCOTT, D.; SILVA, J.; FREITAS, D. Counting colonial populations: a comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. *Anais de História de Além-Mar*, n. 26, p. 281-312, 2015.

SILVA, A. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme*. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). 2008. 299 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica – PPGHE, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

XAVIER, Â.; HESPANHA, A. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, A. (Coord.). *O antigo regime*. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 121-155.

ZIMMERMANN, F. *De armação baleeira a engenhos de farinha*. Fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2011.

Sobre o autor

Luciano Costa Gomes é mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de história da rede de ensino básico da Prefeitura de Porto Alegre.

Endereço para correspondência

Rua Joaquim de Carvalho, 50, apto. 106, Bairro Vila Nova
91740-840 – Porto Alegre-RS, Brasil

Abstract

Free men, freedmen and slaves in the history of the population of Santa Catarina, 1787-1836

This study presents considerations regarding the history of the population in Santa Catarina between the years 1787 and 1836. The sources are 12 “population maps”. Through the application of regular instruments of historical demography, this article aims to analyze characteristics and transformations of the population and economic structure of the area. The population under study experienced growth, albeit with periods of oscillation. These three social categories ‘free men, freedmen and slaves’ presented different growth tendencies through the years, such as the continued increase in the number of women among the categories free men and freedmen, and the major presence of men under the slave category. The economic scenario involved predominantly agrarian activities. Districts and parishes with the largest proportion of flour mills and sugar mills had the highest percentages of slaves. On the other hand, localities with fewer mills had lower slave participation. Thus, the establishment of a population structure resulting from competition and association between peasantry and slavery was observed. In this context, small farmers with slaves were common.

Keywords: Santa Catarina. History of the population. Slavery.

Resumen

Libres, libertos y esclavos en la historia de la población de Santa Catarina, 1787-1836

En esta investigación se aborda la historia de la población de Santa Catarina entre 1787 y 1836. La documentación comprende doce «mapas» de población. A través de los instrumentos de la Demografía histórica, se analizan las características y los cambios en la población y la estructura económica de la región. La población analizada creció, aunque con períodos de oscilación significativa. Libres, libertos y esclavos tenían distintas tendencias demográficas, como el dominio continuo de mujeres entre libres y libertos y la elevada presencia de hombres entre los cautivos. Se verificó un contexto económico caracterizado por el amplio dominio de actividades agrícolas. Distritos y parroquias con mayor proporción de pequeñas fábricas de harina e ingenios de azúcar tuvieron mayor participación de esclavos y las localidades con menos ingenios, por el contrario, presentaban menor participación de los esclavos. Se ha constatado, por lo tanto, la formación de una estructura de población resultante de la competencia y la asociación entre el campesinado y la esclavitud. En este contexto, eran comunes los pequeños agricultores con esclavos.

Palabras clave: Santa Catarina. Historia de la población. Esclavitud.

Apêndice

TABELA 1
Distribuição da população, segundo condição sociojurídica
Santa Catarina – 1787-1836

Condição socio-jurídica	1787	1796	1803	1805	1806	1809	1811	1812	1814	1819	1820	1829	1836
Livres	16.177	18.209	21.701	21.756	23.037	23.376	23.753	24.806	24.828	26.622	29.142	38.134	45.066
Libertos	209	455	485	574	673	622	580	644	533	550	964	1.774	3.131
Escravos	4.225	5.191	6.247	6.719	6.452	7.337	6.247	7.583	8.302	9.231	9.783	12.620	13.019
Índios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	855	163
Total	20.611	23.855	28.433	29.049	30.162	31.335	31.750	33.033	33.663	36.403	40.080	53.383	61.379

Fonte: Mapas de população de Santa Catarina (ver Referências Documentais).

Referências documentais

Resumo de toda a População pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina, extraído dos Livros de Baptismo e Róis da desobriga do ano 1787 com Separação de Sexos, Estados, e Parentescos, mandado ordenar pelo Governador Interino o Sargento Mor da Artilheria José Pereira Pinto. Ministério do Reino, mç.600, nº130. Torre do Tombo.

Resumo Geral de toda a população pertencente ao Governo da Ilha de S. Catharina formado pelos mapas que derão os officiaes de cada hum dos Destrictos do mesmo Governo: 1º de Janeiro de 1796. B.SC(GE).1796 BNRJ_03.03.17_00000013.

Rezumo de toda a População pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina extrahido do Mapa geral que derão os Comandantes dos Destrictos no anno de 1803. AHU_ACL_CU_021, Cx.8, doc.454, r.9.

Mapa da População que contém o distrito da Freguezia da Villa de Nossa Senhora do Desterro Capital da Ilha de Santa Catharina com a divizão de sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do sexo masculino de cinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU. ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Mapa da População que contem o distrito da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, cituada na Ilha de Santa Catharina, com a divizão de sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do sexo masculino de cinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU. ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Mapa da População que contem o distrito da Freguezia de Nossa Senhora das Necessidades, cituada na Ilha de Santa Catharina com a divizão de sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do Sexo masculino de cinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU. ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Mapa da População que contém o distrito da Freguezia de Nossa Senhora do Rozario da Enciada do Brito cituada na Terra firme, pertencente á Ilha de Santa Catharina, com a divizão de Sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do sexo masculino de cinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU.ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10

Mapa da População que contém o distrito da Freguezia de São Joze, cituada na Terra firme, pertencente á Ilha de Santa Catharina com a divizão de Sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do sexo masculino de Sinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU. ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10

Mapa da População que contém o distrito da Freguezia de São Miguel, cituada na Terra firme pertencente á Ilha de Santa Catharina com a divizão de Sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do Sexo masculino de Sinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU. ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Mapa geral de toda a População das seis Freguezias cituadas na Ilha de Santa Catharina, e em vinte, e huma Legoas de Terra firme que com [?] de Norte ao Súl, desde da Margem austrál do Rio Cambrij-guacú athe o Morro de Garopaba, sugeitas á Villa de Nossa Senhora do Desterro, Capital mesma Ilha, com a divizão de Sexos, idades, estados, e empregos, clacificada a do Sexo masculino de Sinco, em cinco annos. Aos 31 de Dezembro de 1805. AHU.ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Mapa da População comprehendida no Districto desta Villa de Santo Antonio dos Anjos da Laguna pertencente ao Governo deste Departamento da Ilha de Santa Catharina desde do Rezuto[?] das Torres onde se divide do Governdo do Rio Grande de S. Pedro do Sul thé Morro da Garupaba que contem quarenta e duas Legoas pouco mais ou menos, em o qual Mapa se conhece especificamente os sexos e suas idades de cinco, em cinco annos pelo Capitão Mor do mesmo Destricto aos 6 de Novembro de 1805. AHU.ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Mappa da População que contem o Destricto do Rio de São Francisco Xavier do Sul, pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina; cujo Destricto comprehende a Villa e a terra firme, desde o Rio de Sahi da parte do Norte, the o Rio Cambriu-guasú da parte do Sul, com divizão de Sexos, Idades, Estados, Emprégos; e clasificados os do Sexo Masculino de 5, em 5 annos. Villa da Grassa 30 de Agosto de 1805. AHU.ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.501, R.10.

Rezumo geral de toda a População pertencente ao Governo da Ilha de Santa Cathrina, extrahida dos Mapas, que derão os Officiaes encarregados annualmente desta deligencia nos Districtos deste Departamento no anno de 1806. AHU.ACL.CU.B. Sta Catarina 021, Cx.9, Doc.523, R.10.

Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina, extraída dos mapas que derão os officiais encarregados desta diligencia no ano de 1809. Arquivo Nacional, Códice 808, Vol.3, fol.32.

Resumo geral da capitania de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catharina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do anno de 1811. AN, Cód.808, Vol.3, fol.75.

Resumo geral da capitania de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catharina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do anno de 1812. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 211.

Resumo geral da capitania de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catharina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do anno de 1814. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 213.

Mappa da População do Governo de Santa Catarina segundo as Listas dos Capitães mores, dadas em o ultimo de Dezembro de 1820, confrontando com as do último de Dezembro de 1819. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 214.

Mappa de população da Provincia de Santa Cathar.a do Anno de 1829. ANRJ, Cód.808, Vol.3, fol.83.

(...)na dos Fogos e Populações da Província de Santa Catharina no Anno de 1836. ANRJ, Cód.808, Vol.3, fol.85.

Relação dos engenhos e fabricas de toda a qualidade, que há na Ilha de Santa Catharina, e nos mais destritos de sua jurisdição. In: Ofício do tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, Freguesia das Necessidades, 17 de novembro de 1797. AHU.ACL.CU.021 Sta Catarina 021, Cx.6, Doc.387

Recebido para publicação em 30/01/2017

Aceito para publicação em 05/09/2017

A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810

Dario Scott*

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de um exercício metodológico explorando as potencialidades e os limites dos mapas de população relativos ao Rio Grande de São Pedro, entre finais do século XVIII e início do XIX. Essa documentação, produzida por demanda da coroa portuguesa, foi elaborada para diversas capitanias e incluía, em formato de quadro ou tabela, informações relativas à população segundo sexo, condição jurídica, idade, cor/etnia. No caso do Rio Grande de São Pedro estão disponíveis sete desses “mapas”, cuja análise permite conhecer as características gerais da população dessa capitania, situada no extremo sul da América portuguesa. Nesse sentido, a partir de uma caracterização geral da documentação utilizada, buscou-se estabelecer indicadores demográficos da população naquele território na passagem do século XVIII para o século XIX, por meio das estatísticas produzidas para 1780, 1791, 1798, 1808, 1805, 1807 e 1810. Entre os resultados, destacam-se o predomínio da população branca, o desequilíbrio na razão de sexos, especialmente entre a população escrava, e a variação do peso da distribuição da população pelo território, mostrando a ocupação em direção às áreas de fronteira.

Palavras-chave: População colonial. Fontes demográficas. Demografia histórica.

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (dariostt@gmail.com).

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de um exercício metodológico explorando as potencialidades e os limites dos mapas de população relativos ao Rio Grande de São Pedro, entre finais do século XVIII e início do XIX. Essa documentação configura-se em estatísticas elaboradas, em formato de quadro ou tabela, pelo estado metropolitano português para melhor conhecer os seus domínios. Tais estatísticas foram continuamente ajustadas, para alcançar maior acuidade e padronização, por meio de inúmeros decretos e ordens régias emitidas na virada do século XVIII para o século XIX, sobretudo a partir do governo do Marquês de Pombal.¹

Para auxiliar na coleta e sistematização das informações que alimentavam esses mapas de população, a coroa contava com a estrutura administrativa eclesiástica, implantada no território sob o seu domínio. À semelhança do Estado, a Igreja também tinha interesse em controlar a vida de seus fiéis. Pelas normas fixadas já desde o Concílio de Trento, exigia-se que cada paróquia tivesse um livro para assentar os registros de batizado, casamento e óbito (os assentos paroquiais), assim como a confissão e comunhão, por meio dos róis de confessados.

É importante destacar, portanto, que boa parte da informação que consta dos mapas que nos interessam analisar provém dos registros eclesiásticos mantidos pelos párocos nas respectivas freguesias, como veremos adiante.²

Conforme Paulo Matos e Paulo Silveira e Sousa (2015), admite-se que as ordens régias de 17/07/1773 e de 21/05/1776 estavam inseridas neste processo de uniformização e melhoria da qualidade das estatísticas demográficas produzidas para a América portuguesa. O diploma real publicado em 1776 reproduzia as orientações do decreto anterior, modificava algumas das categorias utilizadas e acrescentava um caráter regular e sistemático, pois compelia os responsáveis ultramarinos a enviar anualmente os mapas estatísticos das suas administrações.

De acordo com essas instruções, as informações sobre o número de habitantes deveriam ser elaboradas respeitando as seguintes categorias:

- 1) Todas as crianças do sexo masculino até à idade de 7 anos completos;
- 2) Todos os rapazes desde a idade de 7 anos até a idade de 15;
- 3) Todos os homens desde a idade de 15 anos até à idade de 60;
- 4) Todos os velhos desde a idade de 60 anos para cima com especificação particular de todos os que passam dos 90 anos;
- 5) Todas as crianças do sexo feminino até à idade de 7 anos completos;
- 6) Todas as raparigas desde a idade de 7 anos até a idade de 14;
- 7) Todas as mulheres desde a idade de 14 anos até à idade de

¹ Desde a década de 1770, o governo português colocou em prática algumas iniciativas que visavam uniformizar e qualificar as estatísticas elaboradas nas diversas partes do império, com desdobramentos que alcançaram as primeiras décadas do século XIX no Brasil.

² Comprovando essa afirmação, veja-se o título completo do Mapa de 1791: “Mapa Geral de toda a população pertencente ao governo do continente do Rio Grande, formado pelos resumos que deram os vigários de cada uma das Freguesias do mesmo governo. Vila de São Pedro, 26 de fevereiro de 1791”. Ver Osório (2008, p. 239, nota 8).

50;³ 8) Todas as velhas desde a idade de 50 anos para cima com especificação particular de todos os que passam dos 90 anos; 9) Todos os nascimentos acontecidos no ano em que tirar esta relação; 10) Todas as mortes acontecidas no mesmo ano.⁴ (MATOS; SOUSA, 2015, p. 87)

As faixas etárias indicadas evidenciam o interesse das autoridades portuguesas em conhecer a sua população em termos gerais, especialmente o contingente de súditos do sexo masculino aptos para o recrutamento militar e as mulheres em idade fértil, informação de grande importância para as políticas de população da coroa portuguesa (MATOS; SOUSA, 2015).

Para a coleta dos dados, além de acionar a estrutura da Igreja Católica (por meio dos párocos das diversas freguesias espalhadas pelos seus domínios), as ordens régias estimulavam o envolvimento dos capitães e oficiais de ordenanças.

Em artigo clássico, publicado no início da década de 1960, Dauril Alden (1963) também analisou estas fontes e chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas na elaboração dos mapas populacionais, tais como o fato de as jurisdições eclesiásticas e administrativas nem sempre coincidirem e a resistência da população em atender às solicitações, desconfiada da eventual cobrança de impostos e recrutamento militar. O autor aventou a possibilidade de que os dados fornecidos pelos párocos e o posterior envolvimento de um demasiado número de pessoas na elaboração dos mapas contribuiriam para a ocorrência de uma sucessão de erros (ALDEN, 1963).

Todos esses fatores somados revelam os limites e os problemas que o uso desses mapas pode acarretar. Ainda assim, é uma fonte extremamente rica, por conta da diversidade de informações que reúne e pela cobertura e abrangência no interior do império colonial luso. Afinal, os mapas elaborados não se limitaram a coletar dados relativos apenas ao território sob o domínio de Portugal na América,⁵ possibilitando, dessa forma, uma infinidade de análises comparativas, que podem se expandir no âmbito de todo o império colonial luso.

A capitania do Rio Grande de São Pedro

A capitania do Rio Grande de São Pedro, localizada no extremo meridional da América portuguesa, foi alvo de intensas e recorrentes disputas entre as coroas ibéricas. Apesar dos inúmeros tratados assinados, desde o célebre Tratado de Tordesilhas (1494), não se evitaram os conflitos armados e invasões de parte a parte, que se arrastaram nos séculos seguintes, até a assinatura do Tratado de Badajoz, em 1801.

³ Os autores esclarecem que o decreto de 1776 redefiniu esta categoria para o intervalo entre 14 e 40 anos.

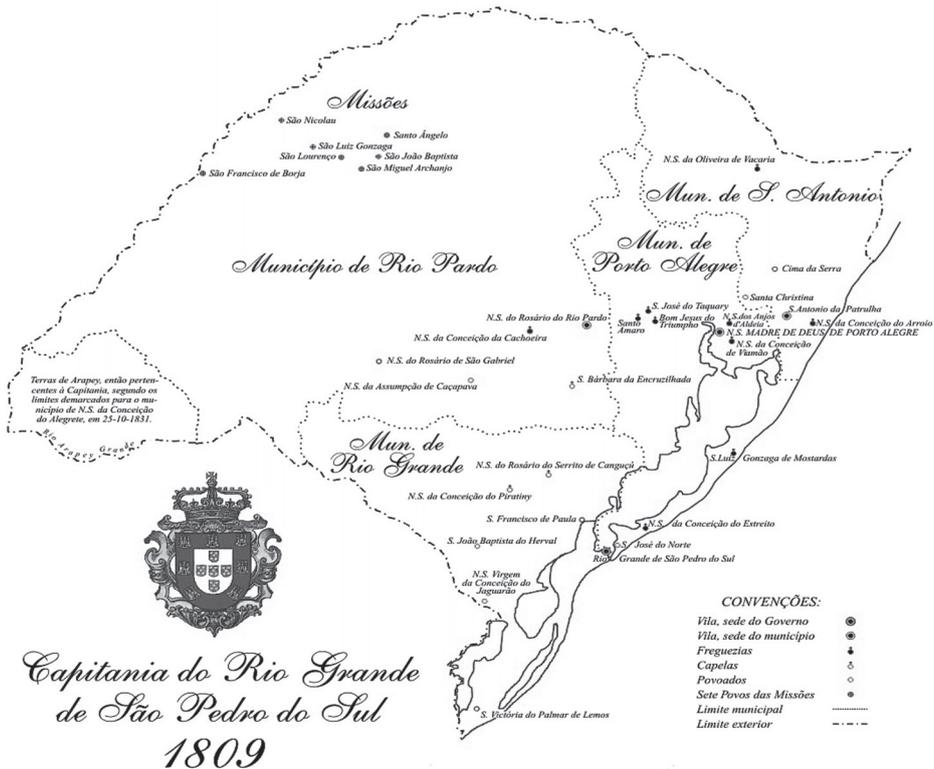
⁴ As medidas governamentais a respeito das estatísticas demográficas de seus domínios ocorreram simultaneamente em Portugal e na Espanha, que publicou um decreto em 10/11/1776 com objetivos semelhantes (MATOS; SOUSA, 2015). Os autores afirmam que este aspecto foi observado primeiramente por Alden (1963).

⁵ A visita ao site *Counting Colonial Populations* dá uma ideia da amplitude e da cobertura temporal e espacial desses mapas de população. Ver: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/index.html>>.

É importante destacar o interesse que a coroa portuguesa tinha na região, tendo em vista as questões geopolíticas envolvidas. Um exemplo claro foi a defesa, pelo lado português, do princípio político do *uti possidetis*, reconhecido pelo Tratado de Madri (1750), que garantiria a posse a quem efetivamente ocupasse as terras. Neste contexto, a coroa estimulou a instalação de imigrantes provenientes do Arquipélago da Madeira e, sobretudo, dos Açores (GRAEBIN, 2006), na região dos chamados Sete Povos das Missões, o que garantiria a posse dos seus novos territórios, fortalecendo a presença portuguesa no extremo sul da América.⁶ Neste contexto, a região foi sendo gradativamente ocupada, assegurando os interesses lusos na bacia do rio da Prata.

A Figura 1 mostra a capitania do Rio Grande de São Pedro em 1809, subdividida nos quatro municípios criados, que correspondem, grosso modo, às três repartições representadas nos referidos mapas.⁷

FIGURA 1
Mapa da capitania do Rio Grande de São Pedro – 1809



Fonte: Mapa baseado na reconstrução histórico-cartográfica, executada no Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, por João C. Campomar Junior, desenhista-cartógrafo, em julho de 1942, reeditado digitalmente por Sérgio Buratto em junho de 2002. Disponível em: <<http://genealogias.org>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

⁶ Em troca da devolução do território que correspondia à Colônia do Sacramento. No entanto, a eclosão da Guerra Guarânica frustrou os planos relativos à instalação dos açorianos no território das missões.

⁷ Desde que se incorpore o município de Santo Antônio com o de Porto Alegre.

Nesse período a região do Rio Grande de São Pedro se desenvolveu a partir de atividades econômicas ligadas à pecuária, voltada para o mercado interno, tendo o charque como principal produto, além da venda de couros e da produção tritícola.⁸

Considerando-se, portanto, todas as vicissitudes da ocupação dessa área e suas atividades econômicas, interessa observar o peso que esse processo peculiar, ligado tanto às questões de disputa territorial com os espanhóis quanto aos conflitos que envolveram os nativos e à entrada de contingentes de açorianos e madeirenses, teve sobre as populações que ocuparam e povoaram a região. Esta experiência histórica diversificada estimula, assim, a exploração mais sistemática dos mapas de população disponíveis entre 1780 e 1810, para que se examinem os desdobramentos desse processo sobre o contingente populacional que se radicou no extremo sul da América portuguesa.

Explorando os mapas de população da capitania do Rio Grande de São Pedro

Em trabalho recente, foi realizado um estudo sobre a consistência e congruências de alguns mapas populacionais, cruzando as informações dos mesmos com outras fontes produzidas pela igreja (registros paroquiais e róis de confessados) (SCOTT et al., 2015). Naquela oportunidade, os autores utilizaram o *software* denominado NACAOB (NAscimento, CAsamento, ÓBitos) (SCOTT; SCOTT, 2012), que faz a gestão de um banco de dados com informações provenientes de registros paroquiais, para confrontar os dados específicos da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre com aqueles apresentados nos mapas de população, para a mesma freguesia. O estudo realizado com os dados referentes àquela freguesia comprovou a estimativa feita por Alden (1963) de que a população na faixa etária entre zero e sete anos representaria perto de 11,75% do total de habitantes da localidade. Também nesse trabalho observamos os dados apresentados para os nascidos e falecidos no ano de execução do mapa. Como não há a data exata do fechamento do mapa, consideramos que as pequenas diferenças encontradas podem ser atribuídas a essa variação, uma vez que comparamos os dados dos mapas com os nascidos e falecidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano do respectivo mapa.

A diferença média encontrada na comparação entre os mapas de população de 1780, 1798, 1802 e 1805 e os róis de confessados foi de 15%, sendo que para o mapa de 1802 a diferença observada foi de apenas 6,4%. No que diz respeito à comparação dos dados do mapa de população com os registros paroquiais coletados com o NACAOB, o mapa de 1802 também foi o que apresentou a menor diferença: 1% nos nascimentos e 2% nos óbitos. Já nos mapas de 1798, os resultados indicam que houve subenumeração, uma vez que constatamos uma diferença de -15% nos nascimentos

⁸ Sobre a incorporação da região do Rio Grande de São Pedro, ver Espírito Santo (2006) e Santos (2006).

e -50% nos óbitos. Por sua vez, para o de 1805 encontramos -7% nos nascimentos e um sobre-registro considerável nos óbitos, chegando a 52% dos falecidos nesse ano.

No que diz respeito à documentação produzida para o Rio Grande de São Pedro, no âmbito da administração colonial, foram explorados os mapas de população relativos a 1780, 1791, 1798, 1802, 1805, 1807 e 1810.⁹

Alguns desses mapas estão disponíveis no *site* do projeto *Counting Colonial Populations*, que tem por objetivo o resgate e a análise dessas estatísticas populacionais no âmbito do império português. No caso do Brasil (como um todo), os dados disponíveis correspondem ao intervalo temporal entre 1776 e 1822.¹⁰

O projeto referido analisa as razões que levaram a coroa a elaborar este vasto conjunto de mapas e pretende disponibilizar novos dados para análise das várias políticas relativas ao império, como a ocupação do território, a gestão das populações, o exercício da fiscalidade, o recrutamento militar e o aproveitamento da mão de obra.

O procedimento adotado para a análise dessas estatísticas partiu da identificação das variáveis contidas em cada um dos mapas utilizados. A partir daí, construímos o Quadro 1 para verificar as informações disponíveis que possibilitariam comparações e/ou aquelas que necessitariam de ajustes para viabilizar a comparabilidade entre os diferentes mapas.

Nesse sentido, o primeiro passo foi procurar reconstruir o total da população para alguns dos mapas que não dispunham da informação dos nascidos no ano, ou não computaram essa informação no total da população. Essa informação (total da população) é de extrema importância para o cálculo das taxas brutas de natalidade e mortalidade, indicadores demográficos básicos para conhecer alguns aspectos da dinâmica populacional daquele conjunto de habitantes.

O Quadro 1 apresenta a relação das informações que estão disponíveis para cada ano, bem como o total da população fornecido pelo mapa e o total corrigido, sempre procurando considerar uma distribuição uniforme para não impactar a estrutura populacional (dividida por sexo e condição jurídica).

Chama a atenção que somente os mapas de 1791 e 1810 incorporaram, no total da população, a quantidade de crianças nascidas no ano, ainda que esse número fosse somado apenas no final, não sendo distribuído entre as categorias de livres, forros, indígenas e cativos. Por esse motivo, o total da população apresentado nesses mapas não precisou ser corrigido.

⁹ Agradeço aos colegas Paulo Teodoro Matos (UNL/CHAM) e Tarcísio Rodrigues Botelho (Departamento e Programa de Pós-graduação – História/UFMG) pela disponibilização das planilhas com os mapas populacionais utilizados neste artigo.

¹⁰ Disponível em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/index.html>>.

QUADRO 1
Características dos mapas populacionais
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1780-1810

Informações contidas nos mapas de população	1780	1791	1798	1802	1805	1807	1810
Sexo	x	x	x	x	x	x	x
Cor (1)		x	x	x	x	x	x
Condição jurídica	x	x	x	x	x	x	x
Estado civil	x			x	x		
Nascidos no ano		x	x	x	x		x
Mortos no ano		x	x	x	x		
Grupo de idade A (2)		x (mulheres)		x (mulheres)			
Grupo de idade B (3)		x (homens)		x (homens)	x	x	x
Índios domésticos		x	x	x	x	x	x
Resumo	x	x	x	x	x	x	x
Freguesia	x		x	x	x	x	x
Repartições / Distrito			x		x		
População no mapa	17.923	25.034	31.545	36.721	41.009	44.340	52.226
População total corrigida	20.309	25.034	33.286	39.115	43.008	46.581	52.226

Fonte: Mapas – 1780: BNRJ, *Seção de Manuscritos*, 9, 4, 9 n^o 134; 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

(1) É importante ressaltar que os mapas não trazem sempre explicitada a categoria cor para os brancos (que foram integrados no grupo dos livres). Essas categorias são subentendidas a partir do confronto com os grupos declarados, por exemplo, “pardo liberto ou escravo”, “preto cativo ou liberto”. Assume-se a categoria livre e branca, e acreditamos que seja essa a melhor qualificação para a população classificada por grupo etário, sempre lembrando que se trata de um olhar da Igreja/Estado para esses indivíduos.

(2) Grupos de idade somente da população branca feminina de 1 a 7, 7 a 15, 15 a 40 e 40 anos ou mais (em 1802 é 1 a 7, 7 a 14, 14 a 40 e 40 anos ou mais).

(3) Grupos de idade da população branca masculina até 1802 e para ambos os sexos a partir de 1805: 1 a 7, 7 a 15, 15 a 60 e 60 anos ou mais.

As correções que efetuamos nos dados apresentados pelos mapas foram as seguintes:

- como os mapas de 1780 e 1798 não apresentam a população por grupo etário, efetuamos alguns ajustes no total da população. Para 1780, que apresenta a estrutura etária distribuída nas categorias “casados”, “velhos”, “solteiros” e em “idade de confissão”, por sexo, sabemos que o mapa não considerou os nascidos no ano (0 a 12 meses de idade), nem os menores de sete anos que é considerada a idade da “razão”. Assim, estimamos as crianças de zero a sete anos para o mapa de 1780 utilizando a estimativa média apresentada por Alden (1963), que nos mostra que a população de zero a sete anos masculina era de 12,1% e a feminina de 11,4% para diversas capitanias do Brasil. Utilizamos, portanto, o valor médio de 11,75% do total da população para ajustar este mapa. No caso do mapa de 1798, o mesmo informa a população de todas as condições jurídicas (livre, escravo, forro e índio), estado civil (casados e solteiros) e todas idades agrupadas, mas, no total da população, não foi considerada a população de 0 a 1 ano (os nascidos no ano). Assim, o ajuste efetuado correspondeu somente à soma dos nascidos no ano ao total da população;
- distribuímos proporcionalmente as crianças de zero a um ano, no caso dos mapas que temos os nascidos no ano, calculamos o valor percentual de cada grupo da

população (brancos, pardos, índios e pretos) em relação ao total da população e depois distribuimos o total de nascidos no ano aplicando o percentual calculado para cada grupo específico;

- estimamos os nascidos para os mapas de 1780 e 1807. Neste caso, encontramos a média entre os mapas que possuíam essa informação (1791, 1798, 1802, 1805 e 1810) e aplicamos o valor encontrado (4,81%) no total da população do mapa que não dispunha dessa informação;
- estimamos as mortes no ano, efetuando um cálculo similar ao dos nascidos, e encontramos o valor médio de 2,54% do total da população, que representava os óbitos nos mapas que possuíam essa informação (1791, 1798, 1802 e 1805), e então aplicamos esse percentual aos mapas de 1780, 1807 e 1810;
- objetivando padronizar a informação por distrito, ao longo dos 30 anos estudados, distribuimos o total da população de 1791 pelo valor médio proporcional encontrado nos outros mapas e agrupamos por distrito todos os mapas pela estrutura apresentada nos mapas de 1798 e 1805.

Todos esses ajustes foram necessários para poder elaborar a Tabela 7, que reúne as informações de todos os anos analisados, com a ressalva de que os valores por distrito para 1791 são estimados.

Como podemos verificar na Tabela 1, no período analisado, a população escrava na capitania do Rio Grande de São Pedro representava, em média, pouco mais de 32% da população residente, mostrando a importância dos escravos nessa região. O ano de 1798 apresentou o maior percentual de escravos na capitania: 36,7% do total da população e esse percentual foi decrescendo até chegar aos 29,5% em 1810. No sentido inverso, os homens livres passaram de 31,2% em 1798 para 36,1% em 1810. Essa inversão mostra uma tendência de diminuição dos cativos do sexo masculino.

TABELA 1
Distribuição da população, por condição jurídica
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1780-1810

Anos	População	Homens livres (%)	Mulheres livres (%)	Escravos (%)	Escravas (%)	Total de livres (%)	Total de escravos (%)
1780 (1)	20.309	37,5	34,0	18,0	10,5	71,5	28,5
1791	25.034	33,7	32,3	21,8	12,3	65,9	34,1
1798	33.286	31,2	32,1	23,5	13,2	63,3	36,7
1802	39.115	33,2	31,5	22,3	13,0	64,7	35,3
1805	43.008	34,7	31,7	20,7	12,9	66,4	33,6
1807	46.581	35,9	33,8	19,5	10,9	69,6	30,4
1810	52.226	36,1	34,4	18,4	11,1	70,5	29,5

Fonte: Mapas – 1780: BNRJ, *Seção de Manuscritos*, 9, 4, 9 nº 134; 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

(1) Total ajustado conforme índice proposto por Alden (1963).

TABELA 2
Distribuição da população, por sexo, segundo grupos etários e condição jurídica
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1791-1810

Grupos etários e condição jurídica	Em porcentagem									
	1791 (1)		1802 (2)		1805		1807		1810	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 – 1 ano	1,6	1,5	1,7	1,6	1,4	1,3	1,5	1,4	1,6	1,5
1 – 7 anos	6,4	5,9	7,4	6,8	8,8	7,6	9,2	7,9	8,5	7,6
7 – 15 anos	6,1	5,6	5,3	5,6	6,3	6,4	7,0	6,9	7,5	7,1
15 – 60 anos	14,5	11,9	11,9	9,8	11,5	9,1	12,0	9,9	12,1	10,7
60 anos ou +	2,3	4,3	2,2	2,8	2,2	2,8	2,0	3,3	2,0	3,1
Índios	1,6	1,7	1,7	1,8	1,5	1,4	1,1	1,2	1,3	1,3
Forros	1,2	1,4	3,0	3,1	2,9	3,2	3,0	3,2	3,1	3,1
Escravos	21,8	12,3	22,3	13,0	20,7	12,9	19,5	10,9	18,4	11,1
Total	55,5	44,5	55,5	44,5	55,4	44,6	55,3	44,7	54,5	45,5

Fonte: Mapas – 1780: BNRJ, *Seção de Manuscritos*, 9, 4, 9 n^o 134; 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

(1) Grupo de idade da população branca feminina de 1 a 7, 7 a 15, 15 a 40 e 40 ou mais anos.

(2) Grupo de idade da população branca feminina de 1 a 7, 7 a 14, 14 a 40 e 40 ou mais anos.

Em relação à distribuição da população por grupo etário e condição jurídica (índio,¹¹ forro e escravo), os mapas só apresentam a informação de idade para a população “livre e branca” nos anos de 1791, 1802, 1805, 1807 e 1810. Acrescente-se ainda que, nos mapas relativos a 1791 e 1802, a distribuição das mulheres, por grupo etário, difere da dos homens, conforme pode ser visto nas notas da Tabela 2. Chama a atenção que a proporção entre homens e mulheres, no quadro geral, permanece praticamente inalterada durante esses 30 anos. Podemos confirmar esse dado por meio da razão de sexo entre 1780 e 1810, apresentada na Tabela 3.

TABELA 3
Razão de sexo da população, por condição jurídica
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1780-1810

Anos	Razão de sexo (1)		
	Livres	Escravos	Total
1780	110	171	125
1791	104	178	125
1798	97	178	121
1802	106	171	125
1805	109	160	124
1807	106	178	124
1810	105	166	120

Fonte: Mapas – 1780: BNRJ, *Seção de Manuscritos*, 9, 4, 9 n^o 134; 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

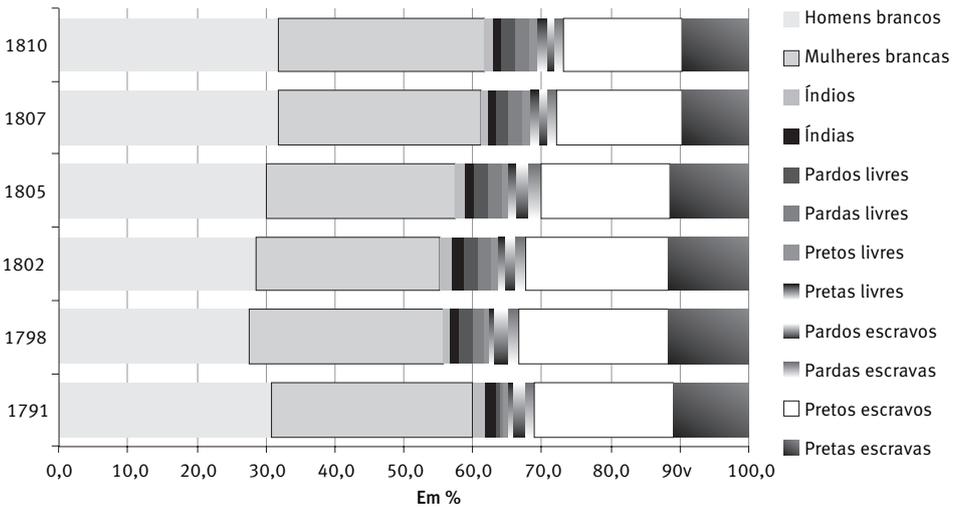
(1) Número de homens por cada 100 mulheres.

¹¹ Essa categoria “índio” assim foi arrolada nos mapas, sem a discriminação da condição jurídica. São considerados uma categoria a parte, contabilizados separadamente.

Na Tabela 3 fica evidente o diferencial da razão de sexo encontrado entre a população livre e a escrava na capitania do Rio Grande de São Pedro, mostrando a importância dos homens para mão de obra na época. Verificamos ainda que a mão de obra escrava era majoritariamente preta, ou seja, os pardos representavam algo em torno de 10% da mão de obra escrava nessa região (Tabela 4). Essa distribuição é bem diferente da encontrada, por exemplo, no mapa da capitania do Rio Grande do Norte, onde os escravos representavam entre 19% e 15% da população no período de 1801 a 1805 e, desses, 25% eram pardos (MATOS et al., 2016).

O Gráfico 1 e a Tabela 4 apresentam a distribuição da população de 1791 a 1810, por sexo, cor e condição jurídica. Os dados relativos a 1780 não foram incluídos, pois a classificação da população “livre branca” em grupos etários estava dividida em: meninos(as) de confissão; solteiros(as); casados(as); velhos(as).

GRÁFICO 1
Distribuição da população, por sexo, cor/etnia e condição jurídica
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1791-1810



Fonte: Mapas - 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, Conselho Ultramarino, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, Conselho Ultramarino, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

A partir dos mapas também pudemos calcular as taxas brutas de natalidade e mortalidade apresentadas na Tabela 5. Cabe ressaltar que os valores informados para natalidade e mortalidade para 1780 e 1807 e para a mortalidade em 1810 são estimativas aproximadas das médias encontradas nos outros mapas de população. Deve-se considerar também que os assentos de óbito infantil normalmente apresentam sub-registro, principalmente entre os escravos.

Calculando as taxas brutas de natalidade e mortalidade com os dados dos mapas de população, chegamos aos resultados apresentados na Tabela 5. Fica difícil comparar essas taxas com outros trabalhos, pois muitos deles referem-se às altas taxas de natalidade e

mortalidade, mas não apresentam as taxas brutas. Por exemplo, Marcílio (2000) apresenta as taxas de natalidade e mortalidade somente para mulheres livres da capitania de São Paulo, sendo a TBN igual a 53,7 nascidas por mil e a TBM igual a 42,0 por mil, em 1798. Como nosso cálculo utilizou a população total, a taxa bruta de mortalidade foi afetada pelo sub-registro de óbito infantil. Também podemos verificar essa dificuldade, que foi apontada no estudo de Sergio Nadalin (2004). No entanto, Stuart Schwartz (1988), em seu clássico trabalho *Segredos internos*, reúne uma série de estudos para várias sociedades escravistas na América, entre os séculos XVII e XVIII, apontando dados que podem servir de comparação para os resultados apresentados aqui. Selecionamos aqueles que dizem respeito ao conjunto da população para algumas localidades brasileiras (Tabela 6).

TABELA 4
Distribuição da população, segundo sexo, cor/etnia e condição jurídica
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1791-1810

Sexo, cor e condição jurídica	Em porcentagem					
	1791	1798	1802	1805	1807	1810
Homens brancos	30,9	27,5	28,5	30,2	31,7	31,7
Mulheres brancas	29,1	28,2	26,6	27,2	29,4	30,0
Índios	1,6	1,1	1,7	1,5	1,1	1,3
Índias	1,7	1,2	1,8	1,4	1,2	1,3
Pardos livres	0,5	1,9	2,1	2,0	1,9	1,9
Pardas livres	0,6	1,8	2,0	2,0	1,9	1,9
Pretos livres	0,7	0,7	0,9	1,0	1,2	1,4
Pretas livres	0,8	0,9	1,1	1,2	1,3	1,3
Pardos escravos	1,6	1,8	1,6	1,8	1,4	1,2
Pardas escravas	1,4	1,6	1,4	1,6	1,2	1,2
Pretos escravos	20,2	21,7	20,7	18,9	18,1	17,0
Pretas escravas	10,9	11,6	11,6	11,3	9,8	9,8

Fonte: Mapas - 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

TABELA 5
Taxas brutas de natalidade e mortalidade
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1780-1810

Anos	População	TBN (por mil)	TBM (por mil)
1780	20.309	48,1	25,4
1791	25.034	50,3	29,7
1798	33.286	52,3	21,0
1802	39.115	43,4	21,6
1805	43.008	46,5	29,4
1807	46.581	48,1	25,4
1810	52.226	50,8	25,4

Fonte: Mapas – 1780: BNRJ, *Seção de Manuscritos*, 9, 4, 9 nº 134; 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

TABELA 6
Taxas brutas de natalidade e mortalidade
Diversas localidades do Brasil – 1775-1817

Localidades	Ano	TBN (por mil)	TBM (por mil)
Salvador, paróquia de Santo Antônio	1775		35,1
Salvador, paróquia da Penha	1775		33,9
Salvador, paróquia do Passo	1798		34,5
Pernambuco	1775	41,4	32,8
Espírito Santo	1817	44,2	33,5

Fonte: Dados reelaborados a partir de Schwartz (1988, p. 301, Tabela 43).

A comparação entre as taxas encontradas para o Rio Grande de São Pedro e para outras localidades brasileiras reforça a hipótese de que havia sub-registro de óbito infantil impactando na taxa bruta de mortalidade. Já em relação às taxas brutas de natalidade, o Rio Grande de São Pedro apresentou taxas um pouco mais elevadas, mas dentro do esperado para o período.

Na Tabela 7 apresentamos as taxas de crescimento anual da população da capitania do Rio Grande de São Pedro. Fica evidenciada a diferença entre cada freguesia e suas repartições. Acreditamos que as maiores taxas de crescimento ocorreram nas repartições das fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande, devido à expansão em direção ao interior da capitania, com o desenvolvimento de atividades nessas áreas. No trabalho de Silmei S. Petiz (2009) pode ser encontrada a confirmação dessa hipótese – do desenvolvimento da região oeste, que foi fundamental para ocupação do território, objetivando fortalecer a presença da coroa portuguesa na região. Outro argumento que reforça o desenvolvimento econômico daquela área foi apontado por Helen Osório (2008), ao constatar o crescimento do rebanho vacum, de 1780 a 1791, em 320%; no período de 1790 a 1810 já se registravam proprietários com rebanhos de 4.000 a 15.000 cabeças. O número médio de escravos por plantel cresceu de 5,8 para 9,7 no mesmo período (1780-1810).

Da mesma forma, a autora demonstra o aumento da distribuição de sesmarias: até a década de 1800 foram concedidas apenas 71 e, na década seguinte, 843 (OSÓRIO, 2008, p. 249-250).

De fato, em 1780 a população estava assim distribuída:

- 44,3% na Vila de Porto Alegre, capital da capitania;
- 31,9% na Fronteira do Rio Pardo;
- 23,8% na Fronteira do Rio Grande.

Três décadas depois a população deixou de se concentrar na região da capital da capitania, para se deslocar para o interior, em direção à fronteira, apresentando a seguinte proporção por distrito:

- 31,1% na Vila de Porto Alegre, capital da capitania;
- 38,5% na Fronteira do Rio Pardo;
- 30,5% na Fronteira do Rio Grande.

Em 1780, Porto Alegre, elevada à condição de capital da capitania, reunia o maior contingente populacional, distribuindo-se entre 71,5% de livres e 28,5% de cativos. Em 1798, a capital já apresentava mudanças importantes: além de perder a primazia na concentração populacional total, a própria composição alterou-se, aumentando o peso da população cativa, que passou para 36,7%. No que diz respeito aos dados para 1810, poucas mudanças foram observadas, como a maior concentração de habitantes na Fronteira do Rio Pardo e as proporções de cativos e livres quase nos mesmos patamares de 1780 (29,5% e 70,5%, respectivamente).

Esses percentuais indicam que o Rio Grande de São Pedro, desde o final do século XVIII, contava com uma participação significativa do segmento cativo, que não difere de outras regiões da colônia, inclusive aquelas de ocupação mais antiga, como Bahia (cerca de 30% de cativos) e São Paulo (32%), superando, por outro lado, áreas como Rio de Janeiro (26%), Minas Gerais (26%) e Pernambuco (26%), conforme nos informa Helen Osório (2008).

De forma geral, acreditamos que os indicadores apresentados neste trabalho, além de auxiliarem no entendimento do desenvolvimento da população do Rio Grande de São Pedro, que deu origem ao estado do Rio Grande do Sul, podem servir de contraponto comparativo com outras regiões da América portuguesa, por meio do uso dessa mesma documentação, composta pelos mapas de população, levando em consideração os diferentes processos históricos e de ocupação territorial que marcaram cada uma delas.

O estudo nos mostra que a população do Rio Grande de São Pedro, apesar de mais que dobrar em 30 anos, manteve sempre um contingente de escravos que estava por volta dos 30%.

Os dados da Tabela 7 mostram a expansão em direção ao interior: a taxa de crescimento anual foi de 3,8% para a fronteira do Rio Pardo e de 4,1% para a fronteira do Rio Grande. Essas taxas podem ser entendidas dentro da lógica de se proteger o território português das incursões espanholas, o que se garantia pela ocupação de seus súditos. Esse movimento em direção ao interior também pode se sustentar devido à posição assumida por Rio Pardo, como importante entreposto comercial, estabelecendo a ligação com os extremos do território português. O cultivo de trigo, introduzido pelos açorianos, teve papel importante também nesse processo.

Conforme Aladrén (2012, p. 60), entre 1788 e 1800, houve o arranque inicial da economia escravista na região. São dessa época a instalação das primeiras charqueadas e a integração da capitania aos circuitos mercantis da América portuguesa por meio da exportação de couros, trigo e charque, gerando a demanda por mão de obra escrava. Ainda de acordo com esse autor, os três principais produtos comercializados (couro, charque e trigo) representavam, na década de 1790, 60% do valor das exportações e, a partir de 1802, entre 70% e 95% do total, sendo que o charque e o trigo destinavam-se quase que exclusivamente ao mercado interno (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) (ALADRÉN, 2012, p. 65).

TABELA 7
População e taxa de crescimento médio anual, segundo repartições e freguesias
Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1780-1810

Repartições e freguesias	Cresc. médio por região (%)	População						
		1780 (1)	1791 (2)	1798	1802	1805	1807	1810
Villa de Porto Alegre, capital da capitania	2,0	8.992	9.883	11.543	13.629	14.749	15.116	16.224
N. Sr. ^a M(enin)o de D(eu)s de Porto Al(egr)e		1.713	2.349	3.438	4.183	4.286	4.940	5.531
N. Sr. ^a da Conceição de Viamão		2.143	2.164	2.241	2.200	2.934	2.657	3.012
N. Sr. ^a dos Anjos		2.669	2.437	2.106	2.895	2.855	2.789	2.894
N. Sr. ^a da Conceição do Arroio		473	713	1.122	1.109	1.254	1.261	1.067
S(an)to Antônio da Patrulha		1.347	1.525	1.849	2.342	2.483	2.491	2.667
N. Sr. ^a da Oliv(ei)ra da Vacaria		647	695	787	900	935	979	1.053
Frenteira do Rio Pardo	3,8	6.484	8.488	11.944	13.460	14.668	16.882	20.093
N. Sr. ^a do Rosario do R(i)o Pardo		2.690	3.211	4.130	3.983	5.450	7.388	7.006
N. Sr. ^a da Conc(eiça)m da Caxoeira		750	1.507	2.778	3.498	3.263	3.168	6.553
S(e)n(ho)r Bom Jesus do Triunfo		1.447	2.027	3.018	3.234	3.305	3.408	3.224
Santo Amaro		816	880	1.002	1.769	1.422	1.664	1.752
São Jozé de Taquari		781	863	1.015	976	1.228	1.253	1.558
Frenteira do Rio Grande	4,1	4.833	6.664	9.800	12.026	13.592	14.583	15.909
São Pedro do Rio Grande		2.742	4.269	6.859	8.937	10.664	11.364	12.821
N. Sr. ^a da Conc(eiça)m do Estreito		1.421	1.561	1.822	1.825	1.901	1.956	1.647
São Luiz de Mostardas		670	834	1.119	1.264	1.027	1.263	1.441
Total da capitania	3,2	20.309	25.034	33.286	39.115	43.008	46.581	52.226
Repartições e freguesias	Cresc. médio por região (%)	Taxas de crescimento anual (%)						
		1780-1791	1791-1798	1798-1802	1802-1805	1805-1807	1807-1810	1780-1810
Villa de Porto Alegre, capital da capitania	2,0	0,9	2,2	4,2	2,7	1,2	2,4	2,0
N. Sr. ^a M(enin)o de D(eu)s de Porto Al(egr)e		2,9	5,6	5,0	0,8	7,4	3,8	4,0
N. Sr. ^a da Conceição de Viamão		0,1	0,5	-0,5	10,1	-4,8	4,3	1,1
N. Sr. ^a dos Anjos		-0,8	-2,1	8,3	-0,5	-1,2	1,2	0,3
N. Sr. ^a da Conceição do Arroio		3,8	6,7	-0,3	4,2	0,3	-5,4	2,7
S(an)to Antônio da Patrulha		1,1	2,8	6,1	2,0	0,1	2,3	2,3
N. Sr. ^a da Oliv(ei)ra da Vacaria		0,6	1,8	3,4	1,3	2,3	2,5	1,6
Frenteira do Rio Pardo	3,8	2,5	5,0	3,0	2,9	7,3	6,0	3,8
N. Sr. ^a do Rosario do R(i)o Pardo		1,6	3,7	-0,9	11,0	16,4	-1,8	3,2
N. Sr. ^a da Conc(eiça)m da Caxoeira		6,5	9,1	5,9	-2,3	-1,5	27,4	7,5
S(e)n(ho)r Bom Jesus do Triunfo		3,1	5,9	1,7	0,7	1,6	-1,8	2,7
Santo Amaro		0,7	1,9	15,3	-7,0	8,2	1,7	2,6
São Jozé de Taquari		0,9	2,3	-1,0	8,0	1,0	7,5	2,3
Frenteira do Rio Grande	4,1	3,0	5,7	5,3	4,2	3,6	2,9	4,1
São Pedro do Rio Grande		4,1	7,0	6,8	6,1	3,2	4,1	5,3
N. Sr. ^a da Conc(eiça)m do Estreito		0,9	2,2	0,0	1,4	1,4	-5,6	0,5
São Luiz de Mostardas		2,0	4,3	3,1	-6,7	10,9	4,5	2,6
Total população da região e média de crescimento anual								
Total da capitania	3,2	1,9	4,2	4,1	3,2	4,1	3,9	3,2

Fonte: Mapas – 1780: BNRJ, *Seção de Manuscritos*, 9, 4, 9 nº 134; 1791: AHU_ACL_CU_019, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Grande do Sul, AHU_ACL_CU_019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3; 1810: Arquivo Nacional, Códice 808, v. 3, folha 148.

(1) Total ajustado conforme índice proposto por Alden (1963).

(2) Distribuição por freguesia estimado com base na média entre os mapas de 1780 e 1798.

Portanto, os resultados apresentados pela análise dos mapas de população entre 1780 e 1810 refletem essa conjuntura de expansão econômica e o aumento da população, que passou a ser distribuída em direção às fronteiras do Rio Grande e de Rio Pardo. Em que pese o fato de a população passar de 20.309 pessoas, em 1780, para 52.226, em 1810, a composição entre livres e escravos pouco mudou em termos proporcionais, com a população cativa representando em torno de 30% do total. Já a razão de sexo mostrou uma desigualdade entre os livres e os escravos, o que era esperado considerando-se a necessidade das sociedades escravistas, em que a participação do escravo do sexo masculino se sobrepõe.

Finalizando, a exploração dos mapas de população permite visualizar um perfil da população para aquele período. Mais do que isso, possibilita análises comparativas não só em termos das diversidades internas da capitania, mas também com outras regiões da América portuguesa. Apesar de reconhecermos a necessidade de ajustes, trata-se de uma fonte muito rica e que merece a atenção dos estudiosos da demografia histórica brasileira.

Referências

- ALADRÉN, G. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2012.
- ALDEN, D. Population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. **The Hispanic American Historical Review**, v. 43, n. 2, p. 173-205, May 1963.
- BERUTE, G. S. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- ESPÍRITO SANTO, M. F. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul – Colônia**. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. p. 23-42.
- FIALHO, D. M. A Porto Alegre de Antônio Eleuthério de Camargo. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. **Anais...** Parati/RJ: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade de Minas Gerais – UFMG, maio 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/simpósio/FIALHO_DANIELA_M.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- GRAEBIN, C. M. G. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: BOEIRA, N.; GOLIN, N. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul – Colônia**. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. p. 203-223.
- MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Editora Hucitec/Edusp, 2000.
- MATOS, P. T.; SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. Counting colonial populations in the Portuguese America, 1760 – 1820: between central impositions and local constrains. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON REGISTERING AND COUNTING THE POPULATION: THE PRODUCTION AND EXPLORATION OF CENSUS INFORMATION FROM EARLY MODERN TIMES TO THE END OF 20TH CENTURY. **Anais...** Campinas: IUSSP, Nepo/Unicamp, maio 2016.
- MATOS, P. T.; SOUSA, P. S. A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820. **Memórias – Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe**, n. 25, 2015.

NADALIN, S. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Abep, 2004.

_____. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. **Topoi**, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.

OSÓRIO, H. Expansão territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX. In: SCOTT, A. S. V.; FLECK, E. C. D. **A corte no Brasil**: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2008. p. 235-252.

_____. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PETIZ, S. **Caminhos cruzados**: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2009.

SANTOS, C. M. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul** – Colônia. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. p. 65-84.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, T. R.; VAN LEEUWEN, M. H. D. (Org.). **História social**: perspectivas metodológicas. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012. p. 83-108.

SCOTT, A.; BERUTE, G. S.; SCOTT, D.; SILVA, J. F.; FREITAS, D. T. L. Counting colonial populations: a comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. **Anais de História de Além-Mar**, n. XVI, p. 281-312, 2015 (Dossiê: The Demography of the Portuguese Empire. Sources, methods and results, 1776-1822).

Sobre o autor

Dario Scott é doutorando em Demografia no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp) e mestre em Computação Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Endereço para correspondência

Alameda Carlos Barduchi, Lote 12 – Dois Córregos
13278-170 – Valinhos-SP, Brasil

Abstract

The population of Rio Grande de São Pedro according to population maps from 1780 to 1810

The aim of this article is to present the results of a methodological exercise exploring potentials and limitations of population maps related to Rio Grande de São Pedro, between the late eighteenth and early nineteenth centuries. This documentation, produced at request of the Portuguese crown, was prepared for several captaincies and included, in charts or tables,

information on the population based on sex, legal status, age and color/ethnicity. In the case of Rio Grande de São Pedro, seven of these “maps” are available and from their analysis, it is possible to know the general characteristics of the population of Rio Grande de São Pedro, a captaincy located in the extreme south of Portuguese America. In this regard, upon a general characterization of the documentation used, demographic indicators of the population in that territory in the passage from the eighteenth century to the nineteenth century were established, through statistics produced for the years 1780, 1791, 1798, 1808, 1805, 1807 and 1810. The most significant results include a clear predominance of white population, sex ratio imbalance, especially among the slave population, and a variation in the weight of population distribution by territory, which shows occupation towards the border areas.

Keywords: Colonial population. Demographic sources. Historical demography.

Resumen

La población de Rio Grande de São Pedro según los mapas poblacionales de 1780 a 1810

El objetivo de este artículo es presentar los resultados de un ejercicio metodológico que explora las potencialidades y los límites de los mapas de población relativos a Rio Grande de São Pedro entre finales del siglo XVIII y principios del XIX. Esta documentación, producida a demanda de la corona portuguesa, fue elaborada para diversas capitanías e incluía, en formato de cuadro o tabla, informaciones sobre la población en relación con sexo, condición jurídica, edad, color/etnia. En el caso de Rio Grande de São Pedro están disponibles siete de esos «mapas» y, a partir de su análisis, es posible conocer las características generales de la población de esta capitanía, situada en el extremo sur de la América portuguesa. En ese sentido, a partir de una caracterización general de la documentación utilizada se buscó establecer indicadores demográficos de la población en aquel territorio en el pasaje del siglo XVIII hacia el XIX, a través de las estadísticas producidas para los años 1780, 1791, 1798, 1808, 1805, 1807 y 1810. Entre los resultados, se destaca el predominio de la población blanca, el desequilibrio en la razón de los sexos, especialmente entre la población esclava, y la variación del peso de la distribución de la población en el territorio, con mayor ocupación hacia las regiones fronterizas.

Palabras clave: Población colonial. Fuentes demográficas. Demografía histórica.

Recebido para publicação em 10/02/2017

Aceito para publicação em 20/10/2017

Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso

Paulo Teodoro Matos*

Em finais do século XVIII a Coroa portuguesa implementou um sistema regular de colecta de dados demográficos nos seus domínios ultramarinos. A partir do modelo definido, cada governador deveria enviar anualmente o numeramento da sua jurisdição. O Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, conserva mais de um milhar de tabelas estatísticas provenientes desde o Brasil até Macau. Esta documentação abre importantes horizontes para a história demográfica, social e colonial, apesar de relativamente negligenciada por historiadores e demógrafos. A partir destas fontes o projecto estuda a demografia e os processos estatísticos na construção do império português entre 1776 e 1875. Adiante discutimos o contexto desta investigação, com ênfase nas características da informação, variáveis e suas potencialidades, bem como uma agenda de investigação.

Palavras-chave: Império português. Demografia colonial. Recenseamento. Escravidão.

* Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (CHAM/FCSH), Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, Portugal (plmatos@fcs.unl.pt).

Introdução

“População e império. A demografia e os usos da estatística no império ultramarino português, 1776-1875” é um projecto de investigação internacional em curso desde 2013.¹ Os investigadores começaram recentemente a traçar a história demográfica dos diversos domínios ultramarinos portugueses a partir de dados agregados disponíveis nos numeramentos coloniais. Ao mesmo tempo esta documentação tem sido analisada num contexto mais vasto, tentando-se reconstruir a rede burocrática e o contexto cultural em que tais numeramentos foram produzidos.

O suporte empírico reunido pela equipa assenta exclusivamente nos mapas estatísticos da população ordenados pela Coroa.² O período cronológico inicia-se em 1776, quando se reforça o processo de ocupação do Brasil e se decreta a obrigatoriedade de execução anual dos “mapas” para cada um dos domínios. O âmbito cronológico termina em 1875, data em que se iniciou uma nova fase do colonialismo português, pouco antes de Conferência de Berlim.

Existem várias monografias demográficas sobre países europeus e de algumas áreas dos seus antigos impérios coloniais. No entanto, ainda escasseiam as contribuições de conjunto. No caso português, a existência de um significativo *corpus* de estatísticas da população disponível para o império ultramarino, desde meados do século XVIII, tem sido, geralmente, menosprezada por historiadores e demógrafos. Faltam-nos, ainda, ordens de grandeza sobre os quantitativos populacionais do império, em especial quanto à sua distribuição, etnicidade e condição jurídica. Quantos habitantes computar-se-iam para o império português em 1776 ou em 1850? Quantos escravos seriam recenseados pelas autoridades e qual o seu peso demográfico em cada uma das possessões? Em 1800 existiria mais população de origem europeia a residir em Angola ou em Goa, sede do Estado português da Índia?

A presente investigação pretende oferecer à comunidade académica e ao público em geral o primeiro estudo demográfico do império português e, ao mesmo tempo, contribuir para compreender a forma como a estatística da população se converteu num instrumento para a consolidação da soberania portuguesa nos seus domínios em África, Ásia e Américas.

A equipa do estudo estabeleceu os seguintes objectivos: identificar e reconstruir os principais indicadores demográficos das populações coloniais; distinguir e explicar os regimes demográficos existentes; mapear a rede burocrática usada na produção e recolha de informação estatística, identificando a evolução das categorias da população; e compreender as classificações dos mapas no contexto das necessidades das administrações coloniais, designadamente aos níveis militar, fiscal e territorial.

¹ Disponível em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>>.

² Estes “mapas” partem de uma estrutura predeterminada, registando várias similitudes com os “mapas estadísticos de la población” produzidos na América espanhola (SANCHEZ-ALBORNOZ, 1975). No contexto europeu estas tabelas estatísticas também registam semelhanças com o modelo sueco, estabelecido em 1749, e conhecidas como *Tabellverket* (SKOLD, 2004).

De forma a concretizar os objectivos propostos, temo-nos debruçado sobre um conjunto de indicadores demográficos para cada um dos seguintes espaços: Brasil (1776-1822), Madeira e Açores (1776-1834), Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia portuguesa e Macau (1776-1875) e, finalmente, Timor (1800-1875).

A historiografia tem insistido na tese de que as colónias portuguesas se encontravam numa relativa letargia desde o período liberal subsequente à independência do Brasil até a “Partilha de África” (c. 1870), apesar das amplas reformas legislativas levadas a cabo. Mas terá sido realmente este o caso? Além da perspectiva demográfica, os resultados deste projecto têm permitido atestar, com base na informação recolhida, a existência de possíveis dinâmicas de crescimento, que se evidenciam, por exemplo, tanto no aumento da população como na ampliação das áreas efectivamente controladas e administradas pelas autoridades portuguesas.

Fontes e informação demográfica

No império português, os primeiros numeramentos foram realizados nos principais centros urbanos do litoral no final do século XVII, por meio do registo de baptismos, casamentos e funerais executados pelas autoridades eclesiásticas locais, bem como pela elaboração de listagens de homens em idade de recrutamento. Mais tarde, surgiram numeramentos, sob a forma de róis, com o claro propósito de reforçar o controle fiscal e da propriedade. Estes inquéritos estavam confinados a áreas geográficas limitadas, eram produzidos com periodicidade irregular e não estavam organizados segundo um padrão uniforme (MATOS; SOUSA, 2014).

A mudança de paradigma na elaboração dos censos viria a ocorrer durante o período de governação do Marquês de Pombal (1750-1777), quando se procurou melhorar e expandir a produção e recolha de informação quantitativa da população. A contagem da população assumia-se, assim, como parte integrante do processo de gestão do território, convertendo-se os “mapas estatísticos” em instrumentos burocráticos, políticos e fiscais de grande alcance (MATOS; SOUSA, 2014; SANTOS, 2009).

A partir da década de 1770, a Coroa portuguesa viria a tornar obrigatória a produção de estatísticas anuais sobre a população e os seus movimentos, iniciando, assim, a compilação de tabelas da população sobre o império a partir de parâmetros comuns. Disso são exemplo as ordens régias emitidas em 1773,³ 1776⁴ e 1797⁵ (BOTELHO, 2008; MATOS, 2013). Estes censos populacionais são contemporâneos (e em alguns casos, precedentes)

³ AHU, código 583, fls. 163-165.

⁴ AHU, código 583, fls. 171-172 (ordem aos governadores) e fls. (ordem aos bispos).

⁵ AHU, código 424, fl. 155v.

às iniciativas observadas em outros impérios coloniais, como o britânico (1761) e o espanhol (1776) (ALDEN, 1963; BOTELHO, 2008).⁶

FIGURA 1
Mapa da população da capitania de Mato Grosso e Cuiabá de 1791

<p><i>Mapa de toda a Província das Capitânicas de Mato Grosso, e Cuiabá, formado sobre as Memorias que relativamente fu extrahir o Governador, e Capitão General das mesmas Capitânicas Inao d'Albuquerque de Mello Souza e Ocasos por o anno de 1791.</i></p>		<p><i>Familias, ou Fogos.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1776.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1777.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1778.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1779.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1780.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1781.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1782.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1783.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1784.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1785.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1786.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1787.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1788.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1789.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1790.</i></p>	<p><i>Memoria de hum anno de 1791.</i></p>
<p><i>Capital de Villa Bella, ou Araxá, e suas vizinhanças.</i></p>	721	297	294	487	322	277	961	568	221	580	121	241	22					
<p><i>Fort de Bragança de Olivença, e Sítio de Indio adiancha.</i></p>	576	62	63	51	27	228	29	124	28	712	8	17	7					
<p><i>Vizinhanças de Parajuru, e Sítio das Pedras.</i></p>	4	12	4	3	2	24	12	4	2	61	2	6	1					
<p><i>Villa de Cuiabá, e Sítio de Cuiabá, e suas vizinhanças.</i></p>	6482	877	287	766	521	620	327	139	410	11-60	311	116	126					
<p><i>Fort de São João, e suas vizinhanças.</i></p>	18	5	4	3	9	16	21	16	11	74	7	13	4					
<p><i>Araxá de Araxá.</i></p>	4	1	1	6	6	14	"	"	"	29	"	"	"					
<p><i>Sítio de Indio, denominado de São João, e suas vizinhanças.</i></p>	172	70	73	61	14	31	123	61	23	736	16	12	3					
<p><i>Prisão de São Cristóvão, e Prisão de São João.</i></p>	36	19	20	9	14	36	65	8	9	189	7	4	4					
<p><i>Villa Maria de Paraguarí, Fort de São João, e Sítio de Paraguarí.</i></p>	196	64	71	62	26	173	148	28	15	582	20	17	8					
<p><i>Totais</i></p>	2767	1611	1566	1448	1171	1430	1716	1145	719	22-67	472	626	167					

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Mato Grosso, cx. 29, doc. 1646 (5.08.1791).

De um modo geral, a maioria de numeramentos da população existentes até 1835 tem na sua origem as ordens régias de 1776 e 1797. Na maior parte dos territórios e circunscrições a informação deveria ser recolhida ao nível de cada freguesia, o que atesta a grande complexidade do processo e a dimensão destes mapas. No entanto, os registos demográficos não deixaram de registar particularidades próprias, especialmente quanto à classificação étnica dos habitantes.

A ordem real emitida pela Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, em 1776, determinava a divisão da população em oito grupos etários (quatro para cada sexo) e, ainda, o cômputo anual de nascimentos e óbitos. No entanto, o diploma é omissivo quanto aos grupos sociais a incluir, realidade que sucedera no caso da América Espanhola (ALDEN, 1963). Dada a importância na caracterização das populações, essa lacuna foi corrigida pelo Aviso de 1797, expedido para diversas colónias do império (ALDEN, 1963; MATOS, 2013). No Brasil, contudo, boa parte dos governadores optou, desde a década de

⁶ Uma discussão mais ampla acerca dos processos estatísticos no império pode ser encontrada em Matos (2013). Para o caso concreto do Brasil, ver Matos e Sousa (2015).

1770, por incluir detalhes sobre etnia, estado civil e “índios domesticados”, entre outras classificações. Nestes casos, os indivíduos eram frequentemente distinguidos entre “brancos”, “pardos” (mestiços), “escravos” e “índios domesticados” (ALDEN, 1963; LOVEMAN, 2014; RUSSELL-WOOD, 1997).

Em Angola os primeiros censos realizados em 1777 e 1778 apenas qualificavam os indivíduos como “livres” ou “escravos” (THORNTON, 1980, p. 421). Entre 1797 e 1835, as estatísticas anuais para cada presídio listavam o número de casas, sacerdotes e os habitantes brancos, mestiços e pretos. De igual modo, eram registados sexo, idade, estado civil, naturalidade e ocupação. Os mapas estatísticos fornecem, ainda, informação referente ao número de nascimentos, óbitos e “entradas” e “saídas” de população, o que os torna uma fonte de carácter excepcional (CURTO; GERVAIS, 2001; MATOS; VOS, 2013).⁷

No Estado português da Índia, com particular enfoque em Goa, Damão e Diu, a população era, até 1796, classificada exclusivamente com base na religião – “cristãos” e “gentios [= hindus] e mouros”. A partir de 1797 os censos passaram a incluir os “cristãos brancos”, “cristãos naturais” (população nativa convertida), “pardos” (mestiços), “pretos” e “gentios e mouros”.⁸ Em Macau, território sob a tutela de Goa até a década de 1840, as autoridades produziam censos regularmente com informes sobre a população cristã e escrava, discriminando os indivíduos por idade e estado civil (VALE, 1996; RATO, 2015). É, ainda, de notar que os censos produzidos antes de 1822 já continham, de forma irregular, estimativas de população chinesa e/ou a “população embarcada”, a qual era significativamente mais numerosa do que as de origens portuguesa e macaense (RATO, 2015). A partir de 1835, a contagem de residentes chineses, bem como de mouros, persas e cidadãos britânicos, holandeses e franceses, passou a ser efectuada de modo mais sistematizado.

À semelhança de outras colónias, também em Moçambique se procedeu a sucessivas alterações na categorização da população (NEWITT, 1995; SILVA, 2015; WAGNER, 2007). Embora a quantidade de “relatórios” e “censos” existentes nos arquivos históricos seja significativa, a área geográfica abrangida é assaz reduzida. Com a excepção de alguns centros urbanos (principalmente a Ilha de Moçambique, Inhambane e Tete), dispõe-se de pouca informação sobre os diferentes *prazos da Coroa* (WAGNER, 2007). Como nota Filipa da Silva (2017) para Moçambique, “being a Catholic was to a great extent a requirement to be regarded as a subject”. Por esta razão a maioria dos censos disponíveis incluía os não africanos (como, por exemplo, os baneanes e parses) e a população cristã, independentemente da cor.

⁷ Estes mapas teriam na sua base as listas nominativas da população formuladas para tal propósito. A este respeito ver Guedes (2013). Com o generoso apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, a equipa concluiu recentemente a construção de uma base de dados para este período, a qual permite a busca directa de dados ao nível de cada presídio (<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/Angola/Populacao.php>).

⁸ Historical Archives of Goa, Monções do Reino, livro 157, fl. 311 (Decreto de 14.9.1796).

No quadro da instauração relativa do liberalismo, importantes reformas na estatística demográfica foram levadas a cabo em 1835, embora no actual estágio de desenvolvimento do projecto ainda pouco se conheça sobre a sua aplicação nas colónias. Contudo, parece seguro que a generalidade destes censos foi realizada na sequência do Decreto de 20.10.1835, que determinava a execução de um censo anual pelos governadores dos distritos do Reino com informes sobre os grupos etários, relações laborais e profissões. É, por exemplo, neste contexto que já se identificou uma vasta série de censos para Goa (1839, 1842, 1843, 1846, 1858), Damão (1843, 1846, 1848) e Diu (1842, 1843, 1848).⁹

Não é demais insistir que o acto de contar as populações não se assumia como um processo explícito. As categorias dos censos assumiam-se como construções sociais e políticas que resultavam da negociação com as autoridades locais (SILVA, 2011). Assim, o que poderia parecer um processo “imparcial” escondia, na verdade, intersecções entre várias disciplinas (como a sociologia e a antropologia) e esferas sociais (DORNEMANN; OVERATH; REINECKE, 2015). A título de exemplo, no caso da Índia portuguesa, seria apenas a partir da realização do extenso censo de 1851 que o registo da raça tornar-se-ia sistemático sem que, no entanto, a classificação religiosa desapareça. Esta realidade contrastava com os censos da Índia britânica, nos quais a raça sempre fora uma característica distintiva na classificação dos indivíduos (ANDERSON, 1991).

Uma questão em aberto reside no eventual hibridismo entre as normas oriundas do Reino e as adaptações introduzidas pelas próprias administrações locais. Até que ponto o Estado central deu autonomia aos governadores ultramarinos para executarem as adaptações necessárias? Esta é uma questão pertinente na medida em que os censos produzidos no quadro do liberalismo denotam assinaláveis diferenças entre as colónias.

Discussão das fontes e resultados preliminares

Qualidade das fontes e território analisado

Uma primeira questão colocada quanto ao tratamento desta informação respeita à sua qualidade. Para a maioria dos territórios não subsistem significativas interrogações a respeito da cobertura territorial dos censos, dada a reduzida superfície e a rede burocrática que permitiam reunir de forma mais ou menos eficiente os dados. Todavia, as grandes excepções eram, obviamente, Angola, Moçambique, Timor-Leste e, em menor grau, o Brasil, exactamente onde o peso demográfico era mais significativo.

O principal obstáculo dos dados populacionais de Angola, Moçambique e Timor reside na sua representatividade. Além de a ocupação humana estar restrita às zonas do litoral e próxima de certos rios, a representação estatística dos indivíduos confinava-se às zonas mais urbanas que se encontravam sob o controlo militar, os designados *presídios*. Sobre este assunto, o governador de Angola comentara em 1800:

⁹ Conforme a base de dados do projecto. Disponível em: <<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/Databases/Search.php>>.

Quanto à exactidão [dos dados] dos presídios não me atrevo a aboná-la porque claramente vejo em alguns [presídios] como nos de Caconda ou Encoge erros palpáveis [...] porque eles [padres e militares] são homens que pecam por ignorância e com taes gentes, diga-me V. Exa., que quer que eu faça?¹⁰

Mas atentemos à realidade brasileira, território que, por volta de 1800, englobaria cerca de 70% da população residente no ultramar. A cobertura destes vastos domínios, assim como a qualidade dos recenseamentos, poderia ser considerada, de certo modo, ambígua. Existiam adequado conhecimento geográfico e um controlo razoável das populações das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Baía e Paraíba. Contudo, a zona do sul e várias regiões do interior (especialmente Amazônia) continuariam a ser colonizadas até meados do século XVIII (LIVI-BACCI, 2012; RUSSEL-WOOD, 1997). Em causa estava a rivalidade entre Portugal e Espanha quanto à fronteira, culminando com a assinatura do Tratado de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1778). É natural que em diversas capitanias, como na de São Paulo, a Coroa tivesse vigiado mais atentamente a execução dos mapas, tendo em vista a necessidade premente de ocupar as zonas em disputa com a Espanha. No entanto, é importante questionar a própria intervenção e zelo pessoal dos governadores no cumprimento desta matéria, cujo labor seria inculcado na própria cultura institucional das secretarias-gerais. São Paulo é exemplo paradigmático dessa situação (MARCÍLIO, 1968), mas também podem ser enumerados os casos de Mato Grosso ou Goiás.

O processo de recolha dos dados desde as relações primárias formuladas por párocos e capitães de ordenança até à execução dos mapas finais de toda a capitania constituía uma tarefa de natureza burocrática impressionante aos olhos de hoje, sobretudo tendo em conta o carácter regular da operação. Para a elaboração das tabelas eram convocadas várias entidades, passando a informação por um elevado número de mãos. Em última instância competia à secretaria-geral dos governos a responsabilidade pela confecção dos mapas. Contudo, sem a intervenção das redes territoriais da Igreja e do Exército, os governadores não conseguiriam dar cumprimento às ordens régias.

A análise da documentação, em particular dos ofícios que acompanhavam os mapas, sugere a existência de várias contrariedades na preparação dos quadros estatísticos finais, tais como a habitual relutância dos párocos na interpretação e execução dos formulários requeridos; a significativa extensão territorial das capitanias e o ténue conhecimento quer de toda a circunscrição, quer dos vários sectores populacionais; e o elevado número de agentes e entidades envolvido nos processos censitários, gerando, não raras vezes, mal-estar entre os responsáveis (ALDEN, 1963; MATOS; SOUSA, 2014).

As dificuldades de aplicação das normas e de execução dos próprios mapas refletiam-se, necessariamente, na qualidade da informação. A presença de populações flutuantes – como os escravos e, em certa grande medida, os indígenas – agravava as faltas de rigor no apuramento do total de efetivos. Por estas razões, os comentários apostos nos mapas

¹⁰ AHU, *Angola*, cx. 95, doc. 42 (14.04.1800).

pelos governadores, responsáveis máximos pelos trabalhos, afiguram-se fundamentais para uma aturada crítica da fonte.

De todo o modo, as incoerências apontadas não podem ser desanimadoras quanto à robustez da informação produzida. Quer o esforço de sistematização empreendido em cada uma das capitânias e governos, quer o controlo mais apertado por parte do Conselho Ultramarino sugerem que, progressivamente, as administrações foram capazes de desenvolver processos e rotinas mais fiáveis para a recolha da informação. Como bem notou Dauril Alden (1963), apesar de todas as falhas e incongruências de muitos dos mapas, estes constituem uma fonte insubstituível para a demografia e para a história social.

População total e escravatura no império português, 1776-1875

Tomando em linha de conta as considerações efectuadas na secção anterior, poderá dizer-se que a quantificação da população ultramarina entre 1776 e 1875 dependerá essencialmente do critério adoptado. Partimos de uma “perspetiva conservadora” relativamente aos territórios de Angola, Brasil, Macau, Moçambique e Timor-Leste, entendendo aqui os habitantes arrolados pelas autoridades e sob a sua administração direta. Estas estimativas incorporam, na medida do possível, os diversos grupos sociais, étnicos, religiosos, assim como os escravos.

TABELA 1
População residente nos territórios ultramarinos portugueses – 1776-1875 (secções temporais)

Territórios	1776	1800	1840	1875	1776-1875
Angola	150.000	174.742	378.923	433.397	1,1
Brasil	1.426.965	2.424.641	-	-	-
Cabo Verde	28.368	58.401	60.000	90.704	1,2
Damão	16.379	28.221	34.070	33.837	0,7
Diu	6.938	5.438	10.246	12.874	0,6
Timor	52.327	112.345	232.774	294.157	1,8
Goa	213.058	175.857	362.744	392.234	0,6
Guiné-Bissau	4.640	4.735	4.912	6.154	0,3
Macau	28.169	28.271	30.845	68.086	0,9
Moçambique	49.407	32.983	68.411	93.000	0,6
São Tomé e Príncipe	17.879	11.827	12.311	20.928	0,2
Totais	1.994.130	3.057.461	1.195.236	1.445.371	-0,3
Portugal	2.566.131	3.114.793	3.737.103	4.550.699	0,6
Império (%)	77,7	98,2	32,0	31,8	
Império - TCA		1,8	-4,6	0,8	

Fonte: Dados provisórios trabalhados pela equipa de investigação. As referências e parte das fontes compulsadas podem ser acessadas em <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/Databases/Search.php>. Os valores indicados em itálico correspondem a estimativas parcelares.

Ao longo destes 100 anos, a população ultramarina diretamente controlada pelas autoridades portuguesas ter-se-á se reduzido de 2 milhões para 1,5 milhão entre 1776 e 1875. A principal mutação nesta evolução deve-se à independência do Brasil, em 1822. Para esta data Tarcísio Botelho (2015, p. 101) computa para a “América Portuguesa”

3.125.187 habitantes, aproximadamente 80% do total do império, ultrapassando assim a população portuguesa. Contudo, no arco temporal de 1776-1875, as colônias africanas, asiáticas e da Oceania registaram globalmente uma taxa de crescimento média anual muito acelerada (0,9%).

Nesta reconfiguração política do império, a população residente nos domínios africanos subira, em termos relativos, de 12,6% (1776) para cerca de 35% (1875), devido ao maior controlo territorial em Angola e ao forte aumento demográfico nas ilhas de Cabo Verde. Na Ásia, o peso aumentara de 13,3% para 35,0%, havendo que considerar a anexação das *Novas Conquistas* em Goa, mais que quadruplicando o território, e o registo mais sistemático da população chinesa em Macau (1840-1875). Na Oceania teria ocorrido o maior crescimento do império em termos relativos (de 2,6% para 20,4%, entre 1776 e 1875), apesar do recurso a estimativas “conservadoras” para população de Timor-Leste em 1875.

Após a independência do Brasil, uma das grandes questões parlamentares em discussão é se Portugal estaria em condições de rentabilizar as suas possessões, em particular as africanas. A busca de “Novos Brasis” debatia-se com o conhecimento limitado da geografia e o fraco controlo territorial, assegurado a partir de posições costeiras, fluviais, postos militares e influência em regiões do interior instáveis (OLIVEIRA, 2013; VALENTIM, 2004). A historiografia insiste no impacto muito limitado das medidas de fomento nas colônias até a “partilha de África” na década de 1870. Assim, apesar do voluntarismo político, o império “ainda estava no papel” (OLIVEIRA, 2013, p. 354).

O que estes dados informam é que, entre 1840 e 1870, o total de habitantes no império, diretamente registado pelas autoridades, havia crescido na ordem dos 21%. Nas colônias africanas esse aumento fora muito expressivo tanto em Angola (14,3%) e Moçambique (35,8%), como nos pequenos arquipélagos de Cabo Verde (51,7%) e São Tomé e Príncipe (69,9%). Apesar de se poder convir na ideia de que não ocorreram mudanças estruturais no império desde a instauração do liberalismo (1820) até cerca de 1870, verdade é que, do ponto de vista demográfico e antes dos proveitos da economia de exportação do algodão, borracha, café e cacau, as autoridades foram progressivamente afirmando a sua presença territorial no ultramar.

A informação até agora recolhida permite quantificar, com alguma segurança, a população escrava residente no império para as diferentes colônias entre 1800 e 1840. Os valores apresentados na Tabela 2 correspondem, *grosso modo*, à população efetivamente controlada pelas autoridades. De fora ficam os escravos que, embora sob o domínio teórico português, seriam pertença dos povos vassalos, especialmente em Angola, Timor e Moçambique.

Em 1800, cerca de 27,4% da população administrada pelo império seria escrava, 93,5% da qual residindo no Brasil (BOTELHO, 2008; KLEIN; LUNA, 2010). Nesta possessão a distribuição era muito desigual, variando entre 15,6% no Ceará e 53,9% no Rio de Janeiro (BOTELHO, 2008; RUSSELL-WOOD, 1997). Em África, a população não livre sobrepunha-se à livre em São Tomé e Príncipe (55%), onde ainda imperava uma tímida “economia de

plantação”. Bem diferente era a realidade cabo-verdiana (8,7%), onde há muito que uma elite local (os chamados “brancos da terra”) havia emergido. A maior parte do quantitativo escravo residia, porém, em Angola (16,7%) e Moçambique (22,0%). Na Ásia o peso da população escrava era residual, atestando o seu caráter essencialmente doméstico, mesmo em Goa, capital do outrora poderoso Estado português da Índia. No conjunto das possessões asiáticas pontuava Macau (4,1%), mas, se excluída a população chinesa, os escravos elevavam-se a uns impressionantes 33,5%.

TABELA 2
População escrava residente nas possessões ultramarinas portuguesas – 1800-1840 (secções temporais)

Territórios	1800	1840	
	%	%	Razão de sexos
Angola	16,7	16,3	101,0
Brasil	31,1	-	-
Cabo Verde	8,7	9,4	96,5
Damão	1,1	0,4	39,6
Diu	0,6	0,8	59,3
Goa	1,4	0,1	84,6
Guiné-Bissau	11,9	35,1	109,0
Macau	4,1	2,4	37,0
Moçambique	22,0	32,3	140,7
São Tomé e Príncipe	55,5	46,4	118,8
Império	27,4	10,2	108,6

Fonte: Os dados respeitantes à secção temporal de 1800 resultam das estimativas produzidas pela equipa usando as fontes primárias apresentadas no seu *workshop* internacional e que se encontram parcialmente publicadas nos *Anais de História de Além-Mar*, v. XVI, Lisboa, 2015. Os resultados para a secção de 1840 são originários dos dados de população escrava existentes para 1843 (*Diário de Governo*, 1849, Parte I, p. 751, n. 141).

Na década de 1840, o panorama alterara-se drasticamente. Mesmo admitindo alguma subavaliação dos dados em virtude da pressão inglesa, por volta de 1845 computavam-se 98.409 escravos nos domínios portugueses, correspondendo a 10,2% da população total segundo os dados populacionais de 1840. A vasta maioria concentrava-se em Angola (62,7%), ainda que, em relação a 1800, a proporção escrava se tenha mantido inalterada (cerca de 16,5%). Em Moçambique o peso dos não livres correspondia agora a quase um terço dos habitantes, mas a sua representatividade no quadro do império não excedia os 22,5%. São Tomé e Príncipe e Cabo Verde detinham o mesmo quantitativo de população escrava nesta secção temporal. No primeiro arquipélago, os não livres já não representavam a maioria, mas quase a igualavam (46,4%), enquanto em Cabo Verde se reforçava a expressão da população escrava (9,4%).

O retrato da população não livre confirma um dado claro: em meados do século XIX a escravatura no império português confinava-se à África (98,5% do total), sendo aparentemente residual o seu peso absoluto e relativo nas possessões asiáticas. Esta proposição parece ser reforçada pelos dados relativos à razão de sexos. Nas colónias africanas, exceção feita a Cabo Verde, há predominância masculina, sobretudo em Moçambique, o que sugere o seu uso maioritário em contexto de economias de plantaço.

Uma agenda de pesquisa

Os mais de 1.700 mapas estatísticos da população até agora tratados revestem-se de significativo potencial para o estudo da história demográfica, social e colonial em 13 territórios espalhados por quatro continentes. O *website* e a sua base de dados fornecem já ao público, governos, associações não governamentais e instituições internacionais um importante repositório demográfico para uma população actualmente estimada em 260 milhões. Além disso, estes mapas constituem as primeiras estatísticas da população para territórios africanos e asiáticos, anteriores aos colonialismos britânico, francês e holandês e aos modernos recenseamentos coloniais da população que começam a surgir na década de 1870.

Além da reconstituição dos regimes demográficos vigentes, em especial das zonas de maior “pressão demográfica” com uma mortalidade excessiva, esperam-se, também, significativas aportações no campo das migrações livres e forçadas. No quadro da escravatura não faltam informações sobre o tráfico transatlântico nos séculos XVIII e XIX.¹¹ Todavia, apesar da intensa produção historiográfica,¹² ainda persistem interrogações sobre os efeitos e características demográficas da população escrava nos territórios de origem e destino. No Brasil, por exemplo, os padrões reprodutivos da população escrava estavam longe de ser homogêneos. O debate sobre os efeitos demográficos do tráfico negreiro em Angola neste arco temporal ainda persiste (MILLER, 1992; THORNTON, 1980; MANNING, 2013). O estudo sistemático da população angolana ao nível de cada distrito trará certamente novidades para alimentar este debate.

Referências

- ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *The Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, n. 2, p. 173-205, 1963.
- ALEXANDRE, V. O império português (1825-1890): ideologia e economia. *Análise Social*, v. XXXVIII, n. 169, p. 959-979, 2004.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*. Reflections on the origin and spread of nationalism. Londres-Nova Iorque: Verso, 1991.
- BOTELHO, T. A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais. *Anais de História de Além-Mar*, v. XVI, p. 79-106, 2015.
- _____. Políticas de população no período joanino. In: SCOTT, A.; FLECK, E. (Ed.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. Porto Alegre: Oikos, 2008. p. 71-95.
- CURTO, J.; GERVAIS, R. The population study of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. *African Economic History*, v. 29, p. 1-59, 2001.

¹¹ Veja-se o conhecido repositório sobre o comércio atlântico de escravos, *slave voyages*, em: <<http://slavevoyages.org>>.

¹² Mencione-se aqui, entre vários, os incontornáveis estudos mais recentes de Herbert Klein, Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa e Manolo Florentino.

DORNEMANN, M.; OVERATH, P.; REINECKE, C. Travelling knowledge. Population statistics as “circulating entities”. *Contemporanea*, ano XVIII, luglio-settembre, p. 469-472, 2015.

GUEDES, R.; PONTES, C. S. Notícias do presídio de Caconda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, E.; SANTOS, V. (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/UFMG, 2013. p. 153-180.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. *Slavery in Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

LIVI-BACCI, M. *Amazzonia*. L'empero dell' acqua. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2012.

LOVEMAN, M. *National colours*. Racial classification and the state in Latin America. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

MANNING, P. *Migration in world history*. Nova Iorque: Routledge, 2013.

MARCÍLIO, M. L. *La Ville de São Paulo*. Peuplement et population. Roen: Publications de L'Université de Rouen, 1968.

MATOS, P. T. de; VOS, J. Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico. *Diálogos*, v. 17, n. 13, p. 807-834, 2013.

MATOS, P. T. de; SOUSA, P. A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820. *Memórias*. Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe Colombiano, n. 25, p. 73-103, 2014.

MILLER, J. The numbers, origins and destinations of slaves in the eighteenth-century Angolan slave trade. In: INIKORY, J. E.; ENGERMAN, S. L. (Ed.). *The Atlantic slave trade*. Effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas, and Europe. Durham: Duke University Press, 1962. p. 77-116.

NEWITT, M. *A history of Mozambique*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

OLIVEIRA, P. A. Um império vacilante (c. 1820-c.1870). In: OLIVEIRA E COSTA, J. P. (Ed.). *História da expansão portuguesa e do império português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013. p. 347-376.

RATO, D. The population of Macao, 1770s-1820s. *Anais de História de Além-Mar*, v. XVI, p. 181-204, 2015.

RUSSELL-WOOD, J. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, L. (Ed.). *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 432-434.

SANCHEZ-ALBORNOZ, N. *The population of Latin America*. A history. Berkeley: University of California Press, 1975.

SANTOS, A. C. A. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. A. (Dir.). *Temas setecentistas*. Governos e populações no império português. Curitiba: UFPR/SCHLA – Fundação Araucária, 2009. p. 143-152.

SILVA, C. N. *Constitucionalismo e império: a cidadania no ultramar português*. Coimbra: Almedina, 2011.

SILVA, F. R. Counting people and homes in urban Mozambique in the 1820s. Population structures and household size and composition. *African Economic History*, v. 45, n. 1, p. 46-76, 2017.

SKÖLD, P. The birth of population statistics in Sweden. *The History of the Family*, v. 9, p. 5-21, 2004.

THORNTON, J. The slave trade in eighteenth century Angola: effects on demographic structures. *Canadian Journal of Economic Studies*, v. 14, n. 3, p. 417- 427, 1980.

VALE, A. A população de Macau na segunda metade do século XVIII. *Povos e Culturas*. Portugal e o Oriente: passado e presente, Lisboa, n. 5, p. 241-254, 1996.

WAGNER, A. Moçambique e o seu “diminuto número de habitantes”: recenseamentos da população da África oriental portuguesa, no último quartel do século XVIII. *Diálogos*, v. 11, n.1/2, p. 239-266, 2007.

Sobre o autor

Paulo Teodoro de Matos é doutor em Demografia Histórica pela Universidade do Minho, Braga, Portugal. Investigador principal da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) (Centro de Humanidades – Programa Investigador FCT 2013) e professor auxiliar convidado da Universidade Católica Portuguesa. Investigador responsável do projecto “Counting Colonial Populations. Demography and the use of statistics in the Portuguese empire, 1776-1875”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e coordenador executivo do Mestrado em História do Império Português na FCSH-UNL.

Endereço para correspondência

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26 C
1069-061 – Lisboa, Portugal

Abstract

Envisioning, counting and describing Portuguese colonial populations, 1776-1875: notes from research in progress

By the end of the 18th century, the Portuguese Crown implemented a system for the gathering of demographic data in its overseas domains. In accordance with the model defined, each governor was to send a population count for the area under his jurisdiction annually. At the Arquivo Histórico Ultramarino, in Lisbon, there are over a thousand “population tables” from Brazil to Macao. This documentation significantly broadens horizons for demographic, social and colonial history, despite having been relatively neglected by historians and demographers. These sources allow for the study of demography and statistical processes during the construction of the Portuguese Empire between 1776 and 1875. The context of this research, with an emphasis on the particular characteristics of the sources, the data and their potential, as well as a research agenda shall be discussed further.

Keywords: Portuguese empire. Colonial demography. Census-taking. Slavery.

Resumen

Imaginar, contar y describir las poblaciones coloniales portuguesas, 1776-1875: notas de una investigación en curso

A finales del siglo XVIII la Corona portuguesa puso en marcha un sistema regulado de recolección de datos demográficos en sus territorios ultramarinos. A partir del modelo establecido, cada gobernador debía enviar anualmente la numeración de su jurisdicción. El Archivo Histórico Ultramarino, en Lisboa, conserva más de un millar de tablas estadísticas que provienen de lugares como Brasil o Macao. Esta documentación abre importantes horizontes para la historia

demográfica, social y colonial, pese a la escasa atención que han mostrado historiadores y demógrafos por ella. Con base en estas fuentes, el proyecto estudia la demografía y los procesos estadísticos en la construcción del imperio portugués entre 1776 y 1875. Analiza además el contexto de esta investigación, con énfasis en las características de la información, las variables y su potencial, junto con un plan de investigación.

Palabras clave: Imperio portugués. Demografía colonial. Estadillos. Esclavitud.

Recebido para publicação em 01/02/2017

Aceito para publicação em 26/08/2017

Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América (projeto integrado)

Sérgio Odilon Nadalin*
Dario Scott**

O projeto concernente a esta nota de pesquisa associa nos seus objetivos os interesses de vários pesquisadores que constituem o Grupo de Pesquisa Demografia & História, vinculados a diversos centros de pesquisa e programas de pós-graduação. Em síntese, a nossa intenção mais ampla é estabelecer as bases para a discussão dos regimes demográficos da população brasileira no passado. Com essa finalidade, estamos nos concentrando em “salvar” a memória populacional contida nas atas paroquiais de algumas freguesias selecionadas.

Palavras-chave: Memória demográfica. Regimes demográficos. Arquivos paroquiais. Fontes paroquiais. Império colonial português.

* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR, Brasil (sergion@terra.com.br).

** Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (dariostt@gmail.com).

Introdução

O presente texto aborda o desenvolvimento, desde 2008, de um projeto integrado sob a supervisão do Grupo de Pesquisa Demografia & História, ancorado na Universidade Federal do Paraná. Desde então, atividades de pesquisa foram realizadas em São Leopoldo, Belém, Campinas, São Paulo, Marília e Natal, lideradas por integrantes do grupo¹ e com apoio financeiro do CNPq. Trata-se, portanto, de um projeto de abrangência nacional e de longo fôlego, que padronizou procedimentos metodológicos para a coleta e o tratamento das fontes documentais, possibilitando análises comparadas no tempo e no espaço e expandindo os estudos de história demográfica. Nesse sentido, os membros do grupo almejam, por meio da exploração sumária e amostral da documentação selecionada, demonstrar a viabilidade do projeto e dar início a uma discussão a respeito dos regimes demográficos diferenciados do passado brasileiro (NADALIN, 2003, 2014).

Visando tais objetivos, o grupo discutiu o conteúdo de um banco de dados construído a partir das informações de atas paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Essas informações fundamentaram o núcleo do *software*, denominado NACAOB,² sob a supervisão técnica de Dario Scott.

O problema

O interesse pela história da população esteve presente desde os primórdios da historiografia brasileira, a partir dos esforços iniciais do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) para compreender o processo de formação do “povo brasileiro”.

Tais estudos formaram as bases do conhecimento a respeito da população brasileira que, por força mimética, repetiram-se, com pequenas inovações, em trabalhos acadêmicos e manuais escolares do século XIX e primeiras décadas do século XX, até a publicação da revolucionária obra *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre.

À medida que adentrava o século XX, os investigadores acrescentaram tópicos específicos à contribuição dos contingentes europeus. Porém, as mudanças da década de 1960 para a de 1970 incluíram nova revolução nesse campo de interesse. Pesquisadores de renomadas instituições universitárias trouxeram para o Brasil o resultado de seus diálogos com historiadores e demógrafos europeus, particularmente os ligados às instituições francesas e inglesas, introduzindo em determinados centros de pesquisa novas formas de

¹ Ana Sílvia Volpi Scott e Dario Scott (Unicamp), Antonio Otaviano Vieira Jr. (UFPA), Maísa Faleiros da Cunha (Unicamp), Carlos Bacellar (USP), Paulo Eduardo Teixeira (Unesp) e Luciana Conceição de Lima (UFRN). Uma comunicação a respeito foi realizada em 2009; ver Nadalin et al. (2009).

² NAscimento, CAsamento, ÓBitos, NACAOB. Como informa o espelho do grupo de pesquisa, trata-se de “software desenvolvido por Ana Sílvia Volpi Scott e Dario Scott para inclusão de registros paroquiais e outras fontes nominativas para possibilitar a reconstituição de famílias a partir da metodologia proposta por Louis Henry. O sistema foi desenvolvido em C# e utiliza um banco de dados SQL. O software roda sob o sistema operacional Windows XP ou superior e é necessária a instalação da biblioteca Microsoft NET Framework 3.5”. (SCOTT; SCOTT, 2009, p. 171-85).

a historiografia tratar a matéria população. Era época de plena implantação dos programas de pós-graduação, e membros de diversas instituições perfilhavam-se no entusiasmo por adensar o conhecimento historiográfico, utilizando metodologias propostas pela história demográfica que, na Europa, estava em efervescência desde a década de 1950.

Sintetizando, o fato é que o encaminhamento demográfico permitiu conhecer, por vezes com alto grau de refinamento, comportamentos das populações coloniais radicadas notadamente no Sudeste brasileiro, embora focando o período posterior à passagem do século XVIII para o XIX. É fato, também, que, apesar dos progressos evidenciados, ainda pouco ou nada se sabe a respeito das dinâmicas populacionais do período anterior aos oitocentos e/ou vivenciadas nas demais partes do país.

A fim de mapear o problema, foram consideradas algumas variáveis, como a maior ou menor mobilidade da população colonial portuguesa e a migração consequente, movendo junto as estruturas sociais, simultaneamente definindo fronteiras geográficas, demográficas e etno-culturais.³ Esses múltiplos processos, interligados, resultaram em estruturas sociais complexas, daí a dificuldade para se ir mais a fundo em qualquer generalização a respeito dos regimes populacionais implantados na Colônia.

Entretanto, uma questão a ser salientada (pois foi apenas referida mais acima) diz respeito à estabilidade da população. Foi sugerido um modelo relacionado à singularidade histórica de uma sociedade “móvel”, que se caracteriza, inclusive, por uma relativa instabilidade familiar e pelo contraponto, também original, de uma população mais estável instalada no litoral e, quase essencialmente, no Nordeste (NADALIN, 2003). Na extremidade, um modelo demográfico urbano, de fraco crescimento vegetativo, e cuja dinâmica baseava-se no ingresso constante de novos contingentes populacionais oriundos da imigração; mais ou menos no seu “interior”, regimes demográficos “restritos”, fundados quer na escravidão, quer em economias familiares de subsistência mais ou menos estáveis, ou na economia do gado. Regimes demográficos que se sucedem e se superpõem no tempo e no espaço, que opõem, em dicotomias complexas, “estabilidade” e “instabilidade”, “aventura” e “trabalho”, o “litoral” e o “planalto”, “aglomerações urbanas” e a “rarefação sertaneja”, a “floresta” e o “campo”. No plural, esses tempos e espaços foram construídos pela distensão demográfica a partir das regiões litorâneas (e de São Paulo da Piratininga), originando, em alguns momentos, outros sistemas irradiadores.

Há que se considerar, finalmente, as enormes dimensões do Império português e o próprio tamanho do território “brasileiro”, demandando distintas estratégias coloniais e o aproveitamento de especialidades regionais, definidas de acordo com os interesses metropolitanos. Da mesma forma, deve-se levar em conta o tempo extremamente largo no qual se insere o tema, desde o século XVI até o XVIII, espraiando-se inclusive até 1850, após a Independência.

³ Essa questão foi desenvolvida em Nadalin (2003, 2009, 2014).

Objetivos

O objetivo geral do projeto é estabelecer as bases para a discussão dos regimes demográficos da população brasileira no passado. Considerando-se que a proposta apoia-se nos registros paroquiais concernentes, principalmente, ao período colonial nas regiões Norte, Nordeste e extremo sul da América portuguesa, também é nosso objetivo salvar essas fontes de dados e, dessa forma, divulgar e ampliar os estudos populacionais no Brasil, com o *software* NACAOB e a montagem de equipes que trabalhem com registros paroquiais do Norte até o Sul do passado do Brasil. Abre-se, desse modo, um poderoso flanco de pesquisa, perdendo força as explicações genéricas e fomentando a análise das especificidades locais e de pontos nacionais comuns.

O grupo Demografia & História constituiu-se tendo em vista dois grandes objetivos, que marcam as linhas de pesquisa inscritas no CNPq. O projeto concernente, portanto, alinhava-se, a partir do tema de uma história da população brasileira, na necessidade de compreender a complexidade da dinâmica demográfica a partir dos denominados “regimes demográficos” e, motivação não menos importante, no necessário “resgate” das suas fontes: neste projeto apontamos, preferencialmente, para a documentação constituída pelas atas das paróquias coloniais. De fato, desde que os mórmons realizaram a ampla tarefa de microfilmagem dessas fontes, cobrindo parcialmente paróquias cuja documentação sobreviveu à destruição das fontes históricas brasileiras, muito dos originais copiados e que constam do acervo de Salt Lake City já desapareceram, destruídos pelo tempo e (ou) por outros motivos.

Em consequência, o grupo espera poder demonstrar as possibilidades de utilização da documentação agora digitalizada, utilizando, para tanto, o NACAOB 14.02. Esta décima quarta versão do NACAOB, desenvolvido por Dario Scott, ensejará o arrolamento e tratamento das informações – num primeiro momento, a “exploração sumária dos dados” (FLEURY; HENRY, 1965, p. 31). Em consequência, as comparações regionais, devidamente qualificadas em função dos regimes demográficos que vigoraram no passado, permitirão verificar a justeza e o mérito das ações empreendidas até o momento.

Mais adiante, a partir da criação de redes de pesquisadores centrados em várias regiões do país e construídas a partir das iniciativas do grupo de pesquisa, espera-se gradativamente completar a indexação da documentação: nossa meta final, num longo prazo, seria a de construir um banco de dados nacional, a ser acessado a partir de *site* especialmente criado. A rede de pesquisadores envolvida deverá contribuir, finalmente, para as análises sumárias da documentação, tendo em vista o quadro teórico-metodológico construído a partir do conceito dos regimes demográficos.

Finalmente, é necessário salientar que a exploração sucinta das séries comparáveis de informações propiciadas por uma amostra de paróquias do Norte, Nordeste e extremo sul deverá não só autorizar a construção de interfaces institucionais voltadas aos estudos de história da população brasileira, como também avançar o conhecimento relativo aos regimes demográficos no passado brasileiro.

Resultados preliminares

A intenção inicial do grupo de pesquisa era focar as investigações em regiões mal cobertas pela historiografia demográfica e social. Explica-se, assim, o título do projeto, pois estávamos motivados pela necessidade de fomentar pesquisas nessas regiões “além do Centro-Sul” e, o que também é caro ao grupo, salvar a documentação paroquial, que está, em muitos locais, em estado precário. Todavia, dado o avanço anterior do trabalho de indexação de dados da Paróquia Madre de Deus, em Porto Alegre, decidimos investir também nesta Freguesia, para termos um dado comparativo com uma localidade cujos registros paroquiais estão muito bem conservados.⁴

Incluindo alguns resultados “tentativos”, foram arrolados até o momento 85.356 batismos, 11.242 casamentos e 51.246 óbitos no banco de dados; destes, 67.693 batismos, 8.091 casamentos e 46.618 óbitos fazem parte do projeto em andamento, conforme mostra a Tabela 1. Isso ainda é pouco diante do que o grupo ambiciona: trata-se de um trabalho que exige meticulosidade, cuidado e paciência. Tendo em vista os principais objetivos do projeto, não ousamos fixar metas, não só em função dos problemas de produtividade, mas também porque dependemos muito dos aportes do CNPq que, sabemos, podem terminar.

TABELA 1
Indexação de dados realizada até 31 de dezembro de 2016 da população livre e escrava, segundo paróquias/freguesias – séculos XVIII-XX

Paróquias/Freguesias	Categorias	Período	Total indexado	Observações
Madre de Deus, Porto Alegre, RS (1)	Batismos	1772-1854	25.233	
	Casamentos	1772-1849	4.189	
	Óbitos	1772-1872	32.012	
N.S. da Conceição do Viamão, RS (2)	Batismos	-	-	
	Casamentos	-	-	
	Óbitos	1745-1799	1.761	
Sé, Belém do Pará (3)	Batismos	1775-1889	22.686	
	Casamentos	1830-1854	335	
	Óbitos	-	-	
N.S. Nazaré, Belém do Pará (4)	Batismos	1870-1889	5.861	
	Casamentos	-	-	
	Óbitos	-	-	
Quixeramobim, Ceará (5)	Batismos	1755-1834	6.797	Lacunas: 1760-1799
	Casamentos	-	-	
	Óbitos	-	-	
N.S. da Apresentação, Rio Grande do Norte (6)	Batismos	1680-1874	3.540	Lacunas: 1715-1754
	Casamentos	1725-1914	2.011	Lacunas: 1790-1889
	Óbitos	1745-1954	9.594	Algumas lacunas

(continua)

⁴ Foi um pouco nessa direção que uma aluna de iniciação científica na UFPR fez uma pesquisa comparando processos de nomeação em Belém do Pará e em Porto Alegre (PAROL, 2014).

(continuação)

Paróquias/Freguesias	Categorias	Período	Total indexado	Observações
N.S. Prazeres de Goianinha, RN (7)	Batismos	1845-1889	2.263	
	Casamentos	1825-1889	1.506	
	Óbitos	1815-1859	3.251	Algumas lacunas
Santiago do Iguape, Bahia (8)	Batismos	1700-1809	4.622	Lacunas: 1755-1794
	Casamentos	-	-	
	Óbitos	-	-	
São Pedro Mártir, Olinda, Pernambuco (9)	Batismos	1820-1839	1.313	
	Casamentos	1815-1824	50	
	Óbitos	-	-	

Fonte: Base de dados do NACAOB em 31/12/2016.

(1) Indexação adiantada, a cargo das equipes monitoradas pela Dra. Ana Sílvia Volpi Scott da Unisinos (2008 a 2015) e Unicamp (a partir de maio de 2015).

(2) Indexação apenas iniciada, a cargo de equipe monitorada pela Dra. Ana Sílvia Volpi Scott.

(3) Indexação terminada, a cargo da equipe monitorada pelo Dr. Antonio Otaviano Vieira Jr., da UFPA. Os livros de óbitos e a maioria dos livros de casamentos encontram-se extraviados.

(4) Indexação por ora interrompida.

(5) Indexação interrompida, em função do mau estado dos livros.

(6) Indexação adiantada, a cargo da equipe monitorada pela Dra. Luciana Conceição de Lima, da UFRN.

(7) Indexação adiantada, a cargo da equipe monitorada pela Dra. Luciana Conceição de Lima, da UFRN

(8) Indexação iniciada, a cargo da equipe monitorada pelo Dr. Carlos Bacellar, da USP.

(9) Indexação apenas iniciada, a cargo da equipe monitorada pelo Dr. Paulo Eduardo Teixeira, da Unesp.

Por outro lado, dezenas de estudantes têm passado por nossas mãos, aprendendo paleografia, conhecendo melhor as virtualidades dos registros paroquiais e utilizando os dados para elaborarem seus trabalhos de final de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Com exceção dos dados indexados para o Rio Grande do Sul, que têm possibilitado a elaboração de trabalhos de final de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, é preciso ainda investir muito, principalmente nas frentes que estão se abrindo para a Bahia e Pernambuco. Estamos ainda um pouco distantes dos resultados já obtidos por Scott e Scott (2009) e pelos alunos do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos que estavam integrados à equipe do projeto até 2015, mas há que persistir.

Potencialidades do NACAOB⁵

Foram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) que regulamentaram a vida religiosa na colônia lusa na América.⁶ Apesar disso, encontramos muita variação na qualidade da informação dos documentos, que dependia do zelo e da eficiência dos párocos, responsáveis por elaborar as atas.

A vantagem de utilizar o NACAOB está na padronização dos dados coletados, sem perder nenhuma informação da fonte original. Isso possibilita aos pesquisadores que estudam diferentes regiões efetuar comparações diretas dos seus resultados. O *software* possui

⁵ Disponível em: <<http://www.nacaob.com.br>>

⁶ Ver Monteiro (2007).

tabelas que são comuns a todos os pesquisadores, como nomes,⁷ ocupações, residência, títulos e patentes, naturalidade, cor, assinatura, condição jurídica, estado matrimonial, etc., mantendo assim uma estandardização na coleta da informação.

Como uma das propostas do projeto é o resgate dessa documentação, o NACAOB permite que se reproduza toda a informação dos assentos, possibilitando, assim, verificar as modificações ocorridas em cada variável registrada ao longo do tempo para cada indivíduo, quer dizer, variações de nome, atributos, condição matrimonial, etc., em cada assento em que ele participou, e qual o papel desse indivíduo no evento.

Com relação aos proprietários e escravos, o sistema também possibilita recompor as escravarias, pelo menos de todos os que nasceram, casaram ou morreram e foram registrados na freguesia estudada.

Toda a potencialidade do NACAOB em relação ao cruzamento com outras fontes pode ser vista em Ana Scott (1999, 2012). A autora explorou o cruzamento nominativo dos assentos paroquiais, entre outras fontes, com Róis de Confessados e Testamentos.

Referências

- FLEURY, M.; HENRY, L. **Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien**. Paris: INED, 1965.
- GOLDSCHMIDT, E. Prostituição (verbete). In: SILVA, M. B. N. da (Org.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 669-72.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Edit. da UNP, 1963.
- KREAGER, P. Demographic regimes as cultural systems. In: COLEMAN, D.; SCHOFIELD, R. (Ed.). **The state of population theory**. Nova York: Basil Blackwell Ltd, 1986.
- MARCÍLIO, M. L. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). **População & sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 193-207.
- MARTIUS, C. F. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**, v. 1, n. 10, p. 149-157, 1841.
- MONTEIRO, S. da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia/feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor d. Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707**. Brasília: Senado Federal, 2007.
- NADALIN, S. O. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. **Topoi** (Revista de História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ), v. 4, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003.
- _____. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 2004.

⁷ A tabela de NOMES do NACAOB possui um dicionário em que o pesquisador insere o nome com a grafia original do documento (Joseph, por exemplo) e, se o nome nunca foi inserido, o programa abre uma nova janela para a inserção da grafia atualizada correspondente a esse nome (José). Isso permite que o cruzamento nominativo seja feito de maneira mais eficiente, pela grafia atualizada, impedindo, assim, que grafias diferentes do mesmo nome (Joseph e José) gerem problemas no processo do cruzamento automático.

_____. Questões referentes aos regimes demográficos no passado colonial brasileiro. In: SCOTT, A. S. et al. **Gentes das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro** entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 13-30.

NADALIN, S. O. et al. Más allá del Centro-Sur: por una historia de la población colonial em los extremos de los domínios portugueses em América (siglos XVII-XIX). In: CELTON, D.; GHIRARDI, M.; CARBONETTI, A. (Org.). **Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alap Editor, 2009. p. 137-53.

PAROL, N. **Processos comparados de nominação: Belém (PA) e Porto Alegre (RS), séculos XVIII e XIX**. Relatório Técnico de Iniciação Científica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

REINHARD, M. R. et al. **Histoire générale de la population mondiale**. Paris: Montchrestien, 1968.

RIBEIRO, J. **História do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

ROWLAND, R. **População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

_____. População, desenvolvimento e estrutura social em perspectiva histórica: os regimes demográficos e seus contextos. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 9, n. 1, p. 267-309, 2013.

SCOTT, A. S. V. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (século XVIII e XIX)**. Guimarães: Eden, 1999. (Coleção Monografias NEPS, v. 6).

_____. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (século XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2012 (Coleção EHILA, v. 5).

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia. In: CELTON, D.; GHIRARDI, M.; CARBONETTI, A. (Org.). **Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alap Editor, 2009. p. 171-85.

VILAR, P. **Iniciación al vocabulario del analisis histórico**. Barcelona: Crítica, 1980.

Sobre os autores

Sérgio Odilon Nadalin é doutor em História e Geografia das Populações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris). Professor sênior do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador sênior do CNPq.

Dario Scott é doutorando em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Computação Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Endereço para correspondência

Sérgio Odilon Nadalin
Rua Bororós, 555, Vila Izabel
80320-260 – Curitiba-PR, Brasil

Dario Scott
Alameda Carlos Barduchi, Lote 12 – Dois Córregos
13278-170 – Valinhos-SP, Brasil

Abstract

Beyond Center-South: for a history of colonial population at the extremes of Portuguese domination in America (integrated project)

The project regarding this research note relates in its objectives the interests of several researchers who constitute the “Demography & History” Research Group, linked to several research centers and postgraduate programs. To sum up, our broader intention is to lay the groundwork for the discussion of the demographic regimes of the Brazilian population in the past. To that end, we are focused on “saving” the population memory contained in parochial records from selected parishes.

Keywords: Demographic memory. Demographic regimes. Parochial records. Parish sources. Portuguese colonial empire.

Resumen

Más allá del Centro-Sur: por una historia de la población colonial en los extremos de los dominios portugueses en América (proyecto integrado)

El proyecto de investigación vinculado con esta nota incluye en sus objetivos el interés de muchos investigadores que constituyen el Grupo de Investigación «Demografía e Historia», relacionado con varios centros de investigación y programas de posgrado. En resumen, nuestra intención más amplia es establecer las bases para la discusión de los regímenes demográficos de la población brasileña en el pasado. Con este fin, nos estamos centrando en «salvar» la memoria de la población contenida en los archivos de algunas parroquias seleccionadas.

Palabras clave: Memoria demográfica. Regímenes demográficos. Archivos parroquiales. Fuentes parroquiales. Imperio colonial portugués.

Recebido para publicação em 30/01/2017

Aceito para publicação em 26/08/2017

Pelos caminhos passados e futuros da Demografia Histórica

Ana Scott*

FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; BOLOVAN, Ian; SOGNER, Sølvi (Ed.). *A global history of historical demography. Half a century of interdisciplinarity*. Bern: Peter Lang AG, International Academic Publishers, 2016, 683p.

MATTHIJS, Koen; HIN, Saskia; KOK, Jan; MATSUO, Hideko (Org.). *The future of historical demography. Upside down and inside out*. Leuven: Acco, 2016, 260p.

Não custa lembrar no início desta “resenha dupla” que História e Demografia dividem um interesse: as pessoas. Ao longo dos últimos 50 anos, esse interesse comum permitiu o nascimento, o desenvolvimento e a consolidação de uma subdisciplina, a Demografia Histórica, cujas afinidade e trocas, desde sua origem, definiram este campo de estudo.

Com mais de meio século de vida, hoje a Demografia Histórica é alvo de avaliações, críticas e discussões, considerando-se o sólido conjunto de conhecimentos produzido. A partir deste estímulo, dois livros publicados recentemente reuniram um grande grupo de autores que refletiram sobre a produção e arriscaram a lançar ideias sobre o seu futuro.

Por conta dessas duas publicações, pode-se afirmar que o ano de 2016 foi especialmente rico para fazer-se um balanço crítico da contribuição da Demografia Histórica, mais de cinco décadas depois da criação oficial da *International Commission for Historical Demography*, que teve lugar em Viena/Áustria, em 1965, durante o *XII International Congress of Historical Sciences*.

Estas duas publicações oferecem um farto material para refletir sobre os caminhos percorridos nos últimos 50 anos, além de abrirem possibilidades para se interrogar sobre as perspectivas para as próximas décadas.

* Departamento de Demografia/Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (asvscott@gmail.com).

O primeiro livro aqui destacado – *A global history of historical demography* – faz uma “análise global” de sua história, dando a conhecer o aporte e os subsídios que a Demografia Histórica tem dado especialmente (mas não exclusivamente) para a História e para a Demografia.

A outra obra procura “explorar” seus caminhos futuros, de todos os ângulos possíveis, “de cabeça para baixo e de dentro para fora”, como fica explícito no título: *The future of historical demography. Upside down and inside out*.

Por apresentarem temas tão entrelaçados e complementares para compreender o papel da Demografia Histórica hoje, parece mais do que oportuno fazer uma resenha dupla, apresentando aos leitores da *Rebep* essas duas obras, que sumarizam o estágio atual da produção mundial na área de Demografia Histórica, bem como nos instigam e estimulam a refletir sobre seu futuro, enfrentando os desafios e as lacunas que ainda se apresentam aos estudiosos. Para subsidiar esta discussão, as duas publicações trazem as análises de reconhecidos estudiosos da Demografia Histórica, somando as “expertises” de pesquisadores veteranos e das gerações mais jovens, que vêm produzindo estudos de alto nível sobre a demografia do passado, nos quatro cantos do planeta.

No livro *A global history of historical demography*, são quase 700 páginas que esmiúçam a produção da Demografia Histórica em escala planetária. O resultado dessa história global da disciplina é apresentado na esclarecedora introdução, assinada pelos organizadores, seguida por nada menos do que 37 capítulos, redigidos por mais de meia centena de estudiosos.

Antoinette Fauve-Chamoux, figura conhecida entre os demógrafos historiadores, desde a década de 1960, vinculada à Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris (França), Ioan Bolovan, da Romanian Academy e Babes-Bolyai University, Cluj-Napoca (Romênia), e Sølvi Sogner, University of Oslo (Noruega), tomaram para si a responsabilidade de organizar esta obra que, sem dúvida, constitui uma referência obrigatória para todos os interessados nos temas da História e da Demografia. É importante salientar que, logo de início, fica claramente explicitada uma das mais marcantes características da Demografia Histórica: a interdisciplinaridade. De fato, o livro celebra o meio século de diálogo constante e frutífero (não sem que houvesse algum salutar conflito e tensão), entre pesquisadores das “Letras” e das “Ciências”, que tiveram na Demografia Histórica um espaço de encontro, de troca de ideias, possibilitando cultivar e desenvolver um novo campo de estudos, como afirmam os organizadores na introdução do livro.

Uma obra desta magnitude teve um longo percurso, desde sua proposta e concepção, até a sua publicação, em meados de 2016. Afinal, a antologia reúne meio século da produção que se desenvolveu em quase 40 países. Como afirmam os organizadores, todos os autores que participaram da iniciativa “têm uma história para contar”.

Diferentes países, diferentes experiências. Dada a grande diversidade dos contextos e dos autores, o que é parte intrínseca de uma obra deste tipo, não há uma estrutura comum. Cada contribuição é, por isso, especial, advertem mais uma vez os organizadores.

E isso explica, por exemplo, a ordem alfabética dos capítulos dedicados a cada país, ou área geográfica (África sub-saariana, Argentina, Austrália, etc.).

Apenas o capítulo 1 escapa dessa “ordem”, em que Antoinette Fauve-Chamoux apresenta uma análise sobre a Demografia Histórica e o desenvolvimento de redes internacionais de pesquisadores, no período entre 1928 e 2010. É curioso apontar que, embora a subdisciplina tenha nascido há 50 anos, a expressão “*Historical Demography*” foi usada na literatura acadêmica desde 1928, quando a *Comission of Historical Demography* teve representação ativa no VI Congresso Internacional de Ciências Históricas, que ocorreu naquele ano em Oslo (Noruega). O ano de 2010 assinala o final do período, pois foi na vigésima primeira edição do mesmo congresso, realizado em Amsterdam (Holanda), que se propôs escrever o panorama da história da Demografia Histórica, em termos globais. O livro foi resultado da decisão tomada pela Comissão e foram necessários seis anos para que a obra viesse, finalmente, a público.

África, Ásia, América, Europa e Oceania são os continentes representados. Refletindo a longa tradição dos estudos na área de Demografia Histórica na Europa, a distribuição dos capítulos revela o peso deste continente; afinal, o berço da Demografia Histórica é europeu e se disseminou por praticamente todas as regiões. São 25 capítulos que trazem as “histórias” da Demografia Histórica na Áustria, na Alemanha, no Báltico, na Bélgica, na República Checa, na Dinamarca, na Escócia, na Eslováquia, na Espanha, na Inglaterra e Gales, na Finlândia, na França, na Grécia, na Hungria, na Islândia, na Irlanda, na Itália, na Holanda, na Noruega, na Polônia, em Portugal, na Romênia, na Suíça e na Suécia. A Rússia também está representada neste conjunto.

No que diz respeito à Ásia, as quatro contribuições tratam da Demografia Histórica na China, Índia, Japão e Coreia. A Austrália representa a produção da disciplina voltada para a Oceania, enquanto a África se faz presente no capítulo que diz respeito à região subsaariana.

O continente americano contou com cinco capítulos dedicados à Argentina, ao Canadá, aos Estados Unidos, ao México e um capítulo referente à América Latina, como um todo. Neste capítulo geral sobre a América Latina, de autoria de Maria Luiza Marcílio, está inserida a análise sobre a Demografia Histórica no Brasil.

Ao final de cada capítulo o leitor encontra um resumo em inglês e francês, o que é muito útil para aceder de maneira mais direta aos textos que “desfilam” ante nossos olhos, nas quase 700 páginas.

Não é possível fazer aqui comentários individuais para cada um dos capítulos, mas chama-se a atenção para a introdução, que faz um excelente recorrido dos 50 anos da Demografia Histórica, remontando ao congresso de Ciências Históricas, em Estocolmo (1960), quando o demógrafo Louis Henry foi convidado a apresentar, pela primeira vez, a um grupo de historiadores a “reconstituição de famílias”, a metodologia que é, talvez, a marca mais conhecida da Demografia Histórica e que foi desenvolvida com a cooperação do historiador Michel Fleury.

O percurso traçado por Fauve-Chamoux, Bolovan e Sogner recupera detalhes da história da disciplina, discute a questão do “seu nome” (Demografia Histórica ou Estudos de População), relembra o que era ser (ou como se transformar em) um “demógrafo historiador na década de 1960” e como a Demografia Histórica “ultrapassou” três revoluções desde aquele período (a revolução digital, a revolução da linguagem e a revolução de gênero).

Contudo, o que parece mais estimulante é que o trio de organizadores mostra que a antologia de textos reunida coloca em relevo o papel da interdisciplinaridade no desenvolvimento desse campo de estudos. Talvez, ela seja a chave para “decodificar/entender” a contribuição e disseminação da Demografia Histórica.

A antologia coloca em evidência a enorme variação no que diz respeito às fontes utilizadas pelos pesquisadores, para além das condições sociais e políticas, do “estado da arte”, dos diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico, das iniciativas nacionais e locais, que marcam o lugar da Demografia Histórica em cada um dos países e regiões. Como muita coisa mudou ao longo desse meio século, o grande desafio é estar ao corrente dos cada vez maiores fluxos de informação e inovação, em uma disciplina com dimensões e ambições globais. O diálogo entre pesquisadores das “letras” e das “ciências”, por outro lado, é fundamental para compreender, como dizem os organizadores, “a condição humana em todo o mundo”.

As diferentes gerações de demógrafos historiadores deram contribuição fundamental para a concretização dessa antologia global e, entre os autores, encontram-se figuras muito conhecidas entre os demógrafos historiadores, como Maria Norberta Amorim (Portugal), Michel Anderson (Escócia), Akira Hayami (Japão), Maria Luiza Marcílio (Brasil), Hernán Otero (Argentina), Eugenio Sonnino (Itália), que estão ao lado de pesquisadores de gerações mais novas como Paulo Teodoro Matos (Portugal) e Lucia Pozzi (Itália), entre outros. É um bom auspício, já que a renovação das gerações é a garantia para a vitalidade e dinamização da disciplina nas próximas décadas.

Com essa afirmação, parece oportuno passar aos comentários relativos ao segundo livro dessa dupla resenha, que tem como objeto o “futuro” da Demografia Histórica. Virar a demografia histórica do avesso, incitar o leitor a fazer o mesmo e, mais do que isso, apresentar o projeto que está por trás da obra é a mensagem que abre o livro organizado por um quarteto que integra as novas gerações de demógrafos historiadores. Koen Matthijs, Saskia Hin e Hideko Matsuo estão vinculados à University of Leuven (Bélgica). Matthijs é professor e coordena o grupo de pesquisa Family and Population Studies. As pesquisadoras Saskia Hin e Hideko Matsuo participam do mesmo grupo, que tem um amplo leque de interesses que vão desde os estudos sobre a estrutura da família, casamento, divórcio, passando pelas questões metodológicas e técnicas ligadas à qualidade de dados, *survey*, entre outros temas.

Ao trio de Leuven se juntou Jan Kok, vinculado à Radboud University Nijmegen (Holanda), professor de História Econômica, Social e Demográfica, cujos temas de

estudo são sexualidade pré e extramarital, migração, família e grupo doméstico. É também um dos editores da revista *The History of the Family*, periódico dos mais importantes na área.

Como afirmam os organizadores, o objetivo da obra é fornecer inspiração para os anos vindouros da Demografia Histórica: inspirar e provocar uma reflexão crítica sobre a situação atual da disciplina; fazer a reaproximação aos temas que foram deixados de lado; indicar as tendências de pesquisa; e, sobretudo, estimular os trabalhos futuros ligados a outras disciplinas. Em outras palavras, os autores que contribuíram foram incitados a “pensar fora da caixa”. No total são quase 80 autores que apresentam 60 ideias “provocativas”, produzidas em poucas páginas (entre três e cinco), o que dinamiza a leitura. O conteúdo distribui-se entre uma curta introdução, assinada pelo quarteto que organiza o livro, e 11 capítulos.

Cada um dos capítulos traz um conjunto entre quatro e sete contribuições/reflexões ligadas ao tema/questão geral proposto. Em tradução livre, o primeiro capítulo tem uma perspectiva de examinar o percurso (toda a história); o capítulo dois busca “extrapolar para o mundo”, destacando, por exemplo, o desafio de ir além do eurocentrismo, incluindo as sociedades não ocidentais; o capítulo três procura “aprender com o passado”; o capítulo quatro tem como tema “pensar nos vizinhos”; os capítulos cinco e seis são voltados para a discussão sobre o fortalecimento das questões metodológicas e teóricas. O tema da incorporação da cultura, como aporte fundamental para a Demografia Histórica, é tratado no capítulo sete. O capítulo oito gira em torno da discussão de velhos e novos conceitos e “proxies”.

Os três capítulos finais formam um conjunto de “propostas”, por assim dizer, que procuram estimular o fortalecimento, o envolvimento e a colaboração com outras áreas e entre pesquisadores. Tópico também importante é a questão da “permanente” construção e melhoria da qualidade dos dados utilizados, conjugando abordagens micro e macro. Especialmente o último capítulo “Para onde ir?” lança desafios e perspectivas para o futuro da disciplina, abordando não apenas as possíveis inovações a serem incorporadas, mas também os desafios para que o futuro da Demografia Histórica seja “sustentável”, trazendo o rejuvenescimento do campo por meio da incorporação de novas gerações de pesquisadores.

A leitura dessas duas obras pode servir de inspiração e estímulo aos pesquisadores brasileiros e latino-americanos (especialmente) para examinar os caminhos da Demografia Histórica entre nós. Será que a “nossa” Demografia Histórica está “dançando no mesmo compasso” da produção gerada por colegas de outras latitudes? Podemos ter a expectativa de um futuro “sustentável” para esta disciplina entre nós? São reflexões que devem estar na agenda de hoje e dos próximos anos.

Sobre a autora

Ana Scott é doutora em História e Civilização pelo Istituto Universitario Europeo (Florença/Itália).
Docente do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp).

Endereço para correspondência

Nepo/Unicamp
Av. Albert Einstein, 1300 – Cidade Universitária
13083-852 – Campinas-SP, Brasil

Recebido para publicação em 09/02/2017
Aceito para publicação em 26/08/2017

INSTRUÇÕES E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ORIGINAIS

Foco e escopo da revista

A *Revista Brasileira de Estudos de População* é um periódico quadrimestral, composto por artigos inéditos, de reconhecido mérito científico, sobre demografia e população e desenvolvimento sustentável, assim como áreas afins que mantenham o diálogo com o escopo da revista.

A *Rebep* aceita manuscritos para publicação nas seguintes categorias:

- **artigos de revisão:** revisão crítica da literatura – *não somente revisões bibliográficas* – sobre temas no campo dos estudos populacionais e áreas correlatas (máximo de 10.000 palavras e cinco ilustrações);
- **artigos originais:** resultados de pesquisa empírica, teórica experimental ou conceitual (máximo de 8.000 palavras e cinco ilustrações);
- **nota técnica:** apresentação de análises prévias de pesquisas, cujos resultados sejam relevantes (máximo de 3.000 palavras e três ilustrações);
- **ponto de vista:** opinião qualificada sobre tema de relevância ou crítica a artigo publicado em fascículo imediatamente anterior (máximo de 3.000 palavras e duas ilustrações);
- **resenha:** revisão crítica de livros publicados nos últimos três anos (máximo de 3.000 palavras). As resenhas serão publicadas como tal ou como divulgação de livros por indicação da editoria da revista e aprovação do Comitê Editorial. Para ser considerada resenha, esta deve apresentar análise crítica sobre o livro e não apenas divulgação. A critério do Comitê Editorial da Revista a resenha será publicada em seção de Resenha se for classificada como analítica e, caso contrário, poderá ser divulgada na seção Divulgação de Livros.
- **debate:** ensaios teóricos opinativos relacionados à discussão da dinâmica demográfica, seguidos de avaliações de autores convidados pelo editor e de resposta do autor do artigo principal (máximo de 8.000 palavras e cinco ilustrações).

Política de avaliação

As avaliações seguirão as éticas de avaliação duplo-cego.

Os textos submetidos serão enviados anonimamente a dois pareceristas, especialistas no tema, para avaliação criteriosa da sua qualidade. Em caso de divergência de opiniões, o artigo será enviado a um terceiro especialista. Os trabalhos que forem recomendados para publicação com revisão de conteúdo serão enviados novamente a dois pareceristas, de preferência os mesmos do processo inicial.

Cabe ao Comitê Editorial da *Rebep*, responsável pelo número específico da revista, a aprovação final de um artigo para publicação que tenha sido aprovado condicionalmente no processo duplo-cego. Cabe também ao Comitê Editorial o direito de fazer pequenas modificações no texto final, tabelas e figuras, para atender aos critérios editoriais da revista, que seguem as normas da ABNT.

Os autores comprometem-se a não enviar um artigo em avaliação a outras revistas por, pelo menos, três meses após o aceite da submissão. A desistência da submissão após este prazo deve ser registrada com notificação ao editor da revista.

O aceite da submissão de um manuscrito depende de avaliação do cumprimento dos requisitos de formatação e, principalmente, de uma análise inicial do Comitê Editorial sobre a aderência do manuscrito ao escopo da revista.

Diretrizes para autores para preparação dos manuscritos

Resumo

O resumo é a apresentação concisa dos pontos relevantes do artigo, devendo ser fornecido tanto para os artigos de revisão quanto para os originais. Deve conter cerca de 200 palavras ou até 1.500 caracteres, incluindo espaço em branco, e seguir a norma da ABNT 6028 (um único parágrafo indicando o objetivo, o método, os resultados e a principal conclusão do documento).

O resumo deve ser enviado nos três idiomas: português, inglês e espanhol. As traduções devem ser fiéis ao resumo enviado no idioma original do artigo. Incluir a tradução do título no idioma correspondente.

Palavras-chave

Deverão ser indicadas de três a seis palavras-chave (normas ABNT) no momento da submissão do artigo. Incluir as palavras-chave nos três idiomas (português, inglês e espanhol).

Formatação do texto

O manuscrito deve ser digitado em Word (versão 6.0 ou superior), com espaço duplo, utilizando-se fonte de letra Arial ou Times New Roman 12.

O manuscrito **não pode conter a identificação de nenhum dos autores**. Deve ter título, resumo, texto e referências bibliográficas, além de incluir todos os elementos gráficos no corpo do texto. Adicionalmente, os elementos gráficos/tabelas/mapas/quadros/figuras devem ser enviados em arquivos complementares (veja instruções a seguir).

- **Citações:** as transcrições no texto de até três linhas devem estar encerradas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. As transcrições com mais de três linhas devem ser evitadas e, quando necessárias, aparecem destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com tamanho de letra menor do que o utilizado no texto e sem aspas. Os indicadores de supressão de parte da transcrição e os acréscimos devem ser colocados entre colchetes. Utiliza-se o sistema autor-data-número da página entre parênteses para a identificação da fonte de citação (ABNT NBR 10520).
- **Notas explicativas:** são utilizadas para comentários, esclarecimentos ou explicações que não possam ser incluídas no texto. Devem ser mantidas ao mínimo e inseridas como notas de rodapé, em algarismos arábicos, com numeração única e consecutiva para todo o artigo (ABNT NBR 10520).
- **Elementos complementares:** tabelas, gráficos, figuras, mapas e quadros devem ser apresentados no texto, no local aproximado que deverão aparecer na publicação final, com numeração consecutiva e independente, em algarismos arábicos, cada qual identificado na parte superior pelo termo TABELA, QUADRO, GRÁFICO, MAPA

ou FIGURA, seguido do seu número de ordem. As tabelas e quadros, de preferência, devem estar no formato editável e não como figuras no texto.

- Os títulos dos elementos complementares devem identificar claramente o seu conteúdo, com a explicitação das variáveis e grupos populacionais referidos, com identificação do local e data/período a que se referem os dados. Os títulos dos eixos dos gráficos devem ser explicitados.
- A fonte dos dados utilizados nesses elementos deve identificar claramente a base de dados, com informação sobre o produtor dos dados, a base especificamente e o(s) ano(s) de referência, seguindo as normas da ABNT. Mudanças feitas pelos autores nos dados podem ser indicadas em ‘Nota’, abaixo da fonte de dados, assim como a autorização obtida dos editores para reprodução de objetos tomados/adaptados de outras publicações. Supõe-se que os dados foram elaborados pelos autores, portanto, esta indicação de elaboração não deve constar nestes elementos gráficos/tabelas/mapas, etc.
- Gráficos e tabelas devem ser enviados em formatos editáveis (não como figuras). Por exemplo, se gerados em planilhas de cálculo, devem ser enviados em um arquivo de planilha com cada elemento identificado da mesma forma que aparece no texto em Word. Gráficos que não foram gerados em planilha de cálculo devem ser enviados em formato EPS ou WMF com alta resolução. Mapas e fotos também devem ser enviados em formato EPS ou WMF. O título principal e fonte de dados não devem ser incluídos como parte destes elementos, mas sim de forma separada.
- A publicação não é colorida, assim, elementos em cores serão transformados em tons de cinza. Aconselha-se que os originais já venham em tons de cinza quando possível.
- **Referências bibliográficas:** os elementos essenciais são autor(es), título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data de publicação, páginas e volumes (se houver) (ABNT NBR 6023).
 - Ao longo do artigo as referências devem aparecer com indicação do sobrenome do autor, data de publicação e número da(s) página(s) consultada(s). Havendo mais de um trabalho do mesmo autor no mesmo ano, utilizar a, b, c imediatamente após a data. Exemplo: (MORTARA, 1982a, p. 427).
 - Ao final do artigo as obras devem ser relacionadas em ordem alfabética pelo sobrenome (em caixa alta) do primeiro autor citado. Não há recuo da segunda linha em relação à primeira. A organização das referências deve obedecer às normas da ABNT, conforme o modelo a seguir.

Livro

SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es). **Título:** subtítulo. Número da edição. Local: Editora e ano de publicação.
Ex.: NEWELL, C. **Methods and models in demography.** New York: Guilford Press, 1988.

Capítulo de livro

SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es). Título do capítulo. In: SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es) ou organizador(es) do livro. **Título:** subtítulo. Local: Editora, ano de publicação, páginas inicial-final do capítulo referenciado.

Ex.: ABOUZAHAR, C. Maternal mortality overview. In: MURRAY, C. J. L.; LOPEZ, A. D. (Orgs.). **Health dimensions of sex and reproduction.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998, p. 111-164.

Artigo de periódico

SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es). Título do artigo: subtítulo. **Título do periódico,** número do volume, fascículo, páginas inicial-final do artigo referenciado, data de publicação.

Ex.: SCHELLEKENS, J. Family allowances and fertility: socioeconomic differences. **Demography,** v. 46, n. 3, p. 461-468, 2009.

Tese, dissertação e outros trabalhos acadêmicos

SOBRENOME, inicial do prenome do autor. **Título da tese.** Tipo de documento (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, etc.), vinculação acadêmica, local e data de defesa.

Ex.: CURTIS, S. L. **Birth spacing, death clustering and infant mortality in Brazil.** Ph.D, University of Southampton, U.K., 1992.

Documentos em meio eletrônico

Obras de qualquer natureza consultadas *on-line* devem necessariamente apresentar as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão “Disponível em:”, e a data do acesso ao documento, precedida da expressão “Acesso em:”.

Ex.: AHMAN, E.; DOLEA, C.; SHAH, I. The global burden of unsafe abortion in the year 2000. In: WHO – World Health Organization. **Health statistics and health information systems.** [S.d.]. Disponível em: <http://www.who.int/healthinfo/statistics/bod_abortions.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.

Atenção: A *Rebep* não se responsabiliza pelas referências bibliográficas fornecidas pelos autores.

Observações

1. Os artigos devem ser encaminhados completos e definitivamente revistos. As provas serão revisadas pelo editor, com base no texto recebido, cabendo aos autores a responsabilidade pelo original enviado.
2. Todos os trabalhos aparecerão assinados, refletindo as opiniões de seus autores e não necessariamente as do Comitê Editorial ou da revista, mas o direito de cópia passará a ser da *Rebep* em caso de publicação do manuscrito.
3. A partir de 1º de julho de 2015, seguindo os critérios adotados pela SciELO, a *Rebep* passou a adotar a licença CC-BY. Esta licença da Creative Commons, com atribuição BY, significa que se dá direito “aos licenciados de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes”. Para mais detalhes acesse <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>>. No entanto, qualquer autorização de reprodução, completa ou parcial, deve ser solicitada por escrito ao Comitê Editorial da Revista.

rebep

Editora 2017-2018
Simone Wajnman

Artigos
para publicação

CONTATO

Simone Wajnman (Cedeplar/UFMG)

Revista Brasileira de Estudos de População
Av. Presidente Antônio Carlos 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte/MG
Fone: (55-31) 3409-7166
secretaria@rebep.org.br

A **Rebep** seleciona artigos enviados em fluxo contínuo. Também realiza chamadas para números temáticos e dossiês.

Os artigos devem ser enviados conforme as instruções e normas no *site* da revista. Veja informações em:

www.rebep.org.br



também na
SciELO
Scientific Electronic Library Online

www.scielo.br/rbepop

Revista Brasileira de Estudos de População / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. – v. 34, n. 3,
(2017) – Belo Horizonte: Rebec, 2017.

Quadrimestral

Resumos em português, inglês e espanhol

A coleção iniciou-se com o v.1, n.1, 1984.

ISSN 0102-3098

1.Demografia. 2.Estudos de População. I.Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

A **Revista Brasileira de Estudos de População** (Rebec) é o único periódico de âmbito nacional voltado exclusivamente para assuntos populacionais. Seu objetivo precípuo, desde sua criação, é estimular e difundir a produção brasileira no campo da demografia e população e desenvolvimento sustentável e garantir o diálogo entre este campo e as áreas afins.

A **Revista Brasileira de Estudos de População** é uma publicação quadrimestral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) e está aberta a colaboradores, reservando-se ao direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado. A revista é distribuída gratuitamente aos associados da Abep. Poderá também ser adquirida mediante assinatura anual ou compra de exemplar avulso.

Esta revista foi impressa com miolo em papel Offset 75g/m² e capa em papel Supremo 240g/m² para a Associação Brasileira de Estudos Populacionais, em dezembro de 2017.

Propriedade intelectual: Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição CC-BY.